

TIAGO NOGUEIRA HYRA E CHAGAS RODRIGUES

CONTANDO AS VIOLÊNCIAS:

Estudo de narrativas e discursos sobre eventos violentos em Florianópolis (SC)

**Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de mestre no Programa de Pós-
Graduação em Antropologia Social, Centro de Filo-
sofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de
Santa Catarina.**

Orientador Prof. Dr. Theóphilos Rifiotis

FLORIANÓPOLIS

FEVEREIRO, 2006

Agradecimentos:

Gostaria de expressar meus agradecimentos:

Ao Cnpq, pelo financiamento da pesquisa;

A toda minha família, por proporcionar a educação e o amor que me trouxeram até aqui;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Theóphilos Rifiotis, pelo estímulo intelectual e imprescindíveis contribuições a esta pesquisa;

A Profa. Dra. Esther Jean Langdon, pelos ensinamentos inestimáveis;

A Profa. Dra. Guita Grin Debert, pela disponibilidade em participar da banca;

A todos os membros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, professores, alunos e funcionários, por me acompanharem e ajudarem nesta jornada;

A todos os entrevistados e narradores, que concordaram em me contar histórias das quais não gostariam de ter memórias, e em especial à Vera, que foi a “pedra de toque” desta pesquisa;

Ao CEVIC (Centro de Atendimento às Vítimas de Violência e Crime) de Florianópolis, e em especial à sua ex-coordenadora, Luciane Lemos da Silva, pela prontidão em ajudar;

A todos os membros do LEVIS (Laboratório de Estudos das Violências da Universidade Federal de Santa Catarina), que muito colaboraram para a realização desta pesquisa;

Ao meu pai, Carlos, e a Vânia, pela atenção na leitura dos originais;

E, em especial, agradeço a Ana-paula, por ficar ao meu lado nos momentos de tensão durante a escrita da dissertação.

“I Must Destroy The Negation, To Redeem The Contraries”

William Blake

RESUMO:

Esta dissertação é uma análise de narrativas de experiência pessoal de eventos considerados violentos. Trata-se de uma interpretação da forma pela qual habitantes de Florianópolis (SC) que se consideram como vítimas de alguma das modalidades das violências expressam suas experiências. Busca-se analisar o significado de eventos violentos e como as pessoas vivenciam, pensam, interpretam, concedem sentido e o expressam em suas narrativas, em que se pode encontrar a expressão da identidade do sujeito narrador, assim como a formulação de contra-identidades dos sujeitos que se considera serem responsáveis pelas violências sofridas. Procura-se também entender como tais eventos e o medo associado a eles alteram o cotidiano e a sociabilidade dos indivíduos, e como os habitantes da cidade concedem significado às suas experiências das violências.

Palavras-chave: VIOLÊNCIAS. NARRATIVAS. ANTROPOLOGIA URBANA.

ABSTRACT:

This work is an analysis from narratives told by people who have had a personal experience in events considered violent. It is an interpretation about the way Florianópolis' (SC) inhabitants, who consider themselves as victims of some kind of violence express their experiences. It analyzes how people live, think, interpret, give it a sense and express meaning in their narratives about the violence committed against them, where it can be found the teller's identity, as well as the formulation of counter-identities of those who are considered being responsible for the violence committed. It intends to understand, too, how such events, and the associated fear, change the daily life and sociability of individuals; and how the city's inhabitants give meaning to their experience with violence.

KEYWORDS: VIOLENCES. NARRATIVES. URBAN ANTHROPOLOGY.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....1

CAPÍTULO I.

Percurso metodológico de pesquisa.....8

CAPÍTULO II. As narrativas de experiência pessoal de eventos violentos:

1.Narrativas como metodologia analítica.....18

2- Identidades, self e reflexividade.....22

3- O debate teórico sobre a(s) violência(s): positividade e polifonia26

CAPÍTULO III - As experiências das violências:.....36

1. As violências na família: Joanna e Janayna

1.1. Joanna.....37

1.2. Janayna.....47

2. As discussões e as violências: Alexandre e André

2.1. Alexandre.....58

2.2. André.....63

3. <u>Os assaltos, as armas, a sobrevivência incrível: Airton e Marcelo</u>	
3.1. Airton.....	73
3.2. Marcelo.....	78
4. <u>Ameaças como “violência”:</u>	
4.1. Marta.....	83
5. <u>As autoridades como antagonistas:</u>	
5.1. Eduardo.....	91
6. <u>A dor da perda: Mirtes e Vera</u>	
6.1. Mirtes.....	98
6.2. Vera.....	104
6.2.1. As notícias.....	125
6.2.2. O inquérito e o processo.....	128
6.2.3. Voltando à Vera.....	130
CAPÍTULO IV: Tematizando as violências.....	139
1. Identidades.....	140
2. Mudanças e transformações com a experiência das violências.....	145
3. Violências, a determinação pela falta e o sentimento de insegurança.....	148
4. Drogas, álcool, narcotráfico e armas.....	161
5. Atitudes padronizadas/esperadas.....	170
6. Caráter aprendido das violências.....	174
7. Refletindo sobre as violências.....	179
8. O que fazer? Formas propostas de enfrentamento.....	185

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....190

BIBLIOGRAFIA.....196

ANEXOS.....203

INTRODUÇÃO:

As violências e a criminalidade são preocupações cada vez mais centrais nas sociedades urbano-contemporâneas. A chamada “violência urbana” (e a luta contra ela) se tornou um ícone da crise da modernidade racionalista (RIFIOTIS, 1999). É “o mal” a ser enfrentado e, de preferência, extinto. A existência de qualquer das modalidades de violências é vista como sinal de que há algo errado na organização do corpo social.

Na sociedade brasileira, há uma sensação corrente de que estamos diante de um inexorável crescimento das violências e da criminalidade (ADORNO, 1998; CALDEIRA, 2000). Há um aumento do medo da criminalidade, mesmo que não esteja associado a um acréscimo efetivo da possibilidade de ser vitimizado. Mesmo pessoas que nunca sofreram um assalto, agressão, seqüestro ou morte na família vêm alterando seu cotidiano, colocando grades e cercas elétricas em suas casas, contratando seguranças particulares e empresas privadas que fornecem aparatos de segurança eletrônica, blindando seus carros, alterando trajetos, evitando certos lugares, pessoas e situações por medo de uma possível violência ou crime (CALDEIRA, 2000). Isso porque não se acredita mais que a polícia e o poder judiciário consigam deter este propagado crescimento dos inúmeros índices de crimes violentos, este “inexorável aumento das violências”. Por este motivo – como constata Ralph Dahrendorf (1987) – as instituições de ordem se encontram amplamente deslegitimadas frente à população.

Essa associação de descrédito das instituições de ordem com um crescente medo da “violência” que parece ser onipresente dá lugar a uma crescente privatização da segurança e a um discurso de indignação sobre a “violência urbana” por parte da população das grandes cidades brasileiras. Esse discurso é alimentado e retro-alimenta as campanhas políticas, as políticas públicas de segurança, e a mídia. Há, principalmente na televisão, campanhas que deslegitimam direitos de cidadania de suspeitos e supostos criminosos, em que se pedem punições mais severas

para criminosos violentos, a redução da maioria penal, maior força e armamento nas ações policiais, diz-se que os direitos humanos são “privilégios de bandidos”, que “direitos humanos devem ser para humanos direitos”, que “esse pessoal que defende os bandidos nunca teve sua casa invadida e a família violentada”, entre outras afirmações categóricas sobre a necessidade de se purgar de vez as violências de nossa sociedade, em que se deslegitimam direitos e se procura responder às violências com mais violências.

Em Florianópolis, cidade que vem atravessando um período de intenso crescimento urbano, antigos moradores dizem que “a cidade está sendo invadida”, que os novos moradores que não param de chegar “trazem com eles a violência e criminalidade” para uma cidade antes tida com tranqüila e pacífica. Pela semelhança geográfica, chega-se a comparar a situação de Florianópolis com a do Rio de Janeiro de algumas décadas atrás: cenários paradisíacos, mas com crescimento urbano vertiginoso e favelas crescendo nos morros, estas tidas como sinônimos de criminalidade e delinqüência (Diário Catarinense, 04/07/2004; Jornal “Na Fila”, 09/2004). Uma enorme quantidade de pessoas se considera vítima das violências, e existe grande apreensão social quanto ao tema. Apesar disso, Florianópolis ainda é uma das capitais brasileiras com as menores taxas de criminalidade. No entanto, alguns indicadores estão crescendo, como por exemplo a taxa de homicídios, conforme demonstra Waiselfisz (2005): entre 1993 e 2002, o número de homicídios em Florianópolis aumentou 282,6%, pulando de 23 homicídios em 1993 para 88 em 2002¹.



Esta dissertação apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, cujo objetivo era

¹ O LEVIS (Laboratório de Estudos das Violências da Universidade Federal de Santa Catarina) também realiza pesquisa neste sentido, obtendo dados semelhantes.

analisar narrativas vindas de vários setores da população de Florianópolis sobre as violências e a criminalidade, buscando entender como o medo e a experiência das diferentes formas de violências alteram o cotidiano e a interação dos indivíduos, e também que significados os habitantes de Florianópolis concedem à tal experiência e aos conceitos de “violência” e criminalidade. Analisando falas de diferentes setores da população sobre as violências, buscou-se compreender como as pessoas vivenciam-nas, pensam nelas, interpretam-nas, concedem-lhes sentido e expressam-nas em suas narrativas. Esperou-se encontrar nestas narrativas a expressão da identidade do sujeito narrador, assim como a formulação de contra-identidades dos sujeitos considerados responsáveis pelo próprio sentimento de insegurança dos narradores. Desta forma, buscou-se identificar a existência de discursos sociais sobre as violências em Florianópolis.

No entanto, anteriormente à essa definição do objeto, o objetivo era outro: analisar narrativas de mães de jovens assassinados em Florianópolis. Não foi possível realizar tal intento, por diferentes motivos, como veremos na próxima seção, dedicada ao percurso metodológico desta pesquisa. Devido a inúmeras dificuldades, que considero inerentes ao tema pesquisado, o foco desta pesquisa foi alterado, partindo para a busca e análise de narrativas de pessoas que se considerassem vítimas de alguma das modalidades das violências.

O que agora se apresenta é um estudo de narrativas sobre “vitimização”. Nesta pesquisa, todos os entrevistados se definiram como vítimas de alguma forma de “violência”, ou seja, como vitimizados, mesmo que a “violência” sofrida não tenha sido qualificada propriamente como um crime, ou denunciada. Utilizo aqui a concepção corrente de “vítima”, que emprego como categoria de auto-identificação dos entrevistados, e não na concepção jurídico-criminal, em que só se é vítima quando o evento se caracterizar como crime. É importante ter em mente que “violência” e crime não são a mesma coisa. Crime é a qualificação jurídica do ato, a “violência” seria julgamento moral, a adjetivação imposta ao ato.

É bom ressaltar a importância de se pesquisarem as concepções de violências, assim como as próprias histórias sobre eventos considerados violentos daqueles que as sofreram, experienciaram-nas, sentiram-nas, no papel de “vítimas”, pois são os principais interessados, e de quem se pode obter um conceito “experiência-próxima”, no sentido adotado por Geertz (1997). Segundo este autor, há duas formas de se conceituar uma experiência: a “experiência próxima” e a “experiência distante”. Um conceito da primeira seria aquele que alguém – um “nativo”, um informante, enfim, um sujeito – usaria normalmente para definir aquilo que seus semelhantes vêem, sentem, pensam, imaginam, etc, e que ele próprio entenderia facilmente se outros o utilizassem da mesma maneira. Um conceito da segunda seria aquele que especialistas de qualquer tipo – analistas, pesquisadores, etnógrafos, ideólogos – utilizam para levar a cabo seus propósitos. Os primeiros geralmente se aproximam mais das experiências concretas e sentimentos dos atores, enquanto os segundos, mais abstratos, se aproximam mais de teorias ou formulações com objetivo de provar algo ou fazer valer um ponto de vista particular, e geralmente são mais dissociados da realidade vivida dos participantes. Assim, o objetivo aqui, como diz o título da dissertação, é contar as violências, contá-las como aqueles que as viveram interpretam-nas, *contar o que eles contam*, e não contar quantitativamente, contabilizando números sobre a criminalidade violenta em Florianópolis, ou contar como as notícias jornalísticas contam.

Faz-se necessário esclarecer que esta dissertação é parte integrante de um conjunto de pesquisas desenvolvidas pelos membros do LEVIS (Laboratório de Estudos das Violências da Universidade Federal de Santa Catarina), cuja temática centralizante é a das vivências das violências em Santa Catarina, e que através de uma parceria entre o LEVIS e a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina, busca fornecer subsídios a uma maior compreensão dos eventos violentos, assim como de suas causas e efeitos.

Nesta pesquisa, o anonimato dos entrevistados foi garantido, com a exceção de Vera, que fez questão de que seu nome verdadeiro aparecesse. Os demais nomes, assim como locais de moradia e algumas datas, foram alterados para evitar a identificação dos narradores. Assim, utilizo, aleatoriamente, em lugar de seus nomes verdadeiros, os nomes de meus colegas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina: Mirtes, Joanna, Janayna, Marcelo, Eduardo, Airton, André, Alexandre, Marta, Bárbara e Luís Fernando.

Para a apresentação da pesquisa e das análises desenvolvidas, este trabalho divide-se em quatro capítulos. O primeiro trata do percurso metodológico de pesquisa, das dificuldades encontradas na busca por entrevistados, e da forma pela qual compreendo que tais dificuldades são inerentes ao tema pesquisado. Aborda também as mudanças de rumo pelas quais passou o desenvolvimento do projeto de pesquisa e as condições objetivas de recolhimento das narrativas aqui apresentadas.

O segundo capítulo discorre sobre as narrativas de experiência pessoal de eventos violentos e é dividido em três momentos: no primeiro, tenta-se mostrar como as narrativas, como metodologia útil à Antropologia, podem ser analisadas e interpretadas; apresenta também um pouco do debate teórico/metodológico sobre as definições do que é uma narrativa e exhibe o “ponto de vista” utilizado nesta pesquisa para trabalhá-las. No segundo momento, procura-se demonstrar o que são as narrativas e a forma pela qual, através delas, articulam-se experiências, discursos, avaliações, representações, julgamentos morais, identidades e reflexividade. A terceira parte compreende uma discussão teórica sobre as violências, tentando expor algumas diferentes conceituações teóricas e tentando demonstrar a multiplicidade de temas, ações e atitudes que são abarcadas no rótulo “violência”, sem, no entanto, pretender esgotar a polêmica discussão que existe nesta área do conhecimento.

O terceiro capítulo apresenta as narrativas de experiência pessoal de eventos violentos coletadas, assim como a interpretação destas pelo pesquisador. Este capítulo tem suas subdivisões: a primeira é relativa às narrativas sobre as violências entre familiares e é composto pelas narrativas de Joanna e Janayna; a segunda traz as narrativas de Alexandre e André, que foram motivadas por eventos violentos derivados de discussões, brigas; a terceira parte é dedicada aos vitimizados que apresentaram narrativas de sobrevivência ao ataque por armas de fogo durante assaltos, Airton e Marcelo; a quinta se refere a um caso de “violência policial”, narrado por Eduardo; e a sexta apresenta as narrativas de duas mães de jovens assassinados, Mirtes e Vera. O caso de Vera receberá um tratamento especial, pois nele discuto, além de duas narrativas dela sobre o evento, também as notícias de jornal sobre o fato e o inquérito policial e processo criminal dos acusados.

O quarto capítulo é uma apresentação das recorrências dos conceitos, temas e categorias relacionados pelos entrevistados às violências. Neste capítulo, discuto, entre outras, as concepções de identidades e contra-identidades, as mudanças ocorridas com as experiências, o medo e o sentimento de insegurança em Florianópolis, as drogas e o narcotráfico, as armas, e as conceituações e definições dos entrevistados de “violência”, assim como as soluções que eles propõem. Para tal objetivo utilizo, além das narrativas coletadas, trechos discursivos e um questionário semi-aberto dirigido aos narradores, assim como entrevistas realizadas, no contexto da pesquisa, com dois informantes que não apresentaram narrativas de eventos violentos, Bárbara e Luís Fernando.

Através do desenvolvimento deste estudo, buscou-se uma percepção das diferentes formas de violências que permeiam a vida dos moradores de Florianópolis. Espera-se que esta pesquisa possa ajudar tanto para termos maior compreensão do que, no entender das pessoas que se consideram “vítimas”, motiva os atos tidos como violentos, como quais atos são esses, como

também fornecer subsídios para que um alargamento do conhecimento que se tem deles, e talvez contribuir para que se possa prestar melhor atendimento (tanto na parte de políticas públicas como de forma privada, ou do chamado “terceiro setor”) à população que diariamente é atingida pelas violências.

Capítulo I. Percorso metodológico de pesquisa:

Bronislaw Malinowski, um dos autores clássicos da Antropologia Social, em um de seus livros (MALINOWSKI, 1966), dedica um capítulo ao relato das dificuldades encontradas em conseguir certas informações durante o trabalho de campo, confessa seu fracasso em compreender certas feições culturais dos trobriandeses e percebe sua incapacidade em preencher certas lacunas de seu trabalho.

Ao expor suas dificuldades, Malinowski acaba realizando uma construtiva crítica da metodologia antropológica de então. Seguindo seu exemplo, e guardando as diferenças de momento e objeto, nesta seção pretendo expor as dificuldades que enfrentei, e que acredito que sejam comuns à maioria dos pesquisadores na área das violências, conforme veremos, devido à própria construção social de conhecimento que envolve o tema. Veremos assim o quanto estamos longe aqui do tipo de dificuldade descrita por Malinowski.

Primeiramente, é bastante marcante a dificuldade de delimitação de um campo nesta área do conhecimento (provavelmente devido à dificuldade em se delimitar o que seriam as violências em si mesmas). E, quando se delimita o campo, de encontrá-lo. E quando encontrado, de fazê-lo falar. Há dois pontos aqui: uma dificuldade inerente ao objeto a ser pesquisado (derivada do fato de que antes de ser um objeto científico, as violências são consideradas problemas sociais – já há uma percepção social que liga as violências ao medo e ao silêncio); e uma experiência de campo tumultuada. Os dois pontos, no entanto, se cruzam e estão atrelados, indissociáveis. Tentarei expor ambos os pontos, ressaltando quando um evidenciar o outro.

Como dito na Introdução, esta pesquisa teve início com um projeto que tencionava analisar as narrativas de mães de jovens assassinados em Florianópolis. Neste sentido, buscou-se

o contato com lideranças comunitárias, entre as quais com um padre católico residente em um dos morros da Capital, que me apresentaria a estas mães. Porém, o contato com tal padre se revelou difícil: de novembro de 2004 a março de 2005 tentei sem sucesso encontrar-me com ele para explicar-lhe as intenções da pesquisa. Após inúmeros contatos telefônicos, em que o padre sempre adia nosso encontro, ele concordou em receber o pesquisador em sua casa. No encontro, exposta a proposta de pesquisa, o padre disse que poderia ser perigoso, para mim e para as mães, e que uma delas tinha sido assassinada por denunciar a morte do filho. Falou que até poderia ajudar a realizar a pesquisa, mas que a Universidade deveria “dar uma contrapartida”, por exemplo uma assistência psicológica para as mães. Esse fato nos revelou algumas das demandas sociais próprias do campo de estudos das violências.

Com a situação nestes termos, conversamos (eu, meu orientador, Prof. Dr. Theophilos Rifiotis, e a psicóloga policial e pesquisadora do LEVIS Victória Regina dos Santos) com representantes do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina para tentar conseguir esse atendimento. Na reunião, tudo ficou meio no ar, pois não sabíamos quantas mães seriam, nem onde seria o atendimento, nem que tipo de tratamento deveria ser oferecido. Limitamo-nos a colocar o problema. Concordamos que precisaríamos da presença do padre para nos dar maiores detalhes. Marcamos outra reunião com as professoras da Psicologia, meu orientador, Victória dos Santos, eu e o Padre, mas o projeto de atendimento continuou indefinido.

Enquanto isso, principiei a tentar por outros caminhos encontrar as mães, acionando todos os contatos possíveis, numa tentativa de estabelecer uma rede o mais extensa possível, que ajudasse a chegar às entrevistadas: Danielli Vieira, aluna de graduação em Ciências Sociais da UFSC e membro do LEVIS, que já trabalhara em comunidades pobres do centro de Florianópolis, apresentou o pesquisador a algumas pessoas (pelo que lhe sou muito grato), inclusive a lideranças comunitárias, o que se revelou bastante útil, pois por este canal foram

entrevistados Mirtes, Alexandre e Bárbara, configurando-se num dos braços da rede que forma esta pesquisa.

Outra pessoa que ajudaria nesta busca foi um certo Vilela: meu ex-vizinho, disse que conhecia uma mãe do Saco dos Limões que tinha quatro filhos, sendo que três foram assassinados no mesmo dia; e também uma outra mãe que teria um filho assassinado. Mas foi infrutífero, liguei para ele inúmeras vezes, ele sempre dava uma desculpa, falava que tinha combinado um horário antes, ou depois, ou que agora não dava, ou que era para tentar amanhã, ou que o telefone delas não atendia, e não quis repassar os telefones e os nomes...

Essa evitação, percebi depois, é fruto da própria definição do tema que decidi pesquisar. Penso que ele evitava o pesquisador para evitar o tema, para não expor as mães (que já teriam sofrido o suficiente) a novos perigos, caso os assassinos ficassem sabendo dos depoimentos, e mesmo para que não mais relembassem memórias tão dolorosas. Os assuntos ligados às violências sempre despertam o medo, a indignação, a desconfiança, as evasivas, ao ponto de se poder pensar que estas são características inerentes ao tema. Quando se pensa em “violência”, sempre vem à mente o perigo, a dor, a morte, assuntos sobre os quais ninguém gosta de falar (ao menos formalmente – num bar, ou em uma roda de amigos, é comum ouvir estas conversas, mas quando se mostra o gravador de voz, e se diz que é uma pesquisa para a Universidade, começam a surgir as desconfianças, as pessoas retrocedem, se calam). Elas preferem esquecer, não falar disso, não lembrar, pois acreditam que remexer no passado não mudará nada, e mais, que pode trazer riscos à sua própria segurança pessoal e à dos que o cercam.

Decidi então que não poderia mais continuar com a busca das mães de jovens assassinados, pois, além de tudo, o tempo disponível para o trabalho de campo começava a se tornar curto. A pesquisa mudou então de rumo, e comecei a procurar configurar uma rede no estilo “bola de neve”, onde um vai informando, perguntando, procurando, entrando em contato

com vários outros, até que uma extensa rede de pessoas já sabe do que se trata e se dispõe (ou não) a ajudar. Para facilitar este processo, principiei a procura por intermédio de líderes comunitários (que têm contato com muita gente) que concordassem em apresentar ao pesquisador pessoas (narradores) dentre a população de baixa renda dos bairros empobrecidos da cidade de Florianópolis, as quais se auto-identificassem como vítimas das diversas formas de violências. Como houve inúmeras dificuldades e obstáculos impostos por estes líderes para se chegar a estas pessoas, buscaram-se outras vias de acesso a pessoas que se consideram vitimizadas pelas violências ou crime.

Entre estas estratégias, figurou a aproximação e posterior parceria firmada com o CEVIC (Centro de Atendimento a Vítimas de Crime) de Florianópolis, que é uma parceria do Governo Federal, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e do Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com o objetivo de prestar atendimento psicológico, social e jurídico às vítimas de crime, tendo sido criado em 1997. A maioria dos casos a que atende é caracterizada como “violência doméstica”, que acontece no âmbito familiar, e que abarca (conforme o CEVIC) a violência física, a psicológica, a sexual e a negligência. Desde sua fundação, o CEVIC já realizou mais de 20 mil atendimentos. O contato foi feito através de sua ex-coordenadora (Luciane Lemos da Silva), que ajudou muito a conseguir entrevistadas, assim como a convencê-las da importância social de revelarem suas experiências de eventos violentos, contribuindo desta forma para uma compreensão mais ampla dos fenômenos das violências e criminalidade na cidade de Florianópolis. Por esta via, entrevistei Joanna e Janayna, duas mulheres que procuraram o auxílio do CEVIC por estarem sofrendo agressões de familiares.

Com o desligamento da citada coordenadora da instituição, foram encerrados os contatos, forçando o pesquisador a procurar de outra forma sujeitos que se encaixassem no principal

quesito de seleção (a saber, se auto-definirem como vítimas de alguma modalidade das violências). Após rejeitar muitas possíveis abordagens, consideradas constrangedoras ou que não atrairiam a empatia e confiança necessárias para a realização de tal empreitada (como, por exemplo, abordar pessoas que prestam queixas-crime em Delegacias de Polícia, procurá-las em suas casas a partir dos Boletins de Ocorrência ou a partir de notícias de jornal), decidiu-se por continuar a aposta nas redes de contatos pessoais do pesquisador, o que se revelou muito mais produtivo do ponto de vista da quantidade de pessoas que se consideravam “vítimas” localizadas, como também da qualidade do material coletado, visto que a temática das violências é um tema difícil de ser tratado pelos que a sofrem, sendo aqui a confiança no pesquisador fato fundamental para que expressem o que realmente acham, sentem e pensam em relação a suas experiências.

Assim, movimenter meus amigos, como Marcelo Silva, que apresentou Vera, uma das mães de jovens assassinados. Como Marcelão, que apresentou Eduardo, rapaz que sofreu abuso policial. Como Luiz, que me apresentou Airton, assaltado e ferido por arma de fogo. Como Sapão, que me apresentou André, envolvido em uma série de brigas. A única entrevistada que me foi apresentada pelo padre foi Marta, em julho, mais de nove meses depois de iniciados os contatos com ele.

Na busca por pessoas que se definissem como vítimas, contei, como dito, com a ajuda de Marcelo Silva, que, por ter familiares em um dos morros do centro de Florianópolis, me disse que conhecia muita gente que foi vítima (ou teve a experiência) das violências, mas asseverou que dificilmente as pessoas se dispõem a falar. Conversando com ele sobre isso, Marcelo me falou que o que pode ser significativo é o silêncio: ele pode ser causado pelo medo, mas também por vergonha, culpa, tristeza, impotência, desesperança... Annemarie Janssen (2001, p.26) afirma que o silêncio possui razões bastante complexas: é moldado pela angústia de não encontrar escuta, de ser punido por aquilo que diz ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. Esse silêncio, a

evitação e a indignação (que fazem as pessoas não quererem tocar no assunto, nem mencioná-lo diretamente) relativos ao tema das violências formam o pano de fundo das dificuldades de pesquisa.

Além disso, eventos traumáticos são dificilmente exteriorizados, as vítimas preferem mantê-los longe da consciência, não lembrar deles, como uma mãe com a qual Bárbara tentou estabelecer contato que participasse desta pesquisa: esta mãe teve dois filhos assassinados em frente à escola, juntos, mas ela não concordou em falar, disse que quer esquecer, não gosta de lembrar. Outra pessoa que seria entrevistada através do CEVIC, Jurema, também marcou encontro comigo e não apareceu.

Em outra oportunidade, eu entrevistaria uma mulher cujo marido foi assassinado: esperei bastante, mandaram chamá-la em casa, esperei mais de duas horas, e ela não apareceu...Comecei a me perguntar: Por que será que elas prometem e não vêm? Medo? Tristeza? Não querem falar disso? Querem afastar a experiência da memória? No dia seguinte, liguei para Bárbara para pedir notícias sobre essa moça (de quem não sei o nome) e ela disse que a moça não veio por medo, porque já foi ameaçada, porque ficou com medo de saberem que ela seria entrevistada, de que a vissem na escola comigo. Bárbara disse que isso se deve “...à lei do silêncio que impera no Morro, as pessoas querem proteger a vida em primeiro lugar”. Realmente, existe algo como uma lei não escrita do silêncio, não apenas nos morros de Florianópolis, mas em torno, acima e abaixo de todas as formas de violências e de criminalidade. Ninguém fala sobre o assunto, ninguém nunca viu nada, ninguém nunca sabe de nada. Isso, talvez, possa ser aproximado da *omertá* siciliana, código da Máfia que impede qualquer pessoa de denunciar os assuntos privados de outros (especialmente quando se trata de crimes), sob pena de morte.

Mas, no caso referido acima, a própria informante concordou que isso é paralisante, para ela é por causa dessa “lei do silêncio” que as coisas continuam caminhando deste jeito, que nada

muda, ninguém se mexe, ninguém reage, com medo de mais violências, formando um ciclo: sofrem “violência”, não denunciam, e os agressores acreditam que não serão punidos, pois ninguém fala nada, e podem então cometer mais crimes sem medo, impunes.

Outras “vítimas” até concordam em participar num primeiro momento, chegam a realizar a entrevista, como Marcinho, um rapaz que se envolveu em briga de torcidas organizadas de futebol e que foi entrevistado para esta pesquisa. Ele havia sido espancado e hospitalizado. Mais tarde, alguns meses depois da entrevista, Marcinho me ligou e pediu que retirasse sua entrevista da pesquisa, pois estava sendo ameaçado e temia que sua história fosse reconhecida.

Outro relato, retirado de meu caderno de campo, pode ajudar a visionar este medo que acomete as vítimas das violências: em julho, fui novamente à casa do padre, pois ele me apresentaria algumas “lideranças” que disse estarem sendo perseguidas e ameaçadas. Deu-me o contato de Marta, aqui entrevistada, e também o de Seu Charles, com quem marquei entrevista para a semana seguinte.

Combinamos o encontro em uma ONG no centro. Cheguei antes, ele veio, sorridente, e quis saber o que eu queria dele. Expliquei o projeto, ele quis saber mais, me investigou (interrogou) para saber como cheguei nele, sobre o contato pelo padre. Demorei mais de meia hora falando até convencê-lo a me conceder a entrevista. Mas a ONG estava cheia de gente, e ele achou melhor não fazermos ali, nem naquela hora: “*As paredes têm ouvidos...*”. Pensamos em outro local, liguei no CEVIC, mas ele só poderia na segunda, o CEVIC só na sexta... Marcamos de novo para a semana seguinte, na mesma ONG, para irmos para outro lugar ou ficarmos lá mesmo se não tivesse ninguém. Na data marcada, cheguei até antes do horário combinado, não havia ninguém, a ONG estava fechada, e um bilhete na porta: “*Thiago, conversei com a família e dessidimos (sic) não fazer entrevista. O assunto está latente em nossas vidas. Um abraço, Charles, 25/07/05*”. O “assunto” em questão é que ele era líder comunitário em um dos morros

do Centro, e não sei de quem nem quando, sofreu ameaças, tanto para ele quanto para a família. Ele somatizou, desenvolveu doença na pele, e terminou por fugir (“ser retirado”) do morro, indo morar no continente. Não sei o que aconteceu, mas envolveu a família e parece que ainda está em pauta. Ainda tem medo de falar, mesmo com a minha garantia de anonimato. Mais uma entrevista garantida frustrada, como as das mães que seriam apresentadas por Bárbara e as de Vilela.

De início, comecei a duvidar de minhas qualidades como pesquisador: por que não conseguia fazer as pessoas falarem? Seria por que, aqui em Florianópolis, eu sou praticamente um “estrangeiro”, um paulista que conhece pouca gente, um recém chegado que não merece confiança, ainda mais em um assunto delicado como este?

Posteriormente percebi que não se tratava disso: como dito acima, a evitação, as evasivas, os “despistes” são inerentes ao tema que pesquiso, e o fato mesmo de existirem essas evitções, esses medos de falar, é indicativo de que a experiência das violências gera um medo que sobressai de tal forma na vida das pessoas que as sofrem que mesmo os ideais políticos, civis e comunitários de um lutador como Seu Charles (que o levariam logicamente a participar da pesquisa, como ele mesmo me dissera no primeiro encontro) são sobrepujados pelo temor, pelo terror.

Fiz estes relatos de meu caderno de campo para deixar claras as dificuldades de pesquisar na área das violências e da criminalidade. As pessoas envolvidas não querem falar, por quererem esquecer ou por terem medo. Mesmo as que não sofreram violências têm dificuldades em indicar vitimizados, não querendo colocá-los estes em situações indesejáveis. Tudo isso é agravado pelo fato de eu ser um pesquisador “*outsider*”, um “estrangeiro”, recém chegado, e por isso não possuir uma rede mais extensa de contatos que me facilitariam a busca. Por estes motivos, recebi inúmeros “nãos”, “furos”, “despistes”, “enrolações”.

Pode-se perceber aqui o quão longe estamos de Malinowski, cujas dificuldades derivavam do desinteresse do etnógrafo, da incompatibilidade dos métodos com os temas a serem pesquisados ou de simples distração. Em nosso caso, as dificuldades encontradas, a evitação do tema, o medo, a desconfiança, o silêncio, as entrevistas desmarcadas, as realizadas e os posteriores pedidos de que fossem retiradas, os não comparecimentos nas entrevistas marcadas, não são frutos de inadequação metodológica, de má vontade dos informantes ou da incompetência do pesquisador. O medo, o silêncio, a evitação, na verdade, fazem parte da própria construção social das violências. São as maneiras culturalmente padronizadas de se lidar com situações violentas, em que as pessoas tentam salvaguardar sua segurança e das pessoas próximas, pois acreditam que falar sobre isso possa reavivar traumas, atrair vinganças, prejudicar ainda mais vidas já sofridas. O medo e o silêncio são, assim, características inerentes ao tema das violências, e o pesquisador deve estar atento a eles. Após a parte metodológica sobre as narrativas de experiência pessoal, apresentarei uma discussão um pouco mais aprofundada (sem a intenção de esgotar o assunto) sobre o debate teórico acerca das violências.

Mas com a ajuda do padre, do CEVIC, e de meus contatos pessoais, cheguei aos entrevistados. Serão aqui analisadas as entrevistas/narrativas de dez vitimizados: Mirtes, Joanna, Janayna, Marcelo, Airton, André, Marta, Eduardo, Alexandre e Vera. O caso de Vera merecerá atenção especial, pois nele comparo sua narrativa com notícias jornalísticas e com o inquérito policial e o processo criminal do crime ocorrido.

Além disso, entrevistei também dois líderes comunitários, Bárbara e Luís Fernando, que apesar de não terem narrativas de eventos violentos para me contar, apresentaram visões muito agudas das violências em Florianópolis, sendo então suas entrevistas incluídas no capítulo final.

Poder-se-ia objetar que dez narrativas, recolhidas em tais condições, não seriam representativas de uma vivência das violências em Florianópolis. Contra isso, argumento que

estas pessoas todas vivem na mesma cidade, e nela sofreram com as violências, cada qual com sua especificidade. Existem suportes culturais comuns a todas as narrativas, todas estão embasadas num quadro de violências existentes em Florianópolis. São pessoas que compartilham uma mesma cultura, uma mesma vivência, uma mesma realidade, ainda que não se conheçam e tenham histórias de vida diferentes. Todas as formas de violências aqui narradas e descritas são passíveis de acontecer com qualquer pessoa, em especial as que vivem o cotidiano dos morros e periferias da capital de Santa Catarina, de onde foram preferencialmente selecionados os narradores.

Capítulo II. As narrativas de experiência pessoal:

1. Narrativas como metodologia analítica:

A metodologia empregada nesta dissertação é a da análise de narrativas. Entendo que as narrativas são uma forma de discurso, sendo que este abrange outros tipos de expressão. Assim, dentro da categoria discurso, encontramos, por exemplo, o discurso midiático, o acadêmico, o discurso social (que inclui a expressão e as práticas), o discurso literário, o discurso político, entre muitos outros, incluindo as narrativas de experiência pessoal.

A escolha desta metodologia se deve ao potencial desta para a análise de processos e dramas sociais (cf. TURNER, 1981), entre os quais podem ser incluídas a experiência das violências e suas conseqüências. Essa metodologia tem uma longa história nas ciências humanas. As narrativas têm sido largamente utilizadas, em diferentes áreas do conhecimento (como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, e até na área da Saúde) para compreender as formas pelas quais as pessoas interpretam os eventos que vivem e a si mesmas. Elas são um meio essencial de dar sentido à experiência: ao narrar, reorganiza-se essa experiência, ordenando eventos de outra forma desconexos. As narrativas também constituem (como vimos acima) uma interface entre o si (o *self*), e a sociedade, tornando-se um recurso para a socialização de emoções, atitudes e identidades, como veremos na próxima seção.

Na análise das narrativas, procura-se perceber, através do seqüenciamento e organização causal-temporal dos eventos narrados, a interpretação dos narradores acerca de como tais eventos vieram a ter lugar, por que ocorreram, e a forma pela qual eles afetaram a vida dos narradores. Nesse sentido, as narrativas são um precioso instrumento para a análise de processos sociais, além de conterem uma importante dimensão de moralidade e embasamento na tradição do grupo.

Os narradores dão sua versão, seu ponto de vista, sobre como os eventos aconteceram como aconteceram. Tais versões são individuais, mas também embasadas em uma visão coletiva, do grupo.

As narrativas possuem uma estrutura, que pode ser analisada em termos de organização temporal, avaliação, comunicabilidade, orientação, credibilidade e seqüenciamento de eventos (como sugere a análise lingüística-estrutural de Labov, 1981 – para ele, narrativas têm elementos formais, e cada um tem uma função. Uma narrativa “completa” tem seis elementos: um *resumo* (sumário da substância da narrativa), *orientação* (tempo, lugar, situação, participantes), *complicating action* (seqüência de eventos), *avaliação* (significância e significado da ação, atitude do narrador), *resolução* (o que finalmente aconteceu), e *coda* (retorna a perspectiva para o presente). Com essas estruturas, o contador constrói uma história de uma experiência e interpreta a significância dos eventos em cláusulas e avaliações embasadas). As estruturas de Labov ajudam a chegar ao significado: nas cláusulas de avaliação (a alma da narrativa) os narradores dizem como querem ser entendidos, e qual é o ponto. O problema da análise de Labov é que não leva em conta a relação entrevistador/entrevistado, o contexto. Para ele, “narrativa é relação entre cláusulas mais que uma interação entre participantes”. (LANGELLIER, 1989, p.248)

Ochs e Capps (2001) sugerem uma análise dimensional das narrativas de experiência pessoal. Para estas autoras, as narrativas são “uma forma de usar a linguagem ou outros sistemas simbólicos de modo a imbuir eventos vividos com uma ordem temporal e lógica, desmistificá-los e estabelecer coerência entre passado, presente e futuro” (p.2). Assim, narrativas são ferramentas para reflexão sobre situações e eventos específicos, e o lugar deles no esquema geral da vida. Ainda para estas autoras, podem-se interpretar os significados presentes, mas subjacentes, das narrativas de experiências pessoais coletadas. Para tanto, sugerem algumas dimensões de análise, além das já conhecidas descrição do evento, cronologia, avaliação, explicação e resolução. Tais

dimensões são: “*tellership*”, ou o grau de envolvimento dos parceiros conversacionais nas narrativas; “*tellability*”, ou a relevância, o grau de significação do evento; “*embeddedness*”, ou o grau de ligação da narrativa com o discurso e atividade social circundante; “*linearity*”, que implica no seqüenciamento e na causalidade (ou seja, um evento narrado levando a outro); e a “*moral stance*”, ou posicionamento moral do narrador, em que ele avalia os eventos segundo o que julga bom, valoroso, correto, assim revelando seus sentimentos, concepções de certo e errado, exibindo, enfim, seu discernimento sobre o evento e sobre o “estado de coisas” da sociedade.

Já Riessman (1993), limita narrativas aos:

“...relatos em primeira pessoa de entrevistados sobre suas experiências, pondo de lado outras formas de relatos (como nossas descrições do que acontece em campo, incluindo as ‘*master narratives*’ da teoria). O propósito é ver como entrevistados impõem ordem ao fluxo da experiência para darem sentido à eventos e ações em suas vidas. A abordagem metodológica examina a história dos informantes e analisa como ela é montada, os recursos culturais e lingüísticos que ela traz consigo, e como ela persuade os ouvintes de sua autenticidade. Perguntamo-nos: Por que a história foi contada desta forma?” (RIESSMAN, 1993, pp. 1-2, tradução minha).

Como visto, definições precisas de narrativa pessoal são objeto de debate acadêmico, mas para nosso propósito aqui, se refere à fala organizada em torno de eventos conseqüentes. O contador numa conversação leva o ouvinte até um tempo passado, ou “mundo”, e recapitula o que aconteceu então para marcar um ponto, freqüentemente um moral, como dito acima. Em entrevistas qualitativas, tipicamente, a maior parte da fala não é narrativa, mas trocas de “pergunta e resposta”, argumentos, e outras formas de discurso. Os entrevistados narrativizam experiências particulares de suas vidas, freqüentemente onde houve uma brecha entre o real e o ideal, *self* e sociedade.

A análise de narrativas – e não há apenas um método aqui – tem a ver com “como protagonistas interpretam coisas” (BRUNER, 1990, p.51) e nós podemos interpretar sistematicamente as interpretações deles. Porque a abordagem dá proeminência para agência

humana e interpretação, é adequada para estudos de subjetividade e identidade. É inapropriada para tópicos e teorias nas quais as características dos atores como sujeitos ativos permanecem inexploradas ou implícitas, mas bem adequada para outras, incluindo interação simbólica e estudos feministas. A subjetividade é muito desacreditada nas ciências sociais dominantes, que valorizam leis livres do contexto e explicações generalizadas. Mas nas narrativas pessoais é precisamente por sua subjetividade – seu enraizamento no tempo, lugar, e experiência pessoal, em seu caráter de perspectiva oprimida – que devemos valorizá-las. Narradores falam em termos que parecem naturais, mas nós podemos analisar o quão cultural e historicamente contingentes estes termos são: a história está sendo contada para certas pessoas, podendo tomar outra forma se pessoas diferentes estiverem ouvindo. Contando a experiência, também se cria um *self* (a forma pela qual se quer que os ouvintes o conheçam). A narrativa é inevitavelmente uma representação do *self*, de si mesmo (GOFFMAN, 1959).

Para os fins deste trabalho, será adotada a perspectiva de Riessman (1993, p.55), que dá duas definições de narrativas: a resposta inteira, que contém os critérios gerais (seqüência, coerência temática e estrutural), e partes menores da narrativa, onde há critérios específicos (ordem temporal, avaliação). Isso vale para que se possam analisar segmentos narrativos embasados numa narrativa abarcante que inclui partes não narrativas.

Assim, considero como narrativa tanto a entrevista inteira (que inclui partes narrativas e discursivas – narrativa abarcante) como as narrativas específicas das experiências dos indivíduos, na qual recontam o que aconteceu, como aconteceu e por quê. Esta, na verdade, é a parte onde se focará o interesse na primeira análise, para mais adiante utilizar as partes discursivas não narrativas na tematização final. Para a interpretação, focarei a atenção principalmente no que Ochs e Capps (2001) chamam de “*moral stance*”, ou seja, o posicionamento moral do narrador em relação aos eventos narrados. É aqui que se pode encontrar a interpretação, os valores e

juízos que o narrador faz da experiência vivida. É bom lembrar que a interpretação deste trabalho é apenas uma leitura possível das narrativas apresentadas, e não a única, a “verdadeira”, ou a mais correta. As narrativas exigem interpretação, e cada leitor as lê de um ponto de vista diferente.

Além disso, ressalto que há uma “economia” do texto: vou privilegiar as narrativas de eventos violentos, tentar articulá-las com a teoria, ao invés de apresentar todas as entrevistas, na íntegra, e depois tecer comentários teóricos sobre elas. A intenção é mostrar as conexões teóricas junto às narrativas de experiência pessoal, e guardar os trechos discursivos, como dito acima, para uma discussão no capítulo final. No entanto, não se trata de um aproveitamento total das falas. Há muitos temas, valores, juízos, que se apresentam nas narrativas mas que não discuto a fundo, pois tornaria este trabalho por demais extenso.

Tais abordagens podem ser aplicadas à análise das narrativas sobre as violências em Florianópolis, e espera-se que possam fornecer uma chave para a compreensão de como os cidadãos desta cidade interpretam, conceituam e avaliam eventos considerados violentos e que tiveram impacto em suas histórias de vida. Busca-se assim ter um melhor entendimento dos fenômenos das violências em Florianópolis e, desta maneira, contribuir para um avanço da compreensão da percepção e interpretação dos eventos violentos em geral, assim como de sua influência na trajetória de vida das pessoas que são por eles atingidas.

2. Identidades, *self* e reflexividade:

As narrativas são uma forma privilegiada que os atores sociais possuem de dar vazão a seus sentimentos, emoções, identidades, representações do *self* (de si mesmo), e uma alternativa para compreender retrospectivamente eventos que alteraram suas trajetórias de vida. São

momentos de reflexividade, onde os narradores procuram organizar suas experiências de forma a incuti-las com uma lógica interna, de causalidade.

As narrativas simultaneamente nascem da experiência e dão forma a essa experiência. Nesse sentido, a narrativa e o *self* são inseparáveis (OCHS & CAPPS, s/d, p.20). Não são apenas representações da realidade. Elas moldam a forma pela qual nós entendemos e nos sentimos sobre eventos, a maneira como os interpretamos. Para Renato Rosaldo (1993), as narrativas freqüentemente moldam, mais do que simplesmente refletem, a ação e conduta humana, pois incorporam motivos, sentimentos, aspirações, intenções e objetivos. Uma vez atuadas, “fazem” eventos e “fazem” história, contribuindo para a realidade dos participantes.

Para Michel de Certeau (1984), as narrativas antecedem as práticas sociais no sentido de abrirem um campo para elas. Para estes autores, portanto, as narrativas são também estruturantes das formas de pensar e agir dos homens em sociedade. Segundo uma tradição do pensamento antropológico, desde A. Schutz, passando no Brasil por Gilberto Velho (2002), podemos dizer que a realidade se constrói pelas relações sociais em suas articulações de significado. As crenças e os valores formados a partir dos acontecimentos vividos por um grupo social são transmitidos aos outros membros que nele ingressam de maneira a influir diretamente sobre a visão de mundo daquele grupo, passando a constituir vários regimes de verdades, responsáveis por estabelecer as margens de um campo de coerência das produções discursivas específicas. Essas crenças e esses valores são convencionados pelo modo como os membros de uma sociedade se deixam afetar pelos acontecimentos que os cercam, passando, arbitrariamente, a produzir significados para os eventos de seu cotidiano. Nos discursos, nas narrativas, também se demonstram e se formam opiniões, percepções são moldadas. A fala, o discurso, não são apenas expressivos, mas produtivos.

Narrativas são versões da realidade, e evocam certas memórias, preocupações e expectativas. Implicam uma seleção, por parte do narrador, do que considera significativo no evento que está relatando, com o objetivo de marcar seu ponto de vista, freqüentemente um moral. Implicam também uma dimensão de temporalidade: narrativas descrevem uma transição temporal de um “estado de coisas” a outro (RICOEUR, 1994). Predominantemente, narrativas de experiências pessoais se focam em eventos passados, isto é, são sobre “o que aconteceu”. Esse ato de lembrar, selecionar e contar eventos passados é intrincadamente ligado com os sentimentos e preocupações com o presente e com o futuro: freqüentemente são contadas em razão de queixas, apreensões e conflitos presentes.

Para Bruner (1990), uma forma primária de indivíduos darem sentido e compreenderem uma experiência é dispô-la na forma narrativa. Isso é especialmente verdadeiro em transições difíceis e traumas, como é o caso das experiências violentas. Narradores criam tramas de experiências desordenadas, dão à realidade uma unidade que nem a natureza nem o passado possuem tão claramente. A forma narrativa é praticamente universal, conforme nos diz White: “Tão natural é o impulso para narrar, que a forma é quase inevitável para qualquer relato de como coisas aconteceram, uma solução para o problema de como traduzir *saber (knowing)* em *contar (telling)*” (WHITE, 1989, p.1, ênfase no original, tradução minha).

Em contraste com o pensamento paradigmático, que enfatiza a categorização formal, o pensamento narrativo enfatiza a estruturação dos eventos em termos de um cálculo humano de ações, pensamentos e sentimentos. Ao recontar suas histórias, narradores constroem uma dupla “paisagem”, uma da ação e outra da consciência (BRUNER, 1986). A da ação foca no que o protagonista faz numa dada circunstância; a da consciência foca no que o protagonista acredita, interpreta e sente. Ele forja uma teoria sobre o evento: os narradores tentam identificar problemas, como e por que eles emergem, e o impacto deles no futuro. Avaliam eventos

específicos em termos de normas, expectativas e potencialidades sociais: idéias comunais do que é racional e moral, bom e valoroso num determinado momento, numa dada situação.

Narrativas enfatizam a reflexividade, a inteligibilidade retrospectiva, pois mostram como eventos passados foram condicionados, facilitados ou ocasionados por eventos anteriores. Para Victor Turner (1981, p.152), o significado surge na memória, na cognição do passado, e é relacionado com o ajustamento entre passado e presente; o significado sempre envolve retrospectão e reflexividade, passado e história. E a reflexividade é o que articula a experiência: o significado desta é compreendido pelo re-exame de um processo temporal.

Para Rosenwald e Ochberg (1992), como os indivíduos recontam suas histórias – o que enfatizam e omitem, sua postura como protagonistas ou vítimas, a relação que a história estabelece entre contador e audiência – tudo isso molda o que os indivíduos podem clamar, reivindicar de suas próprias vidas. Histórias pessoais não são apenas um meio de contar a alguém sobre a vida de outro, ou de si mesmo; são o meio pelo qual identidades são modeladas.

Assim, contar para o pesquisador sobre sua experiência das violências é se colocar como um sujeito, que ocupa um certo lugar social, uma postura frente à situação. Pode-se dizer que o medo e os discursos sobre as violências e criminalidade produzem não só interpretações e explicações, mas também organizam sistemas freqüentemente estereotipados e simplistas de pensamento e percepção do mundo, moldando o cenário para a configuração das interações sociais, organizando estratégias cotidianas de proteção e reação às violências. Os discursos sobre os crimes e as violências tentam estabelecer ordem num universo que parece caótico e sem sentido, muitas vezes elaborando preconceitos, tentando eliminar ambigüidades, muitas vezes se baseando em concepções simplistas e reducionistas, como oposições bem/mal, elaborando categorias de criminoso, de “classes perigosas”, que implicam um tipo de conhecimento e um desconhecimento, este inerente à organização simbólica do mundo (CALDEIRA, 2000).

Moldam-se assim identidades (individuais e de grupo) bem definidas e delimitadas, e fronteiras simbólicas bem demarcadas (incluindo o que aparece como “bom, puro e civilizado” e excluindo o que aparece com “impuro, selvagem, imoral, mau, um perigo para a sociedade”) onde está implícita uma idéia de contaminação do corpo social por indivíduos e grupos considerados impuros por sua categorização ambígua ou por seus atos que confundem o esquema geral do mundo elaborado pelo grupo dominante (DOUGLAS, 1976). Para esta autora, são as tentativas de instauração da ordem no mundo que criam a desordem: eliminar a desordem é um esforço positivo para organizar o ambiente, ao menos cognitivamente. Separar, demarcar, purificar, punir transgressões têm para Douglas a função de impor sistematização numa experiência inerentemente desordenada. E essa construção da ordem no ambiente motiva a indignação, a evitação, a intolerância, ao falar sobre o que está fora dela. É o que ocorre com as violências: quando se fala sobre elas, a expressão é inevitavelmente carregada de indignação, pois sempre se tenta excluí-la, colocá-la para fora da ordem, do social, da humanidade, como discutiremos abaixo na seção dedicada ao debate teórico das violências.

3. O debate teórico sobre a(s) violência(s): positividade e polifonia.

As diversas formas de violências apenas recentemente se tornaram objeto de análise científica. Tratava-se delas antes como um problema social. Como dito na introdução, as violências se tornaram ícones da modernidade racionalista, segundo a qual a humanidade deveria caminhar em direção à resolução não violenta dos conflitos. Por esse motivo, como constata Rifiotis (1997), a maior parte dos trabalhos acadêmicos sobre essa temática se baseia num discurso de indignação: aponta-se que “a violência vem crescendo”, que ela deve ser purgada da sociedade, que as violências são contraditórias à existência social, que são um mal que deve ser

remediado a todo custo. As violências sempre aparecem nestes trabalhos tendo como principais características:

- ◆ A negatividade (são sempre moralmente condenáveis, e é a negada sua existência numa vida social harmoniosa, é negada sua pertinência em qualquer situação, é negada como ato – nega-se “a violência” como componente do social);
- ◆ Uma segunda característica ligada a esta é a exterioridade (sempre é o outro que aparece como violento; tende-se a sempre culpar o outro e inocentar a si ou a seu grupo – mesmo se autor do ato, tenta-se culpabilizar a vítima);
- ◆ E a terceira característica seria a homogeneização (retiram-se as características específicas dos atos violentos e trata-se deles como se fossem um fenômeno único – uma grande quantidade de atos e ações cai assim na categoria de “violência”).

Parte desta visão *contra* as (ou de negação das) violências se deve ao fato de que estas, antes de serem um objeto analítico, conforme mencionado, já eram um problema social: não havia um conjunto teórico para pensá-las, e quando se tornam um objeto de apreciação científica, vêm eivadas pela percepção social, pelo senso comum, por valores, juízos, julgamentos, moral e indignação. O ato violento em geral é revoltante e sempre moralmente condenável. Nesta linha de pensamento, talvez seja exatamente a moral que o defina. Outras fontes deste discurso indignado podem ser creditadas a dois paradigmas característicos da modernidade, principalmente na virada do século XIX para o XX: um seria o mito da racionalidade, segundo o qual a sociedade e os indivíduos humanos se diferenciam dos animais por possuírem a razão, por meio da qual poderiam resolver seus conflitos sem o uso da força – esse mito começou a ser derrubado a partir das investigações psicanalíticas de Freud, em que fica claro que o homem é um ser racional, mas que possui sentimentos, desejos, instintos e emoções, não se guiando exclusivamente pela

racionalidade. O outro paradigma que informa o discurso da indignação pode ser atribuído a Norbert Elias (1990), para quem desde a Idade Média a sociedade humana caminha na direção da contenção dos impulsos e das violências através do que ele chamou de processo civilizador. Evidentemente, não estamos assistindo a nenhum processo de redução dos meios violentos para resolver conflitos (é irônico notar que Elias descreveu esse processo de inexorável pacificação da sociedade durante a Segunda Guerra Mundial). Karl Popper, em palestra proferida logo após a mesma guerra, prevê, ao contrário, o alvorecer de uma nova “Idade da Violência” inaugurada com as Grandes Guerras. No mesmo texto, ele se opõe à visão de Elias: “(...) não sonharia em dizer que o homem é um ente inteiramente racional (...) estou consciente não só do poder das emoções na vida humana, mas também de seu valor” [POPPER, 1994(1963), p.389]. Há, como sempre houve, guerras, crimes e violências. O que pode estar mudando com o tempo é a visibilidade destes fenômenos.

Pode-se identificar também um discurso *das* violências (ou do conflito, da parte de Simmel), em que estas aparecem como linguagem, como forma de se estabelecer comunicação, levado a cabo principalmente por alguns sociólogos e filósofos como G. Simmel, e M. Maffesoli.

Para Simmel (1964), só há unidade, só há sociedade porque há heterogeneidade. Explica-se: só há acordo, só há negociação e contrato porque existem partes diferentes tentando compatibilizar os seus interesses. Não há necessidade de haver um acordo entre iguais: o fundamento do pacto é a diferença. Simmel afirmava que o conflito entre os homens deve ser considerado como uma das formas mais elementares de socialização. Os fatores de dissociação (ódio, inveja, desejo) são na verdade as causas do conflito, e este se destina a resolver dualismos divergentes, de modo a conseguir alguma unidade no interior do grupo, podendo-se chegar a isso até, em um limite extremo, “através da aniquilação de uma das partes conflitantes” (SIMMEL, 1964, p.13). Assim, o conflito pode não apenas aumentar o grau de unidade de um grupo,

eliminando os elementos divergentes que possam obscurecer a clareza de sus limites definidores, como também pode aproximar pessoas e grupos, que de outra maneira não teriam qualquer relação entre si. Isso é claro na formação da unidade nacional de muitos países (como Espanha e Inglaterra) modernos, que somente se unificaram para lutar contra um inimigo exterior e comum.

Para Maffesoli (1987), as violências têm paralelo com a linguagem: elas expressam oposições, delimitam posicionamentos, contraste de opiniões, contrariedades, são formas de comunicação. Para estes autores, as lutas, os conflitos aparecem como motores do dinamismo e da coesão social: as violências seriam então uma recusa à atomização, à separação. É melhor brigar por seu ponto de vista *dentro* da sociedade do que mantê-lo pacificamente *fora* dela. Ao contrário de uma visão onde a irrupção das violências aparece como quebra do contrato social (se é que este existe), esses autores apresentam a sociedade como síntese de diferenças, com uma heterogeneidade inerente. Só há unidade porque há diferença, só há paz porque há inimigos. Assim, as violências não estão fora do social, da humanidade. Segundo Robben & Nordstrom (1995):

“(…)para muitas, demais pessoas no mundo, violência é uma realidade bem humana (...) quem se debruça sobre a violência para estudá-la deve confrontá-la colocando-a no centro das vidas e culturas do povo que a sofre, precisamente onde eles mesmos a encontram. A violência pode não ser funcional, e certamente não é tolerável, mas não está fora da realidade da sociedade humana, ou do que a define como humana. Como a criatividade ou o altruísmo, a violência é culturalmente construída” (p.3).

Pierre Clastres (1982, 1990) faz crítica aos que dizem que as sociedades primitivas seriam “contra a violência”, debatendo, entre outros, com Lévi-Strauss, que considera a guerra nas sociedades primitivas como uma negação da relação social, esta sendo baseada na troca (de bens, de mulheres, etc). Para Clastres, se a guerra é a negação do social, ela deveria ser episódica, e não generalizada, universal, como comprovam seus dados etnográficos e de cronistas. Enquanto Lévi-Strauss considera a guerra como uma troca social fracassada, Clastres a vê como inerente ao

desenvolvimento da sociedade primitiva guerreira: a guerra é anterior à troca: a guerra implica a aliança, a aliança suscita a troca, e, portanto, a relação social. Para o autor, que cunhou o termo “Sociedades contra o Estado”, o Estado funciona como uma tendência à unificação, enquanto que as violências e a guerra funcionam no sentido oposto, da fragmentação e dispersão. Desta forma, contribuem para a manutenção das diferenças, em contraponto à tendência homogeneizante do Estado centralizador. Assim, para Rifiotis (1997), as violências podem ser pensadas como elementos instauradores de identidades locais (étnicas, culturais, etc), e da construção de subjetividades através dos processos de socialização.

Há, assim, uma positividade nos fenômenos violentos (RIFIOTIS, 1997, 1999, DIÓGENES, 1998). Não devemos entender essa positividade como o contrário da negatividade (pois as violências continuam sempre moralmente condenáveis), mas sim no sentido de *produtividade*. O ato violento, seja por seus efeitos, seja pela indignação que acarreta, gera reordenamentos sociais. A “violência”, o conflito, são estruturantes sociais: formam grupos, partidos, instituem identidades, rompem outras – ser contra algo (um ato violento) é se unir a uns em oposição a outros. A “violência” e os conflitos também podem gerar realinhamentos globais das relações de força, como no caso dos atentados de 11 de setembro de 2001. Zaluar (1999) considera esta corrente de pensamento sobre o crime e as violências como fazendo parte de um “modelo da sociabilidade violenta”, que considera as violências e o conflito como cerne do social ou legitimados na sociedade mais ampla.

Uma outra visão, ou discurso *sobre* as violências, seria um discurso analítico, que exige um distanciamento crítico em relação aos valores e juízos que muitas vezes guiam os pesquisadores sem que eles se apercebam disso. Neste discurso analítico, deve-se perceber a pluralidade dos fenômenos que caem dentro do rótulo de “violência”. Por este ponto de vista, é mais adequado falar de *violências*: violência urbana, rural, simbólica, cognitiva, física, instrumental, subjetiva,

policial, intrafamiliar, doméstica, de gênero, esportiva, grupal, de massa, militar, bélica, entre muitas outras. Assim, neste trabalho, será abandonado o uso do termo “violência”, no singular, em favor de “violências”, numa tentativa de deixar marcada a multiplicidade de fenômenos envolvidos no conceito. Quando aparecer no texto “violência”, no singular, a palavra estará entre aspas, e isso deve ser entendido como sendo uma categoria do falante, dos narradores.

Segundo Waiselfisz (2005), assistimos a um alargamento do entendimento das violências, uma reconceitualização pelas suas peculiaridades atuais e pelos novos significados que o conceito assume, de modo a incluir e a nomear como violências acontecimentos que passavam anteriormente por práticas costumeiras de regulamentação das relações sociais, como, por exemplo, a “violência intrafamiliar”, contra a mulher ou crianças, ou a “violência simbólica” contra grupos sociais e etnias. Pode-se falar também na “violência no trânsito”, no esporte ou de uma “violência policial”, para citar poucos exemplos. Porém, o interesse maior não deve ser o de fazer tipologias, mas o de compreender como e por que cada uma ocorre.

Outros (CECCHETTO, 2004, CHESNAIS 1976 *apud* ZALUAR 1998), preferem entender as violências apenas como “violência física”: “Para violência (sic), utiliza-se a classificação oficial adotada em outros países, qual seja, ‘as conseqüências de golpes, feridas, traumatismos, resultantes de intervenções exteriores e brutais’, podendo estas ser ou não intencionais”.

Há, no entanto, muitos outros tipos de violências, como veremos mais adiante nesta dissertação. Por ora, interessa apenas demonstrar o alargamento que a concepção das violências vêm sofrendo nos últimos tempos. Para Rifiotis (1999), essa expansão do campo semântico das violências é uma das causas do aumento da apreensão social em relação a elas: muitas formas diferentes de ação caem dentro de tal campo semântico, outras vão sendo gradualmente incorporadas, fazendo com que se tenha uma percepção de que estamos diante de um inexorável aumento das violências – é o chamado crescimento do fantasma das violências, que paira sobre a

sociedade (parece que as violências estão crescendo, quando na verdade o que cresce é a visibilidade dos fenômenos associados a elas).

Luís Eduardo Soares, MV Bill e Celso Athayde (2005), percebem também a dificuldade de conceitualização e a multiplicidade dos fenômenos agrupados no conceito de “violência”: “...num passe de mágica, embutimos numa gavetinha exígua um mundo vasto de situações. (...) Assim sendo, regra geral (*para as violências*) talvez só haja uma: não há regra geral.” (p.131). Mais adiante, voltam ao tema:

“Violência é uma palavra que só na aparência é simples. Na verdade, guarda muitos sentidos diferentes. Pode designar agressão física, um insulto, um gesto que humilha, um olhar que desrespeita, uma assassinato cometido com as próprias mãos, uma forma hostil de contar uma história desprezível, a indiferença ante o sofrimento alheio, a negligência com idosos, a decisão política que gera conseqüências sociais nefastas, a desvalorização sistemática dos filhos por seus pais ou das mulheres por seus maridos, as pressões psicológicas exercidas no contexto de interações opressivas, a orientação econômica que se abate sobre setores da população como um desastre da natureza, e a própria natureza, quando transborda seus limites normais e provoca catástrofes. Por isso, falamos em violência das águas, do vento e do fogo, e nos referimos às desigualdades sociais injustas ou ao abandono de crianças nas ruas como formas de violências.” (p.245-246).

Assim, as violências aparecem como determinação simbólica do significante: as violências não têm um significado em si, são uma objetivação, “a violência” é um significante sempre aberto para múltiplos e novos significados, e não uma invariante, um objeto natural. A “violência” se tornou um significante sem significado (RIFIOTIS, 1997). As violências são polissêmicas e polifônicas. Muitas vezes, quando se fala de violências, parece que não é necessário defini-las, que o seu significado está implícito, que todos sabem o que significa; quando, na verdade, não há uma teoria geral das violências.

Neste campo, há muito debate, mas poucas certezas. Há muita dificuldade para se definir o que se nomeia como violências, mas pode-se reunir alguns elementos que são praticamente consensuais nesta área: qualquer forma de violências envolve a noção de coerção ou força (como indica a raiz latina *vis*, ou seja, força, vigor, potência), e a dano que se inflige a indivíduo ou grupo, seja esse dano físico, moral ou psicológico (MICHAUD, 1989) .

Nesta pesquisa, em linhas gerais, serão adotadas as perspectivas de Michaud e Levinas (em seu comentário por De Vries). O primeiro apresenta o conceito de que:

“...há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais” (MICHAUD, 1989, p. 11).

Em De Vries (1997), o autor cita Levinas: para este a “violência será encontrada em qualquer ação na qual alguém age como se estivesse só para agir; como se o resto do universo estivesse ali apenas para receber a ação” (LEVINAS, *apud* DE VRIES, 1997, p.16). De Vries interpreta que:

“...Levinas parece determinar violência como qualquer força ou poder que caracterize fenômeno natural, tal como as formas de interação humana nas quais o *Self* (o si mesmo), o outro (ou todos os outros) não são tratados como livres ou como fins neles mesmos, mas como objetos sujeitos a um fim alheio a eles, ao qual não consentiram (...) a violência pode ser encontrada então em qualquer estratégia narcísica que o *Self* adote para capturar, tematizar, reduzir, usar, e então anular ou eliminar o outro”. (DE VRIES, 1997, p.16).

As violências são, portanto, formas de relação, de sociabilidade, de interação humanas, onde um lado exerce poder ou coerção sobre o outro, em geral contra a vontade dele. Percebe-se o quão amplas são estas definições. Faz-se portanto necessária uma mais aprofundada apreciação dos significados de “violência” para as pessoas que se sentem como vítimas de alguma das violências, qualquer uma delas, que a viveram, de forma a contribuir para posteriores reflexões mais gerais sobre o tema. Conforme afirma Wieviorka (1997), em nossa época assistimos a uma profunda mudança nas formas de manifestação, percepção e abordagem dos fenômenos violentos. Para ele, “...mudanças tão profundas estão em jogo que é legítimo acentuar as inflexões e as rupturas da violência, mais do que as continuidades”. Seguindo esta afirmação, este trabalho pretende se focar exatamente nas discontinuidades, nas diferentes concepções e percepções do que são as violências em suas diferentes formas, ao invés de se focar exclusivamente em uma única de suas manifestações.

Rapport (1987) afirma que as violências não podem ser concebidas como coisas em si mesmas, um tipo ideal de ato, uma definição ampla de condição social, uma significativa categoria sociológica de comportamento que pode ser diretamente investigada. As violências devem ser vistas, como todo comportamento, a partir de seu contexto social, como engendradas pela interação social, e definidas em termos de todas as complexidades de situações particulares.

É essa a abordagem das violências aqui adotada. Dado que “a violência” é um significante aberto a múltiplos significados, ao analisar as narrativas da população de Florianópolis sobre essa temática procura-se ver como e quais sentidos e significados eles concedem a esse significante, cada qual com sua particularidade, com sua história específica, seu contexto social. Procura-se ver o que a experiência das violências produz: o que gera? Como isso é expressado? Que reordenamentos sociais e que identidades são formadas e alteradas em função dela? Que práticas surgem a partir do medo das violências e criminalidade? Quais são os significados atribuídos a estes conceitos?

No entanto, deve ficar claro que o objetivo aqui não é produzir uma teoria geral das violências a partir das definições e vivências dos entrevistados. As violências não são redutíveis a um princípio universal de comportamento humano, ou a processos cognitivos generalizados. As pessoas freqüentemente constroem explicações gerais das violências para prover um esqueleto de referência para suas vidas. Estes arcabouços culturais de entendimento devem ser um objeto legítimo de estudo etnográfico (como o são aqui), mas estes modelos locais não devem ser confundidos com teorias ou explicações universais das violências.

Num país onde a preocupação com violência, segurança e criminalidade é uma importante arena de debates, inclusive orçamentários e de políticas públicas, é necessário delimitarmos, na medida do possível, essa grande área das violências com referência ao que os principais interessados pensam, vivem e expressam sobre ela. Como as pessoas interpretam as violências?

Qual seu significado vivencial para os habitantes de Florianópolis? Que atos e atitudes reconhecem como violentos? Como isso altera sua sociabilidade?

Capítulo III. As Experiências das Violências:

Apresento, a partir de agora, as narrativas de experiência pessoal de eventos considerados violentos pelos dez narradores selecionados para esta pesquisa. Procurei manter a coerência e a especificidade, a particularidade de cada narrativa, mas ao mesmo tempo, faço algumas aproximações entre temas que são recorrentes. Como dito anteriormente, procuro discutir a teoria junto com as narrativas, fazendo-as estabelecer uma espécie de diálogo entre a teoria acadêmica e a realidade vivida pelos narradores, tentando fazer uma lançar luz sobre a outra.

1 – As violências na família: Joanna e Janayna.

Em maio de 2005, tomei conhecimento do trabalho de assistência realizado pelo CEVIC, que é, como dito acima, uma parceria do Governo Federal, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e do Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com o objetivo de prestar atendimento psicológico, social e jurídico às “vítimas de crime”, tal como o CEVIC as define. Os usuários são encaminhados ao CEVIC pelas Delegacias de Polícia, após o registro da ocorrência; pelos Conselhos tutelares ou Programas de atenção à criança e ao adolescente; por outros usuários, ou seja, pessoas que já foram atendidas pelo CEVIC e a indicam para parentes e amigos; ou pela mídia.

Ao darem entrada, os usuários são atendidos primeiro pelo setor de Serviço Social, que acolhe a pessoa e identifica qual o problema, e toma algumas providências, como encaminhá-la (assim como seus familiares) para abrigos, informar o Conselho Tutelar, encaminhar para tratamento de saúde, entre outras. Se houver necessidade, a pessoa é encaminhada ao Setor

Psicológico para atendimento psicoterápico com seus familiares, para ajudá-las a superar o trauma causado pela “violência” sofrida. O Setor Jurídico faz o patrocínio, o acompanhamento processual (criminal e cível) gratuitamente.

Assim sendo, estabeleci contato telefônico e combinei uma reunião com Luciane Lemos da Silva, coordenadora e psicóloga, que foi muito gentil, compreensiva e prestativa, e que me ajudou o quanto pode enquanto esteve no cargo. Ela mesma conversou com duas das usuárias, que chamo aqui de Joanna e Janayna, e as convenceu a darem seus depoimentos para esta pesquisa.

1.1. Joanna.

Certo dia, recebi um telefonema de Luciane informando que uma senhora aceitava ser entrevistada por mim, mas não deu detalhes, apenas combinou o horário. Fui ao CEVIC no mesmo dia, na parte da tarde, onde me reservaram uma sala, na qual entrevistei Dona Joanna. Ela é natural de Florianópolis, tem 68 anos, é casada, estudou até a 4^a série, e vive de sua aposentadoria como professora e com a de seu marido, aposentado por invalidez. Como não sabia o que havia acontecido com ela, pergunto o que a havia levado ao CEVIC. Ela responde que havia ido à “Delegacia das Mulheres”, de onde foi orientada a se encaminhar ao IML para realizar o exame de corpo de delito e depois se dirigir ao CEVIC para receber assistência psicológica e jurídica. Me diz que procurou a Delegacia porque “ele” lhe dera uma “lambada” com os pés logo abaixo do joelho direito, e também um golpe na cabeça. Quando pergunto quem era “ele”, ela responde que havia sido seu neto, que lhe dera um chute, e lhe batera na cabeça, onde levava alguns pontos de sutura. E que do IML a mandaram para o CEVIC. Estranhei uma senhora já de certa idade, magra, com aparência frágil, apanhar de um jovem, ainda mais seu

próprio neto. Pergunto então o que aconteceu para que ele a agredisse desta forma, o que a estimula a construir sua narrativa completa do evento violento por ela sofrido:

“O caso foi assim: eu estava me divertindo num salão de baile, lá na SAL (Sociedade Amigos da Lagoa) e a gente chegou, dançou, tudo bem, numa boa, e daí eles começaram a brigar os dois, de boca, meu neto com a esposa. Aí eu convidei meu marido para ir embora, e ele não me aceitou. Porque quando eles começam a brigar meu marido fica desorientado, fica preocupado não sei se com ele ou com ela, e não quis ir embora. Aí eu disse: “Tu não vai, então eu vou sozinha...”. Daí eu fui falar com o Almir, que é o presidente da Sociedade, pra ver se eu podia passar um cheque, para pagar umas mensalidades, coisa assim. E nisso meu neto já saiu do baile já brigando com ela, e lá na rua continuaram a brigar. E meu marido foi junto, nem ligou para mim. Aí quando saí do clube, eles estavam lá na rua brigando os dois, ele já segurando no pescoço dela... aí eu disse: “não, não vou me meter em outra briga deles”, e depois que terminei de falar com o Almir, já fui indo pro ponto de ônibus. Aí quando cheguei no ponto, bem na frente do ponto de ônibus, ele já estava com ela segurando ela contra a parede, se ele bateu nela eu não sei dizer porque não vi, mas estavam lá discutindo. E meu marido perto, e ele é doente, não pode se incomodar, ter preocupação, nada, porque ele já teve derrame. Aí fui lá chamar meu marido, porque ele não podia estar lá, porque podia dar um negócio nele, ou meu neto bater nele, aí fui tirar ele de lá. Aí eu puxei ele assim, e quando eu puxei a camisa do meu marido, meu neto olhou para trás, e quando ele olhou para trás, a mulher dele saiu, entrou no salão de novo. Aí ele se virou para mim e disse: “Já era pra tu ter ido, sua puta, sua vaca, sua vagabunda, sua prostituta!”. E meu marido tava ali, mas não fez nada, não disse nada, é um homem de idade e doente...e eu tava com esse tamanco, eu sempre levo dois, danço de sapatilha e depois pra ir embora levo o tamanco. E ele estava também com uma sacolinha assim, com o sapato da mulher dele. Aí ele virou essa sacolinha assim no ar e deu aqui em cima da minha cabeça. Aí eu não vi mais nada. E a única dor que eu senti não foi aí, apesar de que abriu a cabeça, e tomei um banho de sangue, fiquei toda ensangüentada, mas a dor foi quando ele me deu a ‘lambada’ aqui, ó, na perna (*mostra a perna ainda roxa abaixo do joelho*), e quando ele me deu esse chute eu caí em cima do lixo. Não sei como ele não me matou, porque a parede onde eu caí era um muro assim, de uma loja, aquele muro todo cheio de pedrinha... Aí eu só sei que me levantaram, uma amiga minha me levantou, e um rapaz disse assim: “Que foi, tá louco, batendo aí na sua mãe, sua avó...” e nisso meu neto saiu. Aí não sei quem quis chamar a polícia, e minha amiga disse: “Não, não chama a polícia não, diz que foi ela que caiu”. Veja só, minha própria amiga, e meu marido também, dizendo: “Deixa, não foi nada, não foi nada...”. Aí veio uma prima minha, o marido dela é militar mas é aposentado. Aí ele disse que precisava chamar a polícia, mas no mesmo instante a polícia chegou. Aí a polícia perguntou com quem que eu estava acompanhada, e minha amiga respondeu que eu estava acompanhada do meu esposo, e que eles me levassem pro hospital e cuidassem do meu esposo porque ele é doente. Aí o policial disse: “é o seguinte, levar ela pro hospital tudo bem, mas trazer eu não posso”. E aí o marido da minha prima disse: “Podem levar ela, levem vocês ela pro hospital porque daí ela chega lá e já é atendida.”. Porque eu estava toda cheia de sangue, toda, toda, toda. E ele disse que poderiam me levar que ele se encarregava de me buscar, porque eu era parente da mulher dele, e realmente foi lá me buscar. E ainda hoje isso aqui na perna me dói, e eu já tinha problema no joelho, isso me dói muito, talvez tenha que fazer uma cirurgia. Mas ele, depois daquele dia, ele foi chamado na polícia, foi chamado aqui do CEVIC, e depois disso ele tá ma-ra-vi-lho-so.”

Dona Joanna reconstrói assim seu entendimento de sua experiência violenta: inicia nos orientando sobre o local onde estava, quem estava com ela, e qual a atividade que estava

realizando – foi com os familiares dançar e se divertir num salão de baile na Lagoa da Conceição. Porém, a diversão é atrapalhada por uma briga do neto com a esposa, o que a desanima e a leva a querer ir embora. Tenta assim “driblar”, evitar uma situação que sabe ser possivelmente violenta. Mas a preocupação com o marido (que é doente, não pode se enervar) a faz voltar para buscá-lo. A ação complicadora se dá quando tenta puxar o marido, o neto desvia o olhar da esposa com quem brigava e esta foge, ao que o neto culpabiliza a avó. Segue-se a ação violenta, combinando agressão verbal, xingamentos, e agressão física, com sapatos na cabeça. Relata a extrema confusão e desorientação causada pela “violência”: “...*á não vi mais nada...*”. Descreve a “violência” sofrida, com certa carga de exagero – “...*um banho de sangue...não sei como não me matou...*”, provavelmente com o objetivo de atrair empatia e pena para si, e indignação contra a atitude do neto. Isso indica claramente seu posicionamento como vítima, como pessoa vitimizada. Narra também outra ação violenta, o chute na perna (“*Lambada*”).

Pode-se perceber no trecho acima também a indignação de terceiros com a ação violenta narrada: “...*que foi, tá louco, batendo aí na sua mãe, sua avó...*”; no entanto, ninguém age realmente para defendê-la. Dona Joanna relata também sua própria indignação com as tentativas das pessoas próximas (amiga e marido) de acobertamento da situação de “violência”, típica dos casos de “violência” doméstica ou intra-familiar: “...*não foi nada, diz que foi ela que caiu...*”. Como aparece na dissertação de Patrícia Alves de Souza (2002), esse tipo de evitação de levar a público, essa tentativa de resolver a questão privadamente é muito comum em casos de agressões entre parentes, principalmente quando a vítima é mulher.

A melhoria do comportamento do neto só acontece com a ajuda, a mediação de instituições de ordem (a polícia, a Delegacia da Mulher, o CEVIC), revelando o que Rifiotis (2004) identificou como o processo de judicialização dos conflitos intra-familiares, segundo o autor uma

tendência à utilização do sistema de justiça como recurso social de curto prazo para diminuir a “violência” intrafamiliar, ou seja:

“(…) uma espécie de instrumento cujo objetivo é ampliar o acesso aos procedimentos judiciais a causas antes consideradas de ordem privada. Este processo parece traduzir-se num duplo movimento, tendo de um lado a ampliação do acesso ao sistema judiciário e de outro a desvalorização de outras formas de resolução dos conflitos”. (RIFIOTIS, 2004, p. 89).

Este processo, porém, tem o inconveniente de traduzir o conflito intra-doméstico, e portanto privado, numa polarização “vítima-agressor”, ou “vítima-réu”, ou seja, torna a relação privada conflituosa uma relação pública de hostilidade, o que muitas vezes não vai de encontro às expectativas das pessoas que procuram estes serviços. Estas, como Dona Joanna, muitas vezes querem apenas que a delegada, ou o policial, ou outra instituição, chame o agressor para conversar, lhe dar um conselho, um susto, muitas vezes entravando o trabalho público de apuração de denúncias destas instituições com demandas de ordem privada. Assim a ação policial nos casos de “violência” intrafamiliar é uma mediação social no interior de relações sociais privadas. Sobre isto, Debert (2002) considera que a intervenção institucional leva, como dito, à “judicialização das relações sociais” em relação aos indivíduos considerados incapazes de exercer sua cidadania. Segundo a autora, o foco ainda é na família, mas não mais tratada como espaço privado. A autora vê uma redefinição dos papéis sociais da família e de seus membros:

“(…) A expressão violência doméstica é indicadora de um processo que chamarei de reprivatização de questões políticas, por meio do qual o papel da família é renovado. A família passa a ser vista como um aliado fundamental das políticas voltadas para um segmento populacional que se considera formado por cidadãos malogrados ou potencialmente passíveis de malogro”(DEBERT, 2002, p. 8-9).

O processo de reprivatização faz com que as inadequações sejam atribuídas a problemas individuais, delegando à família a responsabilidade de resolvê-los. O mesmo pode ser tematizado a respeito da velhice, como no caso de Joanna. A autora alerta para um processo de ressignificação da velhice – está sendo também reprivatizada: a velhice vem sendo transformada

numa responsabilidade individual, e sendo retirada, assim, do âmbito das preocupações sociais (DEBERT, 1999).

Oliveira e Debert (2005) apontam para as agressões contra idosos, como no caso de Joanna: em geral, os agressores são conhecidos, cônjuges, parentes ou outras pessoas que residam na mesma unidade doméstica, como acontece com o neto de Joanna. Voltemos, então, ao caso.

Ao final da narrativa, Dona Joanna, apresenta a resolução do caso: primeiro, reforçando seu sofrimento passado – “...*porque eu estava toda, toda, toda, cheia de sangue...aqui me dói...talvez tenha que fazer cirurgia...*”, em uma tentativa de deixar bem marcada sua posição de vitimizada. Além disso, narra o desfecho mediado pelas instituições (polícia, CEVIC) que chamaram o neto para conversar e depois disso: “*ele está ma-ra-vi-lho-so...*”, revelando que a judicialização de seu conflito é considerada por ela proveitosa.

Quando pergunto a ela o que acha que motivou as agressões do neto, responde:

“Acho que foi porque ele estava bêbado, né? Bebe muito...e ele também fuma uma maconhazinha em só casa, na rua não, bebe todo dia, é álcool e droguinha direto...”

Aqui, Dona Joanna faz uma associação muito comum entre quase todos os entrevistados para esta pesquisa: a relação quase que direta entre o uso de álcool e drogas e as violências. Essa relação parece ser auto-explicativa, e até justificativa, das atitudes violentas de um usuário. Se alguém usa algum tipo de droga, é previsível, e até mesmo desculpável, que apresente comportamento agressivo ou violento.

Pergunto então se o neto vive com ela, numa tentativa de esclarecer o grau de proximidade e convivência entre os dois:

“Mora coladinho, ele é filho do meu filho mais velho. Eu peguei pra criar com 8 meses. A mãe dele mora no Rio Grande, e o pai dele mora aqui no Itacorubi, mas o pai nunca deu atenção...Mora com a mulher e a filha na casa atrás da minha, coladinhas as casas.”

Neste trecho, ela identifica o agressor: é neto, filho do filho mais velho, que ela criou como se fosse filho dela, abandonado por pai e mãe, que nunca lhe deram atenção – estes parecem ser

para ela motivos atenuantes, explicações possíveis para os problemas dele com drogas e “violência”. Outro aspecto importante que aparece aqui é o fato de morarem “juntinhos”, o que obriga uma convivência relacional forçada, numa proximidade talvez não desejada. Após isso, ela narra outro episódio, ocorrido alguns dias antes da entrevista, no qual o neto briga com a mulher, sai, e volta chorando. Ela diz que não se mete em brigas do casal, mas que quando o neto voltou para casa, chorou muito na *“beirada de seu colchão”*. Aqui, aparece mais uma briga do neto com a esposa, revelando um histórico de conflitos domésticos, um círculo de violências dentro de casa: com a avó, com a mulher, talvez com a filha. Mais para a frente, aparece outra citação sobre isso: *“...ele fica bebendo cachaça, e briga com a mulher, e faz aquelas bravuras...”*. As brigas dele com a mulher causam também apreensão e medo em Dona Joanna, apesar de não a ameaçarem diretamente.

E então transparece a interpretação dela, sua avaliação retrospectiva dos motivos dos problemas e da “violência” do neto agressor: bebe muito, fuma maconha, não trabalha, está sempre brigando com a mulher. Dona Joanna associa, assim, mais uma vez, os problemas do neto com a falta de emprego, com a falta de perspectiva, com o uso de drogas, o que o torna *“... muito revoltado, muito, muito”*. A solução para ela é retirá-los da casa. Ou seja, acha que a convivência se tornou impossível dada a “violência”, conflito e tensão existentes na família. Quer o isolamento, a evitação, o afastamento, o fim da excessiva proximidade entre eles:

“...e eu disse pra ele: “Olha, Sérgio, isso quem faz é a sua cabeça. Se tu não bebesse, se tu não fumasse essa tua maconhazinha, nada disso tinha acontecido. Se ainda tomasse só uma cachaça, mas não, ele toma um litro de caipirinha, fuma um monte de maconha, e briga com a mulher sempre, não trabalha, então eu acho que tenho que tirar eles de lá, entendesse? E ele está desempregado, ela tá desempregada, e ele não trabalha. Eu falo com ele, um menino na flor da idade, podia trabalhar, mas ele é muito revoltado, muito, muito.”

A razão que ela vê para o descontrole é sobretudo a do uso de álcool. Percebe-se que Dona Joanna pensa que o mal é o álcool, a maconha é vista como não problemática, até mesmo

apaziguante, menos quando ela falta – aí ele se torna apavorado, desorientado, como revela o trecho abaixo:

“Mas o mal dele é a bebida, a bebida estragou o rapaz. Ele bebe, aí fuma a maconhazinha dele, e depois que fuma, aí ele vira um santo. Fica quietinho, em casa, assiste TV com a mulher e a filha, não arruma confusão. Mas aí se ele bebe cachaça e não tem a maconhinha pra fumar, aí ele fica apavorado, fica desorientado, porque dinheiro pra comprar ele não tem, né? E eu não posso fazer nada, não vou tirar do meu suor para dar para ele comprar droga, né? É brincadeira, né? Já chega o que eu ajudo...”

Além disso, Dona Joanna acredita ter feito tudo o que podia, o que estava ao seu alcance, deu mostras de sua boa vontade, mesmo sem reciprocidade. Por isso a falta de sentido que ela vê nas agressões, ele deveria ser agradecido a ela, não agredi-la. Apesar de tudo que faz por ele, (e percebe-se o quanto a família do neto depende dela) só recebe de volta problemas e “violência”. Ela age da forma esperada e não vê o outro agindo da mesma forma – mostra-se aqui uma incompatibilidade de expectativas, uma expectativa de reciprocidade não consumada:

“E o que eu podia fazer por ele eu já fiz. Nove anos não é brincadeira. Dei carro pra ele, um Fusca, dei casa pra ele morar, não é dele, é minha, tudo que ele quer ele tem, dei tudo pra ele, tudo, tudo, tudo, tudo... Faço tudo pra eles, acabo sustentando eles, mas acho que não vai, ele fica bebendo cachaça, e briga com a mulher, e faz aquelas bravuras, e dá porrada nas portas da casa, chama ela de tudo que vem na boca, e você vê, nesta terça feira, desde 11 da noite até seis da manhã não dormi, né? Pensando, preocupada, que ele fizesse uma besteira, batesse, até matasse, fizesse alguma coisa, né? E eu acho assim que pra mim não tem mais convivência, tá muito difícil...”

Além das expectativas não cumpridas, ressalte-se que o argumento dela se constrói numa tentativa de comprovar a inadequação do neto ao padrão moralmente estabelecido como correto. O que ela condena aqui não são as agressões, mas a conduta do rapaz. Neste sentido, pode-se perceber a construção de papéis ideais para homens e mulheres: o que verdadeiramente está em pauta não é a agressão, mas a adequação dos envolvidos no caso aos papéis sexuais culturalmente construídos e aprovados. Joanna critica a postura e a figura de homem de seu neto, e enfatiza a sua de mulher – ela é a provedora da casa, sustenta a todos; ele não trabalha, usa drogas, bebe

muito, é agressivo. Vê-se aqui a forma pela qual Joanna desqualifica a conduta moral de seu neto. Como vimos, o papel desempenhado pelo neto de Joanna não recebe sua aprovação moral.

Pergunto então a ela se essa foi a única vez que ele a agrediu, e ela revela um histórico de agressões recorrentes:

“Não, ele já me agrediu 5 vezes. Já teve uma vez lá que ele quebrou uns vidros da janela, a vidraça, já me deu com a chaleira, jogou em mim, pegou na mão, fiquei com a mão doída, ele já veio pra cima de mim, já bateu em mim duas vezes, mas a pior foi essa última. Então não é por aí, não tem como ficar com um cara desse. Eu tenho pena, é neto, criei com filho, mas não posso, já chega, será que ele não enfia na cabeça dele que eu sou uma mulher velha, doente, um avô também velho, quase 80 anos, tá louco, não tem condições! Não dá, quero que ele se mude de lá”.

Assim, ela narra as agressões anteriores sofridas, como uma justificativa da decisão de não querer mais que eles morem com ela. Essa afirmação ela vai repetir mais sete vezes até o final da entrevista, revelando sua incapacidade de manter com ele uma convivência pacífica, e a impossibilidade da situação continuar como está. O problema para ela é a proximidade, e a solução é cortar a relação. Caracteriza o agressor como profundamente problemático, alguém com quem a convivência é impossível, mas que se mistura a um sentimento de pena, até mesmo amor, pois ela, afinal, o criou como filho, e também uma indignação com o comportamento destrutivo repetido. Também aqui ela faz um julgamento moral das atitudes do neto (que a forma narrativa permite perceber, através do que Ochs e Capps, 2001, chamam de “*moral stance*”), o condenando por agredir pessoas velhas e doentes como ela e o marido: é quase uma acusação de covardia, ou de falta de liames morais e legais que o dirijam à uma conduta ordeira e responsável. As representações relacionadas à velhice, assim como aos demais grupos etários, são responsáveis pela forma como os indivíduos pertencentes a estas categorias são valorados na sociedade (DEBERT, 2000). Desta forma, Joanna não vê seu neto tratar a ela e ao marido como idosos, merecedores de respeito e cuidados, mas sim como objetos de agressões com fins de estabelecer sua posição de poder dentro do grupo doméstico. Mais que um episódio da chamada

“violência doméstica”, esta é uma narrativa sobre o conflito geracional existente dentro de uma família.

E, assim, Joanna foi procurar as instituições mediadoras para lhe auxiliar no conflito doméstico. Afirma que o neto e sua família devem sair, procurar outra casa, e que, se o juiz concordar, ela aluga a casinha onde eles morar agora e paga o aluguel de outra para eles com o dinheiro obtido. Mas que se o juiz (e a judicialização do conflito) não resolver nada, quem sai de casa é ela.

Assim, na impossibilidade de convivência, na incapacidade de resolver os problemas domésticos de forma privada, Dona Joanna vê como último recurso antes de se ver obrigada a abandonar sua casa a mediação do conflito pelo juiz, e como solução para a agressividade do neto a mobilização da polícia, com a conseqüente intimidação do agressor. Aparece também a ajuda dada no momento difícil pela filha e pelo genro, revelando a formação de um grupo de apoio, comum em casos de pessoas que sofreram violências: grupos de amigos e parentes em geral se mobilizam para lhe dar assistência, deixar-lhe confortável, acompanhar a delegacias, hospitais e audiências, ou simplesmente fornecer companhia para um desabafo. É um dos exemplos de positividade, da produtividade que os conflitos possuem (RIFIOTIS, 1997, 1999; SIMMEL,1964):

“Eu vou lá nessa audiência, com meu genro, ele e minha filha que fizeram tudo por mim. No dia seguinte, acordei, ainda toda ensangüentada, porque tinha chegado e dormido, e daí minha filha chegou e ficou apavorada, né? Aí eles me levaram lá na delegacia, na da Lagoa, e de lá nos informaram para ir na Delegacia das Mulheres, e lá minha filha deu parte. Daí da Delegacia da mulher eles me deram uma ordem, um papel pra ir fazer o exame. E de lá me mandaram para o CEVIC.”

Para finalizar a narrativa, perguntei a Dona Joanna o que essa experiência violenta havia mudado em sua vida, uma pergunta moldada de forma a que o narrador reflita, ordene reflexivamente em seu discurso uma apreciação do que a experiência representou para sua vida:

“Ah, mudou porque agora (*depois da última agressão*) eu quero distância, dessa pessoa e de qualquer outra que possa me trazer violência. Além disso, agora a gente já anda pela rua com medo, principalmente à noite, vendo se ninguém te segue, anda com pouco dinheiro na bolsa, essas coisas. Mas o que eu quero mesmo é que o Sérgio saia de casa. Não dá mais pra conviver. Ele briga, sempre com a mulher, faz escândalo, acho até que bate nela, em mim já bateu 5 vezes. Quero que ele saia, até alugo casa para ele, mas não quero mais ele lá! Então é isso, o que mudou na minha vida é que agora não quero mais nenhuma violência perto de mim. Até quando ele briga com a mulher, eu não me metia, tinha medo de sobrar para mim, mas agora não agüento mais nem ouvir as brigas...então quero ele fora da casa... Então dei queixa, fui atrás do CEVIC, fui no IML, na delegacia, na delegacia da mulher, vou agora no juiz, porque não quero que isso aconteça mais comigo!”.

Nesta avaliação final, revela o ponto focal de sua narrativa: quer distância do neto, quer distância das agressões e das violências. Para tanto, quer a quebra da relação, opta pelo isolamento, não sai mais à noite, demonstra até uma certa mania de perseguição. Faz também um resumo do que quer como resolução, sua expectativa: quer o neto fora de casa de qualquer forma. Sua ação reativa às violências é se afastar do que pode causá-las, e procurar instâncias superiores e instituições mediadoras para seus conflitos. Sua fala, em certos momentos, parece ser informada pelo discurso característico das instituições que lidam com as vítimas, (como o CEVIC e a Delegacia da Mulher, por exemplo): ela com certeza foi aconselhada no sentido de evitar o neto e retirá-lo de casa pela assistência psicológica e social do CEVIC, e incorporou tal discurso à sua fala.

Podemos perceber que Dona Joanna se apresenta em sua narrativa como velha, frágil e doente, mas que mesmo assim cuida do marido, também doente, do filho/neto, da esposa e da filha deste, sustentando e mantendo a todos. Assim, a vemos como um sujeito que quer ser visto como vitimizado, e que necessita de ajuda e cuidados de terceiros, seja de parentes, como a filha, ou de instituições, como a Delegacia da Mulher e o CEVIC. Assim, aparece também como um sujeito que se utiliza da judicialização dos conflitos intra-familiares com vistas a resolver a situação de agressões que vivencia com o neto. É um sujeito que também clama por interpretabilidade: não entende porque o neto tem comportamento violento justamente com ela,

que lhe dá tudo, casa, carro, comida, sustento. Assim, para ela, a única saída para a situação é o rompimento da relação, o fim da proximidade. Mas salta aos olhos também seu dilema, a ambigüidade de seus sentimentos: apesar das agressões e dos problemas causados pelo neto, ela também o ama, o criou como um filho, há sentimentos muito fortes ligando os dois. Por isso é tão difícil para ela a separação, uma decisão que só conseguiu tomar quando percebeu que a situação poderia se tornar ainda mais perigosa devido à crescente “violência” do neto/filho, e, podemos acrescentar, depois de aconselhada pelas instituições judicializantes, como o CEVIC e a Delegacia da Mulher.

1.2. Janayna:

Janayna foi mais uma das pessoas que procurou a ajuda do CEVIC, e que por intermédio desta instituição aceitou dar seu depoimento para esta pesquisa. A entrevista foi concedida nas dependências do CEVI. Eu não sabia o que Janayna tinha sofrido, pois Luciane havia me dito por telefone apenas que ela “*passava maus bocados na mão do marido*”.

Janayna tem 38 anos, nasceu em São José dos Pinhais, Paraná. Mora em Florianópolis desde 1996, em um bairro do continente. Estudou até o ensino médio. Quanto à profissão, diz que já trabalhou de tudo, de cozinheira, vendedora, atendente, balconista, garçomete, entre outras. Para estimular sua narrativa e saber o que acontecera, comecei perguntando o que a levou ao CEVIC:

“Três anos atrás meu marido começou a fazer propostas para mim, para, segundo ele, melhorar o casamento. Na verdade, essas propostas eram taras dele que eu via como violência. Aí passaram estes três anos, algumas coisas aconteceram e eu vim aqui procurar ajuda porque eu não agüentava mais. Porque ele se tornava violento, se dizia alguma coisa e eu não aceitava quebrava as coisas dentro de casa, me empurrava, me machucava, chegou a me agredir algumas vezes, porque eu não aceitava certas coisas que ele queria que eu fizesse, que era conseguir dinheiro na rua, coisa que eu não aceitava. A gente sempre passou bem apertado, mas sempre conseguimos sustentar nossos filhos. Mas quando o casamento começou a ficar ruim, muita guerra, muita briga dentro de casa, aí ele começou com essas propostas, acabei aceitando no começo, mas depois não mais, e aí procurei

aquí o CEVIC para que me tirasse dessa história, porque eu tinha medo, né, tenho muito medo dele, porque ele é uma pessoa dissimulada, uma pessoa que tem duas caras. Se você conversar aqui com ele, vai dizer: ‘mas que homem maravilhoso!’, mas quando estava só eu e ele, quando bebe, principalmente, aí ele muda completamente. Não que ele fique assim muito agressivo, mas ele não gosta que discorde dele. Ele até chegou a ser agressivo comigo duas vezes, mas o problema é que eu nunca tive uma personalidade forte, sempre deixei as pessoas me dizerem o que fazer. Quando eu voltei a estudar, minha professora dizia que eu tinha que falar o que eu pensava, que eu tinha que ter opinião própria, que eu tinha que ter liberdade. E pro meu marido eu nunca falava o que eu pensava, eu sempre concordava com ele com tudo, e ele se acostumou com isso. E quando ele viu que eu comecei a estudar, a trabalhar, a mudar, ele ficou com medo. Tanto é que eu tinha um emprego bom, ganhava mais que ele, quase mil reais, mais o que eu tirava por fora por trabalhar fim de semana, aí ele vendo eu ganhar mais que ele aí ele começou a perturbar minha vida. Não me deixava dormir à noite, todo dia era discussão, aí eu não dormia, chegava cansada no trabalho, não produzia, quebrava coisas no trabalho, aí tive que sair desse emprego, e aí começaram as propostas dele para que eu me prostituísse. No começo, me deu até uma sensação de liberdade, de eu poder ter as rédeas, de poder talvez sair do inferno que estava virando meu casamento, então até aceitei. Mas depois eu vi que sou eu, que é o meu corpo! E se fosse pra eu pegar esse dinheiro pra mim, que eu ainda não acho certo, mas para levar pra casa, para sustentar ele que não trabalhava...Aí eu comecei a dizer não e as coisas começaram a ficar feias em casa. Eu sentia muito medo, eu até hoje tenho muito medo dele. Tanto é que depois que saí de casa, para eu ver o meu filho que ainda mora com ele foi a psicóloga aqui do CEVIC que teve que ligar, porque não consigo nem ouvir a voz dele.”

Já se percebe a “violência” que Janayna alega ter sofrido: o marido a obrigava a se prostituir. E ela via o fato dele a obrigar a fazer algo que não queria como uma forma de “violência”: *“eram taras dele que eu via como violência”*. Ele a obrigava a se prostituir, e, se ela tentasse reagir, contrariasse o marido, este se tornava agressivo e violento, o que era expresso tanto na forma de ameaças como de agressões.

Ela nos relata o cotidiano difícil que enfrentava com ele: *“...a gente sempre passou bem apertado...e quando o casamento começou a ficar ruim, muita guerra, muita briga dentro de casa, ele começou com estas propostas...”*. Tinham dificuldades financeiras, e relacionais: falta de dinheiro, brigas...Mas ela não deixa claro o que motiva o marido a obrigá-la a se prostituir: alega que são “taras”.

Janayna tem medo do cônjuge, pois diz ser este uma pessoa ambígua, dissimulada, *“duas caras”*. Caracteriza assim seu agressor como pessoa não confiável, e que se torna agressiva quando bebe. O álcool perpassa as narrativas desta pesquisa como fator de liberação de impulsos

reprimidos, de diminuição do autocontrole, como agente desinibidor dos impulsos violentos (GROSSI, 1993 *apud* SOUZA, 2003). Além disso, ele não suporta contrariedades.

Ela menciona dois episódios em que ele a agrediu, mas junto ela nos oferece o que acredita ser um facilitador destas agressões: a falta de personalidade forte dela – é quase como se assumisse a culpa, “*e pro meu marido eu nunca falava o que eu pensava, eu sempre concordei com ele em tudo, e ele se acostumou com isso*”. Parece uma confissão, um *mea culpa*, como se dissesse: “Eu deixei ele ser assim”. Ela se caracteriza aqui como aceitando, e portanto legitimando, os desmandos do marido. Aparece aqui um visionamento da dominação masculina, analisada por P. Bourdieu (1999). Segundo este autor, a submissão das mulheres aos seus maridos é resultado de uma naturalização da divisão entre os sexos, isto é, as estruturas de dominação, a ordem social masculina, as formas ocultas de violência simbólica, as práticas familiares e institucionais geram um “natural” construído. Para Bourdieu, a primazia do masculino, marcando assimetricamente a divisão sexual e social tanto no conjunto das práticas sociais como nas percepções e pensamentos a seu respeito, reveste-se da naturalidade e auto-evidência porque é produto de milênios de dominação masculina interiorizada pelos agentes sociais. Envolve, assim, uma naturalização do poder, da dominação dos homens sobre as mulheres, que Janayna mostra ter aceitado por algum tempo, antes de querer se libertar.

Janayna narra mudanças para melhor pelas quais passava em sua vida antes das propostas para que se prostituísse: voltou a estudar, a querer sua liberdade, começou a trabalhar, e inclusive ganhar mais que ele. Ela interpreta que isso o deixou com medo, ameaçou seu “poder”, sua autoridade dentro da casa, seu *status* de marido e provedor doméstico. Patrícia Alves de Souza, em estudo sobre os motivos do adiamento da denúncia de mulheres vítimas de “violência física conjugal” (2003), afirma que a erupção das violências é comum nos casos onde o *status* do marido é menor que o de sua esposa, pois atinge assim a concepção cultural da figura ideal de

homem como o chefe da família. Isso aparece, para o homem, como um questionamento de sua masculinidade, uma ruptura nas relações de poder familiar tradicionais.

Isso complicou a relação, o marido começou a atormentar Janayna, não a deixava dormir, discutiam todo dia. Para ela, isso atrapalhou seu trabalho, causou sua demissão, a falta de dinheiro e então as propostas para que se prostituísse. Relata que no início, a prostituição lhe deu sensação de liberdade, e de controle, mas que logo foram substituídas pelo sentimento de exploração, de violação da integridade do corpo: “...mas depois vi que sou eu, que é o meu corpo!”; e também um sentimento de indignação com a vadiagem do marido: se prostituía para sustentar ele, que não trabalhava. Neste momento, fez a ruptura: começou a dizer “não”, e “...as coisas começaram a ficar feias...”, pois, como ela disse antes, ele não suporta contrariedades. Assim, começou a ter medo do marido, não consegue nem ouvir sua voz depois da “violência” sofrida: ou seja, ficou traumatizada, precisando até da mediação do CEVIC para ver o filho.

Cabe aqui discutir as reconfigurações por que passaram as formas de percepção social sobre a chamada “violência conjugal”, alternativamente denominada “violência de gênero”, um termo mais amplo. Nos anos 80, houve uma valorização crescente do combate à “violência contra a mulher”, que coincidiu com a reivindicação por direitos mais amplos de cidadania por diversos movimentos sociais. Neste contexto surgem as delegacias de Defesa da Mulher, criadas em 1986, no Estado de São Paulo, como uma resposta às reivindicações dos movimentos feministas no período de reabertura democrática (DEBERT & GREGORI, 2002). A criação das delegacias especializadas trouxe para a esfera pública situações violentas que antes se mantinham restritas ao domínio privado, passando a tratar da “violência contra a mulher” como crime. Neste sentido, a produção de trabalhos científicos a respeito da mulher enquanto “vítima” de relações conjugais violentas ganhou força, apresentando abordagens conflitantes.

Uma das abordagens do tema “violência contra a mulher” trazia consigo a idéia de agressor ativo/agredido passivo, colocando na assimetria contida na estruturação da sociedade em gênero a responsabilidade pela “violência” sofrida pelas mulheres. No entanto, esta abordagem vitimista em relação às mulheres que vivem em relações conjugais violentas não é unanimidade. O estudo de Maria Filomena Gregori (1992) dedicado ao tema rompe com a vitimização até então aceita como justificativa da “violência”, colocando que as mulheres não se submetem somente pelo fato de viverem em condição de opressão, mas sim como um mecanismo de adaptação e negociação entre os sexos, onde a agressão funciona como um tipo de ato comunicativo: são parceiros enlaçados por rituais privados que se repetem cotidianamente (GREGORI, 1992). Assim, a construção de dualidades, como “macho culpado” e “mulher vítima” deixam de lado o fato de que os relacionamentos conjugais são de parceria e que a “violência” pode ser também uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros. No mesmo sentido, Grossi (1994) afirma que o uso da “violência” nas relações de gênero implica em uma relação concreta entre cada mulher e homem, em relações conjugais/emocionais determinadas, relações onde as mulheres são participantes ativas e não passivas do desejo alheio. Esta autora ressalta ainda a complexidade que existe nas relações de gênero, onde o papel de vítima muitas vezes é mais fácil. Ela lembra que a “violência” pode ser uma das saídas da “cena conjugal” na qual a mulher deixa de ser uma parceira e passa a ser “a vítima” em um jogo de feminilidade e masculinidade, ou melhor, de imagens que desempenham papéis de mulheres e de homens em relações conjugais, conferindo de certa forma o papel de vítima a uma certa imagem de mulher. Em outro texto, Grossi (1998) afirma, como Gregori, que certos casais utilizam a “violência” como linguagem da estrutura do relacionamento. Oscilando entre amor e dor, os atos violentos no vínculo conjugal são estabelecidos entre o marido e a mulher através de uma linguagem relacional em forma de um jogo.

Assim, podemos ver o jogo entre Janayna e seu marido: ele a obriga a se prostituir, mas ela na verdade só o faz enquanto acredita que tal situação lhe dará mais liberdade. Mas quando percebe que está sendo usada, que a sacralidade e integridade de seu corpo está em questão, resolve se negar, o que contraria o marido e faz surgir a agressividade do mesmo. Na visão das autoras exposta acima, isto tudo faria parte do jogo relacional entre o casal.

Na continuação da narrativa, Janayna relaciona a experiência pela qual passou com o alcoolismo do marido, afirmando que:

“... cada vez que ele bebia, se a gente saísse de casa, pra ir para uma lanchonete, para uma festa, ele tipo me oferecia para as pessoas. Se eu quisesse ir de calça, ou uma blusinha fechada, não podia, eu tinha que sair de blusa decotada, minissaia, mesmo no frio, ele queria que as pessoas me vissem, e se os caras se interessassem por mim melhor ainda. Muitas vezes saía de cara fechada, mas tinha que sorrir, porque senão quando chegasse em casa a coisa ficava feia para o meu lado. Eu fazia porque eu tinha medo e, como eu te falei, achava que era um jeito de eu conseguir a minha liberdade, mas era ilusão, era tudo uma ilusão. Mas é que eu já vim de uma família que a mulher é tratada assim, sem liberdade, sem opinião própria. Minha mãe também não tinha opinião. Minha mãe sofreu 46 anos com meu pai. Tenho duas irmãs, uma delas conseguiu se separar, teve coragem, mas depois de 20 e poucos anos de casamento. A mesma coisa aconteceu comigo, foram 20 anos de casamento.”

Assim o álcool se torna um fator explicativo, senão justificativo, das atitudes do agressor, como em muitas das outras narrativas. No trecho acima, Janayna descreve a “violência” – que, como veremos mais à frente, ela descreve como uma “violência moral” – que sofreu: humilhação, vergonha, superexposição do corpo, ser obrigada a fazer algo que não quer. E as ameaças de agressão, se não se submetesse à vontade do marido.

Apresenta também as motivações de tal submissão: medo de possíveis violências, ilusão de liberdade, e uma certa “tradição” de submissão feminina na família, uma tradição de dominação masculina e machista, já discutida acima. Pergunto então se ela já se separou dele legalmente:

“Eu estou aqui no CEVIC, elas estão me ajudando, porque eu tenho medo de falar qualquer coisa com ele, até em separação eu tenho medo de falar. Eu estou criando coragem para falar com ele. Elas me deram um tempo, e se nesse tempo eu não criar a coragem aí elas vão chamar ele aqui e falar com ele. Porque eu sei que se eu chamar ele, a gente pode até conversar, ele pode até aceitar, mas sei que na hora de ir embora, de sair daqui, de se despedir, ele vai ficar louco, ele fica

descontrolado, se tiver alguma coisa na mão ele quebra, joga pro alto, faz a gente passar vergonha na rua...”

Nesta passagem, transparece claramente o medo que Janayna tem do marido, sua percepção dele como dissimulado e descontrolado, e sua falta de confiança. Além disso, aqui se percebe, como no caso de Dona Joanna, o processo de judicialização de sua separação. A instituição (o CEVIC) atua como mediadora do conflito doméstico, instância pública intervindo na relação privada.

Neste ponto, Janayna caracteriza o que passou com o marido como formas de violências:

“Olha, para mim isso que eu passei foi uma violência. Aliás, foi uma tripla violência: foi uma violência moral, física e até psicológica. Minha parte psicológica ficou muito abalada, graças ao CEVIC e às psicólogas daqui agora eu tô melhorando, mas eu me sentia, assim, no fundo do poço. Teve um dia que deu a *louca*, peguei e tirei todas as minhas coisas de dentro de casa, porque tudo que vem dele para mim, mesmo uma palavra, é violência, o jeito que ele fala comigo, principalmente quando o assunto é esse, de querer que eu coloque uma roupa, saia, inclusive até com ele junto, ele não se importa, isso então para mim é uma violência. Porque isso me afetou o psicológico, minha filha inclusive ficou sabendo de algumas coisas, fiquei muito abalada com isso, tô tentando recuperar, e ele me ameaçou, inclusive, de contar para um montão de gente, e como eu saí de casa então seria a palavra dele contra a minha, ele diz que eu abandonei meu filho mas não é isso, eu não tinha mais condições de ficar em casa dessa forma. Não agüentava mais”.

Aqui, Janayna ressalta as modalidades de violências que sofreu: “moral, física e psicológica”. A “violência moral” se relaciona à prostituição, para ela, algo imoral. A “violência física”, às agressões. E a “violência psicológica”, às ameaças, à tortura psicológica, ao constante clima de medo vivenciado. Essa tipologia que ela faz parece, como no caso de Joanna, ter sido aprendida no CEVIC: trata-se de um discurso informado pela prática da instituição, onde se pode também perceber traços da criação de um discurso social sobre as violências. Diferenciam-se formas de violências, elaboram-se tipologias das violências, para melhor analisá-las, caracterizá-las e assim prestar assistência específica a cada tipo diferenciado.

A narradora conta ter ficado com a “...*parte psicológica muito abalada...*”. Ou seja, ficou traumatizada, com seqüelas psicológicas da “violência” sofrida. Para ela, tudo que vem do marido, “...*até uma palavra...*”, para ela é “violência”. Obrigá-la a se prostituir é “violência”, o

jeito como fala com ela, as ameaças que faz de espalhar o fato dela se prostituir, tudo isso para ela é “violência”.

Com isso, Janayna se indigna: diz que não agüentava ficar mais em casa desta forma. Relata também os prejuízos psicológicos causados ao filho: ele presenciou as discussões, e até “violência física” entre o casal, e agora tem problemas na escola, e está fazendo terapia. Quanto à outra filha, Janayna conta que ele bateu nela uma vez, e ela nos narra este episódio violento, mas acoplados já vêm dois atenuantes da atitude do agressor: o “estado de nervos” em que se encontrava com a possibilidade da saída de Janayna de casa, e o enfrentamento por parte da filha. Mas ele pediu desculpas, e ela mesma considera que foi uma atitude fora da normalidade – “...*faltou serenidade*...”. Ela interpreta que o excesso de estímulos nervosos leva a pessoa a perder seu auto controle, o que faz com que “...*a pessoa não sabe para onde atira*...”. Vejamos como ela conta isso:

“Tudo que ele faz comigo, desde uma palavra até uma atitude, pra mim isso aí é uma violência. Ele bateu na nossa filha um dia, acho que num estado de nervos muito grande que ele estava, assim, que ele sabia que não tinha mais jeito de eu ficar com ele em casa, né, ele discutiu um dia com minha filha, bateu nela, mas é que ela enfrentou ele, ela enfrenta, não tem medo, e ele bateu. Mas também pediu desculpas, não chegou a machucar ela, não é normal das atitudes dele isso, ele não é assim, nunca tinha batido nela, achei quando aconteceu isso até fora do comum. Acho que faltou ... serenidade, acho que é a palavra pra isso, né? Os estímulos assim, começam a ficar fortes, e a pessoa...não sabe pra onde atira. Foi no mesmo dia assim, que ele me machucou, pegou no meu pescoço e bateu na minha filha. Eu fiquei transtornada, porque eu não aceitava isso.”

Podemos então pensar que Janayna interpreta a “violência” do marido como derivada da perda de controle sobre suas próprias ações. Norbert Elias, em “O Processo Civilizador” (1990), afirma que a sociedade humana caminha na direção da contenção dos impulsos nervosos e das violências através do que chamou de psicogênese da civilização. Mas para nossa narradora, há um limite para essa contenção: quando esse limite é ultrapassado, a pessoa “explode” metaforicamente, isto é, toda sua raiva e frustração contida e reprimida é liberada na forma de

“violência” sem direção. Como já mencionado antes, o álcool (assim como outras drogas) funciona neste sentido:

“Ele bebe muito, bebe bastante mesmo, de chegar em casa e não agüentar ficar em pé. E era freqüente, pelo menos enquanto eu estava lá. É porque, segundo ele, ele bebe porque ele chega em casa, e eu não dou atenção para ele, não-sei-quê. Mas olha só: tem como eu dar atenção para um homem que fez o que ele fez comigo? Eu não tenho mais capacidade de ser uma esposa para um homem que fez o que fez comigo. Foram coisas horríveis, essas coisas assim de sexo, de rua, são coisas assim que são muito difíceis pra eu falar... não gosto de falar disso.”

Além de relatar mais uma vez os efeitos do álcool no marido, Janayna faz uma avaliação: não pode mais ser esposa de um homem que a trata desta forma. E, por isso, sua resolução pela separação. Mais que isso, transparece sua dificuldade ao falar da experiência sofrida, diz que não quer falar disso. É muito comum vítimas da “violência sexual” (e o caso dela é praticamente um), não conseguirem expressar isso com facilidade. Algumas experiências são extremamente difíceis de se exteriorizar. A resposta ordinária às experiências traumáticas é baní-las da consciência e percepção. Sobreviventes da tortura, guerra, violências e crimes sexuais silenciam-se e são silenciados porque é muito difícil contar e ouvir, como nos informam Robben e Nordstrom (1995), em estudo sobre o trabalho etnográfico junto à vítimas das violências, e também Riessman (1993), que em seu livro sobre a análise de narrativas conta as dificuldades de se conseguir histórias destas pessoas.

Quando lhe inquiri sobre os efeitos, o que as experiências sofridas mudaram em sua vida, me responde que:

“Bom, em primeiro lugar eu não durmo mais à noite. Também sinto muita saudade do meu filho, vi ele na semana retrasada, só, desde que saí de casa...Mas fora isso, eu me sinto muito bem. Eu sinto que estou respirando outro ar. Apesar das dificuldades, estou respirando outro ar, estou me sentindo...Mulher!!! Porque eu não me sentia mulher antes. Me sentia mal, me sentia um lixo andando. Mas agora eu me sinto bem, hoje acabei de conseguir um emprego, minha vida está melhorando, a única coisa que eu não posso ver é qualquer coisa que lembre meu filho. Eu sinto saudades demais do meu filho, eu sinto muita falta, meu marido me tirou isso também...Isso eu acho uma violência: eu não poder ver meu filho toda noite, fazer comida pra ele, levar ele pra cama...essas coisas assim que toda mãe faz. O filho pode ficar adulto, mas tá em casa, a mãe é a mãe, como se ele fosse um bebê! E ele tá passando por psicóloga...Mas tirando isso do meu filho, tá

tudo bem melhor. E agora que vou trabalhar, vou conseguir pagar um aluguel, casa pra morar, quero ele de volta. Meu plano então é conseguir o divórcio e a guarda dele.”

Ao narrar as conseqüências da experiência, ressalta: a insônia, a necessidade de ter que sair de casa (o que é raro em casos de conflito conjugal), e a conseqüente saudade do filho, a falta de dinheiro. Mas também aconteceram mudanças para melhor: se sente melhor, se sente mulher, não mais “...*um lixo andando*”, agora está vendo a vida de outra forma. Houve melhoria na vida em geral, exceto pelas saudades do filho. Ocorreram mudanças também na sua concepção do *self*², de como vê (e apresenta aos outros) a si mesma: “...*estou me sentindo...Mulher!!!*”.

Aparece também outra “violência” que imputa ao marido: não poder mais cuidar do filho, o limite, a impossibilidade de vê-lo sem a presença do marido, a restrição, para ela são violências. Ela nos conta, além disso, seus sonhos e expectativas de futuro: quer trabalhar, arranjar uma casa, se divorciar e conseguir a guarda do filho.

Janayna relata um incidente da prostituição forçada, onde diz que bebia muito para ter coragem (para se liberar de seus próprios limites morais, que a impediriam de fazê-lo), e acabou entrando em coma alcoólico. Isto, junto com a descoberta da filha do que estava ocorrendo, foram a gota d’água para que se decidisse a sair de casa.

“Até a última vez, que não tinha de onde tirar dinheiro nem pra comer, aí acabei saindo com um cara, e não consegui, não consegui nem...nada! Aí a gente saiu, e eu comecei a beber, beber, beber...Eu quase me matei de tanto beber, pra ter coragem pra trazer dinheiro pra casa. Eu não tinha coragem de fazer nada... aí que eu acho que foi a gota d’água. Eu fiquei dois dias de cama, minha filha desconfiou: ‘Levanta, mãe’, e eu ali, meio morta, nem me mexia, e acho que aí ela entendeu. Ela não sabia dos detalhes, mas ela sabia que esse tipo de coisa tava acontecendo. Acabei contando para ela depois, e acho que isso aí que foi a gota d’água. Na verdade, uma vez até entrei em coma alcoólico pra criar coragem de fazer esse tipo de coisa...”

Após este relato, pergunto a ela o que acha que poderia ser feito para evitar que experiências como as que ela sofreu ocorram. Ela dá uma resposta surpreendente, mas deixarei, por ora, esta resposta de lado, pois será discutida mais à frente na seção dedicada às soluções

² Sobre a concepção do Self nas narrativas, conferir o capítulo II, seção 2.

propostas pelos entrevistados para diminuir as violências e a criminalidade. No momento, importam as narrativas de experiências das violências, e então lhe pedi que me contasse um episódio em que foi agredida pelo marido:

“Eu vou te contar então dessa vez que eu tinha entrado em coma alcoólico, e eu não tive reação, né, pra sei lá, bater nele, não tive reação. Eu fazia pão, fazia dentro de casa, pães, doces, cucas, bolos, essas coisas. E ele tinha aprontado alguma coisa na rua, chegou injuriado, e minha filha fez uma brincadeira com ele, nem me lembro porque, e ele não gostou da brincadeira e explodiu. E nesse dia ele chegou em casa, eu tinha várias mesas na cozinha, que eu fazia os pães e bolos, e já tava tudo pronto, massa, tortas prontas, umas assando, massa já crescida, tudo arrumadinho, tudo pronto pra entregar. Aí ele ficou nervoso com a brincadeira que minha filha fez com ele, aí ele pegou e destruiu tudo! Tudo dentro de casa! Ele abriu a geladeira, tirou tudo que tinha dentro da geladeira, tinha um galão de iogurte, jogou iogurte pela cozinha inteira, tinha um forno industrial na cozinha, foi um perigo, o forno ligado, destruiu os pães todos, os bolos, as cucas, jogou tudo no chão, nas paredes, arrebentou as panelas, tudo!!! E eu fiquei assim, parada, não tive reação, e minha filha também. O chão ficou que era só massa, bolo, copo, prato quebrado...E esse dia, pela primeira vez vi minha filha chorar, ela tinha quinze anos, ela é muito forte, não é de chorar, e esse dia ela chorou tanto, mas tanto, tanto...E ainda limpou a sujeira que o pai fez. Daí ele saiu, e tudo, e depois quando ele voltou, foi aí que ele me bateu. Porque eu criei coragem de falar alguma coisa pra ele. Aí ele não aceitou, me bateu, grudou no meu pescoço, e meu filho que teve que tirar ele de cima de mim, eu estava tão mal que não conseguia nem reagir. Aí depois disso que eu comecei a trabalhar, a estudar, querer sair de casa, e ele percebeu e começou a me ameaçar, a não me deixar dormir, tirou minha paz. Me ameaçava, falava que eu não sabia do que ele era capaz, dormia com a faca embaixo do travesseiro, aquelas peixeiras, e me fazia passar o dedo na faca, passava a faca em mim e dizia: ‘Olha aqui, você não tem medo? Não tem medo do que pode te acontecer?’, e ficava me amedrontando. E como eu sou medrosa, e ele sabia que eu tinha medo, ele se aproveitou da situação. E eu passei por tudo isso, e dou graças a Deus, porque podia ter acontecido pior se eu não tivesse saído de casa e procurado ajuda.”

Nessa narrativa, aparece como motivo complicador uma brincadeira da filha, provavelmente inocente, mas que, somada ao fato de que ele tinha “*aprontado alguma coisa*” na rua e estava “*injuriado*”, fez com que o marido desaprovasse a brincadeira e “explodisse”, tendo cometido então uma ação violenta contra o patrimônio da família: destruiu a cozinha toda. A isso, corresponde a estupefação e incapacidade de reação de Janayna frente à “violência”, à destruição sem sentido aparente: “*...e eu fiquei assim parada, não tive reação...*”. Ele, depois da destruição, sai, e quando volta, ela se indigna, e resolve reagir. E a subsequente agressão, para ela, foi desencadeada pela reação dela à destruição anterior. E, como já dito, o marido não aceitava contrariedades: quando acontece a contrariedade, ele não aceita e bate nela.

Os efeitos desta “violência” (como ela a considera) foram as tentativas dela de se libertar, e as ameaças que ele passou a exercer sobre ela: não a deixava dormir, ameaçava com faca, a aterrorizava, torturava psicologicamente, a amedrontava.

Mas é uma narrativa onde houve resolução, para ela, positiva, pois acredita que poderia ter sido pior se não tivesse saído de casa e procurado a Delegacia da Mulher e o CEVIC. Assim, as saídas que ela encontrou foram cortar a relação negativa (sair de casa), e a judicialização (procurar ajuda na Delegacia da Mulher, no CEVIC).

Janayna emerge de sua narrativa como uma mulher que sofreu muito com os desmandos do marido, com suas “taras”, com a vergonha e humilhações sofridas. Aparece aqui, portanto como um sujeito que se caracteriza como vitimizado pela “violência de gênero”. Mas é um sujeito que quer superar o trauma, construir uma nova vida, trazendo o filho para junto de si, trabalhando, conseguindo uma casa, vivendo por si mesma, livre do domínio do marido, de suas ameaças, agressões e “violência moral”, como ela mesma denomina. Enfim, um sujeito que quer reagir, romper o ciclo de dominação masculina que as mulheres de sua família vivem, quer, enfim, ser livre, ser ... mulher.

2. As discussões e as violências: Alexandre e André

2.1. Alexandre:

Alexandre trabalha como segurança de uma escola pública em um dos morros de Florianópolis. Na verdade, é um agente de segurança de uma empresa terceirizada, que presta serviços à Secretaria Estadual de Educação. Alexandre me foi apresentado por intermédio da diretora, uma informante desta pesquisa.

Além do trabalho na escola, também atua em eventos, em boates, shows, e no futebol catarinense. Fez um curso de vigilante de dez dias em Blumenau, com o qual é considerado habilitado para a profissão. Quando lhe pergunto de onde é e onde mora, responde que:

“Resido em Florianópolis, no centro, há 32 anos, sou nativo de Floripa, manézinho da Ilha, resido na Major Costa”.

De início, percebi sua relutância em falar que morava no morro, diz que mora no “Centro”, provavelmente para fugir ao rótulo de favelado. Eu insisto: “Fica aqui no Morro?”

“É no Morro, mas é lá embaixo...”

Aqui, claramente, Alexandre busca fugir ao estigma que é atribuído aos moradores dos morros: favelado, pobre, em geral sem educação, e freqüentemente associado à delinquência e à criminalidade. Assim, ele evita fazer sua auto-identificação como morador do morro, faz questão de dizer que “*é lá embaixo*”, para não haver possibilidade de ter esse estigma sobre si.

Pergunto se no seu trabalho ele toma alguma atitude, alguma estratégia para tentar conscientizar, ensinar os jovens a conviver com as violências a que estão expostos nos morros da Ilha de Santa Catarina:

“Eu, na verdade, busco sempre outro tipo de aperfeiçoamento que não seja específico da minha função. Exemplo: acontece briga de alunos, não faz parte da minha profissão, separar a briga, mas eu tento buscar isso para de repente não ultrapassar o limite, né? Eles desenvolverem essa briga mais e depois eu não dar conta... O que a minha profissão me exige é outra coisa: vistoria de entrada, vistoria de saída, sempre chego um pouco antes para fazer a vistoria, tenho meu livro de ocorrência, tudo o que acontece eu passo para o livro, eu tenho como fazer um ato de prisão, a pessoa tá incomodando, não tá respeitando, eu posso fazer um ato de prisão, mas antes que aconteça isso, eu busco uma maneira de isso não ocorrer...porque fica uma coisa meio complicada se chega a esse ponto... o local já não é muito adequado, né? Eu faço de tudo para que não aconteça isso. Para evitar o conflito, ou mais brigas. Eu converso, procuro estabelecer o diálogo, é só na última emergência mesmo. Se tiver solução, eu tento buscar desta maneira. Fora disso...”

Sua estratégia para evitar os conflitos, as violências é, no trabalho, não deixar as pequenas brigas começarem para que não se tornem incontroláveis – é uma evitação de possível “violência” maior, e uma tentativa de mostrar aos alunos que os conflitos são passíveis de uma definição não violenta, pelo diálogo. Porque, segundo ele, “*o local já não é muito adequado,*

né?”. Mas por que ele diz isso? Talvez porque sua vivência no local lhe dê a consciência de que morro onde trabalha não é lugar de arrumar confusão, nem de se deixar uma se desenvolver. Para evitar o conflito, sua estratégia é o diálogo, a conversa. Se tiver solução assim, melhor. “*Fora disso...*”: o silêncio representado nas reticências é importante aqui, pois (não) diz o que faria numa situação violenta, dada a sua imponderabilidade. Pergunto a Alexandre como ele interpreta a “violência” das crianças da escola:

“Aqui, o que a gente percebe é que essa coisa da violência vem da parte superior, né, e essa parte superior seria o quê? Os adultos, né? Então essa geração que tá convivendo com isso, tá sendo prejudicada, né, porque eles tão tendo e vão ter dificuldades, na questão financeira, de também não estar tendo educação, isso aí tá transtornando, é uma coisa muito difícil para eles...São umas crianças muito revoltadas, alunos muito revoltados. A gente tenta chegar aqui de manhã, conversar, às vezes fazer um carinho, passar a mão, um toque, são agressivos, não aceitam de maneira nenhuma. Tem alunos que não sabem receber um ‘não’, tudo para eles tem que ser ‘sim’, quer um exemplo? Há alunos que chegam aqui depois do sinal da manhã, chegam aqui meio dia, e já querem entrar. Se eu não deixar entrar, já ficam agressivos. Se torna uma coisa difícil, não são muito de conversar, são crianças difíceis de se conviver, de se comunicar com eles. Então se torna uma coisa difícil, eles acabam descambando pra aquela coisa, né.. a violência, as armas. Alguns conseguem sair, alguns...não. Já tive alunos aqui que ficaram bastante tempo, alunos estudiosos, já estive até conversando com um deles, que saiu daqui, está hoje estudando no Instituto, estuda violino, conseguiu superar, né? Mas a maioria não, porque são crianças assim, de sete, doze anos, que não tiveram nada, não tiveram educação, não tiveram aquele incentivo dos pais de poder estudar, de poder ir à frente, crianças revoltadas que não tiveram nada, é complicado, porque o que se forma na cabeça de um ser humano desse aí? Cai na droga, é claro, vai pro tráfico, vida difícil...”

Alexandre cria aqui uma teoria, sua, das causas da “violência”. Para ele, as violências das crianças vêm dos adultos, com quem as crianças aprendem. Assim, aparece aqui o caráter aprendido das violências, como veremos, recorrente nas narrativas. Transparece também a compreensão de que falta melhor educação, e melhores condições financeiras aos jovens, o que impede o correto desenvolvimento físico e moral. Por causa disso, segundo ele, seriam crianças muito revoltadas, agressivas, ou seja, falta de educação e pobreza levariam à agressividade: “*Não sabem receber um não...são agressivos...alunos muito revoltados...*” – quer dizer, não suportam contrariedades, mesmo que a norma seja clara, como no caso do portão. Para Alexandre, é estranho que as crianças, mesmo sabendo da norma, e conseguindo interpretá-la, não a cumpram,

e continuem achando que estão certos, até brigando e ficando agressivos por isto. São crianças difíceis de conviver, de conversar: falta comunicabilidade, as violências aparecendo como ausência ou lapso de comunicação, tal como aparece em Arendt (1968). Michel Maffesoli, em “Dinâmica da Violência” (1987), afirma, contrariamente, que as violências têm paralelo com a linguagem: elas expressam oposição, delimitam posicionamentos, contraste de opiniões, expressam algo, são uma forma de comunicação. Assim, na falta de diálogo, não tendo como se expressar e ser atendido em seus desejos, o jovem recorre à linguagem das violências como forma de ser ouvido, de receber atenção.

Alexandre acha que a falta de educação, condições dignas de vida e incentivo familiar levam, num caminho direto, passando pela revolta, para as drogas e o tráfico: “...*crianças revoltadas que não tiveram nada, é complicado, porque o que se forma na cabeça de um ser humano desse aí? Cai na droga, é claro, vai pro tráfico, vida difícil...*”

Alexandre então narra o episódio violento em que a diretora me havia informado que ele se envolvera:

“Há uns três meses atrás, um aluno que estuda, que permanece aqui ainda, ele tem aproximadamente 16 anos, reside aqui na comunidade, mora aqui. Ele queria entrar antes do horário, eu expliquei para ele que não podia entrar, ele queria entrar sem camisa, eu falei para ele não entrar, falei que ia fechar o portão, que eu ia me comunicar com a diretora, ela estava em reunião, ele começou a me agredir em palavras, aí eu conversei com ele, e aí ele me agrediu de outra maneira, veio com um pedaço de pau... Como eu disse anteriormente, pessoas revoltadas. Aquilo me marcou muito... Depois ele retornou uma outra vez, eu fui separar briga de dois alunos, na verdade a briga não era com ele, ele se meteu, aí eu peguei ele, agi de outra maneira, fui violento com ele também, mas não em palavras, questão física mesmo, peguei ele pelo braço, trouxe até Dona Bárbara, ele quis me agredir de novo, duas vezes, e daí hoje, de uns tempos para cá, ele se comportou mais, chegou para mim duas vezes e pediu desculpas, e depois de ele fazer isso, eu cheguei nele, conversei, perguntei porque ele teve aquela atitude, ele falou que estava errado, pediu desculpas, hoje eu sou amigo dele. É só falar um pouco mais alto com ele que ele já mantém a compostura. Mas esse episódio que aconteceu comigo foi muito marcante, rapaz de 16 anos, eu tenho 32 anos, trabalho nesta profissão já a dois anos, eu tenho uma filha de 7 anos, e um rapaz de 16 anos, adolescente, como eles são, adolescentes, fisicamente superior a mim, ele fez esse tipo de agressão comigo. Ficou muito marcado isso para mim, mas é legal que a gente vai aprendendo, vai criando e aprendendo a convivência, minha relação com eles aqui na escola mudou depois deste incidente, eu respeito mais eles e eles me respeitam mais.”

O caso é de discussão sobre o cumprimento das normas da escola com um aluno, seguida de “violência” (agressões, ou tentativa de agressão, isto não fica claro); o conflito começou por palavras (ele diz ter tentado dialogar), depois com um pedaço de pau – na interpretação de Alexandre, “*peessoas revoltadas*”, ou seja, por um motivo banal já descaem para as violências, verbal ou física.

Na reincidência do agressor, Alexandre também reage com “*violência...questão física mesmo*” – a reincidência exigia uma resposta a altura, para não perder o respeito deste aluno, e dos demais. O que ele fez: “*...peguei ele no braço, trouxe para Dona Bárbara*”. Assim, a discussão foi resolvida por instância mediadora superior a ambos. Após a resolução, houve uma transição do estado de coisas, até para melhor que antes do evento: o rapaz se comportou mais, pediu desculpas, hoje são amigos. Percebe-se a estrutura do evento na narrativa de Alexandre: discussão/ ato violento/ resolução por instância mediadora superior/ pedido de desculpas/ conversa, diálogo (mas apenas porque o outro reconheceu estar errado)/ e amizade.

Na narrativa, também pode-se perceber facilmente um esboço de formação de auto-identidade: Alexandre se identifica como pai, 32 anos, trabalhador, profissional. Percebe-se também a formulação da contra-identidade, a identidade do Outro Agressor: adolescente, 16 anos, mais forte fisicamente, revoltado.

Na avaliação que faz ao final da narrativa, ele reflete sobre as conseqüências e efeitos do evento: diz que aprendeu com o incidente, a convivência melhorou, agora há mais respeito. Assim, o evento, a experiência das violências de Alexandre produziu mudanças relacionais entre ele e os alunos da escola onde trabalha, mudanças que ele resume como sendo o respeito mútuo.

Vemos que Alexandre se mostra em sua narrativa como alguém que procura cumprir suas funções profissionais da melhor maneira possível, de preferência resolvendo os possíveis confrontos pelo diálogo. Mas aparece como um sujeito que vê dificuldades em se comunicar, que

denuncia o lapso de comunicação e entendimento como uma das causas da “violência” entre os jovens e crianças da escola, segundo ele muito revoltados, que não recebem a atenção e o incentivos familiares necessários para um bom desenvolvimento social e moral. Assim, é também um sujeito que procura demonstrar a falta de controle social sobre os jovens, controle este tanto advindo das instituições educacionais como da família. O tema do controle também aparece quando relaciona a “violência” às drogas: para ele, as drogas motivam as violências, principalmente pela conformação do mercado de entorpecentes, ou como ele diz, da "questão financeira do tráfico”, que impera no morro onde se situa a escola. Vê, em alguns pontos de sua narrativa, o morro como um local eminentemente violento, onde é perigoso arrumar confusão, e mesmo crescer, morar, viver. Aliás, ele evita ser reconhecido como morador do morro, faz questão de afirmar que mora “lá embaixo”, numa tentativa de evitar a estigmatização associada. Assim, representa também um sujeito que tematiza a guetificação dos moradores das áreas pobres da capital de Santa Catarina, sua exclusão e estigmatização.

2.2. André:

Conheci o André através de um amigo pessoal logo que vim para Florianópolis. Ele é paulista, analista de sistemas, mora com a companheira, tem 38 anos e reside em Florianópolis há 11. Fiquei sabendo, por intermédio de nosso amigo em comum, que André havia se envolvido numa briga com rapazes do morro onde mora no centro da Capital. A informação que eu tinha é que ele brigara mais de uma vez com um menino que mora no pé do morro, sendo que André mora bem no alto. Fiquei sabendo também essa briga tinha tido desdobramentos, gerando outras brigas, numa espécie de *vendetta*, ou vingança de sangue que gera um ciclo de violências, com ataques e retaliações.

Então, após estabelecido o contato telefônico, onde foi explicitado o foco de interesse da pesquisa, e a aceitação dos termos desta pelo entrevistado, combinamos um encontro em sua casa. Subi o morro a pé, não imaginando que teria que andar tanto. Realmente, sua casa era *no alto*, acima da sua haviam apenas mais duas ou três casas. Chagando lá, nos acomodamos em sua sala, numa mesa próxima á janela, de onde se descortinava o deslumbrante visual de Florianópolis que apenas a população mais carente da cidade tem o privilégio de desfrutar. Após um cafezinho, lhe perguntei o que havia motivado suas brigas com os meninos que ele mesmo chamava de “de lá de baixo”, o que o estimulou a iniciar sua narrativa:

“Na verdade, é um problema que começou aqui em cima, com um vizinho aqui da Rita (*sua atual companheira, que já morava no morro antes de conhecê-lo, e com quem foi morar*), quando eu vim morar aqui. É um cara, vamos dizer assim, meio ‘folgado’. Até ele é amigo dos meus amigos, e os caras falam assim: “Ah, mas ele é assim mesmo, é folgado, é o jeito dele”. Mas, pô, eu nem conhecia o cara! Eu é que não vou deixar ele folgar comigo ou com a minha mulher, né? E eu nem fiz nada, assim, agressivo, só com palavras, fui tentar conversar com o cara mas não deu”.

André ressalta sua tentativa de diálogo, de evitar o conflito aberto de uma forma não-violenta, o que, para ele, foi frustrado pela índole do Outro: seria da “natureza” dele ser uma pessoa violenta. Assim, André já começa sua narrativa através de uma caracterização, de uma identificação de seu “Outro agressor” como uma pessoa essencialmente violenta, briguenta, acostumada a resolver os problemas pela força. Parte então para a explicitação dos motivos que considera terem levado a situação a um desfecho violento:

“O que aconteceu, por incrível que pareça, foi por causa de um motor. Lá na casa dele, que é mais pra cima da minha aqui no morro, não chega água da CASAN. Então, tem a bica aqui na frente de casa, e ele ligava o motor pra bombear água pra casa dele. E esse motor, bem embaixo da minha janela, ficava ligado direto, 24 horas por dia, às vezes ligava meia noite, às vezes o cara ia sair pra ‘balada’ e ligava o negócio, a gente aqui em casa nem dormia direito. Aí um dia eu fui falar com ele, e ele já veio com um facão na mão, gritando que também tinha direito à água”.

Nesta passagem, André relata o motivo complicador da relação, ressaltando a futilidade do motivo desencadeador da “violência”, o que se exprime em seu discurso através da oração “*por incrível que pareça*”. Importante aqui notar que a futilidade está na interpretação de André:

ele considera a discussão por causa do motor um motivo “menor”, mas na verdade, se trata de outro problema: ele é um estrangeiro, considerado praticamente um invasor de território, como veremos adiante.

Na seqüência de sua narrativa, ele conta que não queria deixar ninguém sem água, só queria propor uma solução que fosse boa tanto para os que não têm água como para os que sofrem com o barulho do motor. Tal solução seria a realização de uma “*vaquinha*”, uma arrecadação de dinheiro entre os moradores para comprar um novo motor, mais silencioso. Isso pareceu amainar a tensão entre eles por algum tempo, mas houveram também desentendimentos posteriores em relação às motocicletas dos dois. André tinha uma moto, com a qual conseguia chegar dentro de casa. Já o Outro, também tinha uma moto, mas devido à extrema inclinação da trilha de terra onde moram, não conseguia subir, e parava a moto exatamente em frente à casa de André, impedindo sua passagem, o que ele encarou como provocação, mas mesmo assim afirma que tentou mais uma vez dialogar:

“E não custava nada, né, parar um metro pro lado, ou mais pra trás, ou mais pra frente. Mas não, ele parava no meio da trilha bem na frente de casa. Até que um dia eu cheguei, ele tinha parado o carro da namorada dele lá embaixo, já não dava pra passar direito, e ainda parou a moto no meio da trilha. Aí eu fui lá falar com ele: “Olha, queria que você tirasse sua moto...”. E eu tinha chamado várias vezes, e ele não tinha respondido, então dei uns passos pra dentro do terreno dele, que não tinha cerca, nem nada, e ele já saiu dizendo que eu tinha invadido a casa dele, acho que por causa do outro problema do motor, ele já estava de ‘pá virada’ comigo. Aí eu pedi de novo pra ele tirar a moto, desci aqui e fiquei esperando. De repente chega o Valmir, com um cachorro vira-lata, com as orelhas cortadas, com uns pregos na coleira, querendo imitar pitbull, e começou a bater boca comigo: “Que você é folgado mesmo, que não sei quê...”.

André narra então que enquanto discutiam, passaram por trás dele dois rapazes que ele não tinha visto, mas que estavam na casa do Outro agressor, um dos quais ele identifica como “aquele Fernando lá de baixo”, e diz que:

“...já passaram por trás, passaram por mim por mim gritando: “ÔÔ, Seu Haole!!! Cuzão!!!”, essas coisas. E isso é muito dessa cabeça dos caras daqui de Floripa: os caras de fora, os caras de dentro, os “nativos”, os “haoles”, pessoas não-sei-da-onde, entendeu? (risos). Muitas vezes eu já vi isso: eles nem sabem o que tá acontecendo, nem sabem o que eu falei, e já entram na briga pelo lado de

quem é nativo, mesmo que esteja errado na história. No caso, o Valmir deve ter falado um monte de coisa de mim pros caras...”

Assim, André explicita uma atitude bastante comum de alguns nascidos em Florianópolis em relação as pessoas nascidas em outros lugares que escolheram esta cidade para morar. A expressão “Haole” é um termo de origem havaiana, incluída na linguagem dos jovens brasileiros por influência dos surfistas, e que designa pessoa de fora, *outsider* (como diriam Norbert Elias e Scotson em “Os estabelecidos e os outsiders”, 2000), que não pertence ao local, que deveria voltar “para sua terra”, se opondo a “*Da Hui*”, os “locais”, os “nativos”, ou os “estabelecidos” de Elias. Além disso, o relacionamento entre os “de fora”, os “recém-chegados”, os “*outsiders*”, e os “nativos” da ilha, os “manézinhos”, ou os estabelecidos, está longe de ser pacífico. Como diziam nos anos 80 os músicos do Ultraje a Rigor, os *outsiders* estão *invadindo a praia* dos “manézinhos”, literalmente. E eles não parecem gostar muito de ver sua bela cidade sendo cada vez mais povoada por estranhos vindos de toda parte. A frase “Fora Haole” seria seu grito de guerra contra aqueles que acreditam estarem roubando suas casas, seus empregos, suas vagas na universidade, suas ondas propícias para o surfe e até suas mulheres (como é o caso de André, que se “juntou” com uma mulher do morro), aparecendo freqüentemente pichada em muros, e às vezes, ouve-se o brado a plenos pulmões, mas raramente identifica-se de onde e de quem vem o grito. Há, assim, uma certa predisposição de hostilidade de parte de certos “manézinhos” com relação a todos os “invasores”. Como visto na passagem acima, André se indigna com esse localismo, essa apreensão das pessoas através da territorialidade, sem se preocupar com a índole, com o que a pessoa fez, e afirma já ter visto muitas vezes os “nativos” entrarem numa briga ao lado de seus conterrâneos sem nem saber o que estava acontecendo, quem estava errado. Os nativos, os “manézinhos” formariam assim, entre eles, um grupo de proteção e auxílio contra os “de fora”, quaisquer que sejam eles. Unem-se num grupo “Nós”, em oposição a um grupo

formado por “Eles”, não importa de onde venham. Por outro lado, percebe-se que André tentou o diálogo, o acordo. Mas não encontrou ouvidos junto aos agressores. Justamente este fato é significativo: os “manézinhos” não queriam com ele qualquer diálogo, não querem relação, não querem acordo. A única forma de linguagem, de comunicação que estes agressores aceitariam manter com André (o “estrangeiro”) seria a linguagem das violências, uma forma extrema de demonstrar que não o querem aqui, que ele está fora de seu lugar, que não há diálogo possível.

Voltando à narrativa, André faz breve resumo do antecedente e diz que na hora em que foi olhar para os dois meninos que o xingavam, desviou o olhar do primeiro agressor (Valmir), que lhe deu um soco na boca, sem que estivesse vendo. Isso o levou ao chão, onde recebeu mais um chute nas costelas. Nisso, ao ver sua mulher próxima de tal ação violenta, criou forças e reagiu: levantou-se, atracou-se com Valmir e o levou ao chão:

“Aí consegui derrubar ele assim no chão, ficou embaixo de mim, assim, e eu dei-lhe, né? Dei umas três, quatro porradas nele, ele deu em mim, e eu dei nele, né?...Aí eu percebi um vulto, assim, atrás, quando eu olho era o moleque, com a pedra...Era um tijolo, meio tijolo, sei lá...E isso a tipo, um metro da minha cabeça, quando vi o braço já estava descendo, e Bum!!! Abriu um talho na minha cabeça, aqui atrás assim, tomei vários pontos, tenho a cicatriz até hoje (*mostra a cabeça*)”.

Nesta passagem, ressalta a reação de André: ele, que em toda a narrativa anterior tentou resolver as coisas pelo diálogo, pela discussão, ao ser agredido revida na mesma moeda. Mas percebe-se em seu discurso que ele tenta justificar sua reação violenta, legitimar sua ação, expô-la como legítima defesa: “*ele deu em mim, eu dei nele, né?*”. Foi agredido primeiro, tinha o direito de reagir. Mas, mesmo assim, procura minha concordância quanto à legitimidade de sua ação, o que está expresso no uso do marcador discursivo “*né?*”. Segue-se outra ação violenta motivada pela primeira: o outro rapaz (Fernando), o atinge pelas costas, com uma pedra na cabeça. Nisso, André foge, com a mulher, para dentro de casa:

“Daí quando eu levantei, meio zozzo, né, ainda ouvi os caras “Ah, vamos colar ele, agora já era!!!”, e eu cheio de sangue da cabeça...O que eu fiz: peguei a Rita e saí correndo. O que eu ia fazer nessa condição? Porque se eles estavam em três e queriam...Primeiro, o Valmir me deu uma porrada do

nada. Já é a maior covardia o cara te dar uma porrada sem você estar olhando...Segundo: o outro veio porque o primeiro te deu uma porrada, vai lá e te dá uma pedrada pelas costas!”

Nosso narrador ressalta duas coisas: a primeira diz respeito à sua posição de honra – não fugiu porque estava com medo, ou acovardado, mas porque “*o que eu ia fazer nessa situação?*”. Ou seja, tomou não uma atitude covarde, mas uma atitude racional: estava em menor número (eram três agressores), o primeiro o agrediu sem que estivesse olhando, o segundo pelas costas, e ele não poderia envolver também a mulher na briga. Também aparece, em segundo lugar, a indignação com a covardia da ação dos agressores, a covardia do ataque pelas costas, revelando aqui mais uma vez a *moral stance*, ou julgamento moral que o narrador faz das atitudes narradas, como mostram Ochs e Capps (2001). Devemos porém, perceber a bilateralidade da situação: o que para André é covardia – vários atacarem um – para os outros pode significar uma ação coletiva, a formação de um grupo “Nós”, “manézinhos”, “nativos”, que se opõe à “Ele”, “estrangeiro”, “*outsider*”, “*haole*”. Num momento posterior, ao encontrar o rapaz que lhe deu a pedrada, diz ter dito isto diretamente para ele, reafirmando a covardia do ato pelas costas e a desproporção da “violência” empregada:

“...eu passei por ele várias vezes nesse tempo e falei para ele que ele era covarde. Porque? Porque se vocês estão em três, e arrumaram uma briga, e seu camarada (que nem é camarada mais, sumiu daqui não sei porquê) tá apanhando de mim, você podia vir, me puxar, me tirar de cima dele, mas pegar uma pedra! Atirar a pedra na cabeça! E a um metro de distância! Podia ter me matado, e na covardia, pelas costas!”

Nisso, André inicia outra narrativa, a narrativa de outro evento, consequência deste, revelando o encadeamento temporal dos fatos, o seqüenciamento que a forma narrativa permite:

“Aí dois anos ou três depois, eles apareceram lá embaixo no bar, ele (*o Fernando*) já passou por mim com uma cara de marrento, dá aquela olhada, aí não sei se falou alguma coisa pra Rita também, ela também falou alguma coisa, começaram a bater boca, a Rita e o moleque, ainda falei umas duas três vezes pros dois: ‘Olha, acabou, chega, faz tempo isso aí, bábábá...’.”

Aqui, André demonstra mais uma vez ter tentado minimizar as hostilidades pela conversa, ter tentado solucionar a questão, esquecer, mas a posição de negociador é negado ao estrangeiro,

não se quer ouvir o que ele tem a dizer. Casos assim podem ser aproximados do que afirma G. Simmel (1983) em “O estrangeiro”: a relação com o estrangeiro é uma não-relação; têm-se com ele uma relação baseada na tensão entre a proximidade e a distância, onde a consciência de só ser comum o absolutamente geral, universal, faz com que se acentue especialmente o não comum. Este elemento não comum não teria, para Simmel, nada de individual: é meramente a condição de origem, que é ou poderia ser comum a muitos estrangeiros. Esse tema da territorialidade continua na narrativa de André:

“De repente, o que aconteceu: na hora que o Fernando virou e falou bem alto pra todo mundo no bar que tava lá: ‘Aê, pessoal, que vocês consideram mais aqui: eu ou esse cara aí?’, querendo dizer ‘eu que sou nativo, e ele que não é’, entendeu? De novo, a mesma coisa, entendeu? Essa porra aí de localismo! E daí, na hora que ele falou isso, eu virei e falei: “ô, que é isso, você não sabe o que tá falando...”, já veio o outro, o Allan, e me deu um soco no olho. Não vi nem da onde! E olha só: sinceramente, foi a terceira porrada que eu tomei sem fazer nada! Absurdo, né? Eu pelo menos acho absurdo! Mas então, eu nem vi quem me deu a porrada na hora, foi de lado, eu nem sabia quem era ele...E nisso todo mundo já juntou, era no bar, de noite, ele saiu no meio do bolo e fugiu. Eu não sabia nem quem era, sabia que era um loirinho, baixinho, e tal. Depois que eu vi que o cara é meio gordinho, na hora achei que era um palito...(risos). Aí pensei: não acredito, vem um moleque deste tamanho que eu nem conheço e me dá minha terceira porrada gratuita?”

Nesta fala, André mais uma vez deixa transparecer sua indignação com o que chama de “localismo” dos nativos de Florianópolis: nem conhecia o agressor Allan, para ele (que tem 38 anos) um menino, que o agride mais uma vez, aparentemente sem motivo (na interpretação de André). Destaca também que não fez nada (ou seja, foi vitimizado sem motivo), e a futilidade, a falta de sentido da ação violenta sofrida (“*foi a terceira porrada que tomei sem fazer nada! Absurdo...pelo menos eu acho absurdo!*”).

Engata então a terceira narrativa acoplada às duas primeiras: alguns dias depois, identifica o agressor Allan, e vai tirar satisfações (estendendo mais ainda a *vendetta*), o inquirindo sobre os motivos do soco que levou deste (ou seja, tenta dialogar), momento em que Allan já se prepara para as vias de fato. Segundo este, a motivação seria a de que André brigou com amigo dele (e

Allan assim tomou partido de seu amigo – lembramos que, como André predisse, os dois são “manézinhos”, que se unem contra o “de fora”), motivo deslegitimado por André na mesma hora:

“Aí eu disse que ele não sabia do estava falando, que não deveria ter se metido, que foi uma treta de anos atrás, que já tinha acabado...E nisso ele foi se inflando, e veio o amigo dele e falou pra ele sair, e foi puxando ele. E vou te contar: desta vez eu fui atrás! Porque se você vai falar com o cara, explica pra ele, ele pode dizer: “Olha, foi mal, desculpa, viajei...”, qualquer coisa...Ele podia falar, tanto é que ele falou depois. Depois que eu dei umas porradas nele. Mas se tivesse falado antes, eu não tinha ido atrás, ia ser menos pior. Mas como ele não disse, ele foi saindo, eu fui indo atrás, ele entrou num beco, e eu fui indo atrás, falando, perguntando porque ele tava fugindo, que eu só queria chegar num entendimento com ele”.

André diz que vai atrás, uma forma de reação à “violência” sofrida e à falta de desculpas.

Reage também com “violência”: *“ele pediu desculpas depois que dei umas porradas nele”*. Mais uma vez, André afirma ter tentado o diálogo, mas, como dito acima, ele não tem uma posição de interlocutor válido. Mas quando reage com “violência”, sua resposta na mesma linguagem faz dele um interlocutor.

Como motivo desencadeador dos atos violentos aparece a falta de entendimento, de comunicação: diz que se o rapaz tivesse lhe pedido desculpas antes, tudo ficaria bem, mas como isso não aconteceu, foi atrás dele. Mas Allan reage, lhe atira pedras:

“Aí ele foi indo, parou, pegou uma pedra, jogou, pegou outra, eu joguei uma também, ele pegou eu peguei também, né, não se pode ficar em desvantagem nessa hora... Aí, como era um beco, ele tava lá no fundo, atrás de mim já começou a juntar um monte de galera. Aí ele começou a vir chegando perto de mim, pra não ficar feio pros vizinhos dele ele correr de mim, e eu falei: “Vem aqui como homem e diz porque você me deu aquela porrada!”. Aí nessa hora ele veio, e eu estava até querendo isso! Mas eu não iria pra cima dele dar a primeira porrada. Mas ele pegou e veio me dar uma porrada, mas desta vez eu estava esperando a porrada. E eu falei pra ele, porque ele não me dava a porrada de frente, pra ver se eu não quebrava ele...Aí, como sou mais alto que ele, ele veio me dar a porrada, eu dei um passo para trás e grudei a cabeça dele com uma gravata, debaixo do braço, então ele ficou com os braços assim balançando sem conseguir me atingir, e a cabeça dele presa. Aí eu dei: uma, duas, três, quatro, aí me tiraram! A galera que estava atrás separou...”

Frente às pedradas, André reage na mesma moeda, tentando mais uma vez justificar sua atitude violenta: o outro atirou pedras, ele também deveria fazê-lo, para não ficar em desvantagem. Mais uma vez ele pede a concordância do entrevistador em relação à legitimidade de sua atitude: ação exigia sua reação, foi legítima defesa, confronto exige igualdade. Há,

também, a noção de honra envolvida: relata que Allan veio chegando mais perto, para que os amigos e vizinhos presentes não pensassem que é covarde – aqui aparece um julgamento moral e de honra (*moral stance*), pois a regra aqui implícita, e que permeia toda a narrativa de André, é a da covardia da agressão pelas costas. As regras aqui seriam: homem que é homem não corre, não bate pelas costas. Além disso, aparece neste trecho uma alegação de André sobre sua superioridade moral em relação aos garotos: não queria dar o primeiro golpe – isto é como uma alegação de que sua natureza é pacífica, não agressiva, apenas defensiva/reativa. Se envolve então em disputa corporal com Allan, e acaba levando a melhor, até que os separam: outros nativos apartam a briga ao verem um dos “seus” apanhando:

“Aí eu pensei: é tudo amigo dele. O que eu fiz: saí correndo, lógico! Veio um monte correndo atrás de mim. Um monte! Aí um me passou uma ‘chinela’, eu caí no chão, me deram uns chutes, mas a sorte foi que tinha uns caras mais velhos que me conheciam e me tiraram.”

André, percebendo a situação, foge, ressaltando sua inferioridade numérica e a incapacidade de reação (ou seja, fugiu, mas não é covarde): “*Saí correndo, lógico*” – é o que ele considera a atitude racional frente a múltiplos possíveis agressores. Mesmo assim, é perseguido e acaba apanhando destes, até ser reconhecido por alguns (mais velhos, mais razoáveis) conhecidos que dão resolução à situação.

Ao fim de sua narrativa, André faz uma avaliação dos eventos, ressaltando que sofreu várias agressões sem sentido, sem motivo aparente: destaca-se de sua fala a falta de sentido e de interpretabilidade das violências. Me conta as sanções sociais a que os agressores foram submetidos na comunidade (isolamento, proibição de entrada em bares do local) e caracteriza, formula uma contra-identidade do agressor “Fernando” como violento compulsivo, que briga com todo mundo, e também como alcagüete, a pior vergonha, o dedo duro, o que merece a morte. E que é um localista, dá muita importância a quem é nativo ou não:

“Então aí você vê: foram quatro ou cinco agressões que eu levei por causa de um simples motivo. Aliás, não foi nem um motivo, nem teve motivo! Mas esse moleque depois ele pediu desculpas pra mim, o Allan. Hoje me cumprimenta, e tudo...Mas também ele ficou queimado por causa disso no bar, ficou sem ir ali... o outro, que me deu a pedrada, não pode nem aparecer ali mais! E em vários lugares, porque ele arruma treta com todo mundo. Tá sempre brigando por nada. Dizem até que tem um cara aí atrás dele, que saiu da cadeia agora, e que foi ele que dedou o cara...E que o cara saiu agora e que jurou ele de morte...Esses dias, a gente tava lá no barzinho, jogando uma sinuquinha, e chegou ele lá. Ele, mais o irmão, passou por mim e falou: “E aí, André, hoje é na paz ou vai ter stress?”, aí me olhou uma vez, eu tinha acabado de chegar, o que eu fiz? Peguei a Rita e fui jogar uma sinuquinha na Lagoa. Eu vou fazer o quê, vou ficar lá?”

Encerra assim sua narrativa dando um salto para o presente, como as coisas estão hoje, relatando que quando vê o rapaz de novo, o evita, se afasta, se isola, tentando evitar um possível novo confronto e mais violências, demonstrando assim o que a experiência que teve das violências alterou sua vida – isolamento, evitação de certos lugares e pessoas:

“Eu sei como a galera daqui é...Tem é lógico, aqueles que não medem se a pessoa é daqui ou dali, nem querem ser amigo ou inimigo do outros por isso. Mas tem muitos que são assim. Aqui na Ilha tem de monte. Conheço até gente que não vem morar aqui por isso, por causa desse localismo. Foram morar em Garopaba, em outros lugares por causa disso. Tem os que são e os que não são. Mas mesmo assim eu ainda gosto de morar aqui, até porque a cidade é muito legal, bonita...Mas tem gente que não tem o que fazer e fica por aí cuidando da vida dos outros.”

André explicita assim toda a polaridade criada a partir do pertencimento: num primeiro momento ele polariza, homogeneiza, apresenta a sociedade como formada pelos “de dentro” e pelos “de fora”, baseada na lógica do “Nós” e dos “Outros”. Para ele, os “de dentro” (os Outros dele, o que são a ele exteriores), são preconceituosos com os de fora, localistas e violentos na defesa de seu território. Mas depois relativiza, diz que nem todos são assim, admite que não é característica geral. Mas mesmo assim afirma que isso chega a causar evitação do local, pela fama reconhecida.

André, assim, vê as brigas que teve como motivadas essencialmente pela polarização nativos/estrangeiros. Ele é visto como invasor de território, que deveria voltar para onde veio. E vê os “manézinhos” como preconceituosos, violentos na defesa de um espaço que acreditam ser deles. Se conforma como um sujeito que denuncia a exterioridade, a exclusão e o preconceito.

Não se trata aqui da exclusão denunciada por Alexandre quando fala dos moradores dos morros estigmatizados pelos mais abastados. André vive no morro, mas é um sujeito que se percebe excluído até entre os excluídos, por não ter nascido no local. Também é um sujeito que ressalta a *moral stance* (OCHS & CAPPs, 2001), quando fala da postura de honra e hombridade que se deve ter em situações violentas, como por exemplo não agredir pelas costas, ou em superioridade numérica. Posturas que, para ele, os “manézinhos” não respeitam, pelo que André os desqualifica moralmente. André se revela como um sujeito que se sente injustiçado, pois acha que as agressões que sofreu não foram provocadas. Por isso, as vê incompreensíveis. Mas mesmo assim afirma gostar da cidade, e não querer abandoná-la por causa disso.

3. Os assaltos, as armas, a sobrevivência incrível: Airton e Marcelo

3.1. Airton:

Airton tem 39 anos, é mecânico de profissão, nascido em Florianópolis, no Estreito. Atualmente, vive de seu trabalho no mini-mercado da família e da renda de alguns imóveis alugados. Já foi casado mas hoje vive sozinho, próximo à Lagoa da Conceição. Conheci Airton por intermédio de um conhecido comum, Luís, que me contou que ele havia sido assaltado e fora atingido por disparo de arma de fogo.

Nos encontramos no mercado de sua família, e quando apresentei a pesquisa e seus propósitos, se prontificou a participar, sem maiores ressalvas, a não ser a de que seu nome verdadeiro não aparecesse. Combinamos a entrevista para alguns dias depois em sua casa. Muito confortável se comparada as que estava me acostumando a freqüentar para a realização de minhas entrevistas. Fui direto ao ponto: “Você poderia contar como foi o assalto que você sofreu?”

“O meu tiro...Negócio foi o seguinte: Eu saí, depois levei a mulher em casa, aí eu tô voltando, e o cara vem e me assalta. Daí eu tinha pouco dinheiro, e o cara resolveu me dar um tiro, o desgraçado...Nada, não fiz nada, simplesmente ele pediu a grana, eu abri a carteira e disse que ele só ia levar o dinheiro, que os documentos para ele não serviam, daí tinha pouco dinheiro, ele pegou e me deu o tiro...”

Ou seja, em sua primeira interpretação, a ação violenta sofrida por Airton para ele é aparentemente motivada pelo relativo fracasso do assalto. Mas não houve provocação, nem reação, os motivos que geralmente são associados a um desfecho letal de assalto à mão armada. Na narrativa, há alegação de inocência, com a inclusão do fato de não ter reagido, ter tido a reação esperada e padronizada culturalmente: nunca reaja a um assalto. Daí a falta de interpretabilidade da ação violenta: se agiu da maneira esperada (não resistiu), esperava que o ladrão também agisse assim (simplesmente pegasse o dinheiro e fosse embora, não atirasse).

Airton é uma pessoa quieta, introspectiva. Dava respostas curtas e objetivas, nunca entrando em muitos detalhes sobre nenhum tópico. Tendo a interpretar isso como um traço de sua personalidade e como um reflexo da dificuldade geral, da maioria das pessoas, de falarem sobre suas experiências violentas e traumatizantes. Além disso, esse evento se passou mais de vinte anos atrás, de forma que Airton já deve ter se cansado de recontar a história, a limitando ao essencial, ao que o interlocutor quer saber. Digo isso porque já me foi sugerido por colegas meus, antropólogos também, que essa falta de detalhes e as respostas curtas poderiam ser um sinal de que o informante estaria mentindo, inventando uma história não comprometedoras para não revelar que, por exemplo, tinha sido atingido pela polícia ao participar de um crime, ou se envolvido numa briga, algo assim. Mais que isso, no estudo das narrativas importa menos a “verdade histórica dos fatos” do que a forma como até mesmo as mentiras são construídas: elas estão embasadas no conhecimento e no material cultural à disposição do narrador – mesmo sendo mentiras, são mentiras que o narrador acredita que têm plausibilidade, que são “*acreditáveis*”, e assim não deixam de refletir, tal qual uma história verdadeira, o cotidiano e a vivência cultural e

social de quem conta. A narrativização assume pontos de vista. Fatos são produtos de um processo interpretativo – fatos e interpretações requerem e moldam um ao outro. Obviamente, alguns indivíduos mentem. Mas é “*a veracidade, não a verdade, que está em jogo: esta é a diferença chave semântica – a última assume uma realidade objetiva, onde a primeira move o processo no mundo social*” (RIESSMAN, 1993, pp. 64-65).

De qualquer forma, suas respostas curtas me obrigavam a fazer perguntas. Tive de inquiri-lo sobre o local do assalto (Avenida Ivo Silveira, no estreito, perto do Morro da Caixa D’água), o horário (perto das duas da manhã), a época (“*Olha, isso aí eu tinha uns 17 anos, faz um tempinho...*”), as intenções do assaltante ao atirar – se para matá-lo ou para evitar uma reação (“*Ele me deu o tiro na direção da cabeça, é lógico que tinha a intenção de matar...*”), e sobre o que aconteceu depois do disparo (“*Eu caí no chão, me levantei, parti para cima dele, ele saiu correndo, se mandou...Dali eu desci...*”). Neste momento, eu, que ficara insistindo para que falasse mais, ironicamente me vi obrigado a interrompê-lo:

“Espere aí...você levou um tiro no rosto e partiu para cima do assaltante? Entrou onde a bala?”

“A bala entrou pelo queixo, logo abaixo da boca (*aponta uma espécie de ‘cavinha’ entre o queixo e a boca*), e foi se alojar aqui atrás na artéria e na medula (*apontando a nuca*). Depois a bala foi extraída...Voltando: daí eu desci a Ivo Silveira toda para pedir ajuda num posto policial, e quando eu pedi ajuda os policiais chegaram e disseram que eu estava preso! Aí eu fui à pé até o Hospital Florianópolis e eles grudados no meu braço: ‘Tás preso, tás preso...’, aí eu disse: ‘Só se tu sacar dessa porcaria dessa arma e me dar outro tiro!’. Daí fui andando até o Hospital Florianópolis, e chegando lá entrei com porta de vidro e tudo, de tanta dor que sentia. E os policiais querendo me prender! Acharam que eu estava numa briga, que eu era bandido também...E eu fiquei das 03 horas da madrugada até o outro dia às 05 da tarde, quando a minha família chegou – estava todo mundo viajando – e obrigaram os médicos a fazerem a cirurgia porque eles queriam mesmo que eu morresse que acharam que eu era bandido. E os policiais lá me guardando...Tanto a Civil como a Militar, só faltaram me algemar na cadeira de rodas... (*risos*). E daí eu fiquei dois anos internado naquela encrenca. Porque eu fiquei paralisado da cintura para baixo, porque afetou a minha medula e a espinha. Mas daí com o tempo foi sarando, voltando ao normal, e fiz mais umas 5 ou 6 cirurgias, já nem me lembro mais.”

Neste trecho, Aírton relembra como, depois da fuga do agressor, foi pedir ajuda policial, tentando resolver o problema com a ajuda de uma instituição de ordem, e tornou-se suspeito.

Revela indignação com ação policial, e também com a atitude dos médicos, que, por pensarem que era um bandido, não o socorreram. A ajuda só ocorre com a chegada da família, pois para ele policiais e médicos compartilhavam a visão de que ele era um bandido, e que “bandido bom é bandido morto”, bastante comum em diversas camadas sociais brasileiras depois de divulgada, principalmente, por certos veículos da mídia sensacionalista. No trecho acima, Airton narra também as conseqüências físicas e o tratamento prolongado e doloroso a que foi submetido para livrar-se das seqüelas. Quando pergunto a ele sobre o que achava que motivava o agressor, Airton responde outra coisa:

“O cara mesmo já tinha uma ficha criminal extensa...Foi preso, e foi morto dentro da penitenciária. Mataram ele na penitenciária. Mas ele não era daqui, ele era baiano. Parece que lá na Bahia ele já tinha matado não sei se o pai ou a mãe, um treco assim.”

Como dito, Airton não responde o que perguntei, o que faz é identificar o Outro Agressor como criminoso irre recuperável. Em seguida, o identifica como sendo baiano, ou seja, um *outsider* (Airton é “manézinho”, “nativo”, ou como diriam Elias e Scotson, “estabelecido” — está assim exteriorizando o Outro Agressor, o tirando dos limites morais de seu grupo), e mais, como parricida. Assim se completa a caracterização: criminoso, irre recuperável, parricida portanto monstruoso e desprovido das coerções mais primárias da sociedade (não matar pai e mãe), e de fora da comunidade. Aqui está claramente a formulação da contra-identidade do Outro Agressor, construída de modo a torná-lo indesculpável, e retira a culpa de seus conterrâneos, como quem diz: “aqui só tem gente de bem, o mal é o que os de fora trazem...”. Como dito acima, ele não havia respondido minha pergunta, então a reformulei:

“Você acha que ele estava roubando para quê? Para comer, para levar para alguém...?”

“Para usar droga, mesmo!!! E pelo instinto mesmo de roubar, né? Que se criou ali mesmo no meio dos ‘coisa ruim’ de roubar todo mundo mesmo...Se criou esse instinto...”

Aqui, sim, Airton dá uma interpretação dos motivos do assaltante: surge a questão do uso de drogas, que permeia muitas das narrativas, como fator agravante da insociabilidade e agressividade dos usuários, assim como libertadora dos controles sociais. Airton culpa também o instinto, onde revela uma visão de roubar como inato, praticamente uma predisposição genética. Porém, há aqui uma contradição: ele diz que é “*um instinto que se criou ali mesmo no meio dos coisa-ruim*” – ora, se é criado num meio social, não é instinto, é cultura. Mas por outro lado, essa afirmação é mais profunda que parece: Airton pode estar sinalizando para o fato de existir uma parcela da população que vive guetificada, na marginalidade, num meio social precário, que favorece o desenvolvimento da criminalidade e das violências, e que estas podem ser aprendidas, ensinadas, mimetizadas por aqueles que crescem e vivem suas vidas neste meio. Ressalta assim o caráter aprendido, portanto cultural, das violências e da criminalidade. Ao final, pergunto a ele o que a experiência desta “violência” alterou em sua vida:

“Alterou bastante, né, porque daí o cara fica mais...se precave mais, não sai mais tanto dando bandeira por aí, né...fica sempre esperto, olhando prum lado e pro outro...desconfia de todo mundo, fica sempre ligado na situação, né, porque não se pode mais hoje em dia sair por aí três, quatro horas da manhã caminhando à vontade, porque você está sujeito a ser roubado, morto...”

Nesta fala, está a avaliação das conseqüências do evento violento na vida dele: precauções, isolamento, mais atenção, desconfiança das pessoas, vacilação, medo de novo crime, além das já narradas conseqüências físicas.

Desta narrativa, podemos perceber que Airton se revela enquanto sujeito como “estabelecido”, um “manezinho”, que remete à exterioridade a culpa pelo sofrimento que atravessou: caracteriza seu agressor como sendo baiano, de fora, e ainda por cima parricida, ou seja, monstruoso e indesculpável. Além disso, é um sujeito que tematiza a falta de controle causada pelas drogas, quando afirma acreditar que o agressor estaria motivado pela vontade de consumir drogas, e por um certo “instinto para roubar”, que remete à vivência e socialização num

meio social precário, onde muitas vezes a única oportunidade de se conseguir dinheiro parece ser através do crime, criticando assim a guetificação. Também é um sujeito que mostra sua crítica e indignação com o discurso do “bandido tem que morrer” que percebeu entre os policiais e médicos que, ao invés de socorrê-lo, o abandonaram até que sua família chegasse, por pensarem que era um bandido. É também um sujeito vitimizado, que sofreu duras conseqüências físicas, além do medo e desconfiança generalizados que imperam em sua vida após o evento. Aparece assim como um sujeito que guarda as seqüelas interiores e exteriores do trauma que sofreu, além de denunciar a falta de interpretabilidade do evento violento que sofreu, pois não reagiu ao assalto e mesmo assim foi alvejado.

3.2. Marcelo:

Marcelo é paulistano, casado, mora em Florianópolis há 6 anos, tem 29 anos de idade, se define como salva-vidas de profissão, nível superior incompleto. Eu conheci Marcelo pois sua mãe era minha vizinha, e me apresentou a ele, antes do evento narrado abaixo. Nos tornamos amigos, e quando aconteceu o assalto, ele já conhecia meu tema de pesquisa e se prontificou a me conceder a entrevista. Na entrevista concedida em sua casa em agosto de 2005, inicio já perguntando como foi o assalto que sofreu no seu antigo emprego:

“Eu trabalhava no posto de combustível na Lagoa da Conceição, ali na frente do La Pedrera, o forró, e o assalto aconteceu de madrugada. Eu trabalhava de caixa na madrugada, no período das 23:00 até umas 07:00 da manhã, e por volta das três horas da manhã, mais ou menos, eu estava atendendo pela janela, porque a porta não estava mais aberta, a gente estava fechando para evitar justamente o roubo, e o cara chegou pela janela, assim como se fosse comprar uma cerveja, ele estava com uma cerveja na mão, mas estava encapuzado, estava ele, e depois chegou mais um, e no momento eu estava agachado, mexendo no dinheiro, no momento que eu vi os caras eu *ganhei* que eles iam me assaltar. Aí eu levantei, e quando eu levantei o cara já estava apontando a arma: “Vai, dá o dinheiro, dá o dinheiro!”. E como o dinheiro estava embaixo, eu fiquei com medo de me movimentar rápido e os caras atirarem, né, e disse pra eles: “Calma, calma, calma!”, já levantando as mãos, daí um deles, o que estava desarmado, virou pro outro e falou assim: “Vai, vai, atira nesse cara aí...”, e me xingando, né, de tudo quanto é coisa... “Atira, atira, atira...”, e o cara atirou, né? Só

que a bala não saiu. Daí, pô, nessa hora que o cara apertou o gatilho, eu, “Pô, calma, calma, espera aí...”, comecei a gritar apavorado, né, não sabia...não sabia na real o que estava acontecendo... Na real, achei que ele tinha me acertado e eu não estava nem sentindo, entendeu? Cara, aí nisso, eu meti a mão embaixo, eu tinha separado uma parte da grana, entendeu? Como eu tava mexendo no dinheiro, quando eu vi os caras chegando, eu separei uma partezinha da grana, então eu dei na faixa de uns duzentos reais pros caras. E nisso, na hora que eu abaixei pra pegar o dinheiro, o cara de novo: “Atira, atira!”, e quando eu peguei o dinheiro assim, o cara disparou outro! Que também não funcionou, mas o cara deu em cima de mim, na direção da cabeça...O primeiro eu acredito que não tinha bala na agulha mesmo, mas o segundo tinha, e falhou...Foi Deus mesmo, o *bagulho foi embaçado*. E aí eu dei o dinheiro na mão dos caras e eles correram, ‘tá ligado’... Meu, eu não tinha feito nada, nada, nada, não tinha nem me movimentado direito, pra falar a real. Os caras chegaram, a bem dizer, atirando. Porque eu dei uma demorada, não sei, falei pra eles terem calma, que o dinheiro estava embaixo ali, o cara já ficou cabreiro, achou que eu ia pegar algo, ou tentar alguma coisa, não sei. Só sei que o bicho tremia pra caramba. É gente que...pô, toda noite ali no posto tinha um traficantezinho, com certeza é gente que estava por ali que estava vendo o movimento, sabia como que era, entendeu?”

Marcelo principia sua narrativa de evento violento com uma contextualização, uma orientação, para dar verossimilhança à narrativa, já que o caso é “incrível”, dada sua sobrevivência aos tiros: conta o que estava fazendo, onde, e o horário. Relata que o posto estava com a porta da loja fechada, atendendo pela janela, uma forma de medida preventiva frente aos inúmeros assaltos a postos de gasolina na Grande Florianópolis. Estes já se tornaram locais visados pelos assaltantes. Narra também como estava mexendo no dinheiro e percebe dois encapuzados com a cerveja na mão se aproximando, e já antevê o assalto à mão armada. Quando os assaltantes apontaram a arma, e pediram o dinheiro, ele levanta as mãos, tem medo de se movimentar rápida ou bruscamente, pede calma, uma mostra de que seguiu a padronização de comportamentos em situação violenta: não reagir, não se movimentar bruscamente, erguer as mãos. Mas a despeito dele ter a atitude esperada, os assaltantes atiram, mas a bala não sai: Marcelo sofreu uma tentativa de homicídio. Ou melhor, duas, pois eles atiram novamente, e mais uma vez a cápsula não é deflagrada. Ele começa a gritar “...apavorado...não sabia na real o que estava acontecendo...”. Dá mostras aqui da confusão mental, da desorientação causada pelo ato violento; pensou até que tivesse sido atingido e não estava sentindo.

Marcelo mostra mais uma vez um comportamento padronizado em relação aos assaltos: quando percebeu que seria assaltado, separou uma pequena quantia para lhes entregar sem comprometer tudo. Em sua avaliação ao final, diz que acreditar que o primeiro disparo não tinha bala na agulha, mas o segundo tinha e falhou. Sem explicação para tamanha sorte, a atribui a Deus. Aqui revela outra tendência dos entrevistados quando se deparam com um evento incontrolável ou inexplicável: remeter a explicação à religiosidade, ou à sorte. Clifford Geertz (1989) afirma que a religião, e os símbolos associados a ela, funcionam no sentido de trazer interpretabilidade ao que aparece na realidade como caótico, desordenado, incompreensível. Fornecem um modelo da realidade, e um modelo para a realidade, facilitando assim as relações, os processos nos sistemas físicos, orgânicos, sociais e psicológicos. No caso em questão, a sobrevivência foi incrível, e ele não encontra outra explicação a não ser na religião. Mas voltemos a Marcelo:

Alegando sua inocência na situação, pois segundo ele não havia feito nada, reafirma ter tido o comportamento esperado e padronizado. Assim não compreende porque os assaltantes “*chegaram, a bem dizer, atirando*”: falta interpretabilidade, falta motivo para a ação violenta, além de revelar a imprevisibilidade do comportamento do agressor. Mas mesmo assim ele tenta interpretar os motivos da agressão: “*...talvez porque demorei, abaixei, acharam que ia pegar algo...*”. Mas ele percebe o medo também nos agressores: lembra que tremiam muito.

Ele também formula a identidade dos agressores: afirma que se trata de traficantes, que sempre estavam por ali e sabiam como era o movimento. Além disso:

“Como estavam encapuzados, não reconheci, mas eles eram daqui, tinham aquele sotaque manezinho inconfundível...Devem ser os mesmos que assaltaram quase todos os postos de combustível do leste da Ilha...E ficam fazendo tráfico em vários lugares, na Lagoa mesmo, ali naquele Querubim...E nos postos de gasolina, sabe...Esperaram matar um lá no Rio Tavares (*referência à morte do frentista no posto Gallo do RT*) para realmente parar às três da manhã...Agora na real nem é três da manhã, antes parava de vender bebida essa hora, agora nem

abre mais...Agora todos fecham meia noite e só reabrem às seis ou sete da manhã, não sei direito, mesmo porque depois disso eu parei de trabalhar lá.”

Assim, os criminosos aparecem para Marcelo como ligados ao tráfico de drogas, como manézinhos, isto é, nativos da Ilha de Santa Catarina, e autores da onda de assaltos a postos de combustível em Florianópolis. Quanto a isso, revela indignação com a falta de preocupação das autoridades e dos donos de postos com a possibilidade de assaltos, e que estes só têm uma postura reativa, e não pró-ativa: esperaram que morresse um frentista em serviço para tomarem providências. Quando pergunto a ele sobre as possíveis motivações dos assaltantes, ele me responde que:

“Decerto para usar droga. Ou para comprar droga para vender, ou para usar, e tal, loucura... Não digo que é para adquirir nada, porque, sabe... o cara que tá fazendo desta forma não quer adquirir nada, juntar, adquirir nada maior. Se ele quisesse adquirir alguma coisa e mudar de vida depois, estava só fazendo seu pé-de-meia, adquirir e dar uma mudada naquela situação que ele tá naquele momento, ele não ia chegar atirando. Ele ia ser o mais sutil possível pra não se queimar, pra poder fazer mais uma vez, duas, como tem ladrão por aí que tem ‘sucesso’, né, entre aspas...”

Aqui, Marcelo fornece uma interpretação da motivação dos criminosos, que ele remete ao uso e tráfico de drogas. Fornece também uma explicação da lógica que o levou a essa conclusão: diferencia o crime “por necessidade”, para “*adquirir*”, fazer seu “pé-de-meia”; ou por “*loucura*”, ou seja, drogas. Pergunto então a ele se o episódio foi o motivador de sua saída do emprego:

“Foi, foi. Era um trabalho para o qual na verdade eu não estava acostumado, já tive comércio próprio, nunca tinha trabalhado assim com carteira assinada, trabalhei um tempão como salva-vidas antes de ir pra lá, vi um monte de coisa que não estava legal, até essa parada aí da violência aqui em Floripa, eu vivia falando pra quem dirigia lá: “Olha, isso aí, enquanto não morrer um, isso não vai mudar, vocês têm que fazer diferente, tem que fechar, o fluxo de pessoas de madrugada é diferente, é só gente que vem aqui só comprar 5 cervejas, se gastar 50 reais aí é muito, não vale a pena, dá prejuízo, e tal”, falava, falava, e não adiantou nada. Só depois que mataram um lá no Rio Tavares, no posto de lá, que eles resolveram fechar aí à meia noite, não deixar mais beber bebida alcoólica no pátio do posto, entendeu? Esperou acontecer, esperou morrer um pra neguinho acordar...Sindicato de dono de postos, e até autoridades, aí, polícia, e quem tá fazendo as leis aí, tava todo mundo dormindo, e a gente lá tomando tiro.”

Nesta avaliação do evento, relata as mudanças em sua vida: a falta de segurança e “*essa parada aí da violência*” em Florianópolis foram dois dos motivos que o levaram a sair do

emprego como caixa no posto de combustível. Além disso, transparece a formulação de sua auto-identidade: já teve comércio próprio, nunca tinha trabalhado assim, foi salva-vidas muito tempo. Revela também uma visão do crescimento das violências em Florianópolis: estava já prevendo a morte de alguém em um dos inúmeros assaltos a postos, o que acabou acontecendo. Inclusive, alega ter dito isso diversas vezes para os responsáveis pela administração do posto, mas sem efeito. Daí seu sentimento de impotência frente às violências sem deter o poder decisório, e seu inconformismo com os “poderosos e autoridades”, que deveriam cuidar da segurança, mas não o fazem, enquanto os funcionários de postos de combustível são vitimizados: “...*todo mundo dormindo e a gente lá tomando tiro...*”.

Podemos perceber que Marcelo se caracteriza como alguém que deve a Deus sua sobrevivência, e que não aceita mais trabalhar numa situação que envolva tamanho risco à sua vida. Se identifica como de outra profissão (salva-vidas), e que não precisa trabalhar em tais condições. É um sujeito que critica a inércia e a falta de preocupação de “poderosos e autoridades” com a falta de segurança nos postos de combustível de Florianópolis, a quem remete a culpa pelo evento violento que sofreu. Quanto aos assaltantes, os caracteriza como motivados pelas drogas, pelo consumo ou pelo tráfico, uma associação muito comum quando se trata de identificar os agressores. É um sujeito que ressalta também a falta de interpretabilidade dos eventos violentos: mesmo sem ter reagido, se tornou alvo de disparos, revelando que nem sempre a atitude padronizada em situação violenta ameniza o ímpeto dos agressores.

4. Ameaças como “violência”:

4.1. Dona Marta:

Dona Marta é religiosa católica de um dos morros do centro da Capital. Entre as diversas atividades que realiza voluntariamente, organizando seus vizinhos, discutindo os problemas da comunidade e buscando soluções através das instituições, está construindo uma Igreja no alto de um dos morros da cidade, e participa de várias atividades comunitárias, quase sempre ligadas à Igreja Católica. Faz parte também do Fórum Executivo do Maciço do Morro da Cruz, que articula diversas organizações comunitárias com o poder público, com o objetivo de verbalizar as demandas da população mais empobrecida. Além disso, é mãe, e empregada doméstica. Gaúcha, e seis anos atrás veio morar em Florianópolis, no mesmo local onde está levantando a Igreja.

Conheci Dona Marta numa reunião do Fórum, por intermédio de outro religioso e membro do Fórum, o Padre Augusto, que me dissera que ela estava sendo “perseguida por bandidos” por sua atuação no local onde mora. Combinamos a entrevista para o outro dia, na parte da manhã.

Sáímos da reunião do Fórum já tarde, pelo fim da noite. Na manhã seguinte, subo o morro, desço no ponto final do ônibus, caminho algum tempo por uma estradinha de terra, seguindo suas indicações, e enfim acho Dona Marta. Ela estava numa casa/galpão, cheia de roupas penduradas, como se fossem de doações, ou campanha do agasalho. Ela parecia meio assustada, pergunto o que foi:

“Aí, meu filho, é que mataram outro aqui ontem...Eu vi eles, na hora que nós saímos do Fórum, o padre me deixou ali onde acaba o asfalto, daí eu vim subindo e eles tavam tudo ali, todos mascarados, encapuzados, todos beeeem armados, né? Aí eu vi, fiquei com medo, e comecei a descer de novo, mas vi que não adiantava e voltei pra cima. Eles ainda estavam ali, eu passei, assim, depois só ouvi um monte de tiro....Mataram o moço, o Sérgio, era pai de família, tinha dois filhos...Encheu de polícia aí, todas as TVs...Tá difícil aqui...As crianças aqui andam brincando com arma, gurizinho de 10 anos com revólver na cinta, aqui tá assim...”

Foi neste clima que eu comecei a entrevista abaixo. Depois, olhamos a obra da igreja que ela está construindo lá em cima. Quando eu estava descendo, conversei com dois senhores no ponto final, eles falaram um pouco também, disseram que “*agora é assim, mas não pode virar costume*”... Mais uma morte nos morros de “Floripa”: um visual deslumbrante de lá de cima, mas o que o panorama e as belezas naturais têm de mágico, a paisagem humana e social faz questão de obscurecer, nos trazendo de volta à mais dura das realidades: esgoto a céu aberto, barracos e casinhas de madeira mal acabados, alguns sem nem janela (só o buraco, sem algo para tapar), meio em cima das pedras, meio balançando sobre o nada, meio em cima umas das outras, meio na beira do despenhadeiro, e o cotidiano de violências. Quando descí, helicópteros da polícia sobrevoavam o morro, vigiando, procurando....Mais tarde, nos noticiários da hora do almoço na televisão, cenas do irmão do rapaz morto falando, a delegada responsável, depoimento de gente na rua sobre “a violência de Florianópolis”, sobre (contra e a favor) do desarmamento, e a pergunta: “Você acha que a violência aumentou ou diminuiu em Florianópolis?”. A resposta: Aumentou – 86%; Diminuiu – 6%; Igual – 8%.

Dona Marta, sem que eu perguntasse nada, constrói uma narrativa bastante extensa sobre como começou a trabalhar com a Igreja e a realizar serviço comunitário. Não cabe aqui discutir esta passagem pois estamos aqui interessados em experiências das violências. Resumo assim sua trajetória de vida, da forma como me contou: Dona Marta tem uma filha que na infância teve muitos problemas de saúde, e, sendo uma família sem muitas posses, não tinha como pagar o tratamento delicado que a menina necessitava. Passaram muitas necessidades, venderam tudo o que tinha, até comida. Foram morar de favor, muitas vezes dependendo da caridade de parentes e vizinhos. Um dia, recebeu a visita de um grupo de freiras que construiu para sua família uma casa (nesta época, morava na garagem da irmã), e lhe deu passagem, hospedagem, e tratamento médico gratuito para a filha no hospital da congregação em São Paulo. Sem ter como retribuir a

ajuda recebida, Dona Marta entrou então para o trabalho comunitário, na esperança de fazer pelos outros o que um dia fizeram por ela. Me contou isso com os olhos cheios de lágrimas, e de orgulho.

Início então as questões sobre sua experiência violenta, da qual sabia muito pouco. Pergunto: “O padre me disse que a senhora estava sendo ameaçada, perseguida. Queria que me contasse porque estavam te perseguindo, como foi isso e como chegou a esse ponto”:

“Chegou a esse ponto porque nós fizemos uma festinha aqui. Todo ano a gente faz. Foi no mês de maio do ano passado (2004). E como teve muita gente, arrecadação, cinco horas da tarde os caras mandaram me avisar que era para eu me cuidar e dar jeito no dinheiro que eles vinham buscar de noite. Foi uma ameaça, né? Bem aqui nós estávamos trabalhando. O que eu fiz: liguei pra polícia! Mas homem, encheu de policiamento aí. Daí a gente fez um acordo com eles que a gente ia mandar o dinheiro com eles lá pra delegacia pra eles guardarem. Só que a gente mandou o dinheiro com outra pessoa, outra pessoa aqui da comunidade mesmo. E daí mandamos avisar que ia dar o dinheiro pra polícia, e entreguei um envelope com jornal dentro, pra eles levarem e o pessoal viu. Viu que demos o dinheiro, ficaram comentando e tudo. Mas os que não estavam aqui e não viram, acharam que quem tinha o dinheiro era eu. E daí de noite foram lá em casa!”

Neste primeiro trecho de sua narrativa, Dona Tereza nos orienta sobre o local, a data e atividade que desempenhava: fez festa beneficente em prol da construção da Igreja, arrecadou bastante dinheiro, e no final da tarde “*os caras*” (no caso, supostos “ladrões” – interessante notar com ela evita identificá-los, caracterizá-los) mandaram avisar que iriam buscar o dinheiro. Para ela, “*foi uma ameaça, né?*”. Assim, Dona Marta considera ter sido ameaçada, o que, como veremos adiante, para ela é uma “violência”. Nesta situação, pediu ajuda à polícia: pedido de proteção às autoridades. Ela narra uma tática, ou estratégia, de proteção: fingiu mandar o dinheiro com a polícia, numa tentativa de evitar confronto. Mas os ameaçantes acharam que o dinheiro estava com ela, e foram até sua casa chamá-la:

“Foram numa turma, grande, foram lá tentar entrar dentro de casa. Só que eu sou uma pessoa de muita fé, de muita oração, e eu tava sozinha, só eu e Deus em casa. Quando eu vi aquela turma batendo palma na frente de casa, me chamando, um grupinho aqui, um grupinho ali, eu pensei: “Isso aí não tá legal...” . Não abri a porta, só fui na janela e vi que não tava legal, já liguei pra polícia, e nada, nada, nada...Aí liguei pro presidente do bairro, liguei pro outro vizinho, daí eles começaram a chamar a polícia também, daí eu liguei de novo, e começou a me dar medo. E eles ali na porta, chamando, chamando...E eu chamando a polícia e não vinha, não vinha, e os meninos

queriam que eu abrisse a casa pra eles entrarem! Como decerto Deus me ilumina, porque eu faço muita oração, não deixou eles entrar, porque se quisessem entrar tinham entrado, minha casa é de madeira, dá um coice já arromba! E eu vendo os grupinhos ali fora, tem uns pés de bananeira, eles tudo na sombra, e começou a me dar medo, comecei a tremer, tremer, não conseguia ficar em pé mais...”

Repare-se na referência imediata à religiosidade feita por Dona Marta: como vimos na narrativa de Marcelo, é comum nas narrações sobre eventos violentos tal referência, talvez por tal experiência dar tal sensação de impotência e incompreensibilidade que a explicação é remetida ao sobrenatural, e à religiosidade. Aparece aqui o acionamento de redes de proteção e auxílio: além de chamar a polícia, ela ligou também para o presidente do bairro, e para vizinhos. Estranho notar sua ordem de preferências para o pedido de socorro: primeiro ligou para a polícia, depois para o “presidente do bairro” (que não explica o que ou quem é), e só depois para vizinhos. Pode-se pensar aqui que isso se deve ao fato de ser uma “estrangeira”, “outsider”, gaúcha, sem uma maior rede de amigos e familiares aqui.

Dona Marta então teve medo: “*Começou a me dar medo...eles ali na porta chamando...a polícia não vinha, não vinha...*”: demora na ação policial lhe dá sensação de abandono, insegurança e medo. Mas, para ela, uma instância divina a ajudou, mais uma vez: “*Como decerto Deus me ilumina, porque faço muita oração, não deixou eles entrarem, porque se quisessem entrar tinham entrado, minha casa é de madeira, dá um coice e já arromba!*”. Aqui nos vem a questão: se os rapazes quisessem ter feito algo, fariam. Seria um medo infundado? Porque o medo havia, está claro: tremia tanto que não conseguia mais nem se manter em pé.

Mas por que gente batendo na porta de sua casa seria “violência”? O que é “*não estar legal*”? Seria porque ela já sabia quem eram os garotos, e do envolvimento deles com o crime? “*Os meninos queiram que eu abrisse a porta para eles entrarem!*”— não houve aqui agressão ou ameaça, a ameaça foi na festa, os meninos só a chamaram: a “violência” estaria apenas na

interpretação dela do evento? Mais adiante ela explica porque considera isso “violência”.

Voltaremos a isto. Mas onde estava a polícia que ela chamou para que lhe desse segurança?

“E eu ligando pra cá, ligando pra lá, e não aparecia ninguém! E desde as oito da noite, era dez e meia quando o presidente ligou pra mim, daí me deixou na linha e ligou pra polícia, porque ele tinha aquele telefone de duas linhas. E ele disse: “A senhora fala pra eles, junto comigo, e eu vou falar também.”. Daí eu disse pra eles não vir de carro, pra vir de a pé, senão eles vêem os carros e eles correm...Daí eles disseram pra eu fazer sinal pra eles, mas o sinal que eles me disseram pra fazer era também sinal pros caras...eles disseram pra eu dar um sinal na luz, disseram pra eu ligar e desligar a luz. Mas claro né, daí os caras já perceberam. No que eu desliguei a luz e liguei de novo, deu uns cinco minutos e eles já chegaram, mas os caras já não tavam mais, não estavam mais. Até umas onze horas, onze e meia, eles ficaram lá junto comigo. Porque eu não conseguia me sustentar mais, de medo. Eu tremia, tremia, tremia, tremia, parecia que eles estavam entrando ali”.

Ela deixa transparecer aqui suas críticas, um tanto veladas, à atuação policial: relata estratégias ineficazes de ação dos policiais, a demora no atendimento, e a sensação de abandono e desproteção. Para ela, a atuação dos policiais carece de preparo e ação tático/estratégica, pois fracassaram na abordagem aos ameaçantes. Salta aos olhos o grau de medo atingido, pois ela diz que os policiais tiveram que ficar com ela algum tempo, para que se acalmasse, porque “*não conseguia me sustentar mais, de medo. Eu tremia, tremia, tremia, parecia que estavam entrando ali*”.

A quem não vive a realidade dos morros da capital de Santa Catarina, deve soar no mínimo estranho tamanho medo causado por garotos lhe chamando à sua porta, sem fazer nenhuma ameaça direta, assim como soou estranho a meus ouvidos, antes que Dona Marta me desse sua interpretação:

“Só que eles não fizeram ameaça direta, só ficaram na porta, chamando, chamando, só queriam que eu abrisse a porta para eles entrarem. Mas eu sabia que era pra roubar, né, claro, como é que ia chegar assim na porta de noite um monte de gente...A gente já vê quando é uma pessoa que quer conversar com a gente. Já chama pelo nome e diz o que quer. Quando vem aí em casa o pessoal, já vem e diz lá da rua: “Dona Martinha, é o Fulano, queria saber quando é que vai ter batizado, quando é que vai ter curso”, essas coisas, a gente já sabe...Agora, ali, no dia, não. Só batiam palmas e não me chamavam...”.

Agora pode-se perceber que o medo dela deriva de sua interpretação das intenções dos meninos, supostamente violentas – um monte de gente, à noite – o escuro e as multidões são

razões clássicas para o despertar do medo. Além disso, Dona Marta compartilha com outros que vivem a mesma realidade que ela, a mesma cultura, uma expectativa comportamento dos outros, uma padronização básica do que é um amigo lhe chamando na porta de casa: a pessoa a chama pelo nome, diz quem é e o que quer. Mas não era este o caso: na ocasião, só batiam palmas e não chamavam-na pelo nome, e, podemos acrescentar, nem diziam o que desejavam. Mas não era preciso, ela já sabia. E, percebendo mudanças no padrão esperado, vendo que era uma situação fora da normalidade, foi dominada pelo medo e pela ansiedade, típicas reações frente a uma situação que não se encaixa nos padrões, principalmente quando possivelmente violenta. E, para piorar, na noite seguinte:

“...e daí na segunda noite eles foram de novo. Chamei a polícia de novo, e daí eles desceram. Desceram à pé, dessa vez. Mas mesmo assim, quando a polícia chega não tinha mais ninguém. É sempre assim. Você chama, demora meia hora, quarenta minutos pra chegar o policiamento.”

O trecho narrativo acima mostra claramente a crença na incapacidade da polícia em cumprir seu papel de instituição de ordem: Dona Marta não acredita que a polícia seja capaz de defendê-la, ao menos com o atual modelo de policiamento, criticado por ela. Mas deve ser ressaltada aqui que muitas vezes outros motivos impedem as polícias de agir com rapidez: poucos policiais, poucas viaturas, locais de difícil acesso, muitas chamadas, muitas ocorrências, policiais com turnos de trabalho muito extensos, etc. Porém, o importante aqui é que essa impossibilidade das polícias atenderem as demandas de Marta a faz se sentir insegura, com medo, à mercê dos ameaçantes. E o medo foi uma das principais conseqüências da experiência sofrida:

“E eu fiquei assim com problema de depressão, com trauma, com o medo, sabe? O medo não vai embora...A outra colega minha, a Ana, mandou o filho dela, ele ficou quarenta dias lá comigo, para eu não ficar sozinha. Tenho muita obrigação com aquela gente. Depois veio pra minha casa meu filho, que separou da mulher, e o menino saiu”.

Ela relata a ajuda de uma família amiga, que a ajudou nos momentos difíceis. Isto é muito comum acontecer ao redor de pessoas que sofrem uma experiência que consideram como

violenta: a mobilização de amigos ou parentes para dar auxílio ou conforto ao vitimizado. Além disso, como é “de fora”, “estrangeira”, como dito acima, este apoio recebido tem muito valor: “...tenho muita obrigação com aquela gente...”. Mesmo assim, a experiência a traumatizou, e o medo, sentimento subjetivo, não vai embora, não desaparece no ar como também não surgiu apenas do ar. Dona Marta convive com as violências em seu cotidiano, e assim o medo também faz parte de seu dia a dia:

“Depois disso não teve mais ameaça direta para mim, mas reunião de gente na frente da minha casa sempre tem. Sempre tem. Até essas dias atrás, eu até liguei pra polícia, mas eles não apareceram, tinha arma de fogo, saiu tiro, cheiro forte de droga, tavam usando tudo na frente da casa. Mas dessa vez pra mim não falaram nada. Mas a gente fica com medo, né? Precisa estar se cuidando...Tiro! Eles metem tiro dali, na minha casa... a rua é lá embaixo, minha casa fica no alto, vem um tiro daqueles a casa é de madeira, passa a bala, né? Então a gente não dormia mais, naquela preocupação. Mas agora parou um pouco. Parece que andaram brigando entre eles, a polícia andou entrando, o Conselho Tutelar também, porque sempre tem muito menor de idade no meio, eles tem entrado, e agora deu uma parada.”

Entremeado a seu relato da convivência que tem com o perigo, as violências e o medo, que lhe causam permanente insegurança e preocupação, aparecem as referências à arma de fogo e as drogas. Como se pode perceber pelas outras narrativas desta pesquisa, é recorrente a associação entre as drogas e as violências. E as armas de fogo são motivo de medo sempre, senão de terror. Em outro trecho de sua entrevista, fora da parte narrativa do evento, Dona Marta associa mais explicitamente a arma de fogo à “pura violência”:

“...porque essa arma de fogo é onde traz a pura violência, porque tira a vida, né? É a pura violência, é com ela que se arma os traficantes, os ladrões, assassino, tudo o que tá acontecendo hoje.”

As armas de fogo são bastante temidas, não só por Dona Marta. Isso se deve ao caráter eminentemente letal dos ataques realizados com elas. As armas de fogo simbolizam a morte, a dor, o sofrimento, a perda. Ela relata mais acima também as instâncias amenizantes, sejam institucionais, como a polícia e o Conselho Tutelar, seja a própria disputa de poder interna entre grupos rivais de criminosos. E, quando ela termina de contar, lhe pergunto o que essa “violência” alterou na vida dela:

“Ah, com certeza a coisa mais forte é o medo! Até mesmo fiquei com depressão, sempre ando pela rua aí me cuidando, não consigo dormir mais à noite, depressiva, muitas vezes noites e noites sem dormir, só com remédio pra dormir. E antes de uma hora ou duas da manhã, não durmo. Não queria me viciar, não queria viciar no remédio, mas tenho que fazer isso para dormir. E é o medo que faz isso...é difícil. E eu fiquei, por causa da depressão, disse o médico, com bastante problema de saúde. Eu ainda tô com bastante problema de saúde. Tudo vem do sistema nervoso, né? Problema de Stress, doença de rico (*risos*). Mexe com coluna, mexe com isso, aquilo, é horrível. Tô sem trabalhar por causa disso, e não consigo atestado, porque o INSS tá em greve, eu tô sem receber nada, nada, nada...E eu tenho medo.. não quero mexer com nada porque eu tenho meus filhos, não sou só eu...Se alguém quiser fazer alguma coisa, pode até nem fazer nada para mim, mas pode fazer para os meus...Filhos, genros, noras, netos, tudo...Às vezes dá até vontade de ir embora, tenho, tenho vontade de ir-me embora daqui, mas daí eu penso que é pior, como é que eu vou embora e vou deixar meus filhos? Daí eu fico aqui junto, cuidando e rezando por eles. E aí eu vejo que eu já tô aqui tanto tempo, eu consegui tanta coisa, pra mim, pro povo, pra comunidade, através da pessoa não parar de trabalhar, porque eu não desisto, mas as pessoas que começaram comigo tudo desistiram...E eu fiquei firme segurando a barra. E tô segurando a barra! Você vê esse trabalho bonito que a gente tá fazendo aqui, que a gente tá conseguindo (*as obras da futura igreja e centro social*) , como é que eu vou desistir? Como é que eu vou deixar agora? Não dá...Como eu disse: eu tenho tanto trabalho que eu tô fazendo aqui pela comunidade, e não é só aqui dentro, tô trabalhando fora também, indo no Correio, na Prefeitura, tentando legalizar os endereços das pessoas, nome de rua, número de casa, tudo isso eu que tô fazendo, e sozinha...E eu vou em reuniões, sobre segurança, do fórum do maciço, não é só pra igreja nem só pra mim, é para a comunidade, para o povo...E é um trabalho que eu gosto, eu vou parar agora, deixar tudo isso e começar de novo em outro lugar? Porque eu tenho certeza que se eu sair daqui começo o trabalho em outro lugar que tenha carência de novo. Se eu quiser já tenho outro lugar para eu trabalhar, lá no Rio Grande.”

Reproduzi este trecho extenso da narrativa porque aqui aparecem mais claramente os efeitos da experiência na fala de Dona Marta. E aparecem também os motivos para que não abandone tudo, apesar de constrangida pelo medo. Primeiramente, ressaltam as conseqüências psicológicas e físicas do trauma: medo, depressão, insônia, uso de drogas psiquiátricas, o vício causado pelo medo, problemas de saúde causados por depressão, o *stress* (“doença de rico”), fatores que a levaram a ter também conseqüências sociais em sua vida: a perda do emprego (situação agravada pela greve do INSS), a vontade de isolamento, de abandonar tudo, de evitar o ambiente hostil. E, é claro, o medo. Se cala, não reage, por medo de represálias contra a família. Quer ir-se embora, mas não consegue abandonar o que já construiu, e as pessoas a quem ajuda, a sua comunidade que adotou, apesar de ter propostas para trabalhar em outro lugar, talvez não tão amedrontador.

Em sua narrativa, Marta se mostra como uma mulher que enfrentou muitas dificuldades, recebeu ajuda, se levantou e agora se dedica a fazer o mesmo pelos outros. É assim um sujeito que se sente vitimizado, mas que se dirige, ao mesmo tempo, para a ação. Por causa desta sua missão, foi ameaçada e “perseguida”. É também um sujeito que critica as instituições de ordem: como não acredita mais na atuação da polícia (apesar de chamá-la quando precisa) e no atual modelo de policiamento, sente-se a mercê dos ameaçantes, e muitas vezes pensa em largar tudo, mas não consegue romper os laços que criou aqui, sua família, amigos. Persevera em sua jornada, tentando trazer mais dignidade e respeito para os que vivem no morro onde mora e mantém seu trabalho voluntário.

5. As autoridades como antagonistas:

5.1. Eduardo:

Conheci Eduardo através de um amigo pessoal. Com este amigo, que chamarei de Marcelão, fui algumas vezes ao Morro no Centro da Capital onde mora Eduardo. Lá, entre muitas pessoas que Marcelão me apresentou, estava um membro de uma associação de moradores, que aqui chamarei de Jajá. Certo dia, conversando com Jajá e Marcelão na casa do primeiro, e explicando a ele minha pesquisa, Jajá se levanta da cadeira de sua sala onde estava sentado e dá um assobio para um garoto que passava na rua. Jajá o convida a entrar em sua casa, me apresenta como “um pesquisador da universidade” e pergunta a Eduardo se ele concordaria em me contar o episódio de “violência policial” sofrida por ele e mais alguns amigos. Após alguma negociação, em que deixo claro que seu nome não apareceria em lugar nenhum do trabalho (aliás, nem fiquei sabendo seu nome), ele concorda em me conceder a entrevista, mas gostaria que fosse em particular, não queria ninguém ouvindo. Eu e ele então nos dirigimos para sua casa, alguns quarteirões mais acima no morro. A sua casa consistia em apenas duas peças: uma era o

quarto/sala/cozinha, tudo ao mesmo tempo, e a outra era o banheiro. Como não haviam cadeiras, me sentei no chão, ele num colchão bastante velho e malcheiroso. Ele me conta que é nativo de Florianópolis, e sempre morou no mesmo morro. Eduardo tem 19 anos, é estudante de ensino médio de uma escola pública, mora com os pais nesta pequena casa, e está desempregado.

Pergunto logo para ele o que havia acontecido com ele e seus amigos na cachoeira:

“Bom, o caso foi o seguinte: tava eu, e mais três amigos. A gente tava de bobeira de tarde na casa do Leco, e como tava o maior solzão a gente resolveu ir lá na cachoeira dar uns mergulhos. Daí a gente chegou lá, ficamos lá um tempão, só tinha a gente, era dia de semana. Nadamos, e tal, fumamos uns baseadinhos, e o Tales tinha levado o violão. Aí ficamos por ali, fumando, tocando, e tal. Ninguém era bandido, nem tava armado, nada. Nós tava lá sossegado. Aí, a gente viu alguém subindo pelo mato até onde a gente tava. Não percebemos que era polícia. Só se ligamos quando os ‘gambé’ já tavam do nosso lado. Não dava nem para correr nem para dispensar o ‘fumo’. Eles chegaram já falando: ‘Ninguém se mexe, se tiver com alguma coisa aí é melhor falar agora que depois é pior’, tudo com os ‘canos’ na mão. A gente, claro, deu o ‘fumo’. Mas eles queriam armas e dinheiro. Parece que eles tinham ido lá atrás de alguém uns dias antes, e mandaram pipoco (*disparos de arma de fogo*) neles de lá, e aí devem ter achado que era a gente. Bateram na gente de porrada, de ‘El Kabong’ encheram a gente de porrada, para a gente falar onde estavam as armas que eles achavam que a gente tinha. Como não acharam nada, acho que ficaram com raiva da gente e quiseram ‘zuar’ nós. Primeiro fizeram um de nós comer um monte do ‘fumo’, depois fizeram o outro entrar lá na água no maior frio, porque já tava escurecendo, e ficar gritando ‘eu amo a PM, eu amo a PM’. Como tava frio, ele não conseguia gritar alto. Aí, um dos PMs tirou uma arma da cintura (não a oficial, de serviço, mas uma ‘fria’) e atirou para cima, falando: ‘Grita mais alto, filho da puta...’ e o cara gritando o máximo que ele podia, entende? Aí fizeram a gente cantar para eles: ‘você não são músicos, não são malandros, agora cantem ‘Maluco Beleza’ pra gente ouvir...’. A gente tava cantando como eles pediram, e eles foram indo embora. Aí um voltou e disse: ‘Se a gente não escutar vocês cantando lá de cima, a gente vai mandar bala em vocês.’ Porra, eu tava quase me cagando de medo, os caras podiam fazer qualquer coisa com a gente que ninguém ia ficar sabendo, porque ali é isolado. Quando achamos que eles tinham ido, paramos de cantar e foi cada um correndo, roxo, rasgado, sujo, para sua casa.”

Como esta é uma narrativa relativamente curta, optei por colocá-la na íntegra, e agora a comento. Primeiramente, ressalta da narrativa de Eduardo que ele reporta o uso de drogas (maconha) com normalidade, não como crime, para ele não estavam fazendo nada de errado. Eduardo acha que a “violência policial” foi causada por um mal-entendido: os “gambés” (gíria usada por grupos jovens para designar os membros da polícia) os confundiram com criminosos que atiraram neles. E essa incomunicabilidade gerou o evento violento: os rapazes foram agredidos com socos, “El Kabong” (golpes de violão, trata-se de uma referência ao desenho

animado Pepe Legal, no qual o personagem-título tem como arma um violão), “*quiseram ‘zuar nóis’ (sic)*”: aqui, faz referência à “violência” cruel e sem motivo, só pela graça de ver os outros sofrendo. Relata também as humilhações sofridas, como comer maconha, entrar na água gelada, gritar o amor à polícia, cantar “Maluco Beleza”, etc. Tais fatores (violências, maldade, crueldade), na fala dele, deslegitimam a ação policial. Há uma referência também ao uso por um dos policiais de uma “arma fria”: é um sinal de que com a arma não registrada, uma arma que não é a de serviço do policial, eles poderiam fazer o que quisessem com os garotos que não seriam descobertos – é um sinal de impunidade, o que gera mais medo nos meninos. Os garotos também foram ameaçados de morte: “*Se a gente não ouvir vocês cantando lá de cima a gente vai mandar bala em vocês...*”. Eduardo então revela o grau de medo causado pelos policiais, medo excessivo, chegando ao cúmulo: “*...tava quase me cagando de medo...*”. Relata que o isolamento do local e a falta de controle sobre a ação policial foram as principais causas de medo: os policiais poderiam ter feito o que quisessem com eles, porque o local era isolado. Quando lhe pergunto sobre por que ele acha que os policiais agiram desta maneira com eles, a resposta é surpreendente:

“Pô, sei lá eu!!! A gente não era bandido, nunca foi... Achei sacanagem, eles quererem que a gente confessasse coisa que a gente não tinha feito. Como vou confessar uma coisa que eu não fiz? Nunca nem peguei uma arma na mão...Mas para eles, sei lá... Eu sou, assim, meio cabeludo, né? O Mino e o Tales são negão... O único alemãozinho é o Leco. Pros polícia, cabeludo é tudo drogado, eles não tão nem aí, já descem o sarrafo mesmo... E negão é aquela história, tá sempre errado, não importa o que fizer. E como a gente tava ali sozinho, só nós e eles, eles viram que podiam fazer o que quisesse com nós que não ia dar nada, ninguém ia ver mesmo...”

Ressalta a indignação com a “violência” da ação, a sensação de que o que sofreram foi praticamente uma tortura para que confessassem um crime que não cometeram; acha que foram injustiçados pelo procedimento policial; salta aos olhos também a falta de interpretabilidade da motivação dos policiais. Eduardo também alega sua inocência total e de seus amigos: não eram bandidos. Alegando assim a inocência, está marcando sua posição de vitimizado: se você está numa situação violenta e é inocente, então você é a vítima. Pensemos também aqui na

interpretação dos motivos policiais: “*sou meio cabeludo*”... “*dois são negão*” – ou seja, cor e aparência aparecem como estereótipos que guiarão a ação policial. Isso revela uma imagem da polícia como preconceituosa, truculenta, guetificante: “*Cabeludo...drogado....Negão...tá sempre errado*”. Além disso, mais uma vez aparece aqui o sentimento da impunidade dos policiais, pois não havia nenhuma testemunha. Pergunto a ele então se ele acha que essa é a atitude esperada da polícia, ao que responde:

“Aí, ó, não sei. Pras pessoas, aí, de bem, acho que não é não. A polícia, qual a função dela? Proteger as pessoas, né? E o que eles fizeram com a gente? Protegeram? Não! Desceram foi a porrada em nós! Mas então, como eu dizia, essa é a atitude que as pessoas esperam da polícia. Mas como eu já conheço, tô ligado, quando eu vi os caras saindo da trilha, já me liguei: “fudeu, vamos tomar o maior *enquadro*, os polícia vão moer nós de porrada agora...”. Eu sabia na hora que vi os caras! O problema dos polícias é que eles tá com a faca e o queijo na mão, e contra eles a gente não pode fazer nada”.

Interessante notar aqui que Eduardo diz que não é o que “*uma pessoa de bem*” acharia normal, mas que ele como já conhece (ou seja, aqui está se colocando fora das pessoas “de bem”) já tinha visão negativa da polícia, que foi reforçada pela experiência. Fica bem marcada também a visão de impunidade e de impotência frente aos policiais. A polícia, para ele, é o Outro, o antagonista, é o que lhe causa medo. E, quando pergunto a ele o que quer dizer “com a faca e o queijo”, me diz que:

“É tipo assim: se o polícia quiser me pegar *de quebrada*, e me encher de porrada, ou me matar, ou mesmo me *jogar um flagrante*, e não tiver ninguém perto vendo, ele vai fazer o que quiser comigo, porque, no final, o máximo vai ser a minha palavra, de estudante desempregado, contra a dele, o senhor policial certinho, entendesse? Claro que ia valer mais a dele, porque ele que é o representante da sociedade, eu sou só um.. o quê? Um gurizão aí do morro... Pros caras, eu não valho nada, entende? Agora o polícia, ele é a segurança pública, né? (risos)”

Ou seja, para ele, policiais podem fazer o que quiserem: bater, matar, roubar, prender sem provas, forjar provas (“*jogar um flagrante*”); em outras palavras, volta aqui a crítica à impunidade e à falta de controle da ação dos policiais. Para falar da impunidade e da sua impotência frente à polícia, formula auto-identidade (gurizão do morro, desempregado, estudante, cabeludo), e contra-identidade ambígua (policial certinho/violento/corrupto, representante da

sociedade, ele é a segurança pública), revelando a desigualdade, a hierarquia, a assimetria de posições e de poder relativo. Os risos no final indicam uma ironia ambígua: pode ser em relação ao fato do policial representar a segurança pública ou ao fato mesmo de ele fornecer verdadeira segurança (no caso, a polícia é que causa a insegurança do entrevistado).

À pergunta que formulei buscando compreender o que a “violência policial” por ele sofrida tinha mudado em sua vida, ele me responde:

“Bom, primeiro que eu não vou mais com esses caras na cachoeira (risos)...Mas, sério, o que rola é que agora toda vez que eu vejo um polícia eu já fico cabreiro, mesmo que esteja sem nada *em cima*. Porque com a polícia é foda: você não sabe se encara o policial, para mostrar que não tem medo, que não deve nada, correndo o risco dele te parar porque você tava olhando muito; ou se você desvia os olhos, para ele não achar que você tá encarando, mas aí periga ele achar que você tá com medo...Então eu não sei...Porque o bandido, o traficante, o ladrão, ele só tem um crachá, que ele está sempre usando: é o de bandido, entendesse? Agora o polícia, você nunca sabe, ele tem dois crachás: um quando ele quer cumprir a lei, outro quando ele quer bater, quando quer *acerto*, quando sobe aqui na missão de matar alguém...Nunca se sabe qual crachá o polícia vai estar usando...”

Assim, ele resume como efeitos da experiência em sua vida o aumento da desconfiança e do medo em relação à polícia. Ressalta o fato de não saber como se comportar frente a um policial: não sabe se encara ou se desvia o olhar, pois ambos podem atrair uma atenção indesejada, mesmo quando ele não carrega nada ilícito (sem nada “*em cima*”). Isso reflete uma incapacidade de perceber o padrão de comportamento esperado pelos policiais – falta interpretabilidade, falta comunicabilidade, há um fosso entre o que entende e o que o policial pensa. Além disso, Eduardo apresenta uma visão da polícia extremamente ambígua: essa teria dois crachás – um de polícia honesta/cumpridora da lei, protetora do povo; e outro, de corrupta, infratora da lei, opressora do povo. Faz-se necessário aqui discutir um pouco melhor o papel das polícias no Brasil, e o que se convencionou chamar de “violência policial”:

As polícias (Militar, Civil e Federal) e o sistema judiciário, por não conseguirem deter a propagação escalada do crime e das violências, se encontram amplamente deslegitimadas e sem crédito frente à população (CALDEIRA, 2000; CARDIA, 1999). Em média, apenas 3% da

população brasileira considera a atuação das polícias “muito boa”. E apenas 10% acredita que a polícia garante a segurança da população (CARDIA, 1999). Elas são vistas como ineficientes, corruptas, e freqüentemente agem fora dos limites da lei, cometendo abusos e executando suspeitos (PINHEIRO, 1997, 1998). Para Ralf Dahrendorf (1987), a incapacidade do Estado de garantir a segurança dos cidadãos e controlar a criminalidade revela uma crise de lei e ordem. Mais que isso, revela uma crise de legitimidade do Estado contemporâneo e de suas instituições. O crescimento do crime é, para muitos, sintoma de autoridade fraca. O que contribui para incentivar abusos das instituições de ordem, ou para pessoas resolverem seus problemas de maneira extra-legal.

A tradição de abusos da polícia brasileira é bem conhecida e estudada (PINHEIRO, 1982, 1997, 1998; KANT DE LIMA, 1997; BRETAS, 1997; SANTOS, 1997; PAIXÃO E BEATO, 1997; CÁRDIA, 1997; RIFIOTIS, 1997). Torturas, execuções, agressões, achaques, extorsões, são fatos cotidianos nas delegacias e nas periferias das grandes cidades brasileiras. Durante o regime militar, os alvos preferenciais das atrocidades cometidas pelas polícias eram os presos políticos. Com o fim do regime ditatorial e o aumento da criminalidade, o foco dos ilegalismos na prática policial tornou-se o criminoso comum, infiltrado nas classes populares (PINHEIRO, 1982).

O medo das violências tidas como crescentes estimula os governantes a aumentar gastos com pessoal e equipamentos. Como as políticas públicas não encontram solução para a criminalidade, o crime é combatido através de métodos militares, geralmente voltados para as classes populares. Nesta linha de pensamento, que configura um discurso social bem definido, pretende-se responder às violências com mais violências. Acredita-se que quanto mais polícia houver nas ruas matando criminosos, menor a criminalidade, embora pesquisas demonstrem que não há relação entre o aumento do número de policiais, ou de seu armamento, e o decréscimo das

taxas de criminalidade (CARR-HILL & STERN, 1980). Afirma-se que os dispositivos de Direitos Humanos (como a Convenção da ONU contra a tortura e outros tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou degradantes) fomentam o crime ao atrapalhar o trabalho da polícia, e em última instância, servem apenas para proteger os criminosos. O padrão de “policiamento violento” das polícias ainda constitui o parâmetro do bom trabalho policial para parte considerável da população. Porém, a combinação de polícia violenta com sistema de justiça deslegitimado é fatal para o controle das violências. Na verdade, só ajuda a proliferá-las, solapando as instituições democráticas e impedindo a consolidação de um Estado de Direito efetivo no Brasil (CALDEIRA, 2000).

Segundo essa autora, paralelamente, a população também teme os policiais, por não discriminarem entre bandido e trabalhador pobre, por serem despreparados, por serem corruptos, pelas ligações com o crime organizado, pela “violência” contra as classes populares. Ou seja, a sociedade, numa situação de aumento do crime violento, sente-se encurralada entre o medo da polícia, dos criminosos e da crença de que o sistema judiciário é incapaz de conter a “violência” e oferecer justiça.

É assim que Eduardo aparece em sua narrativa de evento violento: como um sujeito que vive com medo e desconfiança da polícia, que considera truculenta, preconceituosa, excludente. Reage com indignação, denunciando o ambíguo papel da polícia brasileira: corrupta/honesta, violenta contra os “cabeludos” e “negões” / protetora do povo, truculenta/comunitária. Considera-se um sujeito injustiçado pela ação policial, porque acredita que ele e seus amigos não eram bandidos, não faziam nada de errado quando foram abordados pelos policiais, pois, como vimos, reporta o uso de maconha com normalidade. Isso revela o que parece ser uma “lógica alternativa”, característica da vivência no “mundo das drogas” (VELHO, 1994), onde se espelha um tipo de tolerância diante de comportamentos (como o uso de drogas) considerados como

legitimados, quando na verdade são criminalizados. Sua conformação como sujeito expõe também o que diz Zaluar (1994b, p.99), que, ao refletir sobre o “fenômeno das drogas” adverte para a conformação de uma “sociedade acinzentada”, em que “as fronteiras entre o “bem” e o “mal” são sempre relativas”. Assim, temos que concordar com Velho (1994, p.79-83), que afirma que as tais “lógicas alternativas” presentes no “mundo das drogas” relativizam as noções de marginalidade e desvio, mas não suprimem o fenômeno da transgressão. Por mais que exista uma margem de manobra, em função de maior diversificação de grupos de referência e apoio, *“existe um limite, embora problemático, que, uma vez ultrapassado, mobiliza sanções e mecanismos de controle e repressão”*.

6. A dor da perda: Mirtes e Vera

6.1. Mirtes:

Conforme já disse anteriormente, meu primeiro objetivo nesta pesquisa era recolher narrativas de mães de jovens assassinados em Florianópolis, o que não foi possível, pelos motivos que já explicitarei no capítulo sobre percurso metodológico desta pesquisa. Porém, nesta busca, encontrei Mirtes, através da diretora da escola de seus filhos, também uma das entrevistadas. Dona Bárbara serviu de mediadora do encontro, e provavelmente pela confiança que deposita nesta última, Mirtes não viu nenhum problema em falar de sua experiência com a morte de um dos filhos. Combinamos realizar a entrevista na escola, para não expô-la a nenhum risco (como o de alguém querer saber o que eu fazia na sua casa).

Mirtes nasceu em Florianópolis, sempre residiu na cidade, em um dos morros do centro, onde “nasceu e cresceu”. Casada, cozinheira e dona de casa, 42 anos, oito filhos. Pessoa muito simples, de fala baixa e entrecortada, tímida e não muito articulada, mas foi solícita em responder a todas as minhas perguntas. De início, perguntei se ela poderia me contar o que acontecera com

seu filho, morto a tiros em 2004, com 20 anos, em frente à mesma escola onde se deu a entrevista:

“Na verdade, na verdade mesmo, eu nem sei bem direito o que aconteceu com ele. Ele começou a andar na rua já com 12 anos. Na época eu estava separada do pai dele, sou separada até hoje, vivo com outro. Então ele começou a sair, a andar por aí conjuntamente com uma rapaziada. Eu trabalhava num restaurante, pegava das 08 às 17, depois das 18 às 22, e a hora que eu chegava em casa ele nunca estava. Com 12 anos ele já tava nessa de rua e em casa nunca tava. E eu tentei procurar assim, ajuda, em órgãos públicos, né, tentei internar ele e nunca consegui, quando percebi que ele tava entrando pras drogas, freqüentei reunião pra moças que tem os filhos na droga, procurei muitos lugar pra internar ele pra sair disso...Não consegui, e foi indo até que, com 20 anos, mataram ele. Era assim: durante toda a noite ele saía, ficava a noite toda fora. Aí eu não sei o que ele fazia porque cansei de andar atrás dele pela madrugada e não achava ele. Aí quando completou 18 anos mesmo, aí quase não via mais ele. E quase logo mataram ele... Teve internado, teve preso, teve internado nove meses aí saiu, arrumou serviço, mas exatamente porque mataram ele até hoje eu não sei. De dia eu trabalhava, de noite ele não estava em casa...”

Como Mirtes não estava presente ao assassinato do filho (“*eu nem sei bem direito o que aconteceu com ele*”), ao narrar a morte dele seu relato será sua interpretação, sua reconstituição dos motivos que, para ela, acarretaram a morte do filho.

Considera importante o fato do filho, com apenas 12 anos, ter começado a andar “pela rua”, com uma “rapaziada”: aparece aqui a visão da rua como local de perigo, do público, da falta de controle doméstico familiar, das turmas que influenciam o comportamento. Voltaremos a isso a seguir.

Repare-se também no discurso de “desestruturação familiar”: estava separada do pai, trabalhava o dia todo, quando chegava em casa ele nunca estava, de noite ele saía, ficava a noite toda fora, mal se viam. A suposta “desestruturação familiar” (pais ausentes, carência material e afetiva, falta de referência familiar), assim como as drogas, são muito utilizadas para “justificar” o desvio, a entrada para o crime, as violências. São usadas como desculpas para um comportamento desviante.

Tentou procurar ajuda para o filho muitas vezes, mas todas foram frustradas. Mas ela deixa claro que fez tudo ao seu alcance, ou seja, está se eximindo da culpa, não foi por falta de cuidado dela que o filho se perdeu nas drogas e foi morto. Ela tentou de tudo para ajudá-lo, mas ...

Mirtes não sabe o que o filho fazia na rua, mas sabia que tinha envolvimento com drogas (não sabe, porém, se traficava ou era apenas um usuário): tentou, sem sucesso, afastá-lo das drogas, através da busca por tratamento. Ele foi preso e internado, mas estas instituições não o recuperaram ou regeneraram como esperado por ela. E, como ela disse, a situação foi caminhando assim até a morte dele com 20 anos, “...*mas exatamente porque mataram ele até hoje não sei...*”. O crime não foi resolvido, nenhum suspeito foi preso, mais de um ano depois. Assim, a narrativa de Mirtes também não têm uma resolução, ou *coda*. É uma narrativa em aberto, na qual não se sabe o desfecho, como as narrativas de pacientes terminais analisadas por Ochs e Capps (2001). No caso destas, ao recolher narrativas sobre a doença de pacientes com doenças degenerativas e com câncer, as autoras perceberam que as narrativas ficam inconclusas, não têm um desfecho, pois nunca sabem como a história acaba. No caso de Mirtes acontece o mesmo: ela nos conta como o filho se envolveu com drogas, como perdeu o controle sobre ele, como viu ele se destruindo, como tentou ajudar e não pôde, mas não pode contar o desfecho, a morte do filho, pois não sabe como ocorreu. Sabe, sim, o que levou a isso: as drogas. Pergunto então a Mirtes o que este fato da morte do seu filho alterou na vida dela:

“Ah, alterou muita coisa, sinto muita tristeza, muita falta dele, fiquei doente, depressão, não falava com ninguém, agora estou me recuperando, minha menina mais velha também ficou doente, e a gente sofre também agora por esses meninos que estão morrendo aí por causa das drogas, do tráfico, fico muito triste, essa violência, os meninos que crescem tudo junto aí se matando, e o pior é que não tem o que a gente fazer... Porque eles começam já de pequeno, eles começam tudo novinho, 13, 14 anos, só que a gente procura ajuda a gente não consegue nada! Não tem um órgão que faça eles assim, ficar internados, nos hospitais eles só aceitam quando tá passando mal, e já tem que sair, e aí eles não conseguem sarar. A gente tenta curar nossos filhos, 13, 14 anos, mas não tem como internar, não tem como curar, e eles fica tudo aí, se a gente conseguisse internar, botar numa clínica, tirar disso aí, muitos saíam, mas não existe, não tem lei pra isso, pra internar os adolescentes quando estão nas drogas.”

Ela narra as conseqüências da morte do filho em sua vida (tristeza, saudade, doença, depressão, isolamento), e, junto, nos fornece uma análise da realidade da juventude aliciada pelo tráfico e pelas drogas: “...*fico muito triste, essa violência, os meninos que crescem tudo junto aí se matando...*”. Isso se mescla a um sentimento de impotência e incapacidade frente às violências: declara que o pior é que não há o que fazer. Mirtes, como outros entrevistados, ressalta o caráter aprendido das violências e da criminalidade: diz que começam novos, 13, 14 anos, demonstrando que o aliciamento dos jovens de comunidades pobres começa desde cedo.

Ela critica o acesso às instituições de reabilitação, e culpa o governo: diz que procura ajuda e não consegue, não há como obrigar o jovem a ficar internado, falta uma lei para isso. Ou seja, ela identifica o problema do filho (as drogas), e sabe qual seria a solução (o tratamento), mas este é inexistente. Assim, não há solução. Mirtes revela aqui uma visão do uso de drogas como uma doença, da qual se pode ser curado: “*A gente tenta curar nossos filhos, 13, 14 anos, mas não tem como internar, não tem como curar...*”. Ela diz que ele chegou a ser internado:

“Quando ele tinha 19 anos ele se internou, foi no Bom Samaritano, uma igreja. Ele mesmo procurou, não, digo: foi a segunda vez, porque na primeira ele foi preso, porque pegaram ele roubando, aí conseguimos tirar ele, mas daí ele tinha que fazer tratamento, aí se internou, ficou nove meses, depois veio pra casa, aí ficou em casa 6 meses, aí depois ele voltou, assim de livre e espontânea vontade a se internar, aí ficou quatro meses. Depois ele voltou, e aí caiu nas drogas de novo, e no fim mataram ele.”

As drogas levaram seu filho à morte, como ela esclarece nos relatando o drama da trajetória de vida de Alexandre, guiada pelas drogas: foi para a rua, se envolveu com as drogas, foi preso por roubo, se internou, saiu, voltou para as drogas, e foi morto.

Mirtes, por causa da experiência que atravessou, é muito crítica das instituições e políticas de tratamento aos adolescentes envolvidos com drogas. Quando pergunto quais os lugares ou órgãos onde procurou ajuda para o filho e em qual deles encontrou maior apoio, me responde:

“Em nenhuma!!! Olha só: ele começou a andar na rua com 12 anos. Mataram ele com 20 anos. Fiquei oito anos por aí procurando ajuda para ele e não encontrei. Me diziam: Ah, a gente tem

reunião para as mães, eu ia. No Conselho Tutelar, em igrejas, em muitos lugares eu procurei ajuda para ele, mas eles diziam que não podia, só se ele quisesse sair, que eles não tinham como internar. E para pagar clínica particular eu não tenho dinheiro, né, é uma fortuna. E aí eu não achei tratamento. E nem o próprio pai, eu mandei ele pro pai quando quis sair disso aí, mas o pai quando soube do negócio de droga também colocou ele pra rua. O que eu queria mesmo era uma lei que as mães conseguissem internar os filhos quando eles caíssem nas drogas. Mas isso eu digo pra quando o filho é menor, depois que faz 18 anos aí... enfrenta consequência legal. Porque quando é jovem, a gente é mãe, a gente se preocupa, quer dar tratamento, quer internar, mas aí eles falam que é só se o jovem quiser, e com 14, 15 anos, o jovem só quer saber de rua, de turma, de droga, dessas porcariada aí... não quer saber de se internar, imagina! Mas acho que a gente que é a mãe deveria ter o direito, a gente sabe pelo que os filhos passam, aí sabe se precisa de tratamento ou não. Eu não ia tentar internar meu filho se achasse que ele não precisava. A mãe deveria poder internar os filhos um tempo, pelo menos enquanto é menor, mas não tem lei pra isso.”

Critica as instituições e as instâncias legislativas por não fornecerem tratamento, por abandonarem os jovens à própria sorte. Relata o abandono do filho até pelo próprio pai, que colocou o rapaz na rua quando ficou sabendo de seu envolvimento com as drogas. Mirtes tem um desejo, que também é uma solução, para resolver o problema das mortes dos jovens relacionadas às drogas: “...o que eu queria mesmo era uma lei que as mães conseguissem internar os filhos quando eles caem nas drogas” – é o papel da mãe, elas sabem melhor do que ninguém do que os filhos precisam, e por isso critica a legislação brasileira. O que está em jogo aqui é um debate entre duas políticas de tratamento de usuários de drogas opostas: de um lado, os que acham que o tratamento só tem resultado se for eletivo, isto é, se o próprio usuário quiser se internar, quiser largar as drogas; e de outro, os que acreditam que a internação deve ser compulsória, até mesmo forçada pelo Estado (como Mirtes). Pergunto se ela acha que o que resolveria esse problema seriam as leis:

“As leis, é claro, mas o governo também, né? Eu sempre digo, o governo deveria olhar mais pras crianças do morro, tudo morrendo novinho, por causa das drogas, do tráfico. E não é só isso: por que eles caem pra essa vida, pro roubo, pra droga? Porque eles começam a crescer, a andar de turminha, aí quer impressionar, se aparecer, andar com roupa de marca, tênis, essas coisa, e aí custa dinheiro, e eles não têm, e esses negócios de roubo e droga dá dinheiro, e eles não têm educação, não têm emprego, cai pra esses negócio mesmo... E quem deveria dar educação, emprego, é quem? É o governo, mas não dá...”

Neste trecho, Mirtes nos dá sua solução para a morte de jovens por causa das drogas e do tráfico: mais atenção dos governantes, mais educação e emprego (responsabilidades não cumpridas do governo), para que não precisem entrar para o narcotráfico para conseguir ter o que querem. Aqui, ela também nos exhibe o que acredita serem os motivadores da entrada dos jovens no mundo do crime: as turmas, os amigos, querem impressionar os colegas pelo consumismo, cometem crimes para conseguir dinheiro para consumir e se sobressair num meio miserável através de roupas e tênis “de marca”. Mirtes nos conta também sobre os problemas que já prevê para outros filhos:

“O mais velho já tá na droga também. E eu tenho muito medo pelos outros, porque tenho ainda cinco homens, e só duas meninas. E eu vejo agora o meu mais velho, que começou depois ainda que o Alexandre. O Alexandre começou com 12 anos, o mais velho só com 16. Mas já está igualzinho, fica a noite toda fora, desaparece. Hoje já também não posso fazer nada por ele, já tem 25 anos, pra receber tratamento vai ter que ser igual ao Alexandre: ele só teve tratamento depois que foi preso, a gente conseguiu tirar ele, o juiz deu ganho, mas só se ele se tratasse. Só consegui tratamento pra ele com ordem do juiz. Só depois dele já ter sido preso. Esse mais velho vai ser igual: só acaba esses problema de droga quando vai preso e o juiz manda tratar ou quando morre.”

Pode-se perceber que Mirtes faz uma diferenciação entre os filhos homens e mulheres: ela diz ter medo, “...*porque tenho ainda cinco homens, e só duas mulheres*”. Ela aqui pode estar demonstrando sua crença de que os homens são mais propensos a terem problemas com drogas que as mulheres, ou expressando uma tendência já notada pelos analistas quantitativos das violências no Brasil: quem mais sofre mortes violentas são os homens jovens, negros e pobres, como era o filho de Mirtes (WAISELFISZ, 2005).

Mostra-se aqui também toda a impotência dela ao ver o outro filho também no caminho das drogas: “*não posso fazer nada por ele*”. Sabe que só vai conseguir tratamento depois dele já ter se tornado um criminoso – ações neste sentido são paliativas, não preventivas. Para ela, o mundo das drogas apresenta apenas duas saídas: cadeia (e tratamento), ou morte.

Mirtes emerge de sua narrativa como uma mãe que sofreu muito com a morte do filho; mas que antes dela também já sofria, ao ver o filho no “caminho das drogas” e não conseguir para ele tratamento e reabilitação. É, assim, um sujeito que se mostra crítico do acesso às instituições para o tratamento de usuários de drogas, e da incapacidade dos governantes de lidar com o problema. Mirtes se revela como um sujeito triste por sua própria impotência frente ao mundo, o que transparece claramente na sua impossibilidade de salvar o filho. Aparece também temerosa pelos outros filhos que estão vivos, e que possivelmente podem entrar pelo mesmo caminho de drogas, crime e morte que o filho assassinado. Tematiza, assim, a relação entre as violências e as drogas, como muitos outros sujeitos desta pesquisa.

6.2. Vera:

Esta parte é dedicada às entrevistas que fiz com Vera Lúcia Fermiano – Presidente do CEPA (Conselho Estadual de Populações Negras) e Secretária do CEDIM (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher). Militante do movimento negro e do movimento feminista, Vera nasceu em Florianópolis, tem 46 anos, e mora no centro da cidade, na subida de um dos morros. Tem mais de 25 anos de militância em movimentos sociais, é separada e teve quatro filhos. Cheguei a Vera por intermédio de um amigo, Marcelo Silva, cuja família mora em um dos morros do centro. Perguntando a ele sobre como poderia encontrar vítimas das violências nos morros para que entrevistasse, recebi o contato de Vera, quem, segundo ele, além de conhecer muitas pessoas nesta condição por conta sua militância, também teria “*uma historinha ou duas sobre violência para me contar*”. Assim, sem ter maiores informações, estabeleci contato, lhe informei do que se tratava a pesquisa e que gostaria de conversar com ela. Ela concordou, e nos encontramos no CEDIM. Até aí, minha intenção no encontro era a mesma que tive quando me encontrei com outros líderes comunitários de Florianópolis: pedir que me dessem o contato, ou me

apresentassem, a pessoas que se considerassem vítimas das violências e que quisessem contar-me suas histórias. Assim, de início, quis saber quem era ela e quais atividades ela desempenhava. Vera é a única nesta pesquisa que aparece com seu nome verdadeiro, assim como os outros personagens de sua narrativa, pois ela me permitiu que fosse assim, até insistiu, quando eu disse que preferia dar nomes fictícios para evitar identificação. Segundo ela: “Pior que o que eu já passei não vai ficar...”. A princípio, não entendi esta frase, mas, como veremos, ela se justifica amplamente.

Ela começa a entrevistas me contando de sua militância, de sua atuação em movimentos sociais e comunitários (assim como em partidos políticos e instituições), e de suas atuais atividades como presidente do CEPA e secretária do CEDIM. Pergunto o que, para ela, era “a violência”, o que fiz com todos os demais líderes comunitários que entrevistei para esta pesquisa:

“Ah, a violência...Tem tantos conceitos, não é? Mas o quadro de violência que a gente vê agora é algo muito além do que se pensava ser violência. Eu vejo quase como se a gente estivesse voltando àquela coisa da barbárie, mesmo, ali de um matando o outro, pelo simples ato de matar. É claro que esse simples ato de matar tem toda uma série de causas anteriores, que é o abandono do governo, das suas comunidades mais pobres e socialmente excluídas, e quando eu falo pobres eu falo aí de maioria negra, porque a violência tem... a gente vê que ela está tendo este recorte, que é pegando justamente jovens entre 15 e 24 anos e de população pobre e negra.”

Vera, talvez por suas atividades, seu histórico de militância, tem um discurso bastante articulado, fala e argumenta bem, e sabe identificar os problemas de definição das violências. Como muitos dos outros que entrevistei (como se verá mais adiante, na parte sobre as definições “nativas” de “violência”), repete a pergunta, como que ganhando tempo para organizar o raciocínio. Como militante social, seu discurso é analítico, e percebe a multiplicidade de conceitos abarcados no rótulo “violência”: “...*tem tantos conceitos, né?*”. Apresenta uma visão do excesso, da maximização ou “enormificação”, do aumento exponencial da “violência”: vê um quadro de violências muito além do que se pensava poder chegar. Tem também uma visão das violências como fora, ou como ausência do social, da civilidade ou civilização, tal como Norbert

Elias (1990), que, como vimos na reflexão teórica, acredita que a sociedade ocidental passou por um processo de pacificação e contenção dos impulsos violentos, o que criou o mito de que o comportamento violento está fora do social, da civilização – corresponde para Vera à barbárie : *“quase como se a gente estivesse voltando àquela coisa da barbárie, mesmo...ali de um matando o outro pelo simples ato de matar”*.

Retrata a “banalização” da morte, os garotos matando por matar, com o que se indigna. Mas para ela a “violência” tem causas anteriores: o abandono pelo governo de comunidades pobres e negras, em especial os jovens – a “violência letal”, como ela afirma, realmente atinge principalmente homens, jovens, negros, e pobres (WASELFISZ, 2005). É, como ela verbaliza, o “recorte” preferencial da “violência” em meio urbano.

Neste ponto, a entrevista foi interrompida pela chegada do Secretário Geral, a quem Vera devia receber. Ela me pediu desculpas e marcou novo horário na semana seguinte, no mesmo local. Voltei lá: “Semana passada paramos quando você me dizia o que era para você “a violência”...”

“Fiquei mesmo pensando nisso, até nas madrugadas, e fiquei pensando o que é violência, até porque os meninos estão se matando e eles não pensam que aquilo é violento. Tem uma construção atual que banalizou a vida de tal forma, e eu fico me perguntando isso: será que eles tem idéia onde é que eles estão jogados, nesse ambiente que está fazendo com que eles sejam violentos, eu diria até cruéis? E daí assim: tanto faz ele ter 16, 17 ou 19 anos como ele ter 12, quer dizer, quanto mais novo ele é, mais violento ele é, porque ele quer entrar dentro de um contexto para se sentir protegido, acha que ele vai conseguir esta proteção, e também não vê isso como violência, para ele é normal aquilo. E isso é que não me desce (fazendo sinal para a garganta – não engole...): a normalidade que está se criando para a aceitação da violência. Eles chacinaram um filho meu, em 2002. Meu filho foi trucidado”.

Primeiramente, nota-se a dificuldade de conceituar a “violência”: ficou pensando nisso até de madrugada. Retoma o que falou anteriormente sobre a “normalização” e “banalização” da violência letal: para ela, os meninos que se matam não pensam que aquilo é violento, devido, segundo ela, a uma construção que banaliza a vida humana.

Percebe-se também a crença de Vera no fato do ambiente, do meio em que vivem, tornar os jovens violentos – diz que é o ambiente que “*está fazendo com que sejam violentos...até cruéis...*”. E quanto mais novo mais violento: quer proteção e pertencimento ao grupo, quer se afirmar como membro do grupo e para isso realiza atos violentos – ou seja, utilizam a “violência” como linguagem em uma busca de relação, de comunhão, para falarmos aqui junto com Maffesoli (1987).

Mas Vera se indigna com esta aceitação da normalização, a naturalização da “violência”: não consegue mais engolir isso. E já emenda, para minha surpresa, que passara tanto tempo procurando, em vão, mães de jovens assassinados que se dispusessem a falar: “*Eles chacinaram um filho meu em 2002. Meu filho foi trucidado*”. A forma como ela conta isso põe em relevo e caracteriza a crueldade envolvida. Ele não foi assassinado, foi *chacinado*, *trucidado*. Percebendo que viria dali uma narrativa, pergunto se ela poderia me contar como isso aconteceu:

“Eu não posso te contar como é que foi, eu posso te contar como é que eu soube. Eu estava abrindo um seminário, para capacitação em controle social lá em Ingleses, quando me disseram: “Vera, tem um telefonema para ti, vai lá, vai lá!”. E o interessante é que antes disso eu estava ali, eu era da secretaria mas ia coordenar a primeira mesa, eu estava secretariando, pois sou também da Casa da Mulher Catarina, uma ONG feminista, e já estava tudo pronto, a plenária, a mesa, e a minha amiga me dizia: “Vera, anda, vem, que tu tens que coordenar a mesa!”, e eu dizia: “Eu não posso, não sei porque, mas eu tenho que esperar uma ligação”. Eu nem sabia o que era, do que se tratava. E na terceira vez ela veio, me tirando do telefone e foi me empurrando para a mesa. E daí eu comecei a abrir os trabalhos, tudo, tinha uma palestrante nacional, ela começou a falar, e ela colocou a mão no meu ombro e começou a chorar, começou a lembrar da história dos velinhos quando apanharam aqui na ponte Hercílio Luz, quer dizer, na ponte Colombo Sales, foi na década de 90, acho, e ela começou a falar disso e chorar segurando no meu ombro. E eu vi a minha amiga vindo, assim pelo cantinho, chegou no meu ouvido e disse: “Corre lá que tem um telefonema urgente”. E era minha irmã me avisando que tinha ocorrido uma desgraça com meu filho. E eu não acreditei em nenhum momento, pensei que fosse alguma coisa, o povo sempre aumenta as notícias, faz mais do que não é, mas quando eu cheguei em casa realmente era, e meu filho estava morto, “*chacinado*”, ele e mais dois meninos. Eles eram em quatro. Um sobreviveu, conseguiu fugir, e os outros três morreram.”

Esta é a primeira parte de sua narrativa sobre o homicídio do filho, sua experiência das violências. No caso de Vera, assim como no de Mirtes, que tiveram filhos assassinados, compreendo-as como as vítimas, como as pessoas que provavelmente mais sofreram com os

eventos. Assim, em casos de homicídio, os vitimizadores acabam sendo seus parentes. Também o CEVIC, em um de seus panfletos (ver Anexos), vê como vítima de crime quem sofreu homicídio de familiar. Assim, a narrativa obtida não é de experiência direta, uma narrativa *do* evento, mas sim *sobre* o evento, sobre a forma como Vera soube da morte do filho. Começa por uma orientação: onde estava, o que fazia, e pode-se perceber a sua formulação de identidade, do *Self*, da forma pela qual concebe a si mesma e se apresenta (GOFFMAN, 1959): trabalhadora, militante negra, feminista, preocupada com problemas e injustiças sociais. Relata sua recusa inicial em aceitar o fato: diz que não acreditou em nenhum momento. E exprime sua indignação com a crueldade da morte no aumentativo que usa: “...*meu filho estava morto, chacinadaço...*”. Mas é quando eu pergunto “mas o que aconteceu?”, que ela realmente constrói sua extensa narrativa, que reproduzo abaixo:

“Eles foram emboscados por um grupo, dali da redondeza do (*morro da*) Mariquinha, e eles crivaram os meninos de bala, não deram nem chance. Aliás, não tinha chance. Não tinha nenhuma chance, porque eles não estavam armados, eles foram na casa de um, porque o primo de 13 anos de um dos meninos tinha desaparecido, e a tia pediu para ele ir lá porque ela estava desesperada. Ela queria saber se eles tinham visto, e o primo foi lá, convidou um menino que convidou meu filho. Daí ele disse: “Eu vou com vocês, acabei de almoçar...pelo menos eu faço a digestão”. Ele estava construindo uma escada, uma coisa para uma vizinha perto da nossa casa. Ele tinha apenas 24 anos. Era novo, trabalhava na Secretaria de Segurança Pública, no Xerox, estudava, estava com vontade de fazer Medicina Veterinária, não se metia com drogas, com nada destas coisas. E foi esse menino que escapou que me contou como é que foi a coisa. Quando eles foram saindo, foram na casa da tia do guri e a tia falou que eles vieram vindo embora, no meio do caminho eles encontraram os caras. Mas todavia eles se conheciam, conversavam, não que andassem junto, porque era um lá, outro lá, mas conheciam todo mundo, até porque todo mundo se conhece. E daí o cara disse para eles: “E daí, irmão? Como é que está?”. Isso aí o menino que me contou: disse que quando passaram os meninos um dos que esperava disse: “Poxa, fulano, tu é irmão do sicrano”, e ele disse “Sou”, e o outro disse “Te considero”. E esse menino me contou que quando esse rapaz disse isso ele sentiu um frio. Já estava sentindo o que se aproximava. Ele disse que meu filho fez uma coisa que ele não faria em lugar público nenhum, disse que ele estava desconfortável, sentindo que alguma coisa não estava bem. Ele disse que estavam os três descendo, e daí encontraram o cara e o cara disse “E daí?”, apertou a mão deles, e bateu assim no peito do meu filho. Meu filho tinha assim 1,80, uns 100 kg, forte, grandão, e daí o Gustavo disse: “Tudo bem...” e nisso o cara sacou uma pistola com silenciador e deu um tiro no coração do meu filho. O menino me disse que quando viu o tiro, ele era o último que vinha descendo, saiu correndo feito um louco, escutando as balas zunindo perto de sua cabeça, e sofreu assim uma “raspagem” aqui no pescoço, na nuca, e ele disse que quando sentiu aquilo queimando, o tiro no pescoço dele, ele pensou assim “Ah, eles me atingiram e gritou, aiaiaiaiaia”. E eu disse para ele que foi isso que salvou ele. O menino achou que eu disse isso porque ele gritando viria alguém, mas nessa hora nunca vem ninguém. Eu disse isso porque o outro

pensando que te atingiu ele pára. Essa é uma tática muito usada pelas pessoas, entendesse, para deter aquele que está te agredindo, para que pense que te atingiu ou que obteve o efeito. Ele disse que foi só isso que ele viu, a camisa do Gustavo levantando assim, atrás, por causa do tiro, e aí saiu correndo, levou o tiro e só acordou no hospital. Mas meu filho levou 27 tiros. Eu penso que é muita crueldade, porque o primeiro tiro era de uma pistola de 9mm, então quer dizer, é uma arma potente, quando entrou já entrou destruindo e rasgando coração e pulmão. Eu li o processo todo do meu filho, e depois meu irmão conversou com o perito do IML, e ele disse que tinha projétil ali que ele nunca tinha visto na vida dele, de arma que ele não conhecia. Tinha tiro de metralhadora, tinha projétil de espingarda calibre 12, de 9mm, de 38, tinha tiro de arma de tudo quanto era tamanho e calibre. E aí eu penso: “Poxa, mas eles ainda deram mais vinte e poucos tiros no corpo do meu filho?”. Sabe, eu não consigo nem imaginar o tamanho dessa violência, ou se eles tiveram a compreensão do tamanho da violência, da banalidade que isso foi. Então que eu fiquei pensando: será que a gente consegue conceituar a violência? E também vejo por um outro lado, assim, eles que mataram meu filho, sem perspectiva, sem trabalho, sem emprego, sem futuro, sem passado, porque eu concluo que eles não tem passado, que o meu filho tinha, tinha família, tinha estudo, emprego, queria ser veterinário, queria crescer”.

No início, Vera faz um resumo do ocorrido: os garotos foram emboscados por um grupo, no morro da Mariquinha, e foram metralhados. Ela se indigna com a covardia e a impossibilidade de reação: não havia chance, pois os rapazes não estavam armados. Nos explica os motivos que, até onde ela sabe, teriam levado os rapazes à cena do crime – um menino teria desaparecido, a mãe pediu para os amigos irem lá porque estava desesperada, queria saber se eles tinham visto o menino.

Neste ponto, Vera constrói a identidade do filho, tentando descaracterizá-lo como criminoso, o identificando como trabalhador (na Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina), estudante, com sonhos de ser veterinário, que ajudava as vizinhas nas obras, e não envolvido com drogas – ou seja, inocente.

A ação complicadora se dá quando, ao saírem da casa da “tia”, encontram “os caras” – agressores conhecidos, mas não propriamente amigos: não andavam juntos, mas se conheciam, como todos na comunidade se conhecem. Mas segue-se ação violenta, o triplo homicídio dos garotos, embora isso apareça na narrativa sem explicação, não há sentido aparente para ato tão violento: o sobrevivente contou a ela que estavam descendo, encontraram os rapazes, eles conversaram algumas amenidades e, subitamente, um dos agressores sacou a pistola com

silenciador e “...*deu um tiro no coração do meu filho...*”. Assim, a ação violenta aparece sem provocação, sem motivo, ao menos no que ela sabe.

Quanto ao sobrevivente, que contou a ela como aconteceu tudo, faz uma avaliação de porque ele se salvou: porque gritou e caiu no chão quando recebeu o tiro de raspão, e os agressores pensaram que ele já estivesse morrendo.

Na descrição da ação violenta contra o filho, Vera se indigna com o excesso de “violência e crueldade” empregadas: diz que o filho recebeu *27 tiros* (segundo o exame pericial foram 17), sendo que o primeiro já bastou para matá-lo. Mas, não contentes, os assassinos ainda atiraram repetidas vezes. Vera diz que não consegue nem imaginar o tamanho desta “violência”. As violências são, freqüentemente, associadas ao excesso de certos fatores e características, e à falta de outras. Por exemplo, se associa a “violência” à falta de educação (como o faz Alexandre), de igualdade social e financeira, ou de investimento governamental, ou à falta de punição. Por outro lado, pode também ser associada ao excesso: excesso de estímulos nervosos (como faz Janayna), excesso de maldade, força excessiva, desproporcional. O interessante aqui é notar que Vera tematiza este *excesso do excesso*: se qualquer “violência” pode ser considerada um excesso, um transbordamento dos limites do comportamento social aceitável, no caso da morte de seu filho tal limite foi muitas vezes ultrapassado, o que ela demonstra falando da quantidade desnecessária de tiros disparados. Por outro lado, esse excesso de tiros pode estar relacionado com o que é chamado, em conversas informais que tive com informantes, de “currículo” dos criminosos: quanto maior a “violência”, a crueldade que empregam no extermínio de suas vítimas, mais são temidos e respeitados no entorno.

Além da maldade e crueldade, Vera percebe aí a falta de sentido da “violência”, a incompreensibilidade, a falta de interpretabilidade do evento em particular e do fenômeno

“violência” em geral, pois na seqüência já diz: “*Então eu fiquei pensando: será que a gente consegue conceituar a violência?*”.

Vera pensa também no que levou os agressores a matar seu filho, e os outros rapazes, ou seja, as motivações da ação criminosa: são causas sociais e econômicas – seriam jovens sem perspectiva, sem trabalho, sem futuro, sem passado. Fazendo isso, está tentando mostrar a diferença entre eles e o filho dela, e qualificar, identificar o Outro Agressor: é a quem *falta* trabalho, *falta* perspectiva...Os define pela falta. E, ao mesmo tempo, também qualifica o filho, que tinha família, estudo, emprego, futuro, vontade.

Continuando a narrativa, Vera agora não fala mais sobre o evento em si, mas faz uma avaliação do quadro social atual, ao que foi motivada por sua própria fala, sem que eu perguntasse nada. Como eu disse, Vera é bem articulada, fala bastante, e seu discurso é rico em conteúdo de análise social. Procurei não interrompê-la:

“Eu contei essa história porque eu acredito que naquele dia foi inaugurado um novo momento de violência. Porque até então era assim: morreu um jovem lááá...no Ingleses. Morreu um jovem lááá... em São José. A gente não vai se dando conta, acho que também é uma banalidade da sociedade de modo geral, e uma institucionalização de pena de morte apoiada pela sociedade, e é a verdade, o que me indigna, porque aí vem um repórter de TV e diz: “Ah, morreu um cara, mas dizem que ele incomodava, que era bandido...”. E eu digo: E DAÍ? Ele era gente como todo mundo. E se ele optou por esse tipo de vida é porque a sociedade não proporcionou um outro caminho, uma outra história. E isso está diretamente ligado com a questão racial e a questão social. Então a sociedade lava suas mãos, mas acha que quando mataram fizeram um favor para ela: se mataram então não era coisa boa. Mas isso desde quando? Quem instituiu a pena de morte neste país? Que critério é esse do “ele tem que morrer”? Eu vejo essa violência velada da sociedade que diz que é contra a violência, mas que ao mesmo tempo é incapaz, por exemplo na questão do meu filho, eu tive que ligar para as rádios e as TVs e disse: ‘Até quando vocês vão ficar jogando tudo na vala comum do tráfico e da marginalidade? Até quando tudo isso perdura?’. Como se todo jovem negro e pobre fosse um criminoso. Que interesses são esses de se plantar e se constituir essa nova imagem, esse novo momento, entendesse, de que ‘merecia morrer, então tá morto’? Então nós temos uma justiça que não serve para nada...Eu só pude ter justiça porque eu não poderia deixar aquilo ficar daquele jeito. Meu filho ser enterrado como um bandido, ser propagado e divulgado que era tráfico, que era briga por ponto!!! O que que é isso!!! Então eu acho que a sociedade tem uma boa parcela de culpa, quando ela não reage, quando ela não tem a reação no momento certo, para coibir certas coisas, como a mídia, e daí a mídia é miserável neste momento, porque ela quer vender sangue, e ela só vende sangue, é miserável...Não sei se tu notasse como cresceu a audiência e o IBOPE destes programas de merda do meio-dia, que só mostram corpo caído, os meninos mortos, e não contente com isso às 18 horas começa um banho de sangue em rede nacional. Eu não aceito isso, acho que é um desrespeito aos mortos e um desserviço da mídia para a sociedade. Eu penso que a gente tem

que começar a inaugurar novos tempos. Há aqui muito de imitação do que acontece nas cidades maiores e até do que acontece nos Estados Unidos com relação à violência e eu vejo quase que uma produção de um novo comportamento violento, que não é da nossa cultura e que ninguém está fazendo nada para evitar que essa coisa se materialize definitivamente. E agora eu penso assim: a sociedade só vai se chocar novamente a hora que matarem dez meninos de uma única vez, e no meio desses meninos estiverem o filho do Doutor tal, o filho do advogado tal, o filho do juiz, porque eles também morrem envolvidos com droga, com tóxico, com briga de poder de gangue, mas aparecem como vítimas. Imagina, mataram meu filho com mais dois, uma semana depois morre o filho de alguém numa Ferrari na Beira-Mar Norte, porque estava bêbado e drogado, altas horas e dirigindo em alta velocidade, e causa comoção social na cidade: “Coitado...”. E o meu filho virou bandido!!! Então, para mim, essa sociedade que está aí é muito hipócrita. Muito hipócrita, de fazer programas, e discussão para acabar com a violência, e pôr torre para helicóptero no alto do morro... Não vai ser polícia, COE, GOE, Operações Especiais que vai dar jeito nisso. É só um novo ordenamento da sociedade que está aí. É uma nova constituição, uma nova construção, é visibilidade para estes meninos negros e pobres, porque há um extermínio autorizado pela sociedade que está aí. E que depois diz: “Bom, não matando meu filho... meu filho tá aqui, fumando o baseado dele no quarto, ele não tem nada com isso...”. Daí eles vão ver o (filme) ‘Cidade de Deus’ e: MEU DEUS!!!! O QUE É ISSO?!? E isso que ainda estão vendo aquelas imagens com estereótipo, efeito especial, é cinema, a realidade é muito pior. E todo mundo acha isso normal. O que me revolta é que eu não acho mais isso normal. E por isso eu disse que a morte do meu filho e dos outros mudou a fase de violência que vivemos: depois daquilo virou banalidade, depois que chacinaram os três à 100 metros do Tribunal de Justiça, 100 metros da Assembléia Legislativa, a 100 m do Fórum da Comarca, ao lado do Hospital do Exército... então, desse jeito, eu não sei nem pra onde a gente está indo. Só sei que a gente precisa parar, parar com isso, e parar com isso é construir um novo momento. É dar opção para nossos jovens, é poder proporcionar escola digna, não aquela escola que te expulsa mesmo antes de tu entrar, porque as nossas crianças chegam na escola e já vão desconstruindo eles de tal forma que uma semana depois ele odeia a escola, o professor, a diretora e os amiguinhos. Então essa questão da violência passa realmente por uma tomada de consciência, que é de todos, e principalmente o ‘todos’ homem, branco, poderoso, rico, não é por nós.”

De início, já nos oferece uma percepção de mudança estrutural das formas de violências em Florianópolis: diz que o episódio das mortes inaugurou um novo momento de “violência”. E, para ela, essa mudança seria espacial, de antiga distância para a nova proximidade: antes morria um lá longe, outro acolá... Mais para a frente, ainda no trecho acima, ela diz que foi isso que mudou com a morte de seu filho e dos outros rapazes: depois que chacinaram os três à 100 metros do Tribunal de Justiça, 100 metros da Assembléia Legislativa, isso se tornou banalidade. Ou seja, da antiga distância e encapsulamento da “violência letal” contra (ou entre) os jovens, na “nova fase de violência” a morte está próxima dos centros de poder, onde a elite catarinense circula, no Centro de Florianópolis. O que choca é a proximidade. E essa indignação com a proximidade tem paralelo com a exterioridade: enquanto era longe, era uma realidade exterior, que não incomoda

ou preocupa, pois o que é longe e exterior não nos atinge. Porém, quando as violências aparecem na proximidade, vem o medo e a indignação, tentativas de excluí-las do meio social.

Vera critica a falta de preocupação com o fenômeno, causada por sua “banalização” na sociedade em geral, que não se dá conta, não percebe o que acontece. Culpabiliza a “sociedade” de forma geral, e se indigna contra o apoio desta sociedade à práticas extra-legais de resolução de conflitos e privatização da justiça, que chama de “pena de morte institucionalizada”. Aqui, se opõe ao discurso de que “bandido bom é bandido morto”: se dizem que um morto era bandido, ela se indigna, e diz que ele não merece morrer por isso, que ele é um ser humano como os outros, e merece o mesmo tratamento. Ela apresenta aqui um discurso de igualdade característico dos militantes de Direitos Humanos. Mais adiante, diz também que não aceita o critério do “ele tem que morrer, porque é bandido”, pois, ao que sabe, a pena de morte ainda não foi instituída no Brasil.

Ela culpa a sociedade racista e desigual que não dá oportunidades: se alguém opta pelo caminho do crime, é porque a sociedade, para ela, não oferece oportunidades, principalmente para negros e pobres. Reage contra a hipocrisia da sociedade violenta que se diz contra a “violência”, mas que é incapaz de controlar sua mídia, que estigmatiza negros e pobres, criminaliza categorias sociais, que joga “...*tudo na vala comum do tráfico e da marginalidade? (...) Como se todo jovem negro e pobre fosse um criminoso (...) Meu filho ser enterrado como um bandido, ser propagado e divulgado que era tráfico, que era briga por ponto!!! O que que é isso!!!*”. O depoimento reflete sua indignação com a mídia que caracterizou seu filho como criminoso, associado ao tráfico. Este ponto será aprofundado mais adiante. Culpabiliza novamente a sociedade (note-se ela culpar a “sociedade”, e não o tráfico, as drogas, as armas: sendo a culpa da sociedade, a culpa é de tudo isso junto, mais o racismo, a mídia, a desigualdade, a pobreza...), que não reage contra a “violência”, contra a mídia – faz críticas ao sensacionalismo,

ao jornalismo com “*gosto por sangue*”, que considera desrespeito aos mortos e um desserviço à sociedade.

Vera faz um apelo, um pedido de transformação: pede que comecemos a inaugurar novos tempos. Diz que no Brasil há uma cultura de imitação das metrópoles (sejam elas as grandes cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, seja da metrópole norte-americana). Sugere uma “americanização” da “violência”, a produção de um “novo comportamento violento”. Mas o que seria esse novo comportamento? Mais para o fim da narrativa, ela diz que isso está associado ao tráfico de armas.

Critica mais uma vez a inércia da sociedade (que, ao não explicitar o que seria essa “sociedade”, nos dá margem a pensar, como dito acima, que seria “tudo”, o conjunto das relações sociais), que não faz nada para evitar que isso se “materialize definitivamente”, o que, para ela, só vai terminar quando morrerem filhos de ricos e poderosos da mesma forma como mataram o filho dela, porque mortes de negros e pobres viram “*vala comum do tráfico*”, e mortes de brancos e ricos viram “vitimização”. Reage contra a hipocrisia da sociedade que acha que ricos não se envolvem com drogas e criminalidade.

Ela despreza as medidas de segurança pública, apontando para a ineficácia da repressão. Para ela, não é mais policiamento, ou uma base policial no alto do Maciço (como a que foi recentemente inaugurada) que vai resolver a criminalidade e as mortes de jovens em Florianópolis. A resolução só se dará através de mudanças radicais: pede por novo ordenamento social, nova construção, nova constituição, visibilidade para negros e pobres, que estão sendo exterminados com a autorização tácita da sociedade, das pessoas que pensam que “a violência” não vai afetá-las, que não têm nada a ver com isso...Por isso, ela se indigna contra essa normalização da “violência”: diz que todos acham isso normal, mas se revolta porque não consegue mais pensar assim. Apresenta aqui uma visão tipicamente sociológica dos problemas

sociais, na qual medidas paliativas seriam ineficazes, devendo ser substituídas por mudanças estruturais, através de investimento social.

A narradora nos dá mostras da confusão e desorientação causadas pela falta de interpretabilidade do fenômeno da “violência”: “...*então, deste jeito, eu nem sei pra onde a gente está indo. Só sei que a gente precisa parar, parar com isso, e parar com isso é construir um novo momento...*”. Percebe-se, quando ela repete “parar, parar, parar”, seu discurso indignado, seu discurso *contra* as violências (RIFIOTIS, 1997), amplamente justificado pela experiência que passou.

E o que quer dizer quando fala em “novo momento”? Seria um novo momento voltado para a promoção social, e a diminuição da desigualdade e exclusão: opção para os jovens, um novo modelo educacional, não excludente. Mas, para tanto, sabe que precisa cobrar consciência social e atitudes dos detentores do poder: a melhoria do quadro de violências que vê passa por todos, mas principalmente o todos: “...*homem, branco, poderoso, rico, não é por nós*”. Este depoimento reflete seu sentimento de impotência por ser mulher, negra, e pobre. A seguir, pergunto a Vera se os assassinos do filho haviam sido identificados e presos:

“Foram presos. Houve o julgamento, alguns foram libertados, inclusive o que assassinou o meu filho, mas vai ter um novo julgamento agora. Coincidentemente, quando eles assassinaram meu filho e os meninos, eles fugiram por dentro da mata ali do Senhor dos Passos para se refugiar no Mocotó. Só que a polícia estava dando uma batida e pegaram eles na hora.”

Deixa claro no trecho que os assassinos foram presos “por acaso”, porque a polícia estava dando uma batida no morro na hora, pois se fosse para investigar *post factum*, não teriam encontrado nada.

Neste ponto, pergunto porque alguns foram libertados, inclusive o assassino do filho, e Vera me responde que o motivo foi que nos julgamentos, as testemunhas simplesmente não apareceram, ou não viram nada. Airton Ruschel, em pesquisa de Mestrado em andamento pelo

PPGAS-UFSC sobre o andamento dos processos de homicídio em Florianópolis, relata que em vários processos deste tipo o medo das testemunhas força constantes adiamentos das audiências, o que algumas vezes acaba resultando em absolvição dos acusados por falta de provas. Inquiri Vera sobre os motivos desta falta de testemunhas, imaginando talvez que dissesse algo sobre uma lei não escrita do silêncio, que poderia ser aproximado à *omertá*, código de honra da máfia siciliana que proíbe a delação sob pena de morte. Porém:

“Querendo ou não há uma convivência, que não é uma convívência: a polícia diz “Eu tô aqui procurando um bandido”, mas esse ‘bandido’ que ela procura é o guri que eu vi crescer a vida inteira, que é um bom menino, que é um jovem que está perturbado pelo seu momento, pela conjuntura, pelos seus contornos... Quer dizer: todas essas considerações irrelevantes só se têm pelo jovem branco. Sempre se perdoa o jovem branco. E isso tá ficando tão excludente, tão recortado, tão aparente, se você entra num presídio, numa FEBEM, todos são negros, todos são pobres, todos vêm de periferia ou morro. Não será que tem alguma coisa estranha aí? Você não acha estranho que aquele Colégio Catarinense, que tem cento e poucos anos de tradição, não tenha negros? O negro que estuda lá a gente chama de ‘negro ilha’. Sozinho e cercado de brancos por todos os lados. O racismo está lá comprimindo ele. Mesmo que ele tenha uma situação de paridade sócio-econômica com os outros todos que estão lá, não importa. Porque essas crianças que estão lá nunca olharam para trás, para os lados e disseram ‘Como é que não tem um negro nesta sala?’, ou ‘como é que não tem meia dúzia de negros nesta escola, pelo menos?’. Onde é que eles estão? Tudo bem, este é um estado branco, é o estado mais branco da Federação, mas independente disto nós somos mais de 600 mil negros em Santa Catarina. E 600 mil pessoas são 600 mil pessoas. Daí tu vai olhar dados, o IDH do jovem de Santa Catarina é o pior do país. E olha que nós estamos em um estado que é pioneiro no avanço de questões raciais em algumas políticas. Mas isso não impede que tenha o pior IDH jovem do país. Isso quer dizer que há uma política racista. E Santa Catarina sempre se soube que era racista. Quer dizer, ou a gente começa a construir um mundo mais equilibrado, com mais equidade, ou eu não sei o que o pessoal que vai ficando à margem vai conseguir produzir. Por enquanto eles ainda estão guetificados, nos morros, mas e a hora que eles não se sentirem mais seguros e presos lá? Como é que vai ser? Vai fazer o quê? Colocar o exército na rua, apontando as armas para nossas casas?”.

Vemos que para Vera a convivência causa convívência. Conhece os garotos desde pequenos, e sabe que, se eles descaem para a criminalidade, a culpa não é deles, é do contexto, do ambiente social em que crescem e vivem estes jovens. Critica o preconceito racial, a discriminação no acesso à justiça e à educação. O relato nos mostra a indignação de Vera com a falta de conscientização da sociedade sobre o problema racial, apontando para a hipocrisia da chamada “democracia racial” que se diz imperar no Brasil. Em Santa Catarina, especificamente, que ela diz ser um estado racista, ela reage com um discurso contra a desigualdade, marginalidade e

exclusão: ou se constrói um mundo mais equilibrado, ou a população vai ter que se armar, talvez colocar o exército na rua. Aponta assim para a guetificação, a estigmatização e o encapsulamento de negros e pobres de Santa Catarina nas periferias e nos morros, mas dá um alerta: e quando eles resolverem descer o morro e se libertar? Ocorrerá uma guerra civil? Uma revolução armada para mudar as feições sociais e econômicas do Brasil? Mas Vera se opõe ao discurso que localiza medo e “violência” nos morros e periferias:

“Até porque não é geral. Não é onde eu moro, não é no Estreito, mas está se criando uma mentalidade de que este é o caminho. Sabe aquela coisa: ‘ah, não vai lá porque lá todo dia morre um...’ ? Eu vou!!! E falo para quem diz isso: “Então vai lá para ver se morre um todo dia mesmo!!!”. Está se criando este clima de guetificação para que as pessoas tenham medo umas das outras...Para que eu puxe o meu 38 e te dê um tiro porque eu não sabia se tu podia me atirar então eu atiro primeiro...”

Vera percebe um discurso que cria sentimento de insegurança, que, associado à guetificação, estigmatiza e criminaliza certas categorias sociais e setores da população, gerando medo e desconfiança generalizadas. Goffman (1978) analisa mais profundamente conceito de “estigma”. Para este autor, estigma se refere a manipulações identitárias que tem por objetivo marcar diferenças, muitas vezes com o objetivo de preencher (com o Outro estigmatizado) o papel de “bode-expiatório” dos problemas sociais, exteriorizando assim a própria culpa. O papel dos “normais”, dos “ordeiros”, e o papel dos “desviantes” ou estigmatizados são complementares, partes do mesmo complexo, recortes do mesmo tecido-padrão. Goffman afirma que “...a estigmatização daqueles que têm maus antecedentes morais pode, nitidamente, funcionar como um meio de controle social formal; a estigmatização de membros de certos grupos raciais, religiosos ou étnicos tem funcionado, aparentemente, como um meio de afastar essas minorias de diversas vias de competição...” (p.150).

Digo a ela que já me disseram isso, se eu não tinha medo de pesquisar o tema das violências e subir os morros, o MonteSerrat, o 25, o Mocotó, o Mariquinha, entrar na Chico Mendes...

“Quantas pessoas te pararam? Quantas pessoas tu falasse para pedir autorização para ir até o alto do morro? Eu moro na subida para o MontSerrat, e lá moram pessoas que trabalham, que estudam, igualzinho aqui em baixo. A grande maioria das pessoas que mora no morro todos os dias às 08 da manhã já saíram para trabalhar, fazer faxina, de funcionário público, de cuidar de estacionamento, de tudo! De policial, de delegado, de tenente, de professor... E são essas as pessoas que moram em todos estes morros ao redor do centro. Os ricos não vêem assim: para eles, o morro é o lugar do crime, onde só mora bandido, pensam que é o Iraque. É claro que a luta deles lá no Iraque é religiosa, mas aqui estamos caminhando para a mesma solução... quer dizer: ou a gente desconstrói isso, ou realmente tu vais ter que ter a sua 12, a tua 9mm, a tua AK-47, para proteger tua casa, e daí quando o vizinho abrir a janela e te olhar você já Pum! Dás um tiro nele. Foi assim lá na Bósnia, também, não foi? Começou como aqui, pelo ódio racial, não entre brancos e negros, mas entre sérvios e croatas, que também eram irmãos, primos, compadres... Eu vejo que há algo de muito estranho nisso tudo...Em outros tempos eu podia até dizer: ‘Ah, isso é normal...’. Mas agora eu não consigo mais conceber que isso seja normal.”

Aqui, ela tanta desfazer, desmistificar o discurso que estigmatiza o morro e seu morador, através de seu próprio discurso, sociologicamente informado: são pessoas que trabalham, estudam, gente normal e ordeira, não é um covil de bandidos. Quer desconstruir este discurso, pois senão realmente a população terá que se armar e será uma guerra de todos contra todos.

Volta a aparecer, outra vez, a indignação contra a normalização e banalização das violências, quando nos conta que antigamente poderia até achar isso normal, mas agora já não consegue conceber assim. Pergunto então o que o fato de seu filho ter sido assassinado mudou na sua vida:

“O que isso mudou na minha vida? Isso mudou **A** minha vida. Não é que mudou na minha vida. Logo depois que meu filho morreu, os guris que mataram ele passaram uns dois meses me ligando. Toda sexta-feira e todo sábado eles ligavam e me diziam: “Visse o que eu fiz com teu filho? Dei tiro na cabeça, dei tiro em tudo!!!”. E aquilo começou a me criar um pânico, porque quando o telefone tocava....Teve um tempo que eu fiquei histérica! Eu não deixava mais que meu outro filho menor, de 12 anos, e a minha filha também, atendessem ao telefone. Eu tinha medo deles... também não se identificavam, era alguém com uma fala chula...Até que um dia eu resolvi dizer: “Tu tá com a consciência pesada? Mas eu não vou te perdoar! Porque tu não pode devolver o meu filho... tu tirou a vida dele, cara.”. E fiquei, fiquei falando com ele, porque eles ligavam a cobrar. Aí eu fiquei, fiquei. Quando veio a conta de telefone, eu fui à Promotoria Pública e disse: “Está acontecendo isso. Eles ligam, falam assim, assim, assim...”. Daí a advogada disse: “Imagine! De onde meus clientes ligam? Onde meus clientes têm telefone?”, como se ninguém tivesse telefone na cadeia!!!

Isso me criou um pânico momentâneo, e quase que eu embarco! Porque eu já não deixava meus filhos saírem de casa, não saía pra rua, eu realmente fui condicionada a reagir ao medo. Teve um momento que eu tinha medo de tudo. Eu não deixava meu filho sequer ir mais na casa do vizinho do lado! Eles ficam na Internet quase a noite toda, e...eu fiquei com medo dessa coisa dele voltar na madrugada, vai que tem alguém atirando em alguém e mata meu outro filho...Claro que agora eu estou superando mais isso, mas mesmo assim eu não deixo de ficar preocupada. Porque o medo com esse filho pequeno, ele pode estar andando e ser confundido, já vi um monte de menino falando ‘Morreu o menino errado’, ‘Teu filho não era pra tá lá’, daí eu fico pensando que eu não quero mais um filho meu no lugar errado na hora errada. Mudou neste sentido minha vida. Também porque só esse tipo de coisa faz com que...eu trabalho com muitas vertentes, sou militante do movimento negro, sou militante do movimento de mulheres, eu milito desde que me conheço por gente.”

Vera afirma categoricamente que “*toda, A sua vida foi mudada*”. A experiência da morte do filho causou transformação, um ponto de inflexão em sua história de vida. Alterou as formas pela qual dirigia sua vida, e até os ideais e projetos que tinha. As ameaças dos assassinos por telefone causaram-lhe pânico, medos exagerados, até histeria. Ao denunciar as ameaças, recebeu zombarias da parte da advogada dos presos: faz então crítica à impunidade e crise do sistema de administração penal/prisonal, que permite que os presos tenham até telefones. E o pânico perdurou, diz ter sido condicionada ao medo – se isolou, ficou com medo de tudo. Mesmo depois, superando o medo, fica a preocupação constante com, por exemplo, o filho menor ser confundido e morto, dele estar “*no lugar errado, na hora errada*”. Detalha outras mudanças e conseqüências, estas mais positivas: “*...Mudou neste sentido minha vida. Também porque só esse tipo de coisa faz com que...*” seja militante em muitas vertentes: movimento negro, das mulheres, ou seja, estabeleça sua identidade como militante. É um exemplo da produtividade, da positividade (SIMMEL, 1964, RIFIOTIS, 1997,1999) que atos violentos, moralmente imperdoáveis e deletérios, têm na vida dos que sofrem, com ela: muitos se indignam, reagem, e adotam uma postura pró-ativa para evitar que o sofrimento que atravessaram se repita na vida de outros. Grande parte acaba se tornando líder comunitário ou militante de causas sociais e humanistas. Pergunto, por este motivo, que papel ela acha que então devem ter os militantes e ativistas numa situação como essa:

“Eu não sei se eles devem ter papéis. Mas todo mundo tem, né? A gente vive numa diversidade, e agora com essa coisa de globalização, como essa sua caneta, a tampinha vem da China, a carga da Coréia, o clipe vem de Osasco, a ponta vem dos Estados Unidos...esse processo voraz vai deixando cada vez mais pessoas e coisas para trás, acho que tem que haver uma maior racionalidade das pessoas em relação ao aqui e o agora, entende? Essa coisa: ‘Ah, vamos pensar o futuro...’. Tu não pensa o futuro sem ter um presente! Isso aí trouxe uma lição para minha vida: saí pra salvar o mundo mas não salvei o meu filho...e eu fico pensando se eu estivesse ali naquele momento...minha irmã disse que falou para ele: ‘Gustavo, porque está tão apressado?’, e ele disse: ‘Nada tia, nada, ou vou ali e já volto...’, e eu perguntei porque ela não abraçou ele, disse: ‘Não vai, não vai, fica aqui...’, mas ninguém, nem ela nem ele estavam esperando...Em nenhum momento ele pensou que indo lá com o Israel, com o Leandro, e com o Adílio, os três iam ficar mortos lá...Eu penso que a gente tem que salvar o que tá próximo da gente, quando eu posso ajudar eu vou, mas tu tem que salvar os seus arredores, e começa por ti e por casa, pelos teus, depois você pode salvar um lá em cima, depois desce salva outros, aqui, ali, hoje tá tudo muito individual, entende? Eu tenho saudades do tempo em que...poderíamos chamar a nossa comunidade de comunidade, porque comunidade agora virou símbolo de arrecadação de dinheiro para o terceiro setor, os sem –teto, sem-tv a cores, os sem-carro, sem tv a cabo...porque comunidade era quando meu pai, o seu Zeca, o seu João, se juntavam no final de semana para fazer mutirão e levantar a casa de outro, botar cumeeira, daí minha mãe fazia aquele almoço para todo mundo, todo mundo comia, já era combinado ali que na próxima semana ia ser a vez do fulano de tal que estava precisando de ajuda para fazer a cerca, fazer o banheiro...E eles todos trabalhavam a semana inteira. Não pense que ninguém fazia nada e só se fazia isso! Todo mundo trabalhava e o comunitário se dava no final de semana. Assim se calçou as ruas, assim fizemos os muros, limpamos os terrenos que eram perigosos, mas hoje a coisa da comunidade só tá servindo para ONGs pegarem dinheiro para fazerem trabalho social que no final acabam nunca fazendo, que no final nunca dão conta, e aí eu incluo padres, negros, brancos, mulheres, todo um zoológico de bem intencionados, mas que a gente nunca vê um chegar e dizer: ‘Olha aqui o meu centro de ajuda às crianças, meu pré-vestibular, e tal, que formou não sei quantos meninos e agora eles estão todos no mercado de trabalho.’ Porque só tu fazer a ajudinha ali não adianta, tudo tem um processo. Então tu tem que ajudar aqui, ali e lá! E só depois disso dizer: ‘Tá aqui, ó: é meia dúzia, mas tá aqui.’ Dizer só: ‘Mas a gente proporciona oportunidade...’, quando eu escuto essa coisa, me dá uma raiva...Mas ao mesmo tempo eu não posso desconstruir isso, porque é uma merda, mas é uma merda institucionalizada. Então eu acho que toda a coisa passa por você olhar o outro. Tu olhar o cara que senta lá do seu lado na universidade, olhar pro outro lado e perguntar: ‘Por que não tem um negão aqui? Por que não tem um índio aqui?’ São questões, com diz uma amiga, de fundo. De muito fundo, lá no fundo mesmo ... (risos).”

Vera fala de diversidade, de globalização, e da marginalização social de certas camadas em função deste processo. Relata a impotência frente à morte do filho, e do paradoxo de ter saído, como militante, para salvar o mundo, mas não pode salvar o filho. Mas reconhece que isso era impossível, devido à imprevisibilidade do evento violento: ninguém pensou que aquilo pudesse acontecer, em nenhum momento eles pensaram que não voltariam da casa da “tia”.

Sua solução: os esforços devem começar pelos arredores, “*salvar os teus, a ti e tua casa*” – sugere uma “descentralização” do auxílio, da “salvação”, pois hoje, para ela, tudo está muito

individual. Pede mais “*racionalidade em relação ao aqui e ao agora*”, ou seja, quer ações presentes, não de longo prazo, num futuro que ninguém vê chegar.

Critica o uso atual do termo comunidade, “*símbolo de arrecadação para o terceiro setor*”. Para ela, “comunidade” era quando os vizinhos se juntavam no final de semana para fazer mutirões, mas lembra que todos trabalhavam, tinham empregos, não viviam disso. Ou seja, critica o atual “trabalho comunitário”: ONGs mercenárias e incompetentes. A ajuda, para ela, deve ser holística, por todos os lados. Critica os que dizem “dar oportunidade”, os chama de “*merda institucionalizada*”. Sua solução é a empatia pela alteridade: “*...eu acho que toda a coisa passa por você olhar o outro*”. Pergunto como ela vê a criminalidade hoje em Florianópolis, já que antes havia dito algo sobre mudanças estruturais nas formas de violências aqui:

“A grande jogada do momento não é mais drogas, a grande jogada do momento é o tráfico de armas. Antigamente qualquer coisa a gente se rolava no chão, seu nariz sangrava, meu lábio ficava inchado, olho roxo, e daí dali três dias já pedia desculpas, “Pô, cara, a gente é irmão”. Mas agora, tiro não dá para fazer as pazes depois. E assim está se criando uma nova geração de meninos sem família, porque o pai dele é um menino de 17, 18 anos, que engravidou a menina, de 12, 14, 16, que já não vai mais à escola, e daí o pai morre cedo e a mãe abandona, porque ela é jovem, porque ela quer dançar, porque ela quer namorar, porque ela quer viver a adolescência. Então aquele filho destes dois, vai se criar sozinho, nas ruas das comunidades pobres. Logo, logo, ele vai ter alguém que vai passar a mão na cabecinha dele, vai dar 10 reais na mão dele e vai dizer: “Vai ali comprar uma balinha...”. Esse vai ser o ídolo daquele menino. Até porque o pai dele não tinha estrutura para ser pai, então...E hoje ele dá 10 conto, amanhã ele diz: “tá aqui o meu treizoitão, aquele fulano lá disse uma coisa ruim para mim, vai lá!”. E ele vai lá e vai fazer aquilo com uma tranquilidade, que você nem imagina!!! Ele vai virar homem, e todo mundo vai passar a respeitar ele – ele é uma criança que puxa gatilho. Daí vem a nossa sociedade hipócrita, e quer baixar a idade penal...Quer dizer: pena de morte institucionalizada com o apoio da sociedade em geral já existe. E daí querem baixar a idade criminal para quê? Se já todos os estabelecimentos penais que nós temos estão entupidos? Vão baixar a idade penal para fazer o quê? Para fazer creche? Um dia alguém algo interessante: um dia ao nascer, nós, negros e pobres, em vez de receber nossa certidão de nascimento receberemos nossas algemas e a nossa ficha policial. Eu só sei que tem coisas que nem Freud, nem muito menos eu conseguimos explicar”.

Nessa avaliação sobre a criminalidade em Florianópolis, Vera percebe outra mudança estrutural (além da já citada alteração na proximidade/distância): do tráfico de drogas para o tráfico de armas. Tem uma visão de bonomia do passado, comum a muitos dos entrevistados e praticamente geral, como demonstra o trabalho de Eckert (2002), que nas narrativas de idosos de

Porto Alegre percebe a formação de um jogo de contrastes entre as memórias de um passado seguro e tranqüilo, e a percepção de uma atualidade violenta e amedrontadora: Vera diz que, “*Antigamente...*” se houvesse uma briga, rolava-se, resolvia-se. Mas tiro não aceita desculpas mais tarde. Assim, está se criando uma geração de meninos sem família. Com a morte ou abandono dos pais, crescem na rua, sendo aliciados pelo tráfico e seduzidos pelo crime. É um discurso de que a “desestruturação familiar” seria um fator que levaria à criminalidade. E ressalta a crueldade e frieza dos garotos: matam com calma e tranqüilidade, pois assim ele passa pelo “ritual de iniciação” (para usar um termo caro à Antropologia): com o ato violento, a criança se torna um homem de respeito, que tem coragem, que puxa o gatilho. Aqui, se percebe que a “crueldade” nas ações dá aos garotos um “currículo” que os fazem ser tanto mais respeitados quanto maior a “violência” que empregarem contra seus inimigos.

Vera se indigna mais uma vez contra a sociedade hipócrita que quer reduzir a maioridade penal, e que aceita a pena de morte institucionalizada. Critica a superlotação e ineficiência do sistema penal, assim como a criminalização e estigmatização de pobres e negros: “*...um dia, ao nascer, nós, pobres e negros, em vez de receber nossa certidão de nascimento receberemos nossas algemas e nossa ficha policial*”. A solução para ela é cada um fazer sua parte, em tolerância, respeito, crítica social, organização comunitária – ela diz que tenta, mas se decepciona com sua própria impotência:

“Só o que eu sei é que cada um tem que fazer a sua parte. Sua parte de respeito, sua parte de tolerância, sua parte de construção crítica, e eu tento ser isso, e mesmo assim eu acho que eu sou uma merda!!! Porque chega um momento que a gente não sabe mais... a loucura tamanha, o caos imenso, eu penso que vivemos um momento de caos. A nível federal, estadual, eu pensei que com a eleição do Lula – apesar de não ter votado nele – ia ser diferente. E eu vi que não é diferente, porque o que todo mundo quer é entrar na máquina, e quando tu entra na máquina, a máquina tá engraxada, a engrenagem funcionando, e quando tu coloca muitas esperanças no coração e na mente do povo...Acho que esse era o último momento, a última esperança do povo brasileiro de ver mudanças de verdade...mas estou vendo que daqui um pouco o povo vai pra rua dizendo: ‘não, o Lula tá certo, nós precisamos mesmo manter a nossa política fiscal de juros!!!’, o povo daqui a pouco vai dizer isso, vai aceitar tudo! Puta que o pariu, agora danou-se tudo... E eu toda vida tive uma opção política de ser esquerda. Mas não está dando... Eu acredito que nós precisamos de

mudanças verdadeiras: sabe como muda a vida de uma comunidade? Muda com urbanização, com luz, esgoto, uma biblioteca, muda com educação, com vida digna. E não vejo ninguém preocupado com isso, nem PT, nem PC do B, nem PTB, nem PP, ninguém. O que eu vejo é uma máquina política que reproduz a mesma coisa todas as eleições. Quer coisa mais bestial que o próprio presidente da Câmara dizendo que é nepotista porque mandou os filhos para a universidade? Tenho que ser obrigada a dizer: vai lá e quebra tudo! Porque desse jeito só quebrando tudo! Enquanto não houver realmente um pouco de vontade... Duzentos anos depois ainda estamos investindo mal no pobre, no negro para que ele consiga chegar a algum lugar...Então acho que tudo depende muito da nossa vontade, da nossa vontade de mudar o que não está certo. Porque senão fica todo mundo reclamando nas suas casas, na frente das suas TVs, nos seus quintais”.

Ressalte-se aqui a visão de caos, da “situação de violência” como inexplicável, confusa, desorientadora: já nem sabe mais o que dizer, pela loucura e caos que vê no momento. E isso ela deve aos governantes: pensou que com Lula mudaria, mas como se dizia no final do século XIX em relação aos partidos conservador e liberal da Regência, nada mais igual a um Saquarema que um Luzia no poder...Nada muda, pois a sociedade é inerte e apática, além dos interesses existentes em se preservar o *status quo*.

As soluções que propõe abarcam mudanças na urbanização, como luz, água, esgoto, e mudanças sociais, como educação e vida dignas. Critica os governantes e políticos, que não cumprem suas funções e ainda são ineptos, corruptos, nepotistas – só a revolução pode dar jeito: se diz obrigada a apoiar um quebra-quebra, pela situação política. Realça a falta de vontade política e os investimentos malfeitos, e pede por ações individuais, acha que a mudança começa pelo comprometimento de cada um, pela vontade de mudar o que não vemos como certo, pois senão fica todo mundo em casa, só reclamando. Ela mesma afirma fazer tudo o que está ao seu alcance, como revelam as mini-narrativas de dois eventos:

“Eu tenho uma coisa ali onde eu moro: eu grito com o filho da vizinha porque ele tá gritando com ela, desrespeitando ela; eu grito com o filho da outra porque ele tá fumando baseado parado na frente da casa da mãe dele, com os três amigos, eu grito pra eles: ‘lá na casa da sua mãe eu nunca vi você colocar camarada pra fumar baseado na porta dela! Mas aqui na casa da mãe dele que trabalha o dia inteiro aí vocês vêm, né? E ainda na frente das crianças, ensinando, fazendo escola, tudo, né? O cara que bate na mulher, também: se ninguém fazer nada, o que acontece? Minha irmã também tem uma história: ela mora lá no Floresta. E logo que ela mudou para lá – ela, claro, a única negra – ela disse que todo dia quando descia do ônibus, à noite, ela escutava aquele pega-pra-capar bem na casa da frente onde o ônibus parava. Ela travou amizade com a moça que morava na casa e disse:

“Poxa, teu marido, todo dia quando desço do ônibus eu escuto...”, e a outra: “Ah, não liga não que ele é assim mesmo...”. Um dia minha irmã desceu do ônibus e ele estava num daqueles ataques, e ela entrou pelo portão adentro justamente quando ele ia agredir ela! Ela deu uma gravata nele e disse: “A partir de hoje eu espero não ouvir nunca mais o que o senhor diz para ela! O senhor tem que se acalmar!”. Ela segurou ele pelo pescoço, ele tem uns 60 e alguma coisa, cabelo todo branquinho, ela disse que a partir de então queria que ele mudasse as atitudes dele com a mulher, porque ‘Eu escuto, os seus vizinhos escutam, quem tá no ponto escuta, quem tá no ônibus escuta’. Mas o quê? Ela fez alguma coisa para mudar a situação que ela estava vendo...Hoje, eu conheci o casal, e ele parou a história de beber, parou a história da agressão, a mulher se recuperou de tal forma que você não acredita, e voltaram a ser aquela família feliz que eles sempre foram. Mas alguém teve que parar e fazer alguma coisa, teve que dizer: “Olha, tem algo mais que isso...Todo dia isso dentro de casa, sua revolta trazida pro lar”. Então a partir dali construíram um novo momento: eu acho que falta um pouco disso na vida de todo mundo. De se pensar novamente que tudo pode ser diferente. E quando eu penso nisso acho que assim a gente pode ganhar mais um tempo aqui na terra...”

Narra então sobre como se envolve nos problemas da sua vizinhança, como não faz vista grossa ao que vê de errado, “faz sua parte”, como no caso dos meninos fumando maconha no portão, com percepção de que as “coisas erradas” são aprendidas pelas crianças: os menores aprendem com o exemplo dos maiores. É outra entrevistada que, assim, relata o caráter aprendido das violências. Emenda outra narrativa, sobre como sua irmã “fez sua parte”, se mobilizou individualmente e conseguiu mudar um quadro de “violência doméstica”: fez algo para mudar uma situação violenta. Ela conseguiu mudar a vida do casal, mas “alguém teve de fazer algo”, “construir um novo momento”, momento diferente, com movimentação, ação da sociedade e dos indivíduos.

(Vera, motivada pelo tema das violências, falou tanto, sobre tantas coisas diferentes, com tantas explicações, causas, motivos, soluções, opiniões, “mini-narrativas”, que nos lembra de Nigel Rapport (1987). Este autor toma emprestado de Raymond Willians (1976) a noção de que a “violência” é uma “*catchword*” ou palavra-chamariz, uma das palavras que força a atenção, invariavelmente levando à discussão sobre a sociedade moderna: é uma palavra que reflete valores e idéias presentes, e sua menção muitas vezes estimula as pessoas a falarem sobre muitos outros problemas sociais que consideram conectadas às violências. Rapport descreve

minuciosamente cenas de interação entre atores em diferentes contextos, onde analisa conversas espontâneas onde a “violência” é usada como *catchword*, revelando a extensão do uso da palavra “violência”: há mesmice na repetição, regularidade na forma pela qual se usa a “violência” nas conversas).

E dessa forma terminou a entrevista. Saí de lá pensando sobre tudo o que Vera me dissera. Pensei, sobretudo, no fato de os jornais criminalizarem seu filho. Conversando mais tarde com meu orientador, recebi a sugestão de que procurasse as notícias sobre o triplo homicídio junto à equipe do LEVIS (Laboratório de Estudos das Violências da UFSC, do qual sou integrante) que faz estudo sobre os homicídios na mídia de Santa Catarina, para realizar uma comparação, a fim de demonstrar como uma mesma história, um mesmo evento, pode gerar uma diversidade de narrativas, uma multiplicidade de interpretações, devido aos interesses de quem conta a história. Isto porque o passado, *nos lembramos*, é uma reconstrução seletiva. E sabemos que o objetivo principal de um jornal ao contar uma história é que ela seja vendida, que ela tenha um certo apelo sensacionalista. Como diz Vera, a imprensa quer “...*vender sangue*...”.

6.2.1. As notícias.

Pois bem: com a ajuda de Emília Ferreira, integrante do projeto de pesquisa do LEVIS sobre os homicídios na mídia em Santa Catarina, e a quem mais uma vez agradeço, consegui as notícias de dias subseqüentes ao crime dos jornais “Diário Catarinense” e “A Notícia” (fotocópias de todas as reportagens citadas aqui encontram-se nos Anexos). O que Vera dizia se confirmou: realmente, as notícias reportavam o crime como “guerra do tráfico” (Diário Catarinense, 29/08/2002, p.32). No dia seguinte, no mesmo jornal, aparece no *lead* da página 4 a menção de que “*o conflito entre traficantes deixou seis mortos desde o início da semana*”. Na mesma página,

aparece também uma outra notícia sobre o fato de um grupo passar em frente ao cemitério durante o sepultamento do filho de Vera soltando fogos de artifício. A notícia conta com uma declaração de “uma parente” (propositadamente não identificada) de que os jovens não eram assassinos, que eles estavam desempregados e usavam o tráfico apenas para sobreviver. Adiante veremos o comentário de Vera sobre isso.

Na página 5 do mesmo jornal, no mesmo dia, outra reportagem relata que o exame cadavérico revelou o “...*grau de violência empregado na guerra do tráfico que assola o centro de Florianópolis*”. Em outro trecho, diz que “*As vítimas, segundo a polícia, foram chamadas até a comunidade da Mariquinha para dividir drogas*”, e que a “*chacina estaria relacionada à disputa por ponto de venda de drogas nos morros do Maciço do Morro da Cruz*”.

Percebem-se aqui claramente os motivos da indignação de Vera: seu filho é caracterizado como traficante, sua morte como relacionada à disputa por pontos de tráfico de drogas. Isso corresponde, para ela, como já vimos, à criminalização e estigmatização de jovens negros e pobres: se foi morto por arma de fogo, é negro, e mora no morro, então é lógico para a imprensa que essas mortes estão ligadas ao tráfico. Como dito acima, o jornal está interessado principalmente em vendagem, e não na confirmação de informações, para a infelicidade dos citados e de suas famílias. E como Vera disse em sua entrevista, “*tem gosto por sangue...*”.

No jornal “A Notícia”, os fatos aparecem ainda mais distorcidos se comparados com a versão de Vera: no dia 29/08/2002, na página A15, este jornal, na pessoa da autora da reportagem (Natália Viana) comunicou que “...*na tarde de ontem, um tiroteio terminou com três mortes...para a polícia...têm ligação com o tráfico...*”, mencionando ainda que todos os envolvidos, inclusive as vítimas tinham antecedentes criminais. No dia 31/08/2002, na página A13, o “A Notícia” voltou a dizer que “*a execução está relacionada à guerra pela disputa dos pontos de venda de drogas do Maciço*”.

Percebemos que, quando a mídia veicula a imagem do filho de Vera como ligado ao tráfico de drogas, está criando uma realidade para quem lê. Conforme Rifiotis (1999), a característica da mídia é gerar imagens-acontecimentos, o acontecimento não existe, ele é capturado no tempo da imagem (JEUDY, 1994, p.77). De modo mais amplo, poderia-se afirmar que neste processo de produção dos acontecimentos, a mídia não é mais o espelho da sociedade, as suas imagens e representações são transformadas em imagens-acontecimentos. Além disso, como destacam Katz (1995), Glassner (2003) e outros, a mídia tem um papel proeminente no desenvolvimento do sentimento de insegurança na população, devido às formas pelas quais apresenta as notícias policiais, principalmente as sobre homicídios: elas têm uma centralidade na veiculação, são sobrerrepresentadas, isto é, aparecem mais do que outros tipos de notícias, e são causa da disseminação de medo entre a população, que acredita, pelo excesso de notícias deste tipo, poder estar vulnerável a sofrer um ataque letal de qualquer um, a qualquer momento, gerando desconfiança generalizada.

No caso do filho de Vera, o que se percebe é a falta de verificação das informações assumidas pelos jornalistas: mesmo tendo visto o laudo cadavérico, em que os peritos afirmam estarem as vítimas desarmadas, veiculam como sendo um “tiroteio”. Mesmo não tendo sido encontradas com eles drogas ou armas, a imprensa assume que eles eram ligados ao tráfico. Seria descaso, o jornalista não quis se cansar muito perguntando pela vida pregressa dos jovens? Ou será que o fato de três homens, jovens, negros e pobres terem sido mortos por armas de fogo em um morro onde há tráfico de entorpecentes era tão coerente, encontrou tal ressonância com o discurso que localiza o perigo e as violências nas favelas, que não precisava ser investigado? Mais adiante veremos o que Vera tem a dizer sobre isso.

6.2.2. O inquérito e o processo.

De posse destas reportagens, resolvi ir atrás do inquérito policial, que consegui com o auxílio de outra integrante do LEVIS, a Comissária de Polícia Civil Joyce, e da Delegada do 1º DP da Capital, Dra. Ivete, às quais sou muito grato pela gentileza e prontidão em ajudar.

Selecionei (e reproduzi no Anexos) apenas as partes do inquérito que apresentam os depoimentos e a narrativa da Delegada Sandra Andreatta, desprezando as partes relativas a intimações (a não ser as das testemunhas), os laudos periciais (a não ser o exame de pesquisa de chumbo de Gustavo, filho de Vera, que comprova que ele não estava armado) e cadavéricos, posto que o inquérito é muito grande para ser reproduzido aqui em sua íntegra (quase duzentas páginas).

Para minha surpresa, no inquérito constava ainda outra versão do crime: segundo a mãe de uma das vítimas, assim como um dos sobreviventes (Leandro, apelidado “Salgadinho”, o mesmo que teria contado a Vera a versão que conta em sua narrativa), os rapazes teriam recebido um telefonema de “Zóinho” os convidando a irem ao morro da Mariquinha para *“marcarem uma partida de futebol”*. No inquérito, aparece também a afirmação pericial de que as vítimas não tinham resíduos de pólvora ou chumbo nas mãos, o que descarta a hipótese do jornal “A Notícia” registrada acima, segundo a qual teria havido “tiroteio” no local. Da mesma forma, não havia resíduo também nas mãos dos acusados, com informa a narrativa do relatório da delegada. As vítimas estavam desarmadas, e, quanto aos acusados, a Delegada Sandra Andreatta relata que *“Todavia, esclarecem os peritos (químicos), que ‘no uso de arma de fogo, para efeito de análise, pode não ser detectado resíduo de chumbo provenientes da explosão provocada pelo dispara, por depender dos seguintes fatores”* – a saber, do tipo e condições da arma, quantidade de tiros disparados, da eficácia e do tipo de munição utilizada, além da maneira como foram disparados os tiros e da assepsia da mão após os disparos.

Decidi que seria necessário também verificar o andamento dos processos na justiça. Tais processos são em sua maior parte idênticos ao inquérito policial, com a diferença de que reúnem o estado dos julgamentos, condenações e apelações. Para a obtenção de uma análise destes processos, contei com a ajuda de um colega da Pós-Graduação em Antropologia Social, Aírton José Ruschel, que realiza pesquisa sobre o fluxo de justiça nos processos de homicídios no Fórum de Florianópolis, a quem também agradeço pela ajuda. Os acusados são: Adriano Boeira Camargo (“Zóinho Pequeno”), Anderson Carlos Nunes, Antonio Carlos Delfino (“Fininho”), Glaucir Boeira Camargo (“Zóinho”) e Anderson Felipe Domingos (“Lú”).

O acusado Antônio Carlos Delfino foi julgado separadamente dos demais (Processo número 023.02.030359-1), e condenado a 23 anos e quatro meses de reclusão. Ressalte-se que duas audiências foram suspensas, em 16/04/2003 e 21/05/2003, pela ausência de testemunhas, revelando o medo destas e o respeito a uma lei tácita de silêncio sobre crimes ocorridos na comunidade. Tal fato também transparece em etapa anterior: no inquérito policial aparecem a “Ordem de Serviço” da Delegada Sandra Andreatta, determinando que policiais da equipe de investigação procedam diligências no sentido de localizar, identificar e intimar a comparecer à Delegacia testemunhas dos homicídios. A seguir, o investigador João Otávio Stahelin relata que *“...embora tenhamos envidado todos os esforços, somente escutamos das pessoas frases como: não sei de nada e não vi nada. Pudemos observar que todos temem falar com medo de represálias”*. Em seu relatório ao juiz responsável pelo caso, a Delegada citada diz que isso é *“...perfeitamente compreensível, ante a violência instalada nos morros da capital”*.

O julgamento dos outros acusados (Processo número 023.02.035235-5) ocorre em 24/06/2004, sendo absolvidos Adriano “Zóinho Pequeno”, e Anderson, condenando Glaucir “Zóinho” e Anderson “Lú” respectivamente a 27 e 22 anos de reclusão. Os condenados

recorreram, sendo novo julgamento marcado para 12/07/2005, sendo negado o recurso e mantidas as condenações e penas.

De posse destas informações (as notícias veiculadas na imprensa, o inquérito policial e os processos), combinei com Vera mais um encontro, pra que juntos lêssemos estes textos e ela desse sua opinião.

6.2.3. Voltando à Vera.

Nos encontramos então novamente no CEDIM. Levei as reportagens sobre o triplo homicídio, entre os quais o do filho dela, e o inquérito policial. Entreguei-lhe as reportagens e a deixei passar os olhos por sobre elas. Neste mesmo momento me arrependi de estar ali. Embora Vera, uma pessoa muito forte, não demonstrasse, eu obviamente a estava torturando, fazendo com que relembresse fatos e sentimentos do passado sobre os quais ela certamente não queria mais ouvir ou falar. Mas o mal já estava feito, e decidi continuar, pois Vera é a primeira a querer denunciar o caso (e o descaso) do que aconteceu com seu filho, para que isso não mais se repita. Perguntei o que ela achava das reportagens e o que ela teria a dizer sobre a associação direta feita pela imprensa entre esse crime e o tráfico de drogas, inclusive citando depoimentos de pretensos parentes das vítimas dizendo que estavam desempregados e usavam o tráfico para sobreviver:

“Quem teria dito isso, hein? Que parente teria dito isso? Quem diria isso num momento de dor? Acho difícil o próprio parente, no momento do enterro, desqualificar o morto assim...”

Ela passa alguns minutos em silêncio, examinando as reportagens, e continua:

“Sabe, quando ocorreram os fatos, nem fiquei perdendo meu tempo lendo essas merdas todas, mas agora só uma vista geral já é suficiente para me deixa enojada. Olha só: diz aqui que ‘o tiroteio começou por volta das 16 horas...’. Só que não houve nenhum tiroteio, foi um massacre, porque eles estavam desarmados...Porque tiroteio pressupõe dois lados atirando. E eles não estavam

armados...Na verdade, ouvi dizer, e acho que já te falei isso, que quando eu li o processo, eu tomei um choque, porque a história que está no processo não é a história do crime...”

Vera aqui me antecipou: eu ia justamente perguntar isso a ela. Disse-lhe que como parte de meu processo de pesquisa, tive que ir atrás do inquérito policial e dos processos criminais. E no inquérito aparece outra história, com a mãe de um dos meninos dizendo que eles foram chamados para marcar uma partida de futebol com os rapazes do outro morro, e que quando chegaram lá foram emboscados. Em outra parte do inquérito, dizem que eles foram chamados para dividir drogas. E pedi que ela falasse sobre isso, de cada lado oferecer uma história, cada um criando a “sua verdade”.

“Quando eu cheguei lá e vi o processo, eu disse pra promotora: ‘essa aqui não é a história do crime’. Essa história de ir lá marcar partida de futebol, é o que minha vizinha conta, a mãe do Israel. O filho dela recebeu telefonema do Zóinho, mas o que os meninos contaram para mim, o menino que sobreviveu, é uma outra história. O Salgadinho tinha um primo, um menino de treze anos – que até hoje está desaparecido!!! Ninguém acha mais...Esse menino de 13 anos foi a uma festa na nossa comunidade. Quando ele voltou, saiu da festa, ele já não apareceu mais...A tia do Salgadinho liga pra ele e diz pra ele ir lá porque o tal do menino tava sumido desde o dia da festa. Daí eles foram lá...Daí o meu filho estava fazendo a escada para a Maria da Gloria junto com o outro menino, o André, tinha acabado de almoçar, e o Israel passou, o filho da Emília, junto com o Salgadinho, dizendo que iam na casa da tia do Salgadinho, pra ver essa história, lá no alto do Mariquinha. Mas vê só: tu vai pra lá, pra morte, sabendo que lá eles vão te matar, desarmado?...? Foram na casa da tia, a tia com toda a preocupação, que o menino não tinha aparecido...E quando eles desceram os caras já estavam lá esperando...E provavelmente deve ter sido os mesmos que deram sumiço no menino! Daí o Salgadinho me contou que, quando os rapazes mataram eles tudo, ele não correu de volta ele não correu de volta pra cima, ele correu pra cá pra baixo, pro centro da cidade, né? Daí ali já encontrou um cunhado do Israel, já contou pra ele e já correram lá pra delegacia, pra 1ª DP. Daí enquanto arrumavam tudo pra dar o depoimento, chegam os que a polícia prendeu quando estava fazendo operação no Mocotó. Daí ele disse que eles ficaram ali tudo sentados próximos, ele morrendo de medo. Daí o cara disse pra ele: “O teu priminho, nós picamos ele todinho, jogamos num saco de lixo e enterramos não sei onde”. E essa história do primo do Salgadinho foi o motivo porque eles foram lá. Essa outra do telefonema do Zóinho já é uma outra história, que eu não posso te contar porque eu não sei qual é essa história...”

Vera aqui reafirma sua versão, e desta vez entrando em mais detalhes. Isso é típico de narradores que contam suas histórias várias vezes: segundo Bauman (1986), dependendo do contexto, do tempo disponível, e da audiência, as narrativas podem praticamente dobrar de tamanho e detalhes, e o detalhamento serve para colocar em relevo fatos que podem dar maior precisão ao ponto que o narrador quer atingir com sua fala.

Vera tenta mostrar a veracidade de sua versão, que lhe foi contada por um sobrevivente, Leandro “Salgadinho”, relacionando os assassinos ao desaparecimento do primo deste, o que não havia feito na primeira narrativa. Insere, inclusive, uma nova passagem onde um dos assassinos teria mesmo confessado a morte do tal primo. Ressalta também o fato já citado de cada um construir a sua própria versão de um evento: Vera diz que não pode nos contar a história partindo do suposto telefonema de Zóinho, porque esta não é a versão dela, é a da mãe de outro rapaz, Israel. (Tentei contatar esta outra mãe através de Vera para ouvir também sua história, mas ela se negou a falar). Vera continua a história que ouviu de “Salgadinho”:

“Daí o Leandro diz que o Israel disse pros que pararam eles na escadaria: ‘E daí, cadê o Zóinho?’, e disseram que o Zóinho tinha só ido ali, já voltava, espera aí um pouquinho, ele quer falar com vocês...Meu filho, uma que não freqüentava a Mariquinha, porque a mulher dele morava ali, e eles expulsaram a família dela inteira, a avó, a mãe, elas, tudo!!! Porque ela começou a namorar com meu filho, e a coisa ficou tão insuportável que ela teve que se mudar da casa dela. E ela se mudou, foi viver com meu filho, mas eles não se conformaram e expulsaram a família dela inteira. Desse jeito: tem tanto tempo pra fechar a casa e sair agora. Então já tinha lá uma raiva deles, que meu filho não ia freqüentar aquele espaço que ele não era bobo... E eu penso que já era uma coisa muito...uma instituição o tráfico, mesmo...se fortalecendo, e se armando...tudo isso, claro, ligado ao tal Neném da Costeira, que estava tentando tomar a região do Maciço toda do Baga.”

Neste trecho narrativo, Vera articula os principais pontos de sua primeira narrativa, com algumas explicações e críticas extras. Primeiramente, narra o encontro entre os agressores e as vítimas, mostrando que se tratava de uma emboscada. A seguir, conta os motivos que para ela levariam o filho a evitar o local do crime: as rixas existentes entre os rapazes do Mariquinha e da Nova Descoberta, que levaram inclusive à expulsão da família da mulher de Gustavo do morro.

Depois, faz uma avaliação da situação como realmente tendo algo a ver com o tráfico de drogas, com o fortalecimento da quadrilha de Neném da Costeira que tentava, na época, tomar os pontos de venda de drogas do Maciço do então “*patrão*”, o Baga. Daí, parte para nova crítica à mídia, mostrando que, quando da morte de Baga, primeiro o caracterizaram como benfeitor e sambista, para depois se desmentirem, o qualificando de traficante. Da mesma forma, fizeram com seu filho, como veremos mais abaixo:

“Outro dia estava conversando com meu ex-companheiro e eterno amigo e estávamos comentando sobre isso e ele disse: “Vera, estive olhando alguns recortes de jornal, e eles mataram o Baga em 2000. Olha só que interessante essas manchetes – “Morre presidente de escola de samba assassinado”, “Morre benfeitor da comunidade”, depois começou “Dizem que era envolvido com o tráfico..”, e a partir daí começa uma desconstrução do primeiro momento da reportagem, eles mesmos se desmentindo, “não, porque ele era bandido mesmo, que ele era um traficante, era o patrão”, mas ele já está morto, não pode responder mesmo...Daí eu disse: mas essa é a coisa da imprensa – em menos de dois meses o Baga já não era mais um cidadão. Já era o maior traficante de Florianópolis, o cara que podia conciliar tudo, porque se não fosse a morte dele aquilo não teria se desencadeado...”

Vera avalia então que o momento em que vivemos é de acirramento da marginalidade, da exclusão e da desigualdade social, critica o Estado ineficiente, a falta de direitos humanos e de cidadania básicos, a guetificação, que enclausuram e justificam como ligadas ao tráfico as mortes violentas nas favelas e bairros pobres. Ela pensa, como apareceu também na primeira narrativa, que chegará o momento em que a população pobre, negra, excluída e guetificada descerá o morro e pegará em armas para se libertar de sua opressão e condições desumanas de existência, e reconquistar seus direitos pela força. Aliás, até se espanta disto ainda não ter acontecido:

“Então eu penso que é um momento de acirramento dessa marginalidade, uma leitura de exclusão total, de abandono do Estado, abandono do social, abandono da cidadania, com um projeto único de extermínio de tudo que o Estado não consegue dar conta, do que ele deveria dar conta. E aí entra a guetificação também: joga lá e deixa eles morrerem a gente diz que é o tráfico mesmo que tá matando...Mas cada coisa tem sua hora. E a gente espera que essa hora não chegue, eu espero sinceramente que essa hora não chegue. Porque a nossa população tá acuada de tal forma pela conjuntura atual que às vezes fico me perguntando por que todo mundo ainda não pegou em armas e desceu das suas casa, da sua opressão, da sua miséria, da sua pobreza, e não invadiu a cidade. Eu me pergunto...Claro que a minha racionalidade, minha vida, minha família, não me deixa. Mas eu fico me perguntando porque o resto da minha vizinhança não se rebela desta forma...e olha que isso não seria nenhum absurdo, porque o que eu tô vendo, e aonde a gente está ficando, é de um absurdo contra tudo quanto é direito, direito humano, direito de cidadania, todos os direitos da população carente, todos vivem em condições desumanas. E é uma revolta que eu espero que não aconteça.”

E relata seu sofrimento pelos outros jovens com quem pode acontecer o mesmo que a seu filho, e pelas outras mães como ela que também tiveram filhos assassinados. Vera fica indignada com o fato das mortes não mudarem nada, de não suscitar nenhuma providência das autoridades:

“Quando eu viajo, eu rezo que, quando eu volte, todos os meninos da minha comunidade estejam lá ainda. E quando eu volto e abraço eles, é uma alegria tão grande! Mas daí eu me pergunto: que mãe,

em que lugar desta cidade, não estará chorando seu filho morto agora? Com uma mesma história, igual à minha, de novo...O que é isso?!? Nós tivemos agora no ano de 2002, ano da morte de meu filho com os outros dois meninos, e não foi suficiente? Não foi suficiente, não...não foi suficiente para que as providências fossem tomadas...Depois os jornais começaram a dizer: “O jovem Gustavo Fermiano foi assassinado”, a Maria Clara (*outra filha dela*), guardou os jornais, porque ficou quase dois meses saindo notícia, mas isso depois, só depois que eu comecei a ligar pros jornais e dizer: “Mas quantos quilos de droga vocês encontraram com meu filho? Quantas armas vocês acharam com ele? Vocês têm que rever isso...E para fazer com que parassem de veicular a imagem do meu filho na TV? Eu tive que interferir várias vezes, ligar, dizendo: “Olha, vocês não podem ficar usando a imagem do meu filho...”. Isso me atinge, e isso me dói!!! Eu poderia até ter acionado advogados, para processar por difamação, calúnia e uso indevido de imagem. Eu poderia, mas não fiz... Não fiz porque isso ia me levar aonde? O que ia mudar? Só ia expor mais ainda a imagem do meu filho...O promotor mesmo disse: ‘A minha argumentação, o meu ataque, foi todo baseada em cima da vida pregressa do Gustavo, ele estudou, ele trabalhava, trabalhava na Secretaria de Segurança Pública...’. Ele tinha uma passagem, mas por uso de drogas. E eu digo: ‘E daí que ele tinha passagem? Merece morrer por isso?’”.

Quando narra a forma pela qual seu filho foi retratado, transparece todo seu ressentimento contra a mídia, considerada caluniadora, mentirosa, cruel até, pois conta que ver isso lhe doía muito. Percebe-se também o motivo de, em nosso primeiro contato, quando quis convencê-la de que usaria nomes fictícios, ela responder que “*Pior que o que já passei não vai ficar*”. Agora percebo como aquela frase era justificada. E ela aproveita para dizer que seu filho tinha comportamento exemplar, trabalhava, estudava, mas aparece então algo que eu já imaginava, mas não tinha certeza: Gustavo tinha uma passagem pela polícia por uso de drogas. Porém, isso para ela não é motivo ou justificativa para nada: “*E eu digo: ‘E daí que ele tinha passagem? Merece morrer por isso?’*”. Eu queria mesmo perguntar isso para Vera, pois em uma das reportagens que lemos juntos diz que todos teriam antecedentes criminais. Vejamos o que ela acha da caracterização do jornal que diz que “era guerra do tráfico porque todos tinham antecedentes”:

“E daí que todos tinham antecedentes? Eu vejo uma questão que é assim: tem um cara que é médico do IML do Rio de Janeiro que na sua adolescência era um assassino. Hoje é médico... Os antecedentes dele não o fazem um assassino eternamente. Então tu não podes justificar a morte, essa história do ‘é bandido merece morrer’, que porcaria de Estado nós temos que deixa uma pena de morte desta se institucionalizar? Não aceito esse tipo de desculpa, mesmo se ele tivesse um milhão de processos nas costas, o papel do Estado não era esse de dizer que ele devia morrer. Tem uma contradição tão nojenta e tão à vista nessa coisa... que é isso que eu não consigo decifrar. Quer dizer, consigo decifrar sim: é o poder branco, o poder macho, o poder do olho azul, é o pico da

pirâmide, o poder branco, rico, poderoso, que não aceita mudança, que não aceita aumentar o pico da pirâmide, e contra isso não tem argumento meu, sabe?”

Vera afirma-se contra o discurso do “é bandido tem que morrer”, ao citar o exemplo do médico carioca, como que dizendo que o crime não pode marcar eternamente uma pessoa. Mesmo que os rapazes tivessem cometido crimes, isso não dá a ninguém o direito de dizer que eles devem ser mortos. Por isso, critica o Estado, e a sociedade desigual, hierarquizada e excludente: diz que a causa disso é o racismo e a inércia das elites, do poder branco, de olho azul, do pico da pirâmide que quer manter o *status quo*. Critica a ineficácia e ineficiência da polícia e do Judiciário, que prendem e deixam fugir, que absolveram os assassinos de seu filho:

“Eu pensei que quando ocorreu essa chacina, a coisa ia mudar de forma dramática, cara. Mas não, aumentou o poder de repressão, não o poder de fazer uma intervenção para mudar essa questão, mas o que acontece? Eles enfim prendem o tal do Neném da Costeira pra quê? Pra ele fugir com o entregador de pizza...Dos cinco assassinos do meu filho, o cara que deu o tiro que matou ele, porque o menino me disse: “o Chico tirou a pistola com o silenciador e deu um tiro no peito do Gustavo”, o que para mim é a coisa mais clara do processo, ele foi inocentado...Foi inocentado!!! Porque o Estado acha que tem que tirar ‘os cabeças’...Não existe mais ‘cabeça’ hoje! É todo mundo brigando para tentar ser, mas ninguém é... Eu pensei que isso aqui (*segurando as reportagens sobre a chacina*) ia mudar o quadro de segurança deste Estado. Que ia ter uma intervenção voltada realmente para diminuir...Mas não diminuiu, e agora em 2005 os homicídios aqui estão com toda a força...e agora tá até pior: mata, bota fogo na casa, corre com a família da pessoa, mata o irmão, cunhado, primo, não se contentam com mais nada, quer dizer, a segurança está sendo falha, completamente falha neste processo de proteger os seus cidadãos.”

Ela pensou que a morte dos jovens mudaria algo no quadro de violências que ela vê como crescente e avassalador, mas ela vê os homicídios crescerem de forma assustadora, e com uma crueldade e extensão que ela nunca vira: mata-se o inimigo, mas também persegue-se a família dele. Culpa a segurança pública, revelando descrédito das instituições de ordem, numa atitude que nos remete ao que diz R. Dahrendorf (1987), que afirma que a incapacidade do Estado em manter a lei e a ordem, quando não pune os culpados (como no caso dos assassinos de seu filho), quando deixa a impunidade imperar, leva a um descrédito em suas instituições: “A impunidade, ou desistência sistemática de punições, liga o crime e o exercício da ordem” (DAHRENDORF, 1987, p.28).

Relata a inimizade que existia entre “Zóinho” e Adílio, que levou “Salgadinho” a já prever desgraça quando o irmão de “Zóinho” se aproximou cortesmente. E nos dá mostras de sua indignação ao ver que nos processos consta que os acusados estavam empinando pipa, brincando: isso realmente consta do processo, nas folhas 140-146, datadas de 23/09/2002:

“No caso dos meninos, o Adílio, a família tem um terreno perto da base, bem perto, e esse Zóinho, quando passava perto da casa deles, sempre dizia: “Ah, qualquer hora vou jogar uma granada aí”. E o Adílio parece que um dia deu um tiro lá de cima, e pegou na bunda do irmão do cara... Isso parece que foi em 2000, ou 1999, uma coisa que já fazia um tempo... E, o Salgadinho disse que quando o Adílio passou, o irmão do cara disse: “Pô, cara, te considero...”, daí ele já percebeu que eles estavam condenados... Daí foi assim: na hora que o cara deu o tapinha nas costas dele, o tal de Zóinho já chegou com a metralhadora, e daí ele disse que o Israel se abaixou pro Zóinho, já deve ter sentido também, né, e aí o cara já deu o tiro no meu filho, e tudo... E isso não aparece no processo, só aparece no testemunho dele, no inquérito policial também não diz nada, e tu chega no processo, tá lá que os assassinos estavam empinando pipa, jogando bolinha de gude, homens de 28, 25, barbados, o que que é isso?!? Olha aqui a foto, esse aqui, de camisa do Bob Marley, barbudo, é o Fininho, ele é HIV positivo, morava logo acima da minha casa, eles passavam necessidade, e não só com eles, mas tudo que eu pude fazer pra ajudar, pra minimizar, porque eu moro na subida do Morro, logo já começa o Quebra-pote e a Nova Descoberta, e eu toda vida senti que mesmo estando ali, e apesar de ter educação, de ter trabalho, família e tudo, e que assim a comunidade nos achava diferentes, eu sempre tentei ensinar pros meus filhos que a gente não era diferente, mas o povo achava... a gente tinha estrutura, entende? Mas desde sempre teve essa coisa, e eu tentava dizer pros meus filhos que eles não eram melhores que ninguém. A diferença é que eles estavam tendo oportunidade, e que deviam aproveitá-la. Essa menina que estava aqui é minha filha também, ela foi a única a ir aos julgamentos, porque o resto todo mundo estava com medo demais para aparecer... O menino que sobreviveu não consegui trazer para o julgamento, porque ele está noivo em São Paulo, está virando pastor, você acha que ele vai voltar aqui, pra depor ali, no dia do julgamento? Sabe quem estava lá? A minha filha sozinha, com todos os bandidos da Mariquinha sentados do outro lado!!! Eu implorei para ela não ir, e ela disse que tudo bem, que não ia, que ia pra casa do namorado em Biguaçu, e às sete horas da noite, ela me ligou com a voz embargada... Estava lá no Fórum...”

Conta então que tentava ajudar até a família de um dos acusados, “Fininho”, e que sentia que outros vizinhos tinham inveja de seus filhos, por terem família, estudo, trabalho, educação, amor, carinho e oportunidades. Eram por isso vistos como “diferentes” no local onde moram. Relata o medo que fez as testemunhas desaparecerem, assunto de que já tratamos. E conta que sua filha foi a única a encarar “*todos os bandidos do Mariquinha*” em um dos julgamentos, mesmo com seus pedidos contra isso. E que alguns foram absolvidos, mas que:

“Não, eram cinco, quer dizer, cinco foram os que eles pegaram e que puderam indiciar, mas são quinze ou vinte... E eu fico pensando: o tiro que matou meu filho foi no peito, e depois ainda

metralharam ele, onze tiros nas costas? E um deles anda por aí, como se nada tivesse acontecido, ainda consegue tratar mal as pessoas, ser prepotente, fica na Major Costa bebendo no bar... E a polícia nada... Nós estamos em um momento de um grau de impunidade, mas de um a impunidade geral e irrestrita! E nossos jovens estão todos aí, morrendo muitas vezes por conta do tráfico, e a única justiça que se encontra muitas vezes, nestes casos, é quando a própria família, ou amigos fazem... Você sabe que eu tive que implorar, porque tinha um menino da minha comunidade que me disse: “Não, agora já era, vou matar eles todos!!!”. Mas eu disse: ‘Não adianta, cara!!! Vocês vão lá, vão matar eles, depois eles voltam, matam vocês, as famílias, os vizinhos, isso vai num crescendo, entendes?’”. Matam qualquer um...E isso é uma coisa...que a gente não sabe o que dizer, o que fazer...A gente fica aqui, fazendo projetinho...E se a gente for ver, o que a gente faz é uma coisa tão ínfima, que parece que a gente não tá fazendo nada...Mas estamos, sim! Estamos fazendo nossa parte...Temos que acreditar, senão nos desiludimos e não produzimos nada...”.

Relatando o que vê como crueldade na morte do filho, Vera critica a impunidade, não consegue conceber o assassino do filho tomando cerveja e tratando mal as pessoas. E, como na passagem acima onde cito Dahrendorf, a abstenção, por parte do Estado, da punição aos considerados culpados leva ao descrédito nas instituições de ordem, e a saída, para muitos, é a privatização da justiça ou a resolução dos conflitos por meios extra-legais (CALDEIRA, 2000), como o rapaz da comunidade de Vera que queria fazer justiça com as próprias mãos. Por sorte, ela sabe que a *vendetta*, ou qualquer vingança, jamais irá diminuir a “violência”, só aumentá-la e não permitiu. Tem consciência que isso apenas geraria um ciclo crescente de vinganças de sangue. Finalizando suas narrativas, Vera deixa a mensagem: mesmo na dificuldade em se lidar com as violências, deve-se ter esperança, deve-se acreditar, pois senão nos paralisamos: diz que fazemos tão pouco que parece que não fazemos nada, mas que no fundo, fazemos sim. Por isso, devemos perseverar, ou não produzimos nada.

Em suas narrativas, Vera se mostra como uma mulher corajosa, que enfrenta as dificuldades que a vida lhe impõe, e tenta com elas aprender e crescer, ajudar ao próximo. Assim, é um sujeito que tenta transformar sua dor em ação social. Em sua fala, transparece como um sujeito que revolta-se e indigna-se contra muitas instâncias (o tráfico de drogas, a guetificação, a exclusão de jovens negros e pobres, a desigualdade de oportunidades e de renda, “a sociedade” de forma geral, inerte e apática, a mídia sensacionalista, as políticas públicas de segurança, políticos

corruptos, entre outras), que considera culpadas pelo “estado violento de coisas” que percebe na sociedade, e que expressa através de um discurso informado pelos seus muitos anos de militância em movimentos sociais. Aparece como um sujeito que teve o filho assassinado (e se considera, por isso, vitimizado), e que além deste enorme sofrimento, ainda teve que ver a imagem de seu filho manipulada pela mídia e transformada na imagem de um bandido, um criminoso, um traficante. É também um sujeito crítico do Estado brasileiro e de suas instituições, que culpa o sistema judiciário, considerado ineficiente, pela absolvição de alguns dos assassinos de seu filho. Por esse motivo, não acredita que o Estado possa fornecer segurança à população, e se sente acuada, em vários momentos teve medo. Mas persevera, e continua a lutar, tentando alterar o quadro de violências que vê na sociedade através de sua militância, assim como através de sua vida particular, procurando “*salvar a si e aos seus*”.

Capítulo IV. Tematizando as violências:

Este capítulo é dedicado ao aprofundamento dos temas relacionados às violências pelos narradores e entrevistados. Se trata aqui de verificar as recorrências, as aproximações e os distanciamentos entre categorias que apareceram com mais frequência nas entrevistas. Serão usados tanto trechos das narrativas apresentadas como partes discursivas das entrevistas (pergunta-resposta) que deixei de fora das narrativas propriamente ditas, mas que, como dito na discussão sobre as narrativas, considero como fazendo parte da “narrativa abarcante”. Assim, uso aqui trechos nos quais pergunto aos entrevistados, por exemplo, o que para eles seria “a violência”, ou se acham Florianópolis uma cidade segura para se viver, ou que soluções dariam para “a violência” se tivessem o poder de decidir.

Além dos narradores já apresentados antes, utilizarei também as entrevistas que fiz com dois líderes comunitários, a Dona Bárbara e o Luís Fernando. A primeira é diretora de uma escola em um dos morros do Centro da Capital, assim como diretora de escola de samba, e o segundo faz parte de uma ONG no bairro Monte Cristo. Apresentarei trechos de suas entrevistas pois, além de me servirem como informantes, demonstraram ter visões bastante agudas sobre as violências em Florianópolis.

Discuto agora os pontos que mais se destacaram nas entrevistas e que têm relação com o objetivo desta dissertação, que é saber como pessoas que se consideram vitimizadas pelas violências em Florianópolis as compreendem, interpretam, conceituam, convivem com elas e com o medo, ou seja, o significado vivencial das violências para aqueles que com elas sofreram.

1. Identidades:

Nas narrativas de experiência pessoal, quase que forçosamente o narrador expressa o seu *Self*, sua auto-identidade, a forma pela qual se vê e quer ser visto pelos outros. Nas narrativas, se formulam as identidades, bem com as contra identidades (as identidades dos sujeitos ameaçantes ou agressores) quase que inconscientemente, com o objetivo de marcar um ponto, reforçar um argumento. Começamos pelas auto-identidades:

Goffman (1959), em “A representação do eu na vida cotidiana”, desenvolve a questão do gerenciamento da imagem do eu, inerente ao trabalho de construção identitária. Ele parte da idéia de que todos procuram influenciar a definição de situação na qual interagem com outros, através de mecanismos que as pessoas utilizam para procurar controlar suas atitudes no sentido de influenciar e manter sob controle a opinião que os outros têm a seu respeito. Ele cita como mecanismos deste tipo a idealização da situação e a omissão de elementos ou dimensões consideradas pouco apropriadas à imagem que se deseja transmitir.

Entre nossos entrevistados, vários tentam marcar sua posição de trabalhadores, não envolvidos com crimes, ordeiros, sérios: Alexandre, de início, já evita falar que mora no Morro, diz que mora no “Centro”, provavelmente para tentar fugir ao rótulo de favelado – não quer se identificar como do morro, para evitar a estigmatização. Apresenta sua identidade com sendo pai, 32 anos, trabalhador, profissional da segurança, que busca aperfeiçoamento. Outro narrador que formula sua identidade profissional mesclada com seus sonhos de futuro é Marcelo: diz que já teve comércio próprio, nunca tinha trabalhado com carteira assinada, que é salva-vidas. Diz que trabalhou de várias coisas, mas que tem projetos, sonhos, ambição: quer construir casas para alugar em terreno, revelando um desejo de estabilidade. Mais um exemplo da formulação de auto-identidade, do *Self*, nas narrativas é Vera, que se apresenta como trabalhadora, militante negra, feminista, preocupada com problemas e injustiças sociais. Formula também a identidade

do filho, tentando descaracterizá-lo como criminoso, o identificando como trabalhador (na SSPDC-SC), estudante, com sonhos e não-envolvido com drogas – ou seja, inocente.

Assim, como vimos, ao falarem de eventos violentos, vários entrevistados fazem questão de reafirmarem-se como trabalhadores, sentem necessidade de comunicar sua identidade profissional. Talvez isso seja uma tentativa de se separarem do que consideram “vagabundos”, “desempregados”, “vadios”, “mendigos” e outras categorias estigmatizadas socialmente.

Outros narradores desta pesquisa tentam deixar marcada sua posição vulnerável, fraca, de vítima, como Eduardo, que para falar da sua impotência frente aos policiais, formula auto-identidade como sendo: “gurizão” do morro, desempregado, estudante, cabeludo. Ou seja, vítima dos preconceitos sociais por ser do morro, por ter uma aparência diferente, por não estar incluído no mercado de trabalho. Joanna também faz isso, ao tentar se caracterizar como vítima indefesa do neto, se identificando como velha, fraca, e doente, o que torna, aos olhos de quem ouve, a caracterização que faz do agressor ainda mais indesculpável.

Elias e Scotson (2002) ressaltam a característica eminentemente oposicional das identidades: só há o *nós* porque há *outros*. Só há os de dentro porque existem os de fora, ou, em nosso caso, só há “vítimas” porque há “agressores”. Vejamos como os narradores caracterizam seus “Outros”:

Tende-se a identificar o agressor, o Outro ameaçante, como violento por natureza, como violento compulsivo, monstruoso, insociável. Vemos isso claramente nos exemplos de André e Airton: André, em seu primeiro desentendimento, por causa de um motor (como vimos na seção 2.2), identifica o agressor Valmir como um cara “*meio folgado*”, briguento, “*ele é assim mesmo*”, seria da natureza dele ser violento. E quando forma a contra identidade do agressor Fernando, o caracteriza como violento compulsivo, que briga com todo mundo, e também como alcagüete, a pior vergonha, o dedo-duro. E lembra que ele é localista, o que discutiremos mais a frente. Com Airton ocorre uma caracterização ainda mais “monstruosa”, indesculpável: quando perguntei a

ele sobre as motivações do homem que atirou nele, responde outra coisa, não o que perguntei – diz que o Outro tinha ficha criminal extensa, já o identificando como criminoso irrecuperável. A seguir, o identifica como sendo baiano, ou seja, outsider, e mais, como parricida. Aí fecha-se o ciclo: criminoso, irrecuperável, parricida, monstruoso, e de fora da comunidade. Aqui claramente está a contra-identidade do agressor formulada de modo a torná-lo indesculpável, e retira a culpa de seu grupo, exteriorizando as violências. Isso corresponde ao que afirma Rifiotis (1997, 1999), quando diz que uma das características dos relatos sobre as violências é a exteriorização: sempre é o outro que aparece como violento; tende-se a sempre culpar o outro, e inocentar a si ou a seu grupo – mesmo se autor do ato, tenta-se culpabilizar a vítima.

Eduardo aqui é um caso à parte, pois seus agressores correspondem a uma categoria institucional, a polícia. Ele forma a contra-identidade dos policiais que o agrediram de maneira ambígua: policial, certinho/corrupto, representante da sociedade, ele é a segurança pública. Os risos que seguiram esta definição indicam ironia ambígua: pode ser em relação ao fato do policial representar a segurança pública ou ao fato mesmo de ele fornecer verdadeira segurança (no caso a polícia é que causa a insegurança do entrevistado). Afirma que a polícia tem dois crachás: um de polícia honesta/cumpridora da lei, protetora do povo; e outro, de corrupta, infratora da lei, opressora do povo.

Nos casos “dentro de casa” de Joanna e Janayna, é interessante notar que as duas caracterizam os agressores como avessos ao trabalho: tanto o marido de Janayna quanto o neto de Joanna recebem repetidas críticas destas, durante as narrativas, por não trabalharem, por as explorarem, por serem dependentes delas, e ao mesmo tempo violentos.

Joanna expressa a identidade do agressor como sendo: neto, filho do filho mais velho, pegou para criar, abandonado por mãe e pai, mas ele também bebe, fuma maconha, não trabalha, é agressivo com a mulher e com ela.

Acima já foi dito algo sobre a exterioridade associada sempre aos relatos de violências. Tratemos agora de um tema que aparece principalmente na narrativa de André, mas do qual já ouvi muitas histórias informais e que é bastante explícito para quem vive em Florianópolis. Trata-se do tema da reivindicação de posse territorial por parte dos “manézinhos”, dos nativos da Ilha de Santa Catarina, muitos dos quais não aceitam o crescimento populacional da “sua” cidade causado pela constante e crescente chegada de pessoas de outras partes do Brasil (e do mundo) que estabelecem residência na cidade: são os chamados (identificados como) “haoles”, aqueles que acreditam estarem roubando suas casas, seus empregos, suas vagas na universidade, suas ondas e até suas mulheres. “*Haole*” é uma palavra de origem havaiana, apropriada pelos surfistas de todo mundo, que significa “de fora”, se opondo a “*Da Hui*”, os “locais”, os “nativos”, ou, no caso, os “manézinhos”. Primeiramente, vejamos um pouco da discussão teórica sobre o assunto:

Para Goffmann (1975), a compreensão do “si” se dá na interação. É nos encontros face-a-face que se constróem as identidades, através da negociação de subjetividades: as identidades são inerentemente relacionais. A criação e manutenção das identidades é um processo comparativo: só se é “manézinho” porque há os “de fora”, os “haoles”. E sempre que há normas de identidade, há imposições de estigma.

Em situações de construção de identidades oposicionais, engendra-se também um sistema de estranhamento, de evitação, e de depreciação do outro, conforme afirma Becker (1977). Assim, qualquer comportamento de um dos grupos que não corresponda às normas do outro grupo é visto como desviante, *em relação às regras daquele grupo*. Norbert Elias também verificou isso em seu trabalho etnográfico “Os estabelecidos e os *outsiders*” (2000), em que, analisando uma situação de tensão entre duas populações em uma pequena cidade, percebeu que o grupo mais antigo da cidade evitava e até proibia qualquer contato pessoal de seus membros com os membros do grupo recém-chegado, atribuindo a estes as características “ruins” de sua

porção “pior”. A exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram armas para que estes afirmassem e preservassem sua identidade, mantendo os outros em seu lugar.

Na narrativa de André, ele nos relata que, quando de sua primeira briga, enquanto discutia com Valmir, chegam mais dois agressores, que o chamam de “haole”. Ele mesmo faz a avaliação: “...*isso é muito dessa cabeça dos caras daqui de Floripa: os caras de fora, os caras de dentro, os nativos, os haoles, os não-sei-da-onde*”. Denuncia assim a prática do localismo, a afirmação e defesa (muitas vezes violenta) da territorialidade. Afirma que nativos entram na briga ao lado dos nativos, mesmo sem saberem quem está errado: percebe assim que se associam aos “seus” contra “outros” – é um processo de formação de grupos de proteção. Em outra cena, diz que o agressor 2 (Fernando) pede a todos no bar que escolham quem “consideram” mais (quem está mais incluído no grupo, quem o grupo reconhece como pertencente), ele (nativo) ou André (outsider) – mais uma vez André cita aqui o localismo, identificando o agressor (nativo/manezinho/localista). Afirma que aqui se dá muita importância a quem é nativo ou não: são localistas, preconceituosos com os de fora, diz que os manezinhos são violentos na defesa de seu território – mas admite que não é geral, que nem todos são assim. Mas que isso causa até evitação do lugar: “...*conheço gente que não vem morar aqui por isso...*” – fama conhecida e reconhecida de xenofobia.

Mas há também o outro lado, o dos “manezinhos”, dos “estabelecidos”, “locais”, “nativos”, como Airton. Conforme já discutido em sua narrativa, Airton também identifica seu agressor como sendo “de fora”, baiano, e assim remete à exterioridade, retira a culpa dos “de dentro” por seu sofrimento. Essa exteriorização também pode ser considerada construtiva, pois ao colocar os causadores de violências para fora do grupo, está assim reforçando a identidade “Nós” em oposição ao “Eles”.

2. Mudanças, transformações com a experiência das violências:

Discutirei a seguir os efeitos da experiência das violências na vida dos narradores. O que mudou na vida de cada um, como foram afetados, as conseqüências físicas e psicológicas, assim como as mudanças relacionais ocorridas.

Como já foi dito na seção sobre o debate teórico acerca das violências, uma característica dos fenômenos violentos é a sua positividade. Não se trata aqui da distinção entre efeitos negativos e positivos dos eventos, mas sim a positividade no sentido de *produtividade*. O ato violento, seja por seus efeitos, seja pela indignação que acarreta, gera reordenamentos sociais. As violências formam grupos, instituem identidades, forçam a posicionamentos. Essa positividade se dá também na vida dos que foram afetados por elas: as violências sofridas geram doenças, produzem alterações na sociabilidade das vítimas, criam novos modos delas se comportarem, causam mudanças relacionais e até de atitude frente à vida e ao resto da sociedade. Começemos a discussão pelos efeitos considerados negativos pelos entrevistados:

Alguns entrevistados alteraram suas rotinas por causa das experiências sofridas: é o caso de Marcelo, e de Airton. A experiência foi um dos motivos que o levou Marcelo a largar do emprego: ele ressalta a falta de segurança para quem trabalha nos postos de combustível. Airton, após o crime, passou a tomar precauções, se isolou, sai pouco de casa, anda com mais atenção, desconfia das pessoas, se mudou do local onde morava para um mais tranquilo, e tem medo de novo crime. O medo também transparece como efeito dos eventos violentos sofridos por Eduardo e Joanna: o primeiro sente desconfiança e tem medo da polícia. A segunda não consegue mais conviver com o neto agressor: “...*não tem como ficar com um cara desse, quero que saia de casa*”. Ela repete isso várias vezes, demonstrando a incapacidade de convivência pacífica. Afirma que o que “a violência” mudou na vida dela é que agora quer distância – sua solução é a quebra de relação, o isolamento, já que qualquer um pode trazer “violência”. Relata também ter

medo de assaltos, não sai à noite, tem mania de perseguição, paranóia. Sua ação reativa às violências é se afastar do que pode causá-las.

Essa evitação das violências presente nas narrativas de Marcelo, Airton e Joanna também aparece na de André: para ele, o que mudou é que quando encontra os agressores, que freqüentam os mesmos lugares que ele, os evita, se isola, se afasta, em uma tentativa de evitação de possível confronto e mais violências.

Há os que têm seqüelas físicas, como Airton, que sofreu lesões sérias no assalto (recebeu um disparo de arma de fogo no queixo). Foi submetido a um tratamento prolongado para livrar-se das conseqüências, e ainda apresenta algumas seqüelas.

E muitos têm efeitos psicológicos e desenvolvem doenças psicossomáticas, como Janayna, Mirtes e Marta. Para Janayna os efeitos da “violência” sofrida foram a insônia, as saudades que tem do filho, a falta de dinheiro, e diz ter ficado com o “*psicológico abalado*”. Mirtes também ficou com a tristeza, as saudades do filho, doenças (que ela não me especificou quais foram, mas provavelmente doenças psicossomáticas causadas pelo trauma), a depressão, e o isolamento. Fica muito triste também pelos jovens que estão morrendo por causa das drogas como o filho dela.

Marta teve conseqüências mais sérias: ficaram o medo, a depressão, a insônia, o uso de drogas psiquiátricas (e o conseqüente vício causado pelo medo), os problemas de saúde causados por depressão, o *stress “doença de rico*”, que a levou a ficar sem trabalho, situação agravada por greve do INSS. E o medo, claro. Se cala, não reage, por medo de represálias contra a família. Sente vontade de evitação e isolamento do ambiente hostil – quer largar tudo e ir-se embora, mas não consegue abandonar o que já construiu.

Para Vera, a morte do filho não mudou alguns aspectos de sua vida. Mudou *A* sua vida: “*O que isso mudou na minha vida? Isso mudou A minha vida*” – foi uma transformação, um ponto de inflexão em sua história de vida. Chegou a entrar em pânico com as ameaças por telefone dos

assassinos presos. Diz ter sido condicionada ao medo: se isolou, não saía de casa para nada, tinha medo de tudo. Mesmo depois, superando o medo, fica a preocupação constante com, por exemplo, o filho menor ser confundido e morto, por estar “na hora e local errados”.

Como visto acima, todos os entrevistados ressaltam que, após as experiências, fica o medo. Mudam suas rotinas, se retraem, evitam sair de casa, evitam pessoas que consideram possivelmente violentas, temem por si mesmas e por seus familiares.

Mas as violências não trazem apenas efeitos negativos. Ela pode ter efeitos positivos, como mudanças relacionais e de auto estima, o que se reflete nas avaliações dos narradores sobre suas experiências. Alguns relatam mudanças relacionais, de comportamento dos agressores, do estabelecimento de maior respeito na relação e melhorias na sociabilidade, ou tomam decisões impulsionados pelas violências (e pelo medo de suas recorrências): Alexandre afirma que teve mudanças relacionais com as crianças da escola onde trabalha como segurança – o evento violento foi considerado por ele um aprendizado, e afirma que agora há mais respeito. Já para Joanna, depois da tempestade veio a bonança: depois das agressões, e do pedido de auxílio que ela fez às instituições, como o CEVIC e a Delegacia da Mulher, diz que o neto está “...*ma-ra-vi-lho-so, tá um anjo!*”. Este trecho relata as mudanças comportamentais de seu neto causadas pelo conflito doméstico e/ou por sua judicialização. Mas isso não a impede de não querer mais se relacionar com ele: quer que saia de casa, ele fala ela finge que não escuta, não quer mais ouvir. Ela quer a quebra da relação de proximidade excessiva que mantém com o neto/filho, e os episódios violentos que sofreu a impeliram a tomar esta decisão.

Na vida de Janayna algumas coisas mudaram para melhor também: se sente melhor, diz estar respirando outro ar. Sentiu melhoria na vida em geral, e mudanças também na sua concepção do *Self*, de si mesma: “*Estou me sentindo...Mulher!!!*”, pois afirma que antes se sentia mal, um lixo

andando. Diz que passou por tudo, e acha que foi melhor assim, pois se não tivesse saído de casa e procurado ajuda teria sido pior.

Bárbara e Luís Fernando, apesar de não terem sofrido diretamente violências, trabalham diariamente no sentido de reduzir o impacto das violências em suas comunidades. As violências aparecem aqui como produtoras da luta contra elas mesmas, uma luta na qual todos ganham, pois ela é travada tendo como armas esforços individuais e coletivos por educação, lazer, urbanização, vida digna, organização social, qualificação profissional, emprego e renda. Vera também pode ser incluída aí, pois afirma que “*esse tipo de coisa*” (a vivência de um evento violento) faz com que seja militante em muitas vertentes: no movimento negro, no movimento das mulheres, no movimento contra a “violência”...

3. Violências, a determinação pela falta e sentimento de insegurança:

É muito comum, tanto nas entrevistas, como no senso comum e até mesmo na discussão acadêmica (como veremos adiante) explicar as violências, ou suas ocorrências, como efeito da *falta* de algo, ou pela *ausência* de algum traço (cultural, social, de personalidade, etc).

Quase todos creditam as violências à falta de educação (em casa e na escola), à falta de trabalho e emprego, como André, Marcelo e Alexandre: o primeiro critica a educação pública decadente, e diz que a falta de educação de qualidade leva a estado de coisas violento na sociedade. O segundo também critica a educação, e sua defasagem em relação ao que os jovens precisam. Diz que, com o modelo educacional atual, os meninos saem perdidos da escola. Alexandre tem a compreensão de que falta melhor educação, incentivo familiar e melhores condições financeiras, o que impede o correto desenvolvimento físico e moral das crianças. Por causa disso, segundo ele, seriam crianças muito revoltadas, agressivas, ou seja, a falta de

educação e a pobreza levariam à agressividade. O mesmo ocorre com Joanna: culpa a falta de emprego, a falta de perspectiva como condutoras dos jovens para as drogas e a revolta. Para Dona Marta, a culpa é da falta de trabalho, emprego, deve-se tirar os jovens da rua: “...se a *piazada* tivesse trabalho, emprego, não tinha tempo de estar na rua”. Ela, como dito, acredita em uma equação: “Trabalho + educação = menos violência”.

A falta de educação, emprego, habitação, saúde (garantias constitucionais não cumpridas) como fatores que levam à criminalidade também aparece em Eduardo: “*Se todo mundo tivesse a geladeira cheia*”, não precisariam roubar – crimes por necessidade. Mas quando se é pobre, está passando por necessidades, “*é lógico que vai roubar*”. Interessante notar aqui que pobreza e crime são associadas até pelo pobre.

Outro discurso, muito comum para justificar ou explicar “a violência”, é o da “desestruturação familiar” (associado à pobreza e falta de oportunidades), apresentado por Mirtes e Vera: a primeira diz que trabalhava o dia todo, o ex-marido também, e que mal via o filho; ou seja, se culpa pelo abandono do filho, que o teria levado às drogas. Assim, a falta de uma família estável e presente na vida das crianças também é um fator que pode levar à “violência”. Ela culpa também falta de educação e de emprego, responsabilidades não cumpridas do governo.

Vera, quando pensa no que levou os agressores a matar seu filho, afirma que foram causas sociais e econômicas: eles seriam jovens sem perspectiva, sem família, sem trabalho, sem futuro, sem passado. Vera compartilha da visão de que a desestruturação familiar facilita o aliciamento dos jovens para o mundo do crime: para ela, está se criando assim uma nova geração de meninos sem família, pela morte ou abandono dos pais, as crianças crescem na rua, sendo facilmente aliciadas pelo tráfico.

Bárbara é um caso à parte aqui, pois tenta explicar “a violência” pela falta mas não consegue: “*A comunidade do nosso morro... comunidade melhor que tem para se morar*” – tem estrutura,

equipamentos, serviços, escola, creche, igreja, clube, escola de samba... “...o que é que falta?”. Se a comunidade tem tudo, então para ela a “violência” não pode ser explicada pela falta de algo, só se for falta de governo e organização. Sua solução para a “violência”: governo entrar na comunidade, ver o que falta, e “partir para mudança. Mudança não, transformação”, falta emprego, trabalho. Também mostra o discurso de “desestruturação familiar”: falta, para ela, ambiente de convivência familiar nas comunidades pobres. Falta também amor e respeito, e é isso que ela, como professora, tenta passar aos jovens.

Outro fator explicativo muito comum para as violências é o que chamarei aqui de guetificação. Segundo Gilberto Velho (2002), os indivíduos constroem seus projetos de vida, o querem ser, fazer, como querem se identificar, mas há obstáculos à isso: as regras e padrões determinados por fronteiras simbólicas do universo cultural a que o indivíduo pertence. Quem faz projetos está sujeito à ação de outros atores e do ambiente social que o rodeia. Os projetos são criados em função de experiências e de um código sócio-cultural. Portanto, a elaboração do projeto tem de ser feita dentro de um determinado *campo de possibilidades*, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes. Assim, para Velho, o que os indivíduos podem fazer está relacionado a uma margem relativa de escolha que os indivíduos têm para traçar suas trajetórias de vida.

No caso em questão aqui, o campo de possibilidades dos moradores de comunidades pobres de Florianópolis está muitas vezes circunscrito pelo local e meio onde moram, pelas suas condições financeiras, pela cor de sua pele, pelos empregos que (não) têm. São impedidos de mudar suas vidas por uma sociedade abrangente desigual que os discrimina, isola, guetifica, estigmatiza. Essa impossibilidade de mudar de vida, de sair de um meio social considerado problemático, a enorme dificuldade de ascensão social, a falta de bens materiais e desejo de obtê-

los aparece em muitas das narrativas: Airton em certos momentos parece estar sinalizando para o fato de existir uma parcela da população que vive guetificada, na marginalidade, num meio social precário de onde não conseguem sair, que favorece o desenvolvimento da criminalidade e das violências, e que estas podem ser aprendidas, ensinadas, mimetizadas por aqueles que crescem e vivem suas vidas neste meio, por exemplo quando diz: “...um instinto que se criou ali mesmo no meio dos coisa-ruim ...”. Ele, que tem uma situação sócio-econômica razoável (é sócio do mercadinho da família, é mecânico), e mora em local tranquilo, vê, de fora, esse “meio” onde acha que prolifera “o mal”, estereotipando seus moradores (lembramos que os dicionários brasileiros de língua portuguesa citam “coisa ruim” como sinônimo de “diabo”, do “mal encarnado”). Eduardo também relaciona a “violência” que sofreu ao preconceito, e à guetificação, que ele vê refletidas na ação policial, quando denuncia os estereótipos que guiarão a ação policial: “...cabeludo...drogado...negão...tá sempre errado”.

Mirtes credita como motivadores da entrada dos jovens no mundo do crime as turmas, o fato dos jovens quererem impressionar os colegas pelo consumismo, o que os levaria a cometer crimes para conseguir dinheiro para consumir e se sobressair num meio miserável através de roupas e tênis “de marca”. Assim, acredita que a falta de acesso a bens materiais e simbólicos poderia levar à “violência” e criminalidade.

A desigualdade social é um dos fatores explicativos das violências para muitos dos entrevistados, e está associado à guetificação. Por exemplo, Eduardo vê a “violência” como causada por desigualdade e pobreza, e culpa o governo. Luís Fernando também culpa a desigualdade: quando critica o discurso que criminaliza a pobreza, diz que é cômodo para as classes altas localizar (guetificar) a “violência”. Para ele, discurso que articula pobreza com crime está errado, o problema para ele é a desigualdade, e Florianópolis é extremamente desigual: tem gente que anda de helicóptero e gente que pega comida no lixo. Desigualdade é igual a

“violência” para ele: “...para que mais violência que isso, conviver com essa situação de desigualdade”.

A culpabilização da sociedade racista e desigual que não dá oportunidades também aparece na fala de Vera, quando esta diz dos jovens que entra para a criminalidade: “...E se ele optou por esse tipo de vida é porque a sociedade não proporcionou um outro caminho, uma outra história. E isso está diretamente ligado com a questão racial e a questão social.” Ela denuncia também a guetificação, mas avisa para os riscos que este processo de exclusão traz à própria sociedade que exclui: “...ou a gente começa a construir um mundo mais equilibrado, com mais equidade, ou eu não sei o que o pessoal que vai ficando à margem vai conseguir produzir. Por enquanto eles ainda estão guetificados, nos morros, mas e a hora que eles não se sentirem mais seguros e presos lá? Vai fazer o quê? Colocar o exército na rua, apontando as armas para nossas casas?”. Como Luís Fernando, ela se opõe também ao discurso que localiza medo e “violência” nos morros e periferias, guetificador: “...sabe aquela coisa: ‘ah, não vai lá porque lá todo dia morre um...’? Eu vou!!! E falo para quem diz isso: “Então vai lá para ver se morre um todo dia mesmo!!!”. Está se criando este clima de guetificação para que as pessoas tenham medo umas das outras...Para que eu puxe o meu 38 e te dê um tiro porque eu não sabia se tu podia me atirar então eu atiro primeiro...” – aqui demonstra a percepção de um discurso que cria sentimento de insegurança, associado à guetificação, estigmatização de certas categorias e setores da população, gerando medo e desconfiança generalizadas. Ela tenta desfazer o discurso que estigmatiza o morro e seu morador: são pessoas que trabalham, que estudam, gente normal e ordeira – “...são essas as pessoas que moram em todos estes morros ao redor do centro. Os ricos não vêm assim: para eles, o morro é o lugar do crime, onde só mora bandido, pensam que é o Iraque”. Denuncia também o preconceito e estigmatização do morador do morro quando diz que a pizzaria não entrega em sua casa por ser no morro, que a mãe de seu neto não vai visitá-la porque tem medo.

Os entrevistados são praticamente unânimes em suas críticas e culpabilização do governo e da segurança pública pelo quadro de violências que hoje enfrentam, em um discurso de carência, de falta. Falta governo, falta segurança: Eduardo culpa o governo, a quem imputa a desigualdade e a pobreza imperantes, assim como Airton, que ao ser perguntado o que entende por violência, diz: *“Violência para mim, é a sociedade que não faz porcaria nenhuma pro pessoal desamparado, sem escola, sem casa, sem saúde, sem nada...De onde que se gera essa violência toda. Violência é essa pouca vergonha dos nossos governantes.”*. Ou seja, culpabiliza os governantes, a falta de políticas públicas e direitos fundamentais e constitucionais – educação, trabalho, punição para corrupção, saúde e polícia. Ele vê a “violência” como pobreza, desigualdade social e falta de direitos fundamentais. Apresenta uma visão de excesso da “violência”, (*“violência toda”*), ou seja, esta aparece associada à falta de certas coisas e excesso de outras, inclusive dela mesma, de drogas e álcool, ou de estímulos nervosos, como veremos mais adiante.

A indignação com os governantes e “poderosos” ressalta também da narrativa de Marcelo: comentando a onda de assaltos a postos de combustível na Ilha, rejeita a falta de preocupação dos “poderosos”. Mostra inconformismo com os “poderosos e autoridades”, que deveriam cuidar da segurança, mas não o fazem, enquanto os que não detém o poder são alvos: *“...Sindicato de dono de postos, e até autoridades, aí, polícia, e quem tá fazendo as leis aí, tava todo mundo dormindo, e a gente lá tomando tiro.”*

A crítica de Mirtes começa pelo acesso às instituições de reabilitação, mas atinge o governo também: *“...a gente procura ajuda e não consegue nada...não tem um órgão que os obrigue a se internar”*. Acredita que falta lei isso. Além disso, culpa a falta de educação e de emprego, para ela responsabilidades não cumpridas do governo.

Para Bárbara, a solução para “a violência” é o governo entrar na comunidade, ver o que falta, e partir para a mudança. Como os outros, transfere para o governo a responsabilidade, exterioriza

o problema. E faz críticas ao descaso do governo e outras instituições: “...se o governo...olhasse com mais carinho...os projetos que escolas e comunidades têm...as coisas seriam diferentes”. Relata também algumas parcerias proveitosas com o setor privado. Mas sente falta da presença do governo: “Cadê o governo?”...Vera, a todo momento de sua narrativa, culpa “a sociedade” de modo geral, mas reconhece que o problema é a inércia dos “poderosos”, do poder “rico, branco, de olho azul”, que não fazem nada para melhorar a vida do povo por medo de alterar o *status quo* que os mantém no “alto da pirâmide”.

Um dos fatores cuja falta é frequentemente associada com a erupção das violências é o diálogo, a comunicação, a relação dialógica entre as pessoas: Isso aparece nas narrativas de André, Alexandre, Marta, Mirtes...

André ressalta que tentou, a princípio, apaziguar os conflitos que teve pela conversa, com palavras, mas não encontrou resposta razoável, como vimos, por causa caráter de estrangeiro pelo qual é visto, e a quem é negado o diálogo. A falta de diálogo aparece em dois momentos como um dos motivos desencadeadores da “violência”: “...fui tentar conversar com o cara mas não deu...”; e “...mas se tivesse falado antes, ia ser menos pior...fui atrás...perguntando...eu só queria chegar num entendimento com ele...”. Alexandre também ressalta a dificuldade de diálogo: as crianças da escola onde trabalha são difíceis de conviver, de conversar – falta comunicabilidade; a “violência” (ou como ele conceitua – a “revolta”) dos jovens aparece como ausência ou lapso de comunicação, o que nos faz lembrar de Michel Maffesoli (1987) e Rifiotis (1997), que entendem que a “violência” tem paralelo com a linguagem, é um meio de expressar o que não pode ou não se consegue expressar de outra forma. No entender de Alexandre, falta comunicação com as crianças, “então se torna uma coisa difícil, eles acabam descambiando para...violência, as armas”.

No caso de Eduardo, a “violência policial” que ele e seus amigos sofreram aparece como causada por um mal-entendido, ou seja, por um lapso de comunicação: os policiais confundiram eles com criminosos que atiraram neles. Luís Fernando, quando critica a televisão, também afirma que a “violência” é a recusa ao diálogo, à negociação, pois para ele nos filmes até os heróis preferem resolver os conflitos pela “violência” a negociar uma solução.

Dona Marta e Mirtes entendem também as violências como falta de relação. Para a primeira, em sua definição de “violência”, diz que esta é a falta de amor, de carinho, de diálogo com as crianças. Para a segunda, não há mais amor, não há mais respeito, e é por isso que os jovens estariam se matando com tanta frequência.

Todas estas críticas, essas definições das violências pela falta, ecoam também no discurso acadêmico sobre o assunto: pesquisadores como Paulo Sérgio Pinheiro e Maria Célia Paoli, em “A violência brasileira” (1982), caracterizam a então já crescente violência urbana e criminalidade como reflexos da falta de um espaço público democrático e legítimo no país, e em especial a violência policial e as práticas de tortura como derivadas de um processo nunca terminado de abertura política e social, de uma democratização inacabada, ou, conforme conceitua Caldeira (2000), uma democracia disjuntiva (em que se legitima o direito político, ao voto, mas se deslegitimam todos os outros direitos de cidadania). Faltaria, nesta corrente de pensamento, maior cidadania, o cumprimento de direitos constitucionais fundamentais e maior respeito aos direitos humanos. Para estes autores, é o sentimento de medo da criminalidade (tida como crescente) por parte da população, (inclusive a de baixa renda, que sofre com as violências e o arbítrio das instituições de ordem) que leva ao desrespeito de direitos, à estigmatização, ao encapsulamento, e representa um desafio à expansão da democracia para além do sistema político.

Falando nisso, outro fator cuja falta desperta o medo é a segurança pública. Passo agora a discutir o medo e o sentimento de insegurança dos entrevistados em Florianópolis. Tentarei mostrar como estes temas aparecem nas narrativas: pessoas que moram nos morros considerados mais violentos da cidade acham Florianópolis segura, e outros que acreditam que a cidade pode virar uma nova versão do Rio de Janeiro. Tentarei expor também que os medos podem ser muito diferentes, causados por fatos e situações que amedrontam alguns, mas que outros achariam normal. Principiemos pelos que acham Florianópolis segura, como André, Janayna, Luís Fernando e Vera:

Janayna e André percebem as diferentes realidades sociais de Florianópolis, afirmando que existem lugares seguros e outros nem tanto: Janayna é de S. José dos Pinhais e considera aqui melhor que lá, pois aqui mesmo com pouco dinheiro se consegue morar em lugar não muito violento. André diz que a cidade é segura: “*Com certeza!*”. Mas ele apresenta uma visão de bonomia do passado, de que antes era melhor, mais tranquilo, menos violento, como fazem muitos outros: “*...não é mais como era anos atrás*”. Ele reconhece, como dito, a multiplicidade de realidades sociais em Florianópolis: a cidade para ele tem a áreas mais tranquilas, outras mais violentas, principalmente os morros do Centro. Assim, vê os morros como local do perigo (apesar de morar em um deles), local do tráfico, e teme os tiroteios frequentes – tem medo de atentado contra a vida. E faz a onipresente comparação com o Rio de Janeiro, talvez motivado pela semelhança geográfica e social (praias belíssimas, morros empobrecidos dominados por facções de narcotraficantes).

O sentimento de segurança em Florianópolis aparece também em Luís Fernando, que diz “*...eu me sinto seguro, não me sinto ameaçado...não vejo as pessoas e situações como ameaças...eu penso que é uma cidade segura*” – percebe-se aqui que a insegurança é um sentimento subjetivo, de postura e confiança. Ele mora numa das comunidades consideradas mais

violentas da cidade, convive com jovens armados, mas não tem medo. Aliás, a polícia lhe causa mais insegurança que os jovens criminosos com quem convive. Com estes, ele estabeleceu uma relação de confiança mútua. Relata o cotidiano marcado pela “violência”, devido à situação de demarcação de territórios, na comunidade em que vive e trabalha, pelo tráfico de drogas. Mas não se sente ameaçado: *“É bem o contrário: quanto mais eu abro minhas portas, mais segurança eu tenho! Nunca tive problemas com eles, nunca houve nada. É a questão da confiança, que eu deposito neles e eles depositam em mim.”*. Confiança gera confiança, ameaça gera ameaça.

Vera também acha Florianópolis segura, e nega a periculosidade do local onde mora, a despeito do que a mídia diz em contrário. Vê a mídia como produtora social do medo: *“eu fico indignada porque isso produz medo... (a mãe do neto) ...diz que não vai na minha casa porque tem medo”*. A pizzaria não entrega na sua casa por causa do endereço no morro: vê nisso o amedrontamento da sociedade, e o motivo da segregação. Mas ela diz que caminha tranqüila até no centro de madrugada, sem medo. Sentiu medo quando os assassinos de seu filho começaram a telefonar para sua casa a ameaçando, mas já superou isso.

Outros consideram Florianópolis uma cidade insegura, perigosa, que cresceu muito, assim como os crimes ocorridos aqui. Bárbara relata as mudanças que vivenciou: da bonomia do passado para insegurança atual – *“...hoje não dá mais para se fazer uma festa, antigamente, era festa, você abria a casa num aniversário, entrava todo mundo, hoje não dá mais”*. Conta que a escola de samba da qual é diretora, e o clube social ligado a ela tiveram que ser fechados por medo da “violência”, que era recorrente quando estavam abertos: sempre haviam assassinatos e brigas. Mais um que desaprova fortemente a afirmação de que Florianópolis é segura é Eduardo: *“Ixe, imagine!!! Vc não é daqui, não tá ligado”*... Para ele, quem vive a realidade dos morros desta cidade sabe muito bem o quanto a cidade pode ser insegura – muitas mortes presenciadas, principalmente entre os amigos “do movimento” – os jovens envolvidos no tráfico de drogas.

Relata a facilidade da morte entre os jovens pobres das periferias, e cita exemplos de mortes por motivos fúteis: “...é loucura, cada um faz o que dá na telha”. Sua avaliação: “...tem que ficar esperto senão roda”, ou seja, tome cuidado ou morra.

Quase todos têm uma visão de bonomia do passado, como é o caso de Airton, Marcelo e Joanna: Airton afirma que “...anos atrás era bom”, mas acredita que agora a antiga paz foi substituída pela contaminação, pela impureza causada pela “violência”: “...só na Fortaleza, lugar não contaminado”. O centro já foi contaminado, diz que não voltaria a morar lá por nada. Joanna acha a cidade “perigosa”, e apresenta a onipresente visão de bonomia do passado: “...a violência de 60 anos para cá mudou tudo”, deixando marcado o poder transformador das violências. Relata uma visão de aumento do crime violento em Florianópolis: “...hoje todo lugar é violência, seqüestro, crime, assalto...parece que cada vez tem mais desgraça”. Outro traço recorrente, que como vimos apareceu na narrativa de André, e que Joanna compartilha, é a comparação com São Paulo e em especial com Rio de Janeiro, por causa dos morros dominados pelo tráfico – semelhança geográfica e social.

Mirtes afirma categoricamente a falta de segurança: “...acho que não (é segura)! Não mesmo!!!”. Tem, como Joanna, uma sensação de onipresença da “violência”: “assalto, seqüestro e crime pra todo lado”. Tem medo do constante fogo cruzado no morro onde mora, e teme por seus outros filhos que ainda estão vivos e convivem com isso. Ela também apresenta uma visão de bonomia do passado: “...antigamente você brigava, rolava no chão, se ralava um pouco, no outro dia tava amigo de novo”, mas hoje, com as armas tão presentes, “nem brigar não briga mais”, no que coincide com o que diz Vera: “Antigamente qualquer coisa a gente se rolava no chão, seu nariz sangrava, meu lábio ficava inchado, olho roxo, e daí dali três dias já pedia desculpas, “Pô, cara, a gente é irmão”. Mas agora, tiro não dá para fazer as pazes depois...”

Marcelo é mais um com a visão de bonomia do passado. Diz que Florianópolis “...*nunca foi segura, mas antigamente não tinha tanto bandido*”. Aí também está implícito que os bandidos vieram de fora com o crescimento da cidade (apesar dele mesmo ser de fora e acreditar, como vimos, que os rapazes que o assaltaram eram “manézinhos”). Afirma que a ostentação, o aumento do poder aquisitivo, a publicidade da qualidade de vida na ilha, são fatores que acabam trazendo para a Ilha pessoas boas e ruins: para ele, o crescimento urbano trouxe migrantes pobres, bandidos e “violência”. Mas tem os bandidos daqui também, como os que o assaltaram, “*mas...*” a maioria veio de fora. Mas considera que alguns bairros de Florianópolis ainda são seguros.

Mesmo aqueles que consideram Florianópolis segura têm medo. Pode não ser um medo abstrato da criminalidade em geral, pode ser um medo delimitado e restrito, como o de Janayna: seu medo se restringe ao cônjuge, que ela caracteriza como não confiável, pessoa ambígua, duas caras, que torna-se agressivo quando bebe. Diz sentir muito medo dele, não consegue nem ouvir a voz dele, depois da experiência sofrida, o que revela o trauma e o abalo psicológico que passou.

Outros medos parecem inexplicáveis à primeira vista, como o de Marta, que já tivemos a oportunidade de discutir. Ninguém a ameaçou diretamente, não lhe agrediram, não foi nem ao menos objeto de “violência verbal”. Mas, pela experiência que tem, pelos sinais que percebeu (como o fato de só chamarem e não dizerem quem é ou o que quer), teve medo, muito medo, até pânico. Seu medo foi ainda agravado pela sensação de desproteção e abandono pelas autoridades de segurança. Seria um medo infundado? “...*começou a me dar medo, tremer, tremer, não conseguia ficar de pé...não conseguia me sustentar mais de medo...eu tremia, tremia, parecia que eles estavam entrando ali*” – tamanho medo causado por “crianças” lhe chamando à porta – no mínimo, soa estranho aos ouvidos de quem não vive a mesma realidade que ela. Mas: “...*mas eu sabia que era pra roubar, né...assim na porta um monte de gente de noite...*”. Ou seja, o medo dela deriva de sua interpretação das intenções de meninos supostamente violentas – além disso,

noite e aglomeração causam medo. E, como dito, ela percebeu mudanças no padrão esperado de comportamento de um amigo que a chama na porta, e o que está fora da normalidade causa medo e ansiedade.

Mais que isso, há também o medo de falar: já discutimos a lei do silêncio que impera nos morros e periferias – ninguém pode comentar ou delatar um crime, sob a pena de morte. Vimos isso também expresso na dificuldade encontrada em conseguir narradores para esta pesquisa: as pessoas não querem falar, temem se expor, temem represálias. As pessoas são obrigadas a se calarem por medo de vinganças contra elas próprias ou seus familiares. Isso fica nítido no caso de Vera, quando o policial volta da diligência que realizou no local do crime sem ter encontrado nenhuma testemunha, apenas frases como: “não sei de nada, não vi nada”.

Vemos assim que os entrevistados expressam um quadro de medo e de insegurança. Tal tipo de referência vem sendo tratada por pesquisadores como “cultura do medo” (SOARES, 1996; ECKERT, 2003; OLIVEIRA, 2002; GLASSNER, 2003). Estes autores utilizam esta expressão em sentidos algo diferentes, podendo-se observar entre eles uma crítica à tendência de homogeneização das observações relativas aos fenômenos associados à “violência” (Soares), uma denúncia da espetacularização das violências na mídia (Glassner), e a menção a uma vivência num meio ambiente social em as pessoas se vêem cercadas de todos os lados (objetiva ou subjetivamente) por eventos violentos, vêem as violências como crescentes e ameaçadoras, gerando um cotidiano marcado pelo medo (Eckert, Oliveira). Porém, cabe sublinhar que o uso do termo “cultura”, que foi por décadas objeto de debates acalorados no interior da Antropologia, talvez seja muito amplo para caracterizar os eventos violentos e suas conseqüências. Neste sentido, a definição de Soares utilizada por Eckert de “cultura do medo” (a saber, “uma estrutura simbólica de articulação entre representações”) não pode assim configurar uma “cultura”, podendo se afigurar, talvez, como uma parte de vivências culturais brasileiras mais amplas que

incluem, sim, o “medo das violências”. Por outro lado, no artigo de Eckert, por exemplo, a categoria “medo” transparece como fruto de um jogo da memória, onde se relembra um passado de bonomia e tranqüilidade, quando contrastado a um presente que parece ser ameaçador e violento. E, realmente, é isso que os narradores (inclusive os desta pesquisa) expressam. Em outro nível, pode-se pensar que tal medo seria primeiramente fruto de um quadro de impunidade, de “suspeição generalizada das instituições”, conforme afirma Rifiotis (1999), seguindo Dahrendorf (1987). O sentimento de que se pode sofrer “violência”, e que os agressores podem não ser punidos, é que parece despertar o medo que expressam os sujeitos de nossa pesquisa, como Vera, Eduardo, Marta. Conforme afirma Dahrendorf (1987, p. 13): “Queríamos uma sociedade de cidadãos autônomos e criamos uma sociedade de seres amedrontados ou agressivos”.

4. Drogas, álcool , narcotráfico e armas:

As referências às drogas são recorrentes nas narrativas, como explicação e motivação para as violências (no caso do uso, que liberaria os indivíduos de seu autocontrole; e no caso do tráfico, que impeliria os indivíduos a uma guerra sangrenta para o domínio territorial dos morros). Elas aparecem como fator agravante da insociabilidade e agressividade dos usuários, assim como libertadora dos controles sociais. Parece haver uma “adequação significativa” entre as violências e as drogas: a relação entre elas é praticamente auto-explicativa, tudo que alguém que tiver qualquer relação com drogas fizer está já justificado por essa própria relação. Aqui, trato o álcool também como droga, apesar de ser legalizada sua venda e consumo.

As drogas aparecem freqüentemente nas narrativas como “motivações” para o comportamento violento e criminoso. Quando pergunto a Airton sobre o que ele acha que

motivava seu assaltante, ele diz o motivo era que o assaltante queria comprar drogas. O mesmo ocorre com Marcelo: para ele, a motivação do assalto também foi essa: “...*decerto para usar droga, ou comprar para vender...*”. Aqui, Marcelo também associa os assaltantes a traficantes, além de drogados. Segundo Minayo & Deslandes (1998), em discussão das relações entre drogas e violências, uma das mais costumeiras associações entre drogas e “violência” é a chamada “motivação econômica” de usuários dependentes. Em casos assim, o crime é visto como uma fonte de recursos para a compra de drogas, geralmente as consideradas mais “pesadas”, como a cocaína e o *crack*. No entanto, lembra que a motivação econômica é uma explicação apenas parcial do complexo universo que constitui o mercado das drogas, o qual será melhor discutido adiante.

O uso de drogas aparece também como responsável pela destruição física, psicológica e moral das pessoas que as utilizam. O caso de Mirtes é aqui exemplar do efeito das drogas: o filho assassinado tinha envolvimento com drogas – ela tentou sem sucesso afastá-lo das drogas através da busca de instituições de tratamento. Foi preso e internado – instituições que não o trataram ou regeneraram como esperado. “*E foi indo assim até que com 20 anos mataram ele...*”... Problema: drogas – Solução: tratamento (inexistente). Ou seja, não há solução. No entendimento dela, as drogas levaram o filho à morte, e narra a trajetória de vida dele como guiada pelas drogas: foi preso por roubo, se internou, saiu, voltou para as drogas, foi assassinado. Faz uma veemente crítica ao fracasso das políticas de tratamento aos drogados, pois não encontrou tratamento para o filho. Aponta que para as drogas há duas saídas – cadeia e tratamento ou morte, revelando uma visão de que as trajetórias de quem começa a usar drogas inicia, também, a se aproximar do tráfico, e da criminalidade.

Alguns fazem associação direta entre drogas e violências, como Joanna e Alexandre: quando pergunto a Joanna o que seria “a violência”, ela faz essa associação entre violência e drogas sem

rodeios: *“Ah, violência pra mim é droga, né? Pelo menos eu acho... A bebida, as drogas, levam a pessoa a não se controlar, né? Bebida é desgraça, a pessoa bebe, tem gente que tem limite, moderação, sabe beber, mas tem gente que fica violenta, briga, bate nos outros, causa acidente, né?”*. A “violência” aparece como falta de autocontrole, o que o álcool e as drogas fazem de melhor: nublam os “limites”, acabam com a “moderação”, diminuem o autocontrole, eliminam a contenção dos impulsos, contenção esta que, para Elias (1990) é uma das características do processo civilizador, conforme já explicitado anteriormente na discussão teórica e durante a apresentação da narrativa de Janayna. Alexandre também faz essa associação de forma clara: *“O que seria a violência? A questão da violência hoje mais é sobre as drogas, né? Essa violência que tá tendo nos morros, tanto aqui como em várias periferias é por causa da droga...”*

Além disso, Joanna, ao avaliar a motivação da ação violenta do neto, afirma que esta foi causada pelo uso excessivo de drogas e álcool pela parte dele: *“...se tu não bebesse, não fumasse maconha...”*. Porém, ela separa o álcool da maconha: *“...o mal dele é o álcool, a bebida estragou o rapaz...”* – prejudicial é o álcool, a maconha é vista como não problemática, até apaziguante, menos quando falta (ele então fica apavorado, desorientado). Essa normalidade, aceitação do uso de maconha aparece também na fala de Eduardo: quando relata estar fumando “baseados” e nadando na cachoeira, reporta o uso de maconha com normalidade, não como crime. Para ele, não estavam fazendo nada errado. Mas não foi assim que os policiais interpretaram a situação: tinham outra visão, outra imagem conceitual de jovens drogados...

Como o artigo de Sá (1994) revela, no Brasil adota-se como política a criminalização de certas drogas, associando uma visão jurídica (drogas como caso de polícia) a uma perspectiva médico-psicológica (doença mental). Para Sá, essa política se auto-reproduz ideologicamente (a imagem do uso de drogas como crime cria socialmente a figura do criminoso), e materialmente (o sistema reproduz uma realidade conforme a imagem da qual surge e legitima). Assim, Eduardo e

seus amigos foram vistos pelos policiais como drogados, criminosos, doentes, estigmatizados, e assim estavam livres para fazer o que quisessem com eles, como bem aponta Eduardo em sua narrativa.

Os efeitos prejudiciais do álcool (uma droga legalmente comercializada e consumida) aparecem com força, como na fala Joanna, na narrativa de Janayna: ela conta que o marido torna-se agressivo quando bebe álcool – causa a ele liberação de impulsos, diminuição do auto controle. Faz relação entre a “violência” sofrida e o alcoolismo do marido: “...cada vez que ele bebia, se a gente saísse...ele me oferecia pras pessoas”. O caso dele parece ser de alcoolismo: “...ele bebe muito, bebe bastante mesmo, de chegar em casa e não agüentar ficar de pé...”.

Assim, alguns entrevistados atribuem a agressividade dos seu antagonistas ao uso de drogas ou álcool. Deve-se ressaltar, porém, que há muitas incertezas quanto às explicações causais entre violências e drogas. Minayo & Deslandes (1998) lembram que uma questão que não está suficientemente explicada é se a presença de álcool ou drogas nos eventos violentos permite inferir que elas tenham afetado o comportamento das pessoas envolvidas, ou seja, não é possível saber se essas mesmas pessoas, em estado de abstinência não teriam cometido as mesma transgressões. Segundo elas, outra questão seria o não discernimento entre o uso de drogas como fator que, associado a outros, desencadeia comportamentos violentos e o uso de drogas como fator causador. As autoras afirmam que devem-se levar em conta os fatores sócio-culturais e de personalidade, o contexto de ocorrência dos eventos violentos, pois seus estudos sugerem que as violências interpessoais que ocorrem sob o efeito de substâncias é:

“...contextualizada, acontece em lugares específicos, sob normas e regras específicas de determinados grupos e diante de expectativas que alimentam e são alimentadas dentro desses grupos. Para encontrar o nexos causal entre determinadas substâncias e violência, seria necessário saber se os comportamentos e atitudes violentas ocorreriam ou não no interior desses segmentos, caso a droga e o álcool não estivessem presentes.” (MINAYO e DESLANDES, 1998, p.38).

Além disso, as autoras também afirmam que as substâncias são utilizadas como desculpas para “a violência”, para diminuir a responsabilidade pessoal. Outros usam drogas para atingirem um estado emocional que lhes facilite cometer certos tipos de atos. Muitos ainda usam drogas para suportar as agruras da vida. Tal seria o caso de Janayna: conforme vimos, ela diz que bebia muito para ter coragem de se prostituir: *“Até a última vez, que não tinha de onde tirar dinheiro nem pra comer, aí acabei saindo com um cara, e não consegui, não consegui nem...nada! Aí a gente saiu, e eu comecei a beber, beber, beber...Eu quase me matei de tanto beber, pra ter coragem pra trazer dinheiro pra casa. Eu não tinha coragem de fazer nada (...) Na verdade, uma vez até entrei em coma alcóolico pra criar coragem de fazer esse tipo de coisa...”*

Existem aqui, no entanto, duas questões que devem ser diferenciadas: o uso e o tráfico de drogas. Este é outro vínculo entre drogas e violências fácil de ser encontrado nas narrativas. O tráfico de entorpecentes ilegais, que conforma um mercado, aparece como causa de uma guerra urbana pelo domínio territorial das “bocas”, dos pontos de venda. Esse mercado disputado gera ações violentas entre vendedores concorrentes e também com os compradores, em uma variedade de situações, onde o emprego de meios violentos parece ser uma estratégia para disciplinar o mercado e os subordinados. Para Minayo & Deslandes (1998), a partir da década de 80, o recrudescimento das disputas por esse mercado levou a um aumento nas estatísticas de homicídios, espalhando o medo pela população.

Mirtes acha que as maiores causas das violências são as drogas e tráfico, assim como Alexandre, para quem: *“...essa violência que tá tendo nos morros, tanto aqui como em várias periferias é por causa da droga, quando um fica devendo pro outro, esse negócio da questão financeira do tráfico, é por isso que tem tanta morte...”*. Marcelo, ao caracterizar seus assaltantes, afirma que provavelmente eram dois dos “*traficantezinhos*” que sempre andavam pelo posto, que

devem ter assaltado para comprar drogas para usar ou para vender, e que são os mesmos que ficam fazendo tráfico de drogas nas imediações e bares da Lagoa da Conceição.

Luís Fernando é outro que fala da situação, na sua comunidade, dos territórios do mercado das drogas, que circunscrevem o direito de ir e vir dentro da comunidade – “...numa situação de demarcação de territórios, as pessoas e especialmente os adolescentes não circulam, passar de um lado para o outro pode significar a morte, atravessar uma rua para visitar um parente, amigo ou namorada pode levar ao cemitério diretamente, sem escalas”. Para ele, “Toda a relação dos jovens com o tráfico também está envolvida aqui, e eles têm morrido com uma facilidade incrível...e matado também. Acho que a vida humana tem perdido muito de seu valor e acho que é muito neste sentido que a gente tem lutado.”

Soares *et alii* (2005) consideram que tal disputa territorial, que acarreta tantas mortes, se deve à própria forma como o mercado varejista de drogas está organizado: “...a organização sedentária do comércio varejista levou à necessidade de que os traficantes se estabelecessem como um poder sustentado no domínio territorial”. (p.249). O traficante distribui sua mercadoria a partir de pontos de venda, as “bocas”, que têm seus entornos transformados em territórios dos traficantes. Há, entre quadrilhas rivais, disputas mortais pelo controle das “bocas” mais lucrativas e movimentadas. Além de ter de proteger o território dos rivais, o “dono da boca” também tem de garantir a segurança desta da polícia. Para isso, aumenta sua quadrilha, emprega mais “soldados”, compra mais armas. Com isso, gasta mais, e precisa vender mais pra garantir seus lucros. O que o estimula a invadir e tomar outras “bocas”, na esperança de vender mais. Cria-se assim um crescente ciclo de violências e mortes, bem exploradas por Soares (2005) e Zaluar (1994b), entre outros.

No caso de Vera, a história é diferente: a mídia caracterizou a morte de seu filho como um episódio da guerra por pontos de venda de drogas, atitude para ela baseada no discurso que

estigmatiza negros e pobres e criminaliza categorias sociais: “...eu tive que ligar para as rádios e as TVs e disse: ‘Até quando vocês vão ficar jogando tudo na vala comum do tráfico e da marginalidade? Até quando tudo isso perdura?’. Como se todo jovem negro e pobre fosse um criminoso...Meu filho ser enterrado como um bandido, ser propagado e divulgado que era tráfico, que era briga por ponto!!! O que que é isso!!!”. O trecho revela indignação com a mídia que caracterizou seu filho como criminoso, associado ao tráfico. E sua indignação tem razão de ser, pois a imagem do traficante está ligada a uma concepção do moral do “mal”.

Zaluar (1993) afirma que, no caso do tráfico de drogas e do crime organizado em geral, tais fenômenos (o que ela chama de “novo crime organizado”) enquanto imagens que são interpretadas pela população, criam um nível de “violência” tal, e um novo medo, que as experiências compartilhadas pelas vítimas dela vêm reforçando ao longo dos anos. Para Zaluar, este medo, embora resulte de experiências de inegáveis perigos enfrentados nos cotidianos das grandes cidades, “...adquire um caráter imaginário nas narrativas das situações vividas, especialmente porque vinculadas a interpretações que já pressupõe a origem do mal”. Segundo Zaluar (1993, 1994a, 1994b), narcótico e sua comercialização são vistos pela população como parte desse “mal”, e a partir daí se gera uma construção ideológica do viciado e do traficante como “agentes do mal”. Ela conta o percurso dos jovens dependentes (sobretudo os mais pobres) que sofrem múltiplas exclusões: na família, escola, vizinhança, até serem perseguidos pela polícia como criminosos. Alerta para o fato da criminalização, como tentativa de controle social pela lei, não é uma medida eficaz, além do fato mais grave de tornar este mercado imune a qualquer forma de controle exterior. Neste processo, a prática das violências mais exacerbadas e incontroláveis fazem a mediação e expressam essas relações, favorecendo um imaginário social do “mal absoluto”, fora da medida humana e de seu controle.

Deve-se lembrar que o comércio ilegal de drogas está muitas vezes ligado ao tráfico de armas, misturando-se constantemente a negócios oficiais de importação e exportação, conforme afirma Velho (1994).

Em um ano em que o referendo sobre a proibição da venda legal de armas de fogo teve como resposta o “Não” da população, cabe discutir o impacto que tais armas causaram na vida dos entrevistados desta pesquisa. Segundo dados do sítio na Internet do DATASUS, em 2003 no Brasil foram 108 mortes por arma de fogo por dia, o que rendeu uma cifra de quase 40 mil mortes neste ano. É evidente que as armas de fogo estão intimamente relacionadas às violências, é para isso que elas são fabricadas. E os crimes cometidos com armas de fogo têm maior visibilidade, aparecem mais na imprensa, são mais noticiados, e por isso causam mais medo, além da letalidade inerente ao seu funcionamento: de cada quatro feridos com armas de fogo, três morrem. No Brasil, 63,9% dos homicídios são cometidos por arma de fogo, contra 19,8% causados por arma branca (DATASUS, 2003). Mas vejamos o que os entrevistados pensam delas: Para Marcelo e Airton, os eventos violentos que sofreram tiveram um caráter de milagre, devido as incríveis sobrevivências dos dois após terem sido alvos de disparos de armas de fogo: no caso de Marcelo, o evento violento que vivenciou envolveu uma arma de fogo, e ele poderia ter sido morto pelos dois tiros disparados. Sua sorte foi que não funcionaram, mas isso não o impede de ter medo delas, e de quem as porta. Airton foi alvejado no rosto durante um assalto à mão armada, sofreu terríveis seqüelas e um tratamento prolongado para livrar-se delas. O disparo foi efetuado na direção de sua cabeça, e também só sobreviveu por sorte, pois a trajetória da bala não atingiu nenhum ponto vital. Mas até hoje ele tem dificuldades em falar e mastigar certos tipos de alimentos.

Para que mora nos morros, onde tiroteios são freqüentes, a apreensão é constante. Mirtes relata que no morro onde mora os tiros são muito comuns, causando insegurança até para as

crianças dentro da creche, que ficam no meio do fogo cruzado entre facções criminosas ou entre estas e a polícia. Seu filho também foi morto por armas de fogo, segundo ela “*com bastante tiros*”.

Marta não chegou a sofrer diretamente nem ser ameaçada com armas de fogo, mas isso não impede seu medo. Conta que é freqüente haver reunião de pessoas usando drogas e portando armas em frente à sua casa, “*...a gente fica com medo, né? ...Tiro! Eles metem tiro dali, na minha casa... vem um tiro daqueles a casa é de madeira, passa a bala, né? Então a gente não dormia mais, naquela preocupação*”. As armas causam a ela constante apreensão pela capacidade latente de cometer violências, contra ela ou contra outros. As balas perdidas muitas vezes acham seu próprio caminho...Além disso, conta que é comum onde mora crianças quando muito de nove, dez anos, brincando com arma de fogo. Acredita que se os pais proibissem a arma de fogo de brincadeira, “*...a situação não ia estar assim*”. Porque, para ela, a arma de fogo “*...é onde traz a pura violência, porque tira a vida, né? É a pura violência, é com ela que se arma os traficantes, os ladrões, assassino, tudo que tá acontecendo hoje*”.

Sabemos que o filho de Vera e seus amigos foram mortos com quase quarenta tiros, o que já bastaria para que ela fosse traumatizada pelas armas de fogo. Porém, quando faz uma análise do quadro de criminalidade hoje em Florianópolis, relata que está havendo uma mudança estrutural: mais lucrativo que o tráfico de drogas, o que está dominando hoje é o tráfico de armas, sendo que esses se encontram freqüentemente associados, como vimos acima.

Ela tem também uma visão da arma como a essência da “violência” letal, assim como Marta: relata, nostálgica, (no que faz eco com Mirtes) que antigamente, se houvesse uma briga, os envolvidos rolariam no chão, se bateriam, resolveriam a situação e voltariam a ser amigos depois. Mas com a arma de fogo, com o tiro, não há possibilidade de desculpas mais tarde.

Eduardo nos conta que a “violência” policial que sofreu foi motivada pelo fato dos policiais acharem que eles tinham armas e que tinham atirado neles dias antes. Além disso, em seu relato aparece uma cena em que um dos policiais saca uma arma “fria”, não registrada, e efetua disparos na intenção de intimidar os jovens, objetivo que é obviamente alcançado, dado o medo que um disparo de arma de fogo causa.

Assim, vemos que grande parte dos entrevistados sofreu com as violências causadas por armas de fogo, e mesmo os que não sofreram a consideram maléfica, um instrumento de morte, um perigo para si mesmos e para a sociedade.

5. Atitudes esperadas/padronizadas:

Será discutida nesta parte a falta de interpretabilidade dos eventos violentos, de um personagem não compreender o que o outro pensa e faz, nem o que o motiva – trata-se de não compartilhamento de significados. Será também apresentada uma apreciação das atitudes esperadas em situação violenta propriamente dita, o que se espera que alguém faça em um evento violento. Começemos por isto:

Um comportamento esperado em casos de agressão é o da retribuição, ou como afirma Zaluar (1993), de “reciprocidade negativa”: André sofreu uma ação violenta, uma agressão. Depois, reagiu, derrubou o outro, e lhe deu socos: sua reação também foi violenta. Mas ele se justifica: sua ação foi em legítima defesa – foi agredido primeiro, tinha direito de reagir. Quando se é agredido, é uma atitude esperada que se reaja.

Porém, há atitudes que não se espera, e que são consideradas covardes, por exemplo, a agressão pelas costas. André foi atingido, pelas costas, com uma pedra na cabeça. Sua atitude foi a fuga, logo justificada para (provavelmente) evitar que pensem que foi covarde: “*O que ia fazer*

nesta situação?”. A fuga então era uma atitude esperada, padronizada, pois os agressores estavam em maior número, ele estava ferido e com a namorada (incapacidade de reação).

Quando o agressor Allan lhe atira pedras, André dá a contrapartida na mesma moeda, justificada na hora: “ele pegou, eu peguei, *né?*...não se pode ficar em desvantagem nessa hora...”. Ou seja, a atitude esperada/normatizada está aqui também: a ação exigia reação, e o confronto exige igualdade. Nesta mesma cena, aparece uma atitude padronizada que envolve a noção de honra: “...*ele veio chegando pra não ficar feio pros vizinhos ele correr de mim....vem aqui como homem*”. Assim, a atitude padronizada para um homem em uma situação potencialmente violenta o impede de correr, e também de bater pelas costas: homem com honra não bate pelas costas, nem começa a agressão: “*Eu não ia dar a primeira porrada...*”: alegação de sua superioridade moral. “*Por que não me dava porrada de frente...*” – mais uma vez ressalta a covardia da agressão pelas costas.

Há outro problema aqui, o da falta de interpretabilidade dos fenômenos violentos. Isso transparece em várias narrativas, como as de Airton, Marcelo, e Joanna. Primeiramente, vejamos o caso de Airton. Ele não provocou ou reagiu ao assalto: na sua narrativa, há alegação de inocência, com a inclusão do fato de não ter reagido, ter tido a reação esperada e padronizada culturalmente: não reagir a um assalto. Daí a falta de *interpretabilidade* da ação violenta: se ele agiu da maneira esperada, esperava que o ladrão também agisse assim, o que não aconteceu – foi alvejado com um disparo na face mesmo sem reagir. O mesmo aconteceu com Marcelo: quando os assaltantes apontaram a arma, e pediram o dinheiro, não reagiu, pois teve medo de se movimentar rápido e os agressores atirarem. Conta ter pedido calma, calma, calma, ter levantado as mãos: esta é uma padronização de comportamento clássica em situação violenta – não reaja, levante as mãos, não faça movimento brusco. Mas, a despeito disso, os assaltantes atiram. Os disparos foram feitos mesmo sem ele fazer “*nada, nada, nada*” – não teve culpa, agiu como

padronizado. “Chegaram, a bem dizer, atirando”: destaca a imprevisibilidade, a falta de motivo, o *gap* de interpretabilidade, mas ele tenta interpretar os motivos mesmo assim: acha que demorou, que os assaltantes se assustaram quando abaixou, pois pensaram que poderia pegar algo, talvez uma arma. E, é claro, surge depois, como explicação, a droga, assim como no caso de Aírton: elas deixariam os usuários/assaltantes longe da racionalidade, loucos, descontrolados, e portanto, imprevisíveis.

Na narrativa de Joanna, ela demonstra sua boa vontade com o neto, mesmo sem reciprocidade, diz que fez o que podia: deu carro, casa, sustenta a família dele – por isso a falta de sentido das agressões, a falta de interpretabilidade das agressões a ela: ele devia ser agradecido, não agredí-la. Apesar de tudo o que faz por ele, só recebe problemas e “violência”. Ela age da forma esperada e não vê o outro agindo da mesma forma.

Alexandre também não entende: as crianças “...*não sabem receber um não...*” – não suportam contrariedades, mesmo que a norma seja clara. Para ele, é estranho que as crianças, mesmo sabendo da norma, e conseguindo interpretá-la, não a cumpram, e continuem achando que estão certos, e briguem por isso, fiquem agressivos. Até o evento violento que ele narra reflete esse abismo de interpretação: começou como uma discussão pelo cumprimento de normas da escola com um aluno.

Pelo exposto acima, vemos que o comportamento violento aparece muitas vezes como imprevisível, sem padrão, incompreensível sob os olhos da racionalidade. Como dito na seção deste trabalho que discutiu as violências, os discursos que se identificam com a modernidade tem nas violências uma “parte maldita”, as remetem para fora do social, como marcas de um passado não civilizado, não racional (RIFIOTIS, 1997). Seria o mito da modernidade racionalista, como vimos anteriormente. Mas o que percebemos nas narrativas é outra coisa: vemos os fenômenos violentos emergirem a despeito do que se considera racional; vemos surgir as violências

permeando as relações sociais, mas sem que se possa prevê-las, contorná-las pelas atitudes que se espera que a evitem.

Há, porém, as expectativas de comportamento que, quando são contrariadas, geram medo. Já foram discutidos anteriormente os motivos do medo de Dona Marta. Ela compartilha com outros que vivem a mesma realidade que ela, a mesma cultura, uma expectativa comportamento dos outros, uma padronização básica do que é um amigo lhe chamando na porta de casa: a pessoa a chama pelo nome, diz quem é e o que quer. Mas não era este o caso: “*agora, ali no dia, não. Só batiam palmas e não me chamavam...*”, e, podemos acrescentar, nem o que desejavam. Mas não era preciso, ela já sabia: queriam roubá-la. E, percebendo mudanças no padrão esperado, vendo que era uma situação fora da normalidade, foi dominada pelo medo e pela ansiedade, típicas reações frente a uma situação que não se encaixa nos padrões, principalmente quando possivelmente violenta.

O caso de Eduardo também é exemplar: mostra a incompatibilidade de expectativas da motivação dos policiais. “*A gente não era bandido...*”, e por isso ele não consegue entender porque foi tratado como tal. Sua interpretação é de que os policiais agiram assim por causa da cor e da aparência dele e de seus amigos: estereótipos que guiariam a ação policial. Era *esperado* por ele que os policiais agissem assim, motivados pelo preconceito: “*Cabeludo... drogado...negão...tá sempre errado*”.

Outro momento em que fica clara a dificuldade de negociação de significados com a polícia se reflete no fato de não saber se encara ou desvia o olhar quando cruza com um policial, revelando uma incapacidade de perceber o padrão de comportamento esperado – falta interpretabilidade mútua, falta comunicabilidade. Para Eduardo, a polícia tem “dois crachás”, o que mostra sua ambigüidade na visão da polícia: honesta e cumpridora da lei/corrupta, infratora da lei. E isso causa medo. Como diz Luiz Eduardo Soares em “Cabeça de Porco” (2005, p.249),

se o déspota tem regras, ainda que cruéis e arbitrárias, desumanas, você se adapta. Mas quando não se conhecem as regras, resta o medo...

Mas existem outros tipos de ações padronizadas relativas às violências: na narrativa de Joanna, se revela uma atitude padronizada muito comum em situações de “violência” doméstica – a tentativa de acobertamento da “violência”: “...*não foi nada, diz que foi ela que caiu*”. Ela ainda nos revela outra atitude padronizada e mantida sob pena de morte: é a lei do silêncio: “...*e a gente não pode falar nada!*”. Trata-se de uma lei não escrita, mas fortemente enraizada na vida das pessoas. Não se fala, não se testemunha, ninguém nunca viu nada, como revelam as ordens de serviço da Delegada Andreatta que requisitavam a localização de testemunhas do assassinato do filho de Vera, às quais o investigador responde que não encontrou ninguém, que ninguém havia visto nada, nem sabia de nada. Essa atitude de silêncio está inextrincavelmente relacionada com o medo de uma vingança motivada pela delação.

6. Caráter aprendido das violências:

Esta seção vai discutir as violências como fenômeno cultural e social (portanto, não exterior ao social, não possível de ser dissociada da vida em sociedade), e pretende mostrar que a “violência” pode ser aprendida, mimetizada, estimulada, incentivada, no entender dos entrevistados, pela televisão, pela convivência com os adultos, pela vida num meio ambiente violento. Começamos pelo ambiente, e mais a frente se discutirá a influência televisiva.

Nos trechos discursivos das entrevistas, vários de nossos narradores mostraram a crença de que as pessoas podem ser socializadas na “violência”: André diz que “...*o cara cresce nos morros, vendo os outros andando armados...*”. Ressalta assim o caráter aprendido, mimético da “violência”, agravado pela educação em meio violento: aprende-se a ser violento com o exemplo dos outros. Alexandre, falando sobre como interpreta a “violência” das crianças da escola, diz

que a “violência” das crianças vem dos adultos, com quem as crianças aprendem. As crianças e jovens imitariam o comportamento violento dos adultos, se tornando, assim, violentas elas mesmas. Mirtes nos lembra que as violências e a criminalidade são aprendidas desde cedo, “...*porque já vem de criança, eles começam tudo novinho, 13, 14 anos...*” – os jovens pobres entram para o crime (em especial o tráfico de drogas) cada vez mais cedo (como demonstram os trabalhos de Zaluar, 1993, 1994b).

Marta também acha que é de pequeno que se aprende, como revela sua preocupação com as crianças brincando com armas de fogo. Acredita que “...*se os pais proibissem as crianças de brincar com arma, a situação não ia estar assim*”. Bárbara compartilha a visão do caráter aprendido das violências, mimetizado dos adultos, absorvido do ambiente: “... *para que as crianças depois não venham a reproduzir esse ambiente, que as crianças quando crescerem não sigam este exemplo, exemplo negativo...*”. Essa visão que implica que a criança aprende as violências de pequena e depois só as reproduz. Como Marta, se preocupa com a “violência” das brincadeiras: “*A gente vê através das crianças a violência que existe no recreio. Essa é uma preocupação de todos os diretores...Eles brincam dando rasteira, eles brincam segurando pelo pescoço, e quando a gente chega eles dizem: “mas é brincadeira, D. Bárbara...”*”. E aí eu digo: “*Mas que tipo de brincadeira?*”. Assim, é mais uma entrevistada sinalizando para o fato da socialização das crianças incluir as violências.

Outra a corroborar a visão de que o ambiente torna os jovens violentos é Vera: “...*onde é que eles estão jogados, nesse ambiente que está fazendo com que sejam violentos...até cruéis*”. Além disso, percebe que quanto mais novo mais violento, pois quer proteção e pertencimento ao grupo: “...*quer entrar num contexto para se sentir protegido*”. Ela também relata um episódio em que aparece a preocupação com as crianças vendo e podendo imitar o comportamento desviante dos maiores – isso aparece quando conta que deu uma “bronca” em rapazes que

fumavam maconha na rua: “...lá na casa da sua mãe eu nunca vi você colocar camarada pra fumar baseado na porta dela! Mas aqui na casa da mãe dele que trabalha o dia inteiro aí vocês vêm, né? E ainda na frente das crianças, ensinando, fazendo escola, tudo, né?”

Aírton é mais ambíguo: culpa o *instinto* (roubar como inato). Dessa forma, parece dizer que já se nasceria com a predisposição ao crime, mas diz que esse é um “instinto” “...que se criou ali mesmo no meio dos coisa ruim” – há aqui uma contradição: se é criado num meio social, não é instinto, é cultural. Aírton pode estar sinalizando para o fato de existir uma parcela da população que vive guetificada, na marginalidade, num meio social precário, que favorece o desenvolvimento da criminalidade e das violências, e que estas podem ser aprendidas, ensinadas, mimetizadas por aqueles que crescem e vivem suas vidas neste meio. Acaba assim por corroborar os outros, reafirmando o caráter aprendido, portanto cultural, das violências e da criminalidade.

Nas primeiras entrevistas, não era um dos objetivos aprofundar o debate sobre as violências na televisão. Porém, os próprios entrevistados começaram a citá-la como estimulante e incentivadora para as violências. Assim, foram incluídas nas entrevistas posteriores questões sobre a influência da audiência televisiva sobre o comportamento.

Janayna diz que tem o pensamento formado sobre isso: “...a gente nunca assistiu filme de violência em casa...” (por sinal, a maioria dos entrevistados afirmou não assistir televisão, o que é bastante improvável). Denuncia a deficiência moral das novelas: sexo, “violência”, traição, contra a família e amigos, etc. Diz também não deixar o filho pequeno assistir os violentos desenhos japoneses exibidos diariamente: “Os desenhos, esses agora...nem sei o nome, aqueles japoneses, isso também meu filho pequeno gostava mas a gente não deixava ele assistir.”

Vários entrevistados denunciam o sensacionalismo e a banalização, a espetacularização das violências na televisão, como Joanna: “...parece que jornalista gosta de sangue, não de notícia”. Diz que desliga a tela, não assiste (como dito acima, ninguém assiste...). Mas ela acha

que quem assiste, aprende o crime: acredita que a televisão é a nova escola do crime. Se preocupa muito com a bisneta assistindo programas violentos. Como ela, também Eduardo, critica a vulgarização e a banalização da “violência” na televisão. Ele percebe também uma mudança: a antiga visão que se tinha da cadeia, da prisão como escola do crime sendo substituída ensino da criminalidade através da televisão. Voltamos aqui ao tema do caráter aprendido da “violência”, mais uma vez: “...*Parece que hoje não precisa mais de cadeia pra ensinar o crime pra gurizada, a TV já ensina: ensina como que rouba banco, ensina a montar sua boca de fumo, ensina a assaltar casa, ensina seqüestro-relâmpago, ensina tudo..*”. Ressalta a influência negativa da televisão na formação e desenvolvimento da mentalidade e moral infantil, e a falta de imposição de limites à programação televisiva.

Nisso, Eduardo e Joanna compartilham com Mirtes noção da televisão como escola do crime. Para esta: “...*mas tem também a televisão, né? A própria TV já tá mostrando com matar, como roubar, tudo (...)* Acho que a Tv ensina, né, dá idéias pras crianças, elas já crescem achando que aquilo ali é normal, né, todo mundo se batendo, se matando...”. Aqui ela revela a percepção da televisão como contribuinte para a banalização e normalização da “violência”. Bárbara também lembra que as crianças vivenciam as violências não só na comunidade, mas que a própria televisão traz, a televisão ensina.

Outros vêem a televisão como incentivadora das violências, como Marcelo, Luís Fernando e André: Marcelo afirma que a televisão influencia muito as pessoas, e, como os outros, diz que não assiste, que não tem mais nem vontade, porque há muita “violência” na tela, até nos desenhos para crianças. Sobre o aprendizado das violências através da televisão diz que “...*é só violência que você vê, e o seu subconsciente vai guardando um monte de coisa, entendeu? Você acaba lembrando disso aí, em algum momento pode ser que você vá querer usar uma situação daquela ou pra se safar, ou se sobressair em cima de alguém...*”. Ele alega sua inocência, diz que

não age assim, mas que tem gente com falta de informação que é influenciada: cita como exemplo casais homossexuais na novela, e diz que aquilo não é normal, mas que uma criança que cresce assistindo isso pode pensar que é, incentivada pela televisão. O mesmo vale para o uso de drogas, muitas vezes apresentado como normal.

André vê a televisão como incentivadora da “violência”, a imprensa como tendo gosto por sangue, sensacionalista, apelativa, instigadora da “violência”. Vê incentivo da Rede Globo (na novela “América”) aos imigrantes ilegais, o que para ele é uma “violência contra a própria pessoa”. Acredita que se as pessoas fossem educadas e tivessem discernimento, a televisão não influenciaria tanto. Pede, portanto, por uma educação para a paz, e faz uma crítica à mediocrização da cultura televisiva: “...tem a criancinha que cresce (...) vendo novela, programam do Ratinho (...) e fala pra menininha dançar na boca da garrafa, dá shortinho da Carla Perez, não dá...”

Outros criticam a programação televisiva por não cumprir o papel educacional que caberia a ela, como Aírton, que acha que televisão deveria ser responsabilizada pelo que ensina. Deveria educar mais, passar mais programas educativos e menos violências. Também critica a normalização e banalização das violências na televisão. Luís Fernando faz uma crítica à constante resolução de qualquer conflito nos programas televisivos por meios violentos: “...na TV, parece que estão dizendo que a vida se resolve pela violência”. Até os heróis, que deviam ser exemplo, resolvem as coisas através das violências, não tentam a resolução pelo diálogo, pela negociação: vê um discurso em favor da “violência” na TV.

O caso de Vera é especial aqui, pois sua relação com a mídia, como vimos, é já bem outra: faz duras críticas, pela difamação promovida pela imprensa contra seu filho. Mas além disso, diz que “...a mídia é miserável neste momento, porque ela quer vender sangue, e ela só vende sangue, é miserável...”. Ela lembra o aumento da audiência dos programas de noticiário

policial, “...que só mostram corpo caído, os meninos mortos, e não contente com isso às 18 horas começa um banho de sangue em rede nacional. Eu não aceito isso, acho que é um desrespeito aos mortos e um desserviço da mídia para a sociedade”.

Percebe-se que todos os entrevistados imputam à televisão um papel proeminente na propagação das violências. Ela é vista como incitando, estimulando, ensinando, influenciando o comportamento dos que a assistem, e seus programas são vistos como excessivamente violentos, e pouco educativos neste sentido. Porém, seu papel na produção de comportamentos não está claro. Segundo Katz (1995), a relação entre comportamento violento e as violências expostas na mídia ainda é pouco conhecida e muito controversa.

Os entrevistados, no entanto, acreditam que a mídia desempenha um papel na construção da percepção de segurança da população. Há nas falas deles uma visão do medo e da superexposição das violências como uma mercadoria rentável, e uma visão de que a rotinização das notícias sobre eventos violentos cria uma normalização, uma banalização das violências. Para os entrevistados, falta ética na divulgação de eventos violentos, contribuindo para o sentimento de insegurança da população, pois descontextualizam eventos, estigmatizam suspeitos, espetacularizam as violências.

7. Refletindo sobre as violências:

Até hoje, não há uma definição precisa de “violência”. O fenômeno é de tal forma inexpugnável a explicações que mesmo os mais clássicos autores, os mais brilhantes sociólogos, antropólogos e filósofos, falharam em defini-la. Há muito debate, mas poucas certezas neste campo. Por isso, tentei captar nesta pesquisa o significado das violências para aqueles que a

sofreram, o seu significado vivencial, a teoria que os entrevistados forjam quando forçados a refletir sobre suas próprias experiências. Vejamos:

Alguns entrevistados vão de encontro à definição de Levinas apresentada na discussão teórica desta pesquisa, a saber: “...*violência será encontrada em qualquer ação na qual alguém age como se estivesse só para agir; como se o resto do universo estivesse ali apenas para receber a ação*”. (LEVINAS, *apud* DE VRIES, 1997, p.16). Assim, para André “violência” seria qualquer interferência negativa na vida dos outros ou na sua própria, e nem precisa ser humano, pode ser qualquer ser vivo. Então, qualquer ação que interfira na vida dos outros sem o consentimento deles. E, quando perguntei a ele sobre se achava que “a violência” estava aumentando, ele respondeu sobre aumento da criminalidade, revelando uma equiparação de conceitos, tal como Eduardo. Este também repete a pergunta, como a maioria, e faz várias pausas para pensar. Sua definição só inclui “violência” física, contra a pessoa: porrada, *el kabong*, soco, chute, tiro, facada, estupro, homicídio, “violência” doméstica, contra a mulher e a criança, afirma ter sofrido maus tratos por parte do pai na infância, e nega qualquer “violência” contra os futuros filhos. “*O que mais? Acho que é isso aí...*” – mas não tem certeza, sempre fica meio incompleto, e os próprios entrevistados têm consciência disso. Quando perguntado o que seria crime, afirma que há dois tipos – quando não te pegam, você está (é) do crime; e quando te pegam, você foi condenado por tal crime. Relaciona crime e punição, e exhibe o crime como categoria que abarca os criminosos enquanto grupo – “o crime” representa todos os que vivem à margem das leis, que não as seguem em sua vida cotidiana. E, como André, equipara “violência” e crime, mas para Eduardo, “violência” é quando se faz, é o ato, e o crime é a punição.

Outro que segue, em linhas gerais a definição de Levinas é Marcelo, que, quando perguntado o que seria a “violência”, pausa 10 segundos para pensar, repete a pergunta, diz três vezes que não sabe direito, e diz que para ele é desde “*tratar mal uma pessoa*” (seria a

discriminação?), *“falar mal de alguém”* (“violência” das palavras e atitudes relacionais), e mais a “violência” física (agressões, brigas). Quanto ao que seria crime, diz que é *“...quando invadem sua privacidade, tocar no seu corpo, sem você deixar, ou prejudicar”* – crime aqui é associado com a violação da sacralidade do corpo, da individualidade. É prejudicar outras pessoas no seu benefício, e *“...não querer nem saber...”*. Para ele, *“...ninguém quer saber de nada, ninguém se importa com os outros”*. Relaciona assim “violência” e crimes com o individualismo, o egocentrismo, a falta de preocupação com os outros, a falta de empatia pela alteridade, como está em Levinas.

Outra entrevistada que ressalta a falta de relação, a falta de empatia, de se colocar no lugar do outro é Marta: ela define a “violência” pela falta de atitudes relacionais: *“...falta de amor, de carinho, de diálogo com as crianças”* – falta relação, falta comunicação, no que tem paralelo com o que afirma Arendt (1988), que afirma que há erupção de violências por causa de falhas na capacidade de diálogo. E também vimos que para ela a arma de fogo é a essência da “violência”, é a *“pura violência”*, que traz a morte *“a maior das violências”*. E ela diz também que não sabe nem o que dizer sobre isso, revelando a estupefação, a falta de definição, falta de compreensibilidade e interpretabilidade do fenômeno da “violência”.

Outros relacionam diretamente, como vimos anteriormente, as violências às drogas, como Alexandre e Joanna: Alexandre, como muitos outros, repete pergunta, como que ganhando mais tempo para pensar, pois não é tarefa fácil definir as violências; e quando responde, associa diretamente a “violência” atual e drogas. Para ele, as violências nos morros e periferias estão intrinsecamente ligadas às drogas, às dívidas causadas por drogas, ao acerto de contas do narcotráfico. Joanna, como Alexandre, também faz esta associação: *“Ah, violência pra mim é droga, né? Pelo menos eu acho...”*. Além disso, vê “a violência” como falta de auto-controle, o

que o álcool e as drogas fazem de melhor: *“A bebida, as drogas, levam a pessoa a não se controlar, né?”*.

Para Janayna, o que passou, sua experiência, foi uma “tripla violência”: “violência” física, moral e psicológica. Agora, para ela, *“...tudo que vem dele, até uma palavra, é violência”*. Obrigá-la a se prostituir também é “violência”, o jeito como fala com ela, as ameaças que faz de espalhar o fato dela se prostituir também são encaradas como formas de “violência”. Tudo vindo do agressor agora é identificado como “violência”: palavras, atitudes, agressões, humilhações, danos psicológicos.

Outros nos revelam o senso comum das violências, como Bárbara: *“...perguntar a idade é uma violência”*. Além disso, ela vê a “violência” como arena central de debates na sociedade: *“hoje em dia o que mais se fala é sobre a violência, é a violência, violência, violência em todos os cantos, não é?”*, revelando também uma visão de excesso de “violência” na sociedade. Sua definição é bem ampla: *“Para mim violência é um ato, uma fala, algo que se faça para alguém. A violência hoje tá mais assim entendida como dar uma facada, dar uma punhalada, dar um tiro, mas a violência é ainda muito mais coisas, como por exemplo, o frio, quanta gente morre na estrada por causa do frio, não é uma violência? A fome, pra que né, uma violência maior que a fome não existe...”*. Assim, Bárbara vê a “violência” presente nas ações, nas palavras, nas intenções. Se opõe à visão da “violência” como simplesmente física: é bem mais que isso – frio, fome, pobreza, miséria. Diz que a *“violência maior”* acontece quando as pessoas não têm o que fazer, não têm dinheiro e querem comprar alguma coisa – a falta de emprego, somada ao desejo de consumo, leva as pessoas a cometerem atrocidades. Afirma que as mortes no trânsito também são violências, como nos rachas, onde as pessoas se arriscam – para ela, isso é “violência” contra si mesmo, falta de apreço à vida humana, mesmo à própria vida. Também vê o analfabetismo como “violência”: *“Porque não saber ler para mim também é violência...”*.

Como ela, Luís Fernando também apresenta uma definição bem ampla, relacional – *“...situações ou atitudes que contrariam a vida, que atentam contra a dignidade da pessoa, que degradam as relações humanas, degradam a própria pessoa consigo mesma, são ações, são atos, são condições de vida que às vezes são violentas...Mas eu nunca pensei assim, o que é a violência, porque na verdade a gente sempre acha que é uma coisa tão banal”*. Percebe-se nas falas de Bárbara e Luís Fernando a multidão de ações, atitudes, situações que podem ser abarcadas no rótulo “violência”, pois, como diz Rifiotis (1999), “a violência” é um significante com o significado em aberto, dentro do qual vão sendo inseridas novas significações de acordo com a pessoa que a define.

Interessante ressaltar que Luís Fernando também vê as condições de vida de certas camadas da população como “violência”, e também a desigualdade social é vista como uma “violência”: *“...Eu já perguntei para os meninos aqui o que é ser jovem e pobre, e eles falam que é conviver com violência, e daí você já sabe de que violência eles falam: o mundo das drogas eles dizem que é um mundo macabro, depois eles falam que vêem os outros andando com certa camiseta, e querem mas não podem...Aí você já imagina a violência que está embutida nesta situação de desigualdade.”*. Outro que credita como “violência” a desigualdade social é Airton: para ele, “violência” é a inércia da sociedade e dos detentores do poder que não cumprem suas funções, “violência” é a desigualdade social, a pobreza e a falta de direitos fundamentais. Mas não dá uma definição.

Vera, como quase todos, repete a pergunta. Percebe a multiplicidade de conceitos abarcados no rótulo “violência”: *“...tem tantos conceitos, né?”*. Tem uma visão do excesso, do aumento exponencial da “violência”: *“...o quadro de violência que a gente vê agora é algo muito além do que se pensava ser violência”*. Vê a “violência” como fora ou como ausência do social, da civilidade, conforme já discutido antes: *“...quase como se a gente estivesse voltando àquela*

coisa da barbárie, mesmo, ali de um matando o outro, pelo simples ato de matar” – afirmando a banalidade da morte, o “matando por matar”. Para ela a “violência” tem causas anteriores, no que concorda com Aírton: o abandono do governo de comunidades pobres, negras e jovens, a quem as violências atingem preferencialmente. Tem dificuldades de conceituar “a violência”: “...até nas madrugadas fiquei pensando o que é violência”. Acredita que o ambiente torna os jovens violentos, e que quanto mais novo mais violento: quer proteção e pertencimento ao grupo, “...quer entrar num contexto para se sentir protegido...” – as violências aparecem aqui como busca de relação, como linguagem, como dizem Maffesoli (1987) e Rifiotis (1997, 1999). Em outro trecho de sua entrevista, percebe a incompreensibilidade das violências, a falta de interpretabilidade do fenômeno “violência”: “Então que eu fiquei pensando: será que a gente consegue conceituar a violência?”.

Percebe-se a multiplicidade de conceituações, relações e associações feitas pelos entrevistados quando perguntados sobre “o que seria “a violência”?”. Cada um acha um novo significado para incluir no significante, mas todos a vêem como um mal, como algo extremamente negativo e moralmente condenável, relativa a atitudes relacionais interpessoais, mas também como ligada e fazendo parte de problemas sociais, como a droga, a desigualdade, a pobreza, a falta de emprego. Pode-se ver as dificuldades de conceituação e enunciação, como revela o fato de quase todos repetirem a pergunta, como que buscando tempo para pensar; e também no fato de ficarem se perguntando: “será que é só isso?”. Ou, como no caso de Luís Fernando: “Mas eu nunca pensei assim, o que é a violência, porque na verdade a gente sempre acha que é uma coisa tão banal...”. Vê-se aqui que ele percebe a naturalização do significante, do rótulo “violência”: parece uma palavra simples, sem mistério, banal, como ele diz, que todos sabem do que se trata, que todos sabem o significado. Mas na verdade, por trás deste rótulo simples se escondem significados tão complexos, tão variados, que é praticamente impossível

abarcá-los. E, como vimos, as violências parecem estar em todo lugar, permeando toda a vida social. Como afirma Rifiotis (1999, p. 8): *“...é a crescente extensão deste campo semântico que nos leva a pensar que estamos frente a um constante e inelutável aumento da violência. A própria memória, atualizando sem relativizar o passado, atua como portadora de referências que avaliam a realidade presente como uma degradação. A memória alimenta o medo, que se nutre da força do fantasma que ela representa...”*.

8. O que fazer? Formas propostas de enfrentamento:

Muitas alternativas de enfrentamento foram tentadas, em um momento ou outro, para tentar solucionar o problema social das violências: repressão, prevenção, educação, programas sociais, intervenção, não-intervenção, prisão, tratamento psiquiátrico, entre muitas outras opções de enfrentamento. Porém, as violências continuam grassando na sociedade, a despeito de todos os esforços para diminuí-la, tanto por parte dos governantes como por parte dos indivíduos ou da sociedade civil organizada. Vejamos que alternativas propõem nossos entrevistados:

Alguns acreditam que as soluções seriam funções de governantes: diminuir a desigualdade, dar educação, saúde, emprego e habitação. Para Eduardo, as soluções passariam em primeiro lugar pela melhoria de condições de vida das camadas empobrecidas, assim como acredita Airton. Este acha que a resolução passa pelos governantes, que devem oferecer educação, meios dignos de sobrevivência, mas acha que primeiro deve ser solucionado o problema da corrupção: *“...os governantes só querem roubar e não querem ajudar o povo. Eu acho que a única solução é o estudo, um hospital bom, uma escola boa, tudo do bom e do melhor para esse povo que não tem nada...”*. Outro que pede melhoria das condições de vida da população para dirimir as violências é Marcelo, para quem a solução é *“tirar as crianças jogadas na rua”* – a rua aqui aparece como sinônimo de vida ruim, desregrada, “violência”, droga,

abandono. Quer cuidar da crianças, pois serão o futuro – dar educação, trabalho, profissão – “oportunidades”. Pede por maior participação e movimentos da sociedade civil, pela ineficiência do Estado nestas questões: “*Lugares aí, associações, ONGs, que vão incentivar*”, e critica a escola e sistema de ensino, que deveriam ser mais relacionadas com a realidade dos jovens. Diz que os meninos saem da escola perdidos, “*...no mundo mágico de Oz*” – ou seja, saem da escola fora da realidade, em outro mundo, sem perspectiva.

A solução de Bárbara é o governo entrar na comunidade, ver o que falta, e “*...partir para mudança. Mudança não, transformação*”. Como Dona Marta, evita o tema das violências, partindo do contrário, paz, amor, respeito, solidariedade, perdão. A solução é estabelecer relação, comunicação, diálogo, através de carinho, afeto. Acha que devido à falta de ambiente de convivência familiar nas comunidades pobres a obrigação de educar recai na escola. Acredita no poder transformador da educação: “*poder que nós temos em nossas mãos, o poder de mudar os alunos, mudar suas vidas, mudar seus pensamentos. Quem faz isso é a família, claro, mas o professor também tem esta responsabilidade*”. Quem também acredita no poder da educação é Luís Fernando: acha que as únicas soluções para a “violência” são reflexão e educação – “*...acho que não tem outra forma*”. Para ele, não adianta querer que ONGS substituam o trabalho de polícia, o que podem fazer é: organizar comunidade, ajudar a refletir, formar grupos de discussão sobre “violência”, sobre direitos, etc. Cada um deve pensar sua forma de ação, mas a dele e da casa que dirige em geral é uma proposta de educação e conscientização.

Para Marta, a solução é falar, é o diálogo: “*...por isso que eu acho que tem que falar do amor, se tivessem um amor em casa, um diálogo*” – se a “violência” é advinda da falta de comunicação, fala do contrário, de paz e amor. Só que para ela a educação para a paz vem de casa, não se aprende na escola, como acredita Bárbara. Além disso, para ela, como vimos anteriormente, o que solucionaria o problema seria uma equação: “trabalho + educação = menos

violência”. Como diz o ditado popular, para ela mente vazia é a morada do demônio. Suas soluções: família, oração, educação e trabalho. Diz que a atuação da polícia é importante neste sentido, mas não do jeito que é. Não critica a polícia, mas os padrões de policiamento. Pede por polícia comunitária e não violenta contra os jovens “...*polícia permanente... para conhecer essas crianças...pessoas, mas não para bater...para falar, conversar com eles*”. Também não quer polícia *after the fact*: só vem recolher o corpo e fazer perícia. Acredita que a presença da polícia na comunidade a inseriria na “realidade” do morro e inibiria os criminosos.

Outro que pede por mais polícia e justiça é André, que propõe, além de melhor educação, mais punição, a eliminação da impunidade (que incentiva e motiva novas ações criminosas e violentas). Tem uma visão da lei como ordenadora do social – “...*as leis existem e devem ser cumpridas*”. Por isso, critica a polícia que prende, bate e solta (como, veremos a seguir, dizem Janayna e Joanna). Acredita que, se alguém comete uma “violência”, tem que cumprir pena e ser reeducado.

A resposta de Janayna é surpreendente, pelo que entende por “reeducação”: sugere combater a “violência” com mais “violência”, ao menos em casos de agressões contra a mulher: “...*eu acho que o cara...tem que ser preso...e tem que apanhar!!!*” – sua solução é o olho por olho, dente por dente. Acredita que a mulher que sofre “violência” deve denunciar o agressor e sair de casa – a saída é cortar relação, pois, segundo ela, “...*homem que bate não dá*”. Além disso, hoje em dia, nesses casos, a polícia prende e solta, e o agressor volta pior, querendo descontar na mulher os maus bocados que passou na cadeia. Isso revela sua crença na incompetência e incapacidade de instituições de ordem. Então a solução é o olho por olho: cadeia, pancada, multa (“*mexer no bolso, a parte mais dolorida do corpo humano*” – o bolso também sofre com “a violência”...) e aula. Ou seja, punição, educação e “violência”. Ou melhor: educação mais “violência” igual a punição. Tem consciência de que sua resposta é motivada por raiva e

indignação: “...eu sei que tô falando isso com o coração cheio de raiva, mas a boca fala o que o coração tá sentindo, né?”.

Cada um apresenta as soluções mais relacionadas com o tipo de violências que sofreu. Mirtes, por exemplo, vê a solução para o problema das mortes de jovens relacionadas às drogas como sendo: “...uma lei que as mães conseguissem internar os filhos quando eles caíssem nas drogas” –Assim, acha que as soluções passam pelas leis e, conseqüentemente, pelo governo – este deveria se voltar para jovens do morro envolvidos no narcotráfico. Acredita também que mais polícia ajudaria muito: “Ah, é a polícia, né?...se tivesse mais polícia resolvia”. Joanna também propõe colocar mais polícia na rua, mas enfatiza, como Janayna, que não adianta a polícia que prende/bate/solta – ela exige punição, acredita que com a atual impunidade nada mudará. Mas é descrente, desesperançosa: “...acho que esse problema não tem solução, nada vai adiantar.”

Vera quer mudanças mais radicais – pede novo ordenamento da sociedade, nova construção, nova constituição, visibilidade para negros e pobres, que estão sendo exterminados com autorização tácita da sociedade, que pensa que a “violência” não vai afetá-las, que elas não tem nada a ver com isso...Cobra consciência social e atitudes de “poderosos” para evitar a “violência”: “...essa questão da violência passa realmente por uma tomada de consciência, que é de todos, e principalmente o ‘todos’ homem, branco, poderoso, rico, não é por nós.” O que ela, pobre, negra, pode fazer, é “salvar os seus, a ti e tua casa”. Os esforços devem ser começados pelos arredores, numa espécie de “descentralização” do auxílio, porque “...hoje tá tudo muito individual, entende?”. Critica o “trabalho comunitário” atual: para ela, as ONGs são mercenárias e incompetentes. ajuda, para ela, deve ser holística, ajudar em todos os lados. Critica os que dizem “dar oportunidade”: diz que é uma “merda institucionalizada”. Sua solução: a empatia pela alteridade: “...eu acho que toda a coisa passa por você olhar o outro.”. Para ela, cada um

deve fazer sua parte em tolerância, respeito, crítica social – ela tenta, mas se decepciona com sua própria impotência. Acha que a situação de violências que vivemos só vai melhorar com mudanças na urbanização, luz, água, esgoto, educação, vida digna – nisso, faz críticas aos governantes e políticos, que não cumprem suas obrigações e ainda são ineptos, corruptos, nepotistas – vai mais longe, e diz que só com revolução para dar jeito: *“Tenho que ser obrigada a dizer: vai lá e quebra tudo! Porque desse jeito só quebrando tudo! Enquanto não houver realmente um pouco de vontade...”*.

Assim, vemos que as soluções propostas para as violências passam em grande parte pelo governo, pelas autoridades, e pelas instituições: pedem educação, emprego, habitação e saúde dignas, o fim da impunidade e da corrupção. Alguns propõem esforços individuais, mas sentem a própria impotência, e reconhecem que sozinhos pouco podem conseguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Esta dissertação teve como objeto as formas pelas quais os sujeitos narradores expressam suas experiências de eventos violentos, e pretendeu demonstrar a multiplicidade de ações, valores e representações que recaem dentro do significante “violência”. Procurou-se identificar as formas de expressão partilhadas destes eventos, assim como a compreensão que as pessoas vivenciaram estas experiências têm deles: para tanto, as narrativas de experiência pessoal se constituem numa “janela” privilegiada para a análise dos significados que os sujeitos de pesquisa imputam as suas experiências. Como vimos na discussão metodológica das narrativas, estas são instrumentos muito úteis para a análise de processos e dramas sociais (TURNER, 1981). Ajudam a compreender as formas pelas quais as pessoas interpretam os eventos que vivem e a si mesmas. Elas são um meio essencial de dar sentido à experiência: ao narrar, reorganiza-se essa experiência, ordenando eventos de outra forma desconexos. As narrativas simultaneamente nascem da experiência e dão forma a essa experiência. Nesse sentido, a narrativa e o *self* são inseparáveis (OCHS & CAPPS, s/d, p.20). Não são apenas representações da realidade. Elas moldam a forma pela qual nós entendemos e nos sentimos sobre eventos, a maneira como os interpretamos. Os narradores avaliam eventos específicos em termos de normas, expectativas e potencialidades sociais: idéias comunais do que é racional e moral, bom e valoroso num determinado momento, numa dada situação. Procurou-se nesta dissertação mostrar os distanciamentos e aproximações entre as perspectivas dos entrevistados, de forma a, partindo de vivências singulares e particulares das violências, expor a maneira pela qual se articulam a experiência e o sujeito que emerge quando da expressão desta experiência. Podemos perceber, nas narrativas, os próprios narradores surgindo como sujeitos, portadores de moral, de interesses, valores, julgamentos, emoções, sentimentos.

Vale ressaltar a complexidade do campo teórico do estudo das violências, conforme discutimos na seção dedicada ao debate acerca das mesmas: este campo abrange inúmeras atitudes, conflitos, relações, julgamentos morais, agressões, ameaças, formas diferentes de perpetrar as violências. Nesta dissertação, não há como dar conta de tal complexidade, trata-se apenas de um inventário da multiplicidade possível quando se tenta pesquisar as violências. Assim, procura somente apresentar interpretações possíveis de vivências reais, e mostrar algumas de suas conseqüências.

Existe uma dificuldade em conceituar as violências teoricamente, como vimos no capítulo II. Os sujeitos de pesquisa expressam também esta dificuldade, e constroem várias teorias “nativas”, próximas da experiência, e cada entrevistado exhibe a sua, a maioria permeada de indignação; mas sabe-se muito bem as soluções: educação, emprego, saúde, distribuição de renda, habitação decente, urbanização, vida digna, investimento social dos governantes, a luta contra a corrupção e impunidade, o fim da apatia e inércia que mantém o *status quo*. Isto é correlato do que discutimos acerca do fato do significante “violência” apresentar um campo semântico em constante expansão (RIFIOTIS, 1999). Vários significados são incorporados pelos sujeitos a esse significante, de tal forma que praticamente qualquer problema social pode ser relacionado a ele.

Vimos que pesquisar sobre as violências traz muitas dificuldades, pois se trata de um tema que envolve dor, sofrimento, negação: as pessoas não comparecem às entrevistas, evitam o assunto, despistam o pesquisador, dias e dias se passam sem nada a acrescentar. É difícil encontrar uma “janela aberta” por onde o pesquisador possa observar o que acontece na vida das pessoas que sofreram com as violências. Isso se deve ao fato do tema das violências estar sempre ligado, no imaginário social, ao medo, à negação, ao sofrimento, à exterioridade, à indignação, ao

risco, ao perigo, à dor, à morte. Por isso os despistes, a evitação têm grande significação aqui: representam formas culturalmente partilhadas de percepção social sobre o tema.

Porém, como dito acima, a análise das narrativas de experiência pessoal permitiu uma abordagem do tema que não replicasse o discurso. Tentou-se demonstrar as diferentes formas pelas quais, através de suas narrativas, os sujeitos expressaram os eventos violentos que sofreram, e como, nesse ato de narrar, acabaram reconstruindo, reordenando suas experiências de forma narrativa, numa espécie de catarse. Para atingir esse objetivo, recontaram os eventos, e ao fazê-lo, construíram identidades, e as contra-identidades dos que os ameaçaram ou agrediram, frequentemente caracterizando-os com estereótipos, como monstruosos, “de fora”, drogados, briguentos, etc.; e desta reconstrução pudemos ver emergir um sujeito social, com críticas, indignação, medo, preconceitos. Esse sujeito que emerge das narrativas coletadas, em geral, atribui relações causais para as violências sofridas: a exterioridade do “Outro”, a inércia da sociedade, a guetificação, o preconceito racial e social, as drogas, a exclusão, a precariedade das instituições de ordem, entre outras, e criticando os que consideram responsáveis por seu sofrimento. Tais críticas têm caráter reivindicativo, e mesmo político, mas também se ligam a concepções morais, pois, como vimos, a interpretação e a própria categorização de atos como violentos se deve à qualificação moral imposta pelos sujeitos a esses atos, ao que Ochs e Capps (2001) denominam “moral stance”, ou o posicionamento moral do narrador, identificável nas narrativas de experiência pessoal.

As narrativas recolhidas demonstram que os eventos violentos têm uma produtividade (conforme vimos na discussão de Simmel, 1964, e Rifiotis, 1997,1999): geram posicionamentos, rompem ou alteram relações sociais e familiares, produzem alterações na vida das pessoas, na forma como se vêem e como encaram a vida, causam doenças psicossomáticas, traumas físicos e psicológicos. Geram o medo, a desconfiança, a evitação, a indignação, a depressão, a tristeza, a

dor. Reordenam o cotidiano, criam novas identidades e afinidades. As violências produzem, inclusive, a própria luta contra elas, como vimos nos casos de Vera, Luís Fernando e Bárbara, o que nos permite pensar que das narrativas emergem sujeitos que se ligam à ação, à reação contra as violências.

Através das narrativas dos sujeitos, pode-se perceber as violências vistas como aprendidas pela vivência em um meio sócio-cultural (onde podem ser incluídas as influências tanto dos adultos, como do círculo de amizades, e dos próprios meios de comunicação de massa). São percebidas pelos sujeitos, como fruto de desigualdades sociais, da pobreza, da iniquidade, da guetificação e exclusão de categorias sociais, mas também derivadas do uso e do tráfico de entorpecentes e armas. As drogas e o álcool emergem das narrativas dos sujeitos como “culpadas”, mas também o governo, a corrupção, as polícias e o judiciário ineficientes e ineficazes, a impunidade. Entretanto, ressalte-se que essa estratégia de culpar, de sempre se ter um “bode-expiatório”, seja ele o governo, a droga ou o recém-chegado é correlata do que já discutimos sobre a exterioridade: na verdade, não há um único “culpado”, mas sempre tenta-se imputar a culpa a alguém, mesmo que apenas para inocentar a si ou a seu grupo social.

As narrativas analisadas mostram que, para os sujeitos, os atos violentos são de difícil interpretabilidade, mas existem atitudes e ações que se espera ou que se recomenda que se tenha nestas situações. Há posturas que carregam a marca da honra (como vimos, por exemplo, no caso de André), nem sempre as mais racionais. Aliás, muitos vêm a falta de racionalidade em atos como os estudados aqui. Sugerem, antes, a força das emoções, o descontrole e a liberação dos desejos causados pelo uso de drogas ou álcool. E essa incompreensibilidade das causas, e dos próprios fenômenos violentos em si, a imponderabilidade, e a imprevisibilidade com que ocorrem geram o medo, o terror, o pânico. Geram insegurança, pois não acredita-se que a chamada “segurança pública” tenha meios de proteger os cidadãos. Porém tal sentimento de insegurança é

relativo, como vimos: pessoas que convivem diariamente com criminosos armados se sentem seguras em Florianópolis, pela relação de confiança estabelecida (como Luís Fernando). Outros, como Vera e Marta, contam terem ficado com muito medo das ameaças que receberam; ou Eduardo, que acha a cidade extremamente insegura, pois presencia inúmeras mortes de colegas e amigos no morro onde mora. E vários sujeitos também reconhecem o caráter de cidade dividida de Florianópolis: áreas mais violentas (principalmente os bairros do continente e os morros do centro), e outras que são um verdadeiro paraíso (como as praias do leste e sul da ilha). Reconhecem-se assim múltiplas realidades sociais na cidade, diversificadas vivências e percepções das violências em Florianópolis.

Podemos perceber que sujeitos (como Alexandre, por exemplo) consideram os eventos violentos pelos quais passaram como derivados de um lapso, de uma falta de comunicação ou entendimento entre as partes, de uma incapacidade de relação. Desta forma, percebemos que os sujeitos vêm incomunicabilidade nos eventos violentos, o que não significa que ela exista. Contrariamente, podemos ver em outras narrativas as violências como formas de comunicação, como uma forma de estabelecer relação, o que corresponde à teorização de Maffesolli (1987), para quem as violências têm paralelo com a linguagem, conforme vimos na discussão teórica. Para Maffesolli, como para Simmel (1964), os conflitos são estruturantes da sociedade. Simmel afirmava que o conflito entre os homens deve ser considerado como uma das formas mais elementares de socialização. Para estes autores, as lutas, os conflitos impulsionam a coesão social: as violências seriam uma recusa à atomização, à separação. É melhor lutar por seu ponto de vista *dentro* de uma relação do que mantê-lo pacificamente *fora* dela.

Lembramos que esta dissertação não teve o objetivo de formar conclusões que pudessem ser apresentadas como generalizações a todas as pessoas que passaram por uma experiência das violências, nem tampouco fornecer, a partir das teorias forjadas pelos entrevistados, uma

explicação universal para o comportamento violento. Não teve a intenção de abarcar todas as formas possíveis de atos que as pessoas caracterizam como “violência”, ou mostrar todos os efeitos e atitudes que existem disseminadas através do corpo social em relação a elas. A meta foi apenas aproximar nosso entendimento das formas pelas quais essas pessoas avaliam, conceituam, entendem e refletem sobre essas experiências, tentando demonstrar que tais formas são eminentemente contextuais. Assim, que tentou-se aqui foi mostrar algumas formas de percepção social das violências. Espera-se ter contribuído para uma melhor compreensão dos eventos violentos, e da forma pela qual são interpretados por aqueles que os vivem, assim como esclarecer que tipos de mudanças ocorrem em suas vidas devido a tais eventos. Esta dissertação tentou contribuir para um alargamento do conhecimento que temos de atos violentos e suas conseqüências, pois nem a população, nem os governantes, pesquisadores ou responsáveis pela segurança pública chegaram a um consenso sobre o assunto. Tentou-se suprir a falta de um entendimento vivencial destes fenômenos. Desta forma, procurou-se estender o debate acerca do tema, *contando* as histórias que são construídas sobre elas, *contando* as interpretações dos sujeitos acerca de suas experiências, *contando* os significados vivenciais de eventos violentos para aqueles que os sofreram, *contando* as violências qualitativamente.

BIBLIOGRAFIA:

ADORNO, S. (1998). "O gerenciamento público da violência urbana: a justiça em ação".

In: PINHEIRO, P.S. *et alii*. **São Paulo Sem Medo: Diagnóstico da Violência Urbana**. Rio de Janeiro, Garamond, 1998, p. 227-246.

ARENDT, Hannah. (1988) **Da Revolução**. São Paulo, Ática.

BAUMAN, Richard. 1986). **Story, Performance and event: contextual studies of oral narrative**. Cambridge, New York, Cambridge University Press.

BECKER, H. (1977). **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro, Zahar.

BOURDIEU, Pierre (1999). **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BRETAS, M. L. (1997). "Observações sobre a falência dos modelos policiais". **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, 9(1), maio de 1997, p.79-94.

BRUNER, J. (1986). **Actual minds, possible worlds**. Cambridge, Harvard University Press.

_____ (1990). **Acts of meaning**. Cambridge, Harvard University Press.

CALDEIRA, T. (2000). **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, EDUSP, 2000.

CARDIA, N. (1997). "O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos".

In: **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. 9(1), maio de 1997, p. 249-265.

CARDIA, N. (1999). **Atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais Brasileiras**. Brasília, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

CARR-HILL, Roy & STERN, Nicholas. (1980). "More Police, More Crime". **New Statesman**, 181, 1980, p. 85-86.

- CERTEAU, Michel de. (1984) **The practice of everyday life**. Berkeley, University of California Press.
- CECHETTO, F. R. (2004). **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- CLASTRES, P. (1982) **Arqueologia da Violência: ensaio de antropologia política**. São Paulo, Brasiliense.
- _____ (1990). **A Sociedade Contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política**. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- DAHRENDORF, R. (1987). **A Lei e a Ordem**. Brasília, Bonn, Instituto Tancredo Neves/ Fundação Fridrich Naumann.
- DEBERT, G. G. (1999). **A reinvenção da velhice**. São Paulo, EDUSP: FAPESP.
- _____ (2000), “A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade”. IN: BARROS, M. M. L. **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. Rio de Janeiro, FGV.
- DEBERT, G. G. e GREGORI, M. F. (2002), “As Delegacias Especiais de Polícia e o Projeto Gênero e Cidadania”. IN: CORRÊA, M. (org.) **Gênero & Cidadania**. Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Coleção Encontros.
- DOUGLAS, Mary. (1976) **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva.
- De VRIES *et alii*. (1997). **Violence, identity and self-determination**. Stanford University Press.
- DIÓGENES, G. (1998). **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galerias e o movimento Hip Hop**. São Paulo: ANNABLUME; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto.
- ECKERT, C. (2002). “A cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória

- de velhos moradores de Porto Alegre”. In: Maria Cecília de Souza Minayo; Carlos E. A. Coimbra Jr.. (Org.). **Antropologia, Saúde e Envelhecimento** (Coleção Antropologia & Saúde). Rio de Janeiro, 2002, p. 73-102.
- ELIAS, N. (1990). **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ELIAS, N. e SCOTSON, J. (2000) **Os estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- GEERTZ, C. (1989) **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, LTC.
- GEERTZ, C. (1997) “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico”. In: **O Saber Local**. Petrópolis, Vozes.
- GLASSNER, Barry (2003). **Cultura do Medo**. São Paulo, Francis.
- GOFFMAN, E. (1959), **The presentation of self in everyday life**, New York, Doubleday.
- _____ (1978) **Estigma**. Rio de Janeiro, Zahar, 2ª edição.
- GREGORI, M. F. (1992), **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo, Paz e Terra.
- GROSSI, M. P. (1994). “Novas/Velhas violências contra a mulher no Brasil”. **Revista de Estudos Feministas**, vol. Especial, p.473-484.
- _____ (1998). “Rimando Amor e Dor: Reflexões sobre a violência no vínculo afetivo conjugal”, IN: PEDRO, J. e GROSSI, M. P. (orgs.) **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis, Editora Mulheres.
- JANSSEN, A. (2001). **Uma leitura antropológica das narrativas de mulheres que passaram pela experiência do câncer ginecológico**. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduação em Antropologia Social.
- JEUDY, H. P. (1994). “Pesquisador dos processos mediáticos”. IN: **Mídia e Violência Urbana**. Rio de Janeiro, Faperj.

- KANT DE LIMA, R. (1997). "Polícia e exclusão na cultura judiciária". In: **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. 9(1), maio de 1997, p.169-183.
- KATZ, Jack. (1995). "What makes crime 'news'?" In: ERICSON, Richard V. (ed.) **Crime and the Media**. Brookfield, Dartmouth Publishing Company, pp. 47-75.
- LABOV, W.(1981) "Speech actions and reactions in personal narrative". In: **Analyzing Discourse: Text and Talk**. Washington, Georgetown University Press, p.217-247.
- LANGELLIER, K. (1989) "Personal narratives: perspectives on theory and research". **Text and performance quarterly**, 9(4), 243-276.
- MAFFESOLI, M. (1987) **Dinâmica da Violência**. São Paulo, Editora dos Tribunais.
- MALINOWSKI, B. (1966). **Coral Gardens and their Magic**. London, Allen & Unwin.
- MICHAUD, Y. (1989). **A violência**. São Paulo, Ática.
- MINAYO, M. C. S. & DESLANDES, S. F. (1998). "A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência". **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 14(1): 35-42.
- OCHS, E. & CAPPS, L. (s.d). **Narrating the Self**. *Mimeo*.
- OCHS, E & CAPPS, L. (2001) **Living Narrative: creating lives in everyday storytelling**. Cambridge-London, Harvard University Press.
- OLIVEIRA, Amanda. e DEBERT, G.G. (2005) "A velhice vai à polícia: um estudo sobre violência entre gerações na família". IN: VI REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, **Anais...**, Montevideu, 1 CD-ROM.
- OLIVEIRA, Micheline Ramos de (2002). **Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come: estudo antropológico de trajetórias sociais e itinerários urbanos sob o prisma da cultura do medo entre mulheres/mães moradoras do bairro 'Matadouro'**. Florianópolis, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

- PAIXÃO, A. L. & BEATO, C.C. (1997). "Crimes, vítimas e policiais". **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. 9(1), maio de 1997, p. 233-248.
- PAOLI, M.C. et alii. (1982). **A violência brasileira**. São Paulo, Brasiliense.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1982). "Polícia e crise política". In: PAOLI, M.C. et alii. **A violência brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____ (1997) "Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias". **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. 9(1), maio de 1997, p.43-52.
- _____ (1998). "Polícia e consolidação democrática: o caso brasileiro". In: PINHEIRO, P.S. : **São Paulo sem Medo: Diagnóstico da Violência Urbana**. Rio De Janeiro, Garamond, p. 175-190.
- POPPER, Karl. (1994) "Utopia e violência". IN: ----. **Conjecturas e refutações**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, pp.387-395. (ed. or. 1963).
- RAPPORT, Nigel. 1987. **Talking Violence: An anthropological Interpretation of Conversation in the City**. St. John, ISER Books.
- RICOEUR, P. (1994). **Tempo e Narrativa**. Campinas, Papirus.
- RIESSMAN, C. (1993). **Narrative Analysis**. London, Sage Publications.
- RIFIOTIS, T. (1997). "Nos campos da violência: diferença e positividade". IN: **Antropologia em Primeira Mão**, (19), p.1-18.
- RIFIOTIS, T. (1999). "A Mídia, o leitor-modelo e a denúncia da violência policial: o caso da Favela Naval (Diadema)". **Revista São Paulo em Perspectiva**, 13(4):28-41.
- RIFIOTIS, T. (2004). "As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais". **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 85-119.
- ROBBEN, A. & NORDSTROM, C. (ed.) (1995). **Fieldwork under Fire: contemporary**

- studies of violence and survival.** Berkeley, University of California Press.
- ROSALDO, R. (1993) “Narrative Analysis”. In: **Culture and Truth: The Remaking of Social Analysis.** P. 91-108. Boston, Beacon Press.
- ROSENWALD & OCHBERG (1992). **Storied Lives: the cultural politics of self understanding,** New Heaven, CT, Yale University Press.
- SÁ, D. B. S. (1994). “Projeto para uma nova política de drogas no país”. IN: **Drogas e cidadania** (A. Zaluar, org.), pp 23-29, São Paulo, Brasiliense.
- SIMMEL, Georg. (1964)“The Sociological Nature of Conflict”. In: **Conflict and The Web of group-affiliations.** New York-London, The Free Press.
- SIMMEL, G. (1983). “O estrangeiro”. In: MORAES FILHO, Evaristo(org) **Georg Simmel: sociologia.** São Paulo, Ática.
- SOARES, L. E. *et alli* (1996). **Violência e Política no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Relume Dumará –ISER.
- SOARES, L. E, MV Bill e ATHAYDE, C. (2005). **Cabeça de Porco.** Rio de Janeiro, Objetiva.
- SOUZA, Patrícia Alves de. (2002). **Os possíveis motivos do adiamento da denúncia de mulheres vítimas de violência física conjugal estudo em grupo de mulheres atendidas no CEVIC - Florianópolis, 2002.** Florianópolis, Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública.
- TURNER, V. (1981). “Social Dramas and Stories about Them”. In: W.T. Mitchell (org). **On Narrative.** Chicago, University of Chicago Press, p.137-164.
- VELHO, G. (1994). **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro, Zahar.

- VELHO, G. (2002). **Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 6ª edição.
- WASELFISZ, J. (2005) **Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil – Juventude, Violência e Cidadania**. Brasília, UNESCO, Instituto Aírton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- WHITE, H. (1989) “The Rhetoric of Interpretation”. In: HERNANDI (Ed) **The Rhetoric of Interpretation and the Interpretation of the Rhetoric**, Durham, NC; Duke University Press, p.1-22.
- WIEVIORKA, M. (1997). “O novo paradigma da violência”. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, 9 (1): 5-41, maio de 1997.
- WILLIAMS, R. (1976). **Keywords**. New York, Oxford University Press.
- ZALUAR, A. (1993). “A criminalização de drogas e o reencantamento do mal”. **Revista do Rio de Janeiro**, 1, p. 8-15.
- _____ (1994a). “Introdução”. IN: **Drogas e Cidadania**. (A. Zaluar, org.), p. 7-21, São Paulo, Brasiliense.
- _____ (1994b). **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro, Revan, Ed. UFRJ.
- _____ (1998) . “Violência, dinheiro fácil e justiça no Br: 1980-1995”. **Estudos Afro-Asiáticos**, n.34, set.1998.
- _____ (1999). “Violência e Crime”. IN: **O que ler na Ciência Social brasileira. Antropologia (1970-1995)**. São Paulo, Brasília, Editora Sumaré, CAPES.